



Migrações e Fecundidade

O papel dos fluxos migratórios na previsão da fecundidade

Maria da Graça Vieira Lopes de Magalhães

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia
Especialidade: Demografia

ORIENTAÇÃO: *Maria Filomena Ferreira Mendes*
CO-ORIENTAÇÃO: *Jorge Miguel Ventura Bravo*

Évora, setembro de 2013



***Migrações e Fecundidade - O papel dos fluxos migratórios na previsão da
fecundidade***

Maria da Graça Vieira Lopes de Magalhães

Évora | 2013

Resumo

Num contexto de baixa fecundidade na Europa em geral e do Sul em particular, em plena recessão económica e crise financeira, num quadro de alteração recente de saldos migratórios positivos para negativos em Portugal, em conjunto com saldos naturais cada vez mais negativos, a avaliação e previsão do contributo dos fluxos migratórios no nosso futuro demográfico, em particular na evolução do número de nascimentos, que condiciona o crescimento e o envelhecimento populacional, torna-se essencial.

Assim, caracterizou-se os mais recentes quadros de natalidade, fecundidade, emigração e imigração, na sociedade portuguesa, com o objetivo de explicar as diferenças de comportamentos de fecundidade dos imigrantes e dos emigrantes, face à população portuguesa. Para tal, recorreu-se à utilização de modelos de regressão logística, que permitiram identificar comportamentos distintos das mulheres imigrantes e das mulheres emigrantes, na intenção de vir a ter filhos, comparativamente com as mulheres portuguesas residentes em Portugal. Finalmente, elaboraram-se modelos de previsão das taxas de fecundidade, separadamente para mulheres de nacionalidade portuguesa e estrangeira, para o período de 2013 a 2015, para Portugal. Em concordância com os resultados obtidos, com a manutenção das tendências de declínio da imigração e de aumento da emigração, recentemente observadas em Portugal, prevê-se um declínio demográfico e envelhecimento da sociedade portuguesa.

Palavras-chave: Natalidade, Fecundidade, Emigração, Imigração, Modelos de previsão

Abstract

In a context of low fertility in Europe in general, and Southern Europe in particular, broad economic recession and financial crisis, recent change from positive to negative net migration in Portugal, together with natural balances increasingly negative, it becomes essential the evaluation and prediction of migration contribution in our demographic future, particularly in the evolution of the number of births, which affects the growth and aging population.

We characterized the births, fertility, emigration and immigration trends, in Portuguese society, in order to explain the differences in fertility behaviour of immigrants and emigrants, given the Portuguese population. We used logistic regression models, to identified distinct behaviours of immigrant women and emigrant women, with intention to have children, compared with Portuguese women resident in the country. Finally, general additive models were used to estimate fertility rate patterns, separately for Portuguese and foreign women, for the period 2013-2015, for Portugal. In accordance with the results obtained, the maintenance of declining immigration and increasing emigration, recently observed in Portugal, it is expected further demographic decline and an increased ageing of the Portuguese society.

Keywords: Birth, Fertility, Emigration, Immigration, Predictive models

Agradecimentos

Às pessoas que mais amo e que me deram todo o apoio emocional e material nesta caminhada – as
minhas filhas Rita e Joana, o meu marido, a minha mãe, os meus irmãos e irmãs

Às pessoas maravilhosas que ao longo da vida contribuíram para que chegasse ao ponto de partida e
que sendo a lista extensa apenas menciono alguns – O meu querido pai, a minha professora primária

Manuela, o brilhante professor de matemática Elias, o sábio mestre Professor Doutor Manuel
Nazareth

Aos amigos que me incentivaram a iniciar, que se juntaram neste caminho e enriqueceram a minha
vida, como o Giampaolo Lanzieri, o Marco Marsili, a Andreia Maciel

Às minhas colegas do INE – Cláudia, Edviges, Emília, Isabel, Joana, Leonor, Lurdes e Sofia

Ao meu amigo e “ensinador” Professor Doutor Paulo Infante, pela amizade e por todo o apoio, sem
os quais dificilmente teria percorrido este caminho

Ao meu amigo e coorientador Professor Doutor Jorge Bravo, pela amizade e apoio incondicionais que
sempre me disponibilizou

À minha maravilhosa amiga e orientadora Professora Doutora Maria Filomena Mendes, sem a qual
nenhum vislumbre de sucesso seria sequer possível, pela amizade que ultrapassa em muito os laços
professora-aluna, pelo apoio incondicional que sempre me prestou ao longo do percurso, pela
paciência infinta que sempre teve para lidar com as minhas hesitações, pelos ensinamentos
preciosos que me guiaram

Muito obrigada!

À memória do meu pai

ÍNDICE

ÍNDICE	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xiii
ÍNDICE DE QUADROS	xvii
1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO, OBJETIVOS, QUESTÃO DE PARTIDA E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO	3
2.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
2.2. QUESTÃO DE PARTIDA, OBJETIVOS E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO	13
2.3. DADOS E MÉTODOS	28
3. NATALIDADE E FECUNDIDADE EM PORTUGAL: O PASSADO RECENTE (1980 A 2012)	29
3.1. EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA NATALIDADE	29
3.2. EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA FECUNDIDADE	44
4. INFLUÊNCIA(S) DAS ATUAIS OSCILAÇÕES DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA NATALIDADE E FECUNDIDADE EM PORTUGAL	79
4.1. DADOS E MÉTODOS	80
4.2. RESULTADOS	83
4.2.1. A IMIGRAÇÃO E A NATALIDADE E FECUNDIDADE EM PORTUGAL 1995-2012	88
4.2.2. A EMIGRAÇÃO E A NATALIDADE EM PORTUGAL - 2011 E 2012 OU “OS ANOS PÓS-CRISE”	104
4.2.3. CONCLUSÕES	111
5. A INFLUÊNCIA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA FECUNDIDADE - O CONTEXTO SOCIODEMOGRÁFICO NA INTENÇÃO DE TER FILHOS	115
5.1. DADOS E MÉTODOS	119
5.2. RESULTADOS	126
5.2.1. IMIGRANTES <i>VERSUS</i> NÃO IMIGRANTES	126
5.2.2. EMIGRANTES <i>VERSUS</i> NÃO EMIGRANTES	132

5.3.	CONCLUSÕES.....	135
6.	FECUNDIDADE E MIGRAÇÕES - UM MODELO DE PREVISÃO DA FECUNDIDADE POR NACIONALIDADE (PORTUGUESA E ESTRANGEIRA) DAS MULHERES RESIDENTES EM PORTUGAL.....	137
6.1.	DADOS E MÉTODOS.....	137
6.2.	RESULTADOS.....	142
6.2.1.	MULHERES RESIDENTES EM PORTUGAL E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA.....	142
6.2.2.	MULHERES RESIDENTES EM PORTUGAL E DE NACIONALIDADE PORTUGUESA.....	144
6.2.3.	CENÁRIOS DE MIGRAÇÕES E IMPACTOS NO NÚMERO DE NASCIMENTOS POTENCIAIS NUM FUTURO PRÓXIMO.....	146
6.2.3.1.	O IMPACTO DA ENTRADA EM PORTUGAL DE IMIGRANTES ESTRANGEIROS.....	146
6.2.3.2.	O IMPACTO DA SAÍDA DE PORTUGAL DE EMIGRANTES PORTUGUESES.....	148
6.3.	CONCLUSÕES.....	150
7.	DISCUSSÃO E PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....	151
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161
9.	ANEXOS.....	169

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – NADOS VIVOS, PORTUGAL, 1900-2012	30
FIGURA 2 – NADOS VIVOS, DE MÃES RESIDENTES EM PORTUGAL (Nº), PORTUGAL, 1980-2012	30
FIGURA 3 – TAXA BRUTA DE NATALIDADE, PORTUGAL E UE27, 1980-2012.....	33
FIGURA 4 - NADOS VIVOS SEGUNDO A ORDEM DE NASCIMENTO, PORTUGAL, 1980-2012	34
FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS NADOS VIVOS SEGUNDO A ORDEM DE NASCIMENTO, PORTUGAL, 1980-2012.....	35
FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS NADOS VIVOS SEGUNDO A FILIAÇÃO, PORTUGAL, 1980-2012.....	36
FIGURA 7 - TAXAS DE VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL DOS NADOS VIVOS FORA DO CASAMENTO, COM E SEM COABITAÇÃO DOS PAIS, PORTUGAL, 1995-2012.....	37
FIGURA 8 – PERCENTAGEM DE NADOS VIVOS FORA DO CASAMENTO, ESTADOS MEMBROS DA UE27, 2011.....	38
FIGURA 9 – NADOS VIVOS DE MÃES RESIDENTES EM PORTUGAL COM MENOS DE 20 ANOS E DE MÃES COM 35 E MAIS ANOS DE IDADE (EM MILHARES E EM PERCENTAGEM DO TOTAL), PORTUGAL, 1980-2012.....	41
FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL E DO NÚMERO DE NADOS VIVOS, PORTUGAL, 1980-2012.....	44
FIGURA 11 – TAXA DE FECUNDIDADE GERAL, PORTUGAL, 1980-2012	47
FIGURA 12 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), PORTUGAL, 1980-2012	48
FIGURA 13 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), PORTUGAL, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2011 E 2012.....	50
FIGURA 14 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), PORTUGAL, 1980 E 2012	52
FIGURA 15 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, PORTUGAL, 1980-2012.....	53
FIGURA 16 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, UE27 E ESTADOS MEMBROS, 1980 E 2011	55
FIGURA 17 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, SUÉCIA, FINLÂNDIA, BÉLGICA E DINAMARCA, 1980-2011 (VALORES DISPONÍVEIS)	57
FIGURA 18 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, PORTUGAL, GRÉCIA, ESPANHA E ITÁLIA, 1980-2011	60
FIGURA 19 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE E IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DE UM FILHO, PORTUGAL, 1980-2012.....	62
FIGURA 20 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), NASCIMENTOS DE 1ª ORDEM, PORTUGAL, 1980-2012.....	63
FIGURA 21 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), NASCIMENTOS DE 1ª ORDEM E TOTAL, PORTUGAL, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2011 E 2012.....	64
FIGURA 22 – PERCENTAGEM DE NADOS VIVOS DE PRIMEIRA ORDEM, DE MÃES RESIDENTES EM PORTUGAL, COM MENOS DE 30 ANOS E COM 30 OU MAIS ANOS DE IDADE, PORTUGAL, 1980-2012	65
FIGURA 23 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE TOTAL E DE 1ª ORDEM, PORTUGAL, 1980-2012	66
FIGURA 24 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO E DO PRIMEIRO FILHO, PORTUGAL, 1980-2012.....	68
FIGURA 25 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE DE 1ª ORDEM E IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO, PORTUGAL, 1980-2012.....	69

FIGURA 26 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO, PORTUGAL E UE27, 2002-2011.....	70
FIGURA 27 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO, PORTUGAL, ESPANHA, ITÁLIA E GRÉCIA, 1980-2011.....	70
FIGURA 28 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO, UE27 E ESTADOS MEMBROS, 2011.....	71
FIGURA 29 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO, PORTUGAL, ESPANHA, ITÁLIA E GRÉCIA, 1980-2011	75
FIGURA 30 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO, ESTADOS MEMBROS DA UE27, 2011.....	76
FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO, PORTUGAL, 1980-2012.....	84
FIGURA 32 – EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO, PORTUGAL, 1991-2012	86
FIGURA 33 – NADOS VIVOS DE MÃES RESIDENTES EM PORTUGAL, TOTAL E DE MÃES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA (EM MILHARES E EM PORCENTAGEM), 1995-2012.....	89
FIGURA 34 – NADOS VIVOS SEGUNDO COMBINAÇÕES DE NACIONALIDADE DOS PAIS (EM PORCENTAGEM), PORTUGAL, 1995-2012	90
FIGURA 35 – NADOS VIVOS, SEGUNDO A NACIONALIDADE DA MÃE (5 PRINCIPAIS NACIONALIDADES EM 2012), PORTUGAL, 1995-2012	91
FIGURA 36 – PRINCIPAIS PAÍSES DE NACIONALIDADE (TOP 10) DAS MÃES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 1995 E 2012	93
FIGURA 37 – IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DE UM FILHO, SEGUNDO A NACIONALIDADE DA MÃE (PORTUGUESA, ESTRANGEIRA), PORTUGAL, 1995-2012.....	94
FIGURA 38 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS NADOS VIVOS DE MÃES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, SEGUNDO A ORDEM DE NASCIMENTO, PORTUGAL, 1995-2012.....	95
FIGURA 39 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS NADOS VIVOS DE MÃES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA, SEGUNDO A ORDEM DE NASCIMENTO, PORTUGAL, 1995-2012.....	96
FIGURA 40 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), TOTAL E DE 1ª ORDEM, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2008	97
FIGURA 41 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), TOTAL E DE 1ª ORDEM, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2009	98
FIGURA 42 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), TOTAL E DE 1ª ORDEM, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2010	98
FIGURA 43 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), TOTAL E DE 1ª ORDEM, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2011	99
FIGURA 44 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), TOTAL E DE 1ª ORDEM, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2012	99
FIGURA 45 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, TOTAL E DE 1ª ORDEM POR NACIONALIDADE DAS MULHERES (TOTAL, PORTUGUESA E ESTRANGEIRA), PORTUGAL, 2008-2012	100
FIGURA 46 – POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL, 2008-2012.....	102
FIGURA 47 – EMIGRANTES PERMANENTES, PORTUGAL, 1991-2012	105
FIGURA 48 – EMIGRANTES PERMANENTES, POR SEXO, PORTUGAL, 2008-2012	106

FIGURA 49 – EMIGRANTES, TOTAL, PERMANENTES E TEMPORÁRIOS, PORTUGAL, 2008-2012.....	107
FIGURA 50 – EMIGRANTES PERMANENTES E TEMPORÁRIOS, POR SEXO, PORTUGAL, 2011 E 2012.....	108
FIGURA 51 – ODDS RATIO E RESPETIVOS INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95%	128
FIGURA 52 - ODDS RATIO E RESPETIVOS INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95%.....	134
FIGURA 53 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES, EM MULHERES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2008-2012.....	138
FIGURA 54 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA, PORTUGAL, 2008-2012	139
FIGURA 55 – ESTIMATIVAS 2010-2012 E PREVISÕES 2013-2015 DAS TAXAS DE FECUNDIDADE ESPECÍFICAS POR IDADES, MULHERES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA	143
FIGURA 56 – ESTIMATIVAS 2010-2012 E PREVISÕES 2013-2015 DAS TAXAS DE FECUNDIDADE ESPECÍFICAS POR IDADES, MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA.....	145

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – PERCENTAGEM DE NADOS VIVOS FORA DO CASAMENTO, ESTADOS MEMBROS DA UE27, 1980-2011	40
QUADRO 2 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, UE27 E ESTADOS MEMBROS, 1980-2011.....	61
QUADRO 3 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO E DO PRIMEIRO FILHO, PORTUGAL, 1980 E 2012.....	68
QUADRO 4 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO, UE27 E ESTADOS MEMBROS, 1980-2011	73
QUADRO 5 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO, ESTADOS MEMBROS DA UE27, 2002-2011	74
QUADRO 6 - ESTIMATIVA DE NADOS VIVOS DO CONTINGENTE ESTIMADO ACUMULADO DE MULHERES EMIGRANTES, 2011 E 2012	109
QUADRO 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR SEXO, GRUPO ETÁRIO, NATURALIDADE, PARCEIRO, NÍVEL DE ESCOLARIDADE E EMPREGO, SEGUNDO A INTENÇÃO DE VIR A TER FILHOS NOS PRÓXIMOS 3 ANOS	120
QUADRO 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR SEXO, GRUPO ETÁRIO, SER OU NÃO EMIGRANTE, PARCEIRO, NÍVEL DE ESCOLARIDADE, EMPREGO, SEGUNDO A INTENÇÃO DE VIR A TER FILHOS NOS PRÓXIMOS 3 ANOS	121
QUADRO 9 – COEFICIENTES, DESVIO PADRÃO E VALORES P DO MODELO LOGÍSTICO BINOMIAL	127
QUADRO 10 – PROBABILIDADES ESTIMADAS (PRINCIPAIS RESULTADOS) DE TER INTENÇÃO DE TER FILHOS NOS PRÓXIMOS 3 ANOS, POR GRUPOS DE COMBINAÇÃO DAS VARIÁVEIS IDADE, NATURALIDADE, PARCEIRO, TRABALHO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	129
QUADRO 11 – COEFICIENTES, DESVIO PADRÃO E VALORES P DO MODELO LOGÍSTICO BINOMIAL	133
QUADRO 12 – MODELO COM DADOS DE 2008 A 2012 DAS TAXAS DE FECUNDIDADE ESPECÍFICAS POR IDADE DAS MULHERES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA.....	142
QUADRO 13 – MODELO COM DADOS DE 2008 A 2012 DAS TAXAS DE FECUNDIDADE ESPECÍFICAS POR IDADE DAS MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA.....	144
QUADRO 14 – SIMULAÇÃO DE POTENCIAIS NASCIMENTOS EM 2013, 2014 E 2015, CENÁRIO 1	147
QUADRO 15 – SIMULAÇÃO DE POTENCIAIS NASCIMENTOS EM 2013, 2014 E 2015, CENÁRIO 2	147
QUADRO 16 – SIMULAÇÃO DE POTENCIAIS NASCIMENTOS EM 2013, 2014 E 2015, CENÁRIO 3	149
QUADRO 17 – SIMULAÇÃO DE POTENCIAIS NASCIMENTOS EM 2013, 2014 E 2015, CENÁRIO 4	149
QUADRO A1 – AQUISIÇÕES DE NACIONALIDADE, PORTUGAL, 1998-2011	171
QUADRO A2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM PORTUGAL, POR NACIONALIDADE E NATURALIDADE, CENSO 2011.....	172

1. Introdução

A desaceleração do crescimento demográfico, ou até o seu decréscimo, a par com o continuado processo de envelhecimento populacional, em maior ou menor extensão, emergem como as principais linhas de caracterização das atuais tendências demográficas dos países mais desenvolvidos.

Sendo uma das componentes influenciadoras da dinâmica demográfica, a fecundidade, a par com a mortalidade e as migrações, quer pelo seu efeito direto no número de efetivos populacionais projetados, quer pelo impacto protelado, uma vez que o maior ou menor número de nascimentos num determinado momento influencia no futuro o número de novos nascimentos, é uma variável sensível a variações conjunturais, muitas vezes interligadas entre si, e muito particularmente aos fluxos migratórios.

A atual crise económica terá efeitos sobre os comportamentos demográficos, nomeadamente sobre os padrões de fecundidade e migratórios. Ainda que a atual crise económica possa reduzir a dimensão dos fluxos migratórios em comparação com os registados no passado recente, as assimetrias económicas e demográficas persistem, mantendo-se como potenciais motores das migrações internacionais. Estas, além de contribuir diretamente para a dimensão e estrutura das populações de acolhimento, exercem um impacto demográfico mais amplo, especialmente quando as populações imigrantes têm padrões de fecundidade, mortalidade e formação familiar distintos dos das populações de acolhimento, podendo mesmo identificar-se como fator principal de sustentação de alguma recuperação dos níveis de fecundidade em alguns países europeus, tal como em Portugal, por via do aumento do número de nascimentos de mulheres “imigrantes”.

Face à importância de ambas as componentes – natalidade e migrações – e, particularmente, da sua interligação, o presente trabalho passará por (1) enquadramento teórico e explicitação da questão de partida e das hipóteses da investigação (2) análise descritiva da natalidade e da fecundidade em

Portugal, no período de 1980 a 2012, restringindo-se a períodos mais recentes para algumas das variáveis analisadas e procurando, sempre que possível, fazer o enquadramento no panorama da União Europeia¹ (UE27); (3) análise da influência dos fluxos imigratórios e emigratórios, para o período 1995 a 2012, por recurso a uma análise descritiva dos dados disponíveis; (4) análise da influência dos fluxos imigratórios e emigratórios com apresentação dos resultados de um modelo para verificação da diferença entre as intenções de vir a ter filhos nos próximos três anos entre (i) nacionais e imigrantes e (ii) portugueses residentes em Portugal e residentes no estrangeiro; (5) apresentação de um modelo de previsão de taxas específicas de fecundidade por idades, para os próximos 3 anos (2013, 2014 e 2015), separadamente para populações femininas nacionais e estrangeiras; e, (6) apresentação das principais conclusões deste percurso de análise e investigação.

¹ Antes do alargamento a 28, com a adesão formal da Croácia em 01 de Julho de 2013.

2. Enquadramento teórico, objetivos, questão de partida e hipóteses de investigação

2.1. Enquadramento teórico

As principais tendências demográficas recentes na Europa, como em outros países desenvolvidos (United Nations, 2013), envolvem a desaceleração ou mesmo declínio do crescimento demográfico (Van Dalen & Henkens, 2011) a par com o continuado processo de envelhecimento populacional, em resultado da persistência, senão agravamento como resposta à crise económica global, de baixos níveis de fecundidade (Goldstein, Karaman Örsal, Kreyenfeld, & Jasilioniene, 2013) e do contínuo aumento da esperança de vida (Demography Report 2010, 2011).

Com taxas de fecundidade reduzidas, a dinâmica populacional fica em muito a dever-se ao papel desempenhado pelas migrações (Demography Report 2010, 2011), mas o envelhecimento demográfico acentua-se e acarreta consequências ao nível do crescimento económico destes países, pelo que a persistência de baixos níveis de fecundidade e as implicações nas estruturas etárias das populações, e até mesmo no seu declínio, tem levantado grandes discussões (Bloom & Sousa-Poza, 2010).

Os fluxos migratórios para a Europa, especialmente para o conjunto dos 27 estados membros da União Europeia dos 27² (UE27), incluindo Portugal, terão assumido dimensões consideráveis nas últimas décadas. Tal deveu-se a uma conjugação de fatores, que passam pelo aumento generalizado da mobilidade e maior facilidade de deslocações internacionais, pelas dificuldades económicas verificadas em muitos países pós-comunistas após o colapso do socialismo, ou ainda por conflitos violentos ou instabilidade política (Sobotka, 2008b), para além da instabilidade ou dificuldades económicas em vários outros países.

² Antes do alargamento a 28, com a adesão formal da Croácia em 01 de Julho de 2013.

Nos anos mais recentes, o tributo de saldos migratórios positivos terá superado a contribuição do crescimento natural ou compensado crescimentos naturais negativos em vários países, incluindo Portugal, contribuindo ainda para uma atenuação, ainda que ligeira, do envelhecimento das populações de acolhimento (Demography Report 2010, 2011).

Ainda que as migrações internacionais, nomeadamente os fluxos imigratórios, possam contribuir para o abrandamento do declínio da população e do envelhecimento demográfico na Europa, o seu efeito será limitado, pelo que estas continuarão a ser tendências expectáveis para a Europa do século XXI (Demeny, 2003).

A importância das migrações na recente dinâmica demográfica mundial é abordada por David Coleman que em 2006 publica um artigo onde teoriza que se encontra em curso nos países desenvolvidos uma “terceira transição demográfica”. De acordo com Coleman (2006), a continuação de fluxos migratórios semelhantes aos observados nos anos precedentes ao seu estudo e as suas implicações nas estruturas populacionais justificaria a teorização de uma “terceira transição demográfica”, uma vez que a continuação de baixos níveis de fecundidade combinada com elevados níveis de imigração resultariam em mudanças significativas na composição das populações de acolhimento, na sua cultura, experiências sociais e auto percepção, nomeadamente nos países europeus, onde a influência dos saldos migratórios positivos tem assumido um papel preponderante na dinâmica demográfica.

O desenvolvimento original da teoria da transição demográfica dever-se-á sobretudo ao trabalho desenvolvido por Frank Notestein nos anos 40 e 50 do século XX a partir da observação das mudanças nas taxas de natalidade e de mortalidade (Rowland, 2003), embora persista alguma diferença quanto a “... perspectivas, cronologias e factores explicativos adoptados”, como refere Peixoto (2009), surgindo a noção de uma segunda transição demográfica no artigo original de Ron Lesthaeghe e Dirk van de Kaa em 1986 (Sobotka, 2008a), particularmente associada ao contínuo declínio das taxas de fecundidade. Independentemente das considerações que possamos tecer a

propósito da teorização de Coleman sobre a “terceira transição demográfica”, esta tem uma particularidade interessante ao atribuir especial relevância ao papel das migrações nas transformações demográficas emergentes, uma vez que nem na primeira transição demográfica (resumidamente assente na redução das taxas de natalidade e de mortalidade), nem na segunda transição demográfica (ainda controversa e associada ao enfraquecimento da família "tradicional" como instituição, o adiamento do casamento e do nascimento dos filhos, a descida dos níveis de fecundidade, o aumento do número de filhos nascidos fora do casamento, das coabitações, divórcios e recasamentos), a questão das migrações pareceu assumir tal relevância, pelo menos de forma direta.

Além de contribuir diretamente para a dimensão e estrutura das populações de acolhimento, os fluxos migratórios exercem um impacto demográfico mais amplo, especialmente quando as populações imigrantes têm padrões de fecundidade, mortalidade e formação familiar distintos dos das populações de acolhimento (Coleman, 2006; Sobotka, 2008b; Peixoto, 2009; Mussino & Strozza, 2012), podendo mesmo identificar-se como fator principal de sustentação de alguma recuperação dos níveis de fecundidade em alguns países europeus (Demeny, 2003; Sobotka, 2008b), tal como em Portugal, por via do aumento do número de nascimentos de mulheres “imigrantes” (INE, 2013).

Sendo a fecundidade, a par com a mortalidade e as migrações, uma das componentes influenciadoras da dinâmica demográfica, uma variável sensível a variações conjunturais, muitas vezes interligadas entre si, e muito particularmente pelos fluxos migratórios (Sobotka, 2008b), a tendência de declínio das taxas de fecundidade, comum a todos os países europeus (mas não só, encontrando-se o Japão em situação idêntica), ainda que com evoluções distintas, e a persistência do índice sintético de fecundidade (ISF) em valores abaixo do necessário à substituição de gerações (2,1 crianças por mulher em idade fértil, dados os níveis de mortalidade atualmente registados naqueles países), pode ser vista como uma preocupação, pelas consequências demográficas, sociais e económicas – o envelhecimento demográfico será mais acentuado nos países com menores taxas de fecundidade, o envelhecimento demográfico e decréscimo da população em idade ativa que terá

maiores dificuldades de renovação, alterações na composição das famílias e nas redes familiares de apoio, (Kohler *et al*, 2006).

Ao longo das últimas décadas, nomeadamente a partir dos anos de 1980, o persistente declínio da fecundidade entre os países do Sul da Europa, conduziu-os ao grupo países caracterizados por uma “*lowest-low fertility*” – conforme terminologia adotada por Kohler, Billari e Ortega (2002) – apresentando atualmente uma das menores taxas de fecundidade de momento entre os países da Europa Ocidental (Maciel *et al*. 2012a). A persistência de níveis de ISF abaixo de 1,3 levantou a possibilidade de um rápido, acentuado e continuado declínio e envelhecimento demográfico. A inversão desta tendência terá entretanto ocorrido em muitos países, particularmente na Europa, tendo-se reduzido o número de países em que o ISF se estimava abaixo dos 1,3 entre 2003 e 2008, colocando-se assim a possibilidade de término da fase da baixa de fecundidade, podendo esperar-se uma recuperação, sobretudo porque os efeitos do adiamento serão cada vez menos importantes (Goldstein, J. R., Sobotka, T., Jasilioniene, A., 2009).

Entre as causas para o declínio da fecundidade apontam-se tradicionalmente o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o adiamento da saída de casa dos pais e do casamento, a redução na dimensão ideal da família, o adiamento da fecundidade, o aumento dos custos financeiros e sociais associados à educação das crianças (Kohler, Billari, & Ortega, 2002; Frejka, 2008). Parte destas justificações enquadram-se no campo das teorias económicas em que o declínio da natalidade se relaciona com as alterações socio económicas, como as alterações do rendimento disponível das famílias ou os “custos” associados ao “ter crianças” (Becker & Murphy, 2000; Mendes, 1992). No campo mais específico da demografia, o fenómeno enquadra-se no paradigma da segunda transição demográfica, mas mantém em comum as mudanças sócio económicas das sociedades modernas, destacando-se, neste quadro, o declínio e adiamento da fecundidade, as alterações do papel da família, como o declínio e adiamento da nupcialidade, ou ainda, o aumento dos nascimentos fora do casamento (Kohler *et al*, 2006).

Segundo Kohler, Billari e Ortega (2006), uma possibilidade de classificação dos fatores que sustentam este declínio da fecundidade passa pela sua separação em fatores demográficos e fatores comportamentais. Na verdade, de acordo com a literatura, (1) as mudanças económicas e sociais, que levam a que o adiamento da fecundidade possa ser entendido como uma resposta racional dos indivíduos à elevada incerteza económica, nomeadamente no início da idade adulta, ou a escassez de oferta no mercado de trabalho, ou outros fatores semelhantes; (2) os processos de interação (ou feedback) social, que num contexto de mudanças socioeconómicas podem explicar o adiamento e a persistência deste adiamento que levam ao declínio da fecundidade e persistência desta tendência ao reforçar a regulação da fecundidade desejada do indivíduo às mudanças socioeconómicas; (3) as distorções demográficas das medidas de período da fecundidade provocadas pelo adiamento da fecundidade, que têm reduzido o nível de indicadores de fecundidade abaixo do nível quando estimado por coorte; (4) as condições/enquadramento institucionais, relacionadas com a rigidez do mercado de trabalho, insuficiente oferta nas redes de apoio pré-escolar ou ainda a prevalência duma maior tradicionalidade nos papéis de género, nomeadamente nos países do Sul, Central e Leste Europeu e que têm contribuído para o declínio da fecundidade, sobretudo devido ao adiamento da entrada na parentalidade, (Kohler *et al*, 2006).

Desde que a crise financeira global atingiu a Europa a partir de 2007, tem havido um renovado interesse em perceber de que modo o aumento das taxas de desemprego e a crescente incerteza do mercado de trabalho terão repercussões sobre a fecundidade, particularmente sobre as decisões de ter filhos e sobre o seu adiamento (Sobotka, Skirbekk, & Philipov, 2011; Goldstein, Karaman Örsal, Kreyenfeld, & Jasilioniene, 2013).

Face às transformações que se têm desenrolado a nível social, a relação entre casamento e fecundidade, o divórcio e fecundidade, ou a participação das mulheres no mercado de trabalho e fecundidade, precisam ser reanalisadas (Billari & Kohler, 2002), sobretudo pela “complexa teia de causalidade” entre padrões de fecundidade e fatores de influência, como sugerem também outros estudos recentes (Sobotka & Toulemon, 2008). Acresce ainda a controvérsia sobre a relação direta

de causalidade entre a baixa fecundidade e o envelhecimento demográfico e possível declínio económico, como referem Bloom e Sousa-Poza (2010), citando Lee e Mason. Ou ainda a argumentação de Sobotka (2004) que defendia, então, que a baixa fecundidade não precisa de ser entendida como uma crise, pois poderia ser compensada, em especial através do aumento da imigração.

Atualmente, as mulheres jovens estão em plano idêntico ao dos homens no que à educação e ao emprego diz respeito, havendo mesmo uma tendência para que, nos países mais desenvolvidos, as mulheres jovens tenham níveis educacionais mais elevados do que os homens (McDonald, 2013). No entanto, a gravidez e maternidade torna mais difícil às mulheres competir com os homens no mercado de trabalho, sobretudo em países em que não esteja assegurado o apoio à conciliação da vida familiar e profissional (McDonald, 2013). Nos países do Sul da Europa (onde se inclui Portugal) a dificuldade de implementação de medidas de apoio à conciliação da vida familiar e profissional, como seja a redução dos horários de trabalho, pode explicar a manutenção de baixos níveis de fecundidade, com as mulheres a adiar (ou mesmo negar) a entrada na conjugalidade e na maternidade (McDonald, 2013).

A incerteza económica pode ser entendida como um fator de risco global, refletindo a incerteza associada à recessão económica (Sobotka, Skirbekk, & Philipov, 2011), como a que se vive atualmente, mas pode também ser percebida como um fator de risco individual, relacionada às fases do curso da vida, que são caracterizadas pelo desemprego, o trabalho a tempo parcial, trabalho precário (Mills & Blossfeld, 2003; Blossfeld *et al*, 2005; Blossfeld & Hofmeister 2006 *in* Kreyenfeld, Andersson, & Pailhé, 2012). Em países com alta prevalência de empregos precários, os jovens adiam ou até mesmo abandonam a intenção de começar uma família (Berninger, Weiß, & Wagner, 2011).

Ao nível da UE27, não obstante não ser possível ainda identificar plenamente os impactos da recente crise económica e financeira global, os indicadores de 2010 (Demography Report 2010, 2011) sugerem um ligeiro aumento dos níveis de fecundidade, bem como da esperança de vida, a que

acresce ainda a continuação da atratividade para um, ainda, considerável número de migrantes, sendo que as migrações têm desempenhado um papel expressivo na sua recente dinâmica demográfica, já que o seu crescimento populacional se fica a dever, sobretudo, a elevados volumes imigratórios.

Assim, a evolução da fecundidade no início deste novo milénio será decerto afetada pela volatilidade económica que grassa pela Europa (Kreyenfeld, Andersson, & Pailhé, 2012) e que exercerá também efeitos sobre outros comportamentos demográficos, como os fluxos migratórios. Pese embora a atual crise económica possa reduzir a dimensão dos fluxos migratórios, em comparação com os registados no passado recente, as assimetrias económicas e demográficas persistem, mantendo-se como potenciais motores das migrações internacionais (Sobotka, 2008b).

Em demografia, quando se pretende informação sobre o futuro da população, fala-se de projeções de população. Para além de procurar conhecer e entender a dinâmica populacional e os fatores que a podem influenciar, pela análise dos comportamentos demográficos passados, as projeções de população possibilitam informação de enorme relevância sobre possíveis evoluções futuras das populações, quer relativamente ao volume, quer relativamente à sua composição por sexos e idades, informação que se revela essencial, para além da sua aplicabilidade em outro tipo de projeções que não apenas de população, em processos de tomada de decisão a nível social, económico e ambiental, como sejam, entre outros, o planeamento de necessidades e localização da oferta educativa, transversal a todos os níveis de ensino, de necessidades e localização de cuidados de saúde, de necessidades e localização de equipamentos direcionados a determinadas faixas da população, como seja, por exemplo, a população idosa e muito idosa.

No decurso do século XX, as projeções de população deixaram de ser entendidas como a simples aplicação de funções matemáticas determinísticas ao total população, dado ter-se entendido a necessidade de refletir a multiplicidade de processos de mudança demográfica (Wilson & Rees, 2005). As projeções de população podem ser executadas usando métodos subjetivos (em que os

dados, as técnicas e as hipóteses não são claramente identificados, pelo que outros investigadores não as podem replicar do mesmo modo) ou objetivos (em que, por oposição aos primeiros, os dados, as técnicas e as hipóteses não são claramente identificados), podendo estes dividir-se em três grandes categorias: (1) Métodos extrapolativos (assentes na extrapolação das tendências históricas); (2) Método das componentes por coortes (*cohort componet method*, amplamente utilizado a nível internacional, sobretudo pelas entidades de estatísticas oficiais, como o Eurostat³, Nações Unidas e institutos de estatística de vários países, incluindo o de Portugal), em que se divide a população por coorte de nascimento/idade e sexo, submetendo cada grupo aos comportamentos projetados das componentes fecundidade, mortalidade e migrações, sendo possível o recurso a uma variedade de técnicas para projetar cada uma das três); (3) Métodos baseados em modelos estruturais (que assentam nas relações observadas entre variáveis demográficas e outras, usando geralmente a análise de regressão). Estes não são mutuamente exclusivos (George, Smith, Swanson e Tayman *in* Siegel, 2004).

O método das componentes por coortes, proposto pela primeira vez pelo economista Inglês Edwin Cannan em 1895, foi reintroduzido por Whelpton em 1936 e formalizado em termos matemáticos por Leslie em 1945 (O'Neill, Balk, Brickman, & Ezra, 2001; Wilson & Rees, 2005), tendo sido utilizado pela primeira vez na produção de projeções de população por Notestein em 1945 (O'Neill, Balk, Brickman, & Ezra, 2001), este método tem sido complementado por forma a incorporar as múltiplas e complexas relações demográficas, dando origem a vários trabalhos publicados, como sejam, por exemplo, os estudos desenvolvidos por Rogers em 1966 (que introduzem a necessidade de ter em conta outras características ou "estados" de uma população, para além do sexo e idade/coorte de nascimento – *multistate*) e em 1975, ligando o modelo às tábuas de mortalidade, em 1986, com o desenvolvimento de uma versão parametrizada, Rogers e Willekens organizam a sua aplicação para um conjunto alargado de países, por Schoen, em 1988, ou por Van Imhoff, em 1990 (Wilson & Rees, 2005).

³ Statistical office of the European Union.

A incerteza nos resultados decorre não do modelo formal mas da incerteza quer nos dados de base quer nos pressupostos de evolução das componentes (O'Neill, Balk, Brickman, & Ezra, 2001), sendo frequente a utilização de diferentes cenários ou variantes, como forma de lidar com a incerteza, usando diferentes combinações de hipóteses de evolução para cada uma das componentes, ou ainda pela associação de intervalos de previsão com base na opinião de especialistas (*judgement of experts*), providenciando assim uma probabilidade associada como medida de incerteza, o que pode apresentar como principais limitações a não quantificação da incerteza, no primeiro caso, e a subjetividade de apreciação dos especialistas, no segundo caso.

Uma alternativa é ter “explicitamente em conta a incerteza em tendências projetadas de fecundidade, mortalidade e migração, e derivar as distribuições de probabilidade resultantes para a dimensão e estrutura etária da população projetada” (O'Neill, Balk, Brickman, & Ezra, 2001).

Assim, a aplicação complementar dos aspetos mais úteis das diferentes metodologias, combinando a abordagem dos cenários com as previsões probabilísticas parece ser a atitude mais produtiva (Goldstein, 2007; Sanderson *et al*, 2004).

Sendo comumente aceite que em um modelo de projeções assente no método das componentes por coortes, as componentes fecundidade e migrações se revelam como as mais problemáticas, seja pelos impactos na dimensão e estruturas de população, seja pela escassez de informação ou volatilidade dos fenómenos migratórios (George, Smith, Swanson e Tayman *in* Siegel, 2004), seja, acrescente-se, pela inter-relação entre ambas, a procura de um modelo de previsão que tenha em conta a possível relação entre fecundidade e migrações, configura-se particularmente aliciante.

Os modelos aditivos generalizados (GAM) foram propostos por Hastie e Tibshirani (1986) e são uma extensão dos modelos lineares generalizados, combinados com modelos aditivos (Wood, 2006). Nestes modelos, o efeito das variáveis predictoras x_i na variável resposta y depende linearmente de funções não paramétricas (isto é, cuja forma não é especificada), a serem estimadas através de

curvas de alisamento (suavização), apresentando um desempenho mais flexível que os modelos puramente paramétricos.

O recurso à aplicação deste tipo de modelos para modelar e prever num futuro próximo o comportamento da fecundidade, mais especificamente das taxas de fecundidade específicas por idade, tendo em conta que estas não têm um comportamento linear, revela-se como uma opção pertinente, sobretudo por permitir modelizar as referidas taxas separadamente para populações femininas distintas, como seja por exemplo as mulheres de nacionalidade portuguesa e de nacionalidade estrangeira.

2.2. Questão de partida, objetivos e hipóteses de investigação

Em Portugal, desde 2001 que o índice sintético de fecundidade (ISF⁴) se mantém abaixo de 1,50 filhos por mulher, apresentando uma tendência de declínio e tendo atingido o valor mais baixo de sempre em 2012: 1,28 filhos por mulher em idade fértil.

Por outro lado, nas últimas décadas, o nosso país experienciou elevados níveis de imigração, com resultados perceptíveis noutros comportamentos demográficos, como seja a natalidade.

A evolução da proporção de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira, face ao total de nascimentos, e num contexto de queda da natalidade em Portugal, de 2,2% em 1995 para 10,6% em 2010 e 9,8% em 2012, evidencia de forma clara a relevância dos fluxos imigratórios na natalidade em Portugal, que sem o contributo dos nascimentos de filhos de mulheres de nacionalidade estrangeira seria ainda mais diminuta.

Acresce que, a emigração, que nunca deixou de ocorrer mesmo nos anos em que a imigração atingiu valores mais elevados, assume no presente, de novo, valores consideráveis.

Assumindo os anos posteriores a 2008 como anos pós crise, poderá conjecturar-se sobre o impacto da emigração na natalidade e fecundidade, nomeadamente pela simultaneidade de ocorrência de ambos os fenómenos: recrudescimento da emigração e acentuar do decréscimo da fecundidade, nos anos posteriores a 2008, em Portugal.

É neste contexto de queda da natalidade e da fecundidade, de incerteza relativamente aos impactos da crise económica sobre os fluxos migratórios, sejam eles de imigração ou de emigração, sobre os padrões de fecundidade e sobre a natalidade em Portugal, que se traça a motivação para procurar entender e explicar a relação entre fluxos migratórios e natalidade e fecundidade, não apenas para

⁴ Indicador calculado em transversal, representa o número médio de crianças que terão nascido vivas por mulher em idade fértil, admitindo que as mulheres de uma determinada idade se encontrarão sujeita às taxas de fecundidade das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 50 anos exatos observadas nesse determinado momento.

compreender o passado recente e o presente, mas, sobretudo, para poder estabelecer hipóteses de evolução futura.

É ainda neste contexto que emerge a nossa questão de partida, central a toda a investigação: compreender o papel dos fluxos migratórios na evolução da fecundidade em Portugal, enquanto contributo para *input* em previsões de curto prazo da componente fecundidade próxima futura.

Impõe-se contudo uma breve reflexão preliminar: Se Portugal estivesse “fechado” aos movimentos migratórios, toda a nossa análise seria apenas dirigida ao comportamento perante a fecundidade das mulheres em Portugal. No entanto, este não é um pressuposto válido!

Assim, é necessário incluir na análise os/as migrantes, i.e., os sujeitos empreendedores da ação migração, o que levanta desde a necessidade de procurar clarificar alguns conceitos que serão utilizados no decurso da investigação.

Tarefa particularmente difícil, porquanto nos deparamos frequentemente com diferentes definições de migrantes e particularmente de imigrantes (Rosa *et al*, 2004).

Na maioria dos estudos que abordam estas temáticas o mais comum passa por considerar como imigrantes os indivíduos com nacionalidade estrangeira. Não obstante ser um bom *proxy*, e a que também recorreremos nesta análise, esta abordagem poderá colocar algumas limitações, nomeadamente, no caso de Portugal.

Na verdade, nem todos os que, demograficamente falando, empreenderam a ação de imigrar para o nosso país, aqui passando a residir, serão indivíduos de nacionalidade estrangeira, e, em contrapartida, nem todos os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal empreenderam esta mesma ação de imigrar, logo não seriam considerados imigrantes, como será o caso dos nascidos em Portugal mas que têm nacionalidade estrangeira.

Temos ainda os cidadãos que adquiriram a nacionalidade portuguesa, antes estrangeira, independentemente de terem ou não imigrado para o nosso país e que leva a como que “diluição da descendência dos imigrantes entre os “nascidos em Portugal” e os «portugueses», o que provoca a

sua invisibilidade nas estatísticas” (Oliveira, I. T., Peixoto, J., 2012). Situação que nos últimos anos tem assumido valores relevantes em virtude do aumento do número de atribuições de nacionalidade portuguesa a cidadãos estrangeiros (*vide* Quadro A1 em Anexos).

A complexidade adensar-se-ia se quiséssemos ainda ter em conta a 2ª geração de imigrantes.

Não é assim despiciente que se procure categorizações de imigrantes que incluam o país de nascimento (naturalidade), solução que pode implicar outros problemas, como seja, a disponibilidade (ou a sua falta) de informação estatística relevante para a caracterização dos imigrantes ou de outros fenómenos que com eles se queiram relacionar e que necessite ter em conta o país de nascimento desses indivíduos.

Tomando como exemplo os resultados do censo 2011, a população residente em Portugal poderia ser classificada quanto à nacionalidade (portuguesa ou estrangeira) e naturalidade (portuguesa ou estrangeira) (*vide* Quadro A2, em Anexos), sendo que, do total de indivíduos residentes em Portugal em 31 de Março de 2011: 3,7% eram cidadãos estrangeiros; 8,3% tinham nascido no estrangeiro (logo, imigrado para Portugal); entre os cidadãos de nacionalidade portuguesa, 5% nascera no estrangeiro; entre os cidadãos de nacionalidade estrangeira, 7,2% tinham nascido em Portugal; do total de residentes nascidos fora de Portugal, mais de metade (58%) detinha cidadania portuguesa, que poderá ter sido obtida pelo nascimento ou adquirida posteriormente.

Esta síntese resume bem a complexidade de análise e reforça a pertinência de incluir, sempre que possível, a variável país de nascimento (dos pais dos nados vivos, no caso da natalidade) neste tipo de análises.

Os conceitos utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) afiguram-se como uma boa base de partida e particularmente útil enquanto principal fonte de dados desta investigação.

Começamos pela definição de imigrante, que nos remete para dois conceitos:

Imigrante permanente: Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período igual ou superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Imigrante temporário: Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período inferior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Desde logo e para uma clarificação, importará então saber o que se entende por nacionalidade e qual de ambos, ou se ambos, passa a ser considerado na população como residente, donde:

Nacionalidade: Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

População residente: Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Neste ponto, esclarecemos que apenas os imigrantes permanentes, independentemente da sua nacionalidade, interferem com a contagem ou estimativa de contagem da população residente. Logo, os imigrantes também podem ter nacionalidade portuguesa. E quanto ao país de nascimento?

Vejamos:

Naturalidade: Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

Então, se um indivíduo nasceu no estrangeiro e reside agora em Portugal, independentemente da sua nacionalidade, ou seja, pode ter nacionalidade portuguesa, é um imigrante, já que em algum momento “migrou”, neste caso, “imigrou” para Portugal. O que nos leva aos conceitos de:

Migração: Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).

Migração permanente: Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objetivo de aí fixar residência por um período igual ou superior a 1 ano.

Migração temporária: Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objetivo de aí fixar residência por um período inferior a 1 ano.

Relativamente aos impactos dos fluxos emigratórios na natalidade, ainda que em termos conceptuais se coloquem as mesmas dúvidas para a caracterização dos emigrantes já assinaladas para a caracterização de imigrantes, a dificuldade adensa-se, tornando-se importante a clarificação dos conceitos comuns e que serão adotados nesta investigação:

Emigrante permanente: Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Emigrante temporário: Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano.

Faltarão uma referência não menos importante quanto às limitações impostas pelos dados e que se prende com o facto de os dados estatísticos anuais sobre estrangeiros disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), e, nos quais assentam as estimativas disponibilizadas pelo INE, se reportarem apenas aos cidadãos legalmente residentes, não sendo diretamente comparáveis com dados resultantes, por exemplo, de operações censitárias, como sejam os censos 2011, ou de inquéritos que tenham na sua população alvo os imigrantes (como seja, por exemplo, o módulo *ad hoc* do inquérito Emprego de 2008, vocacionado para a integração no mercado de trabalho dos imigrantes e seus descendentes diretos).

Finalmente, e tendo em conta o objetivo desta investigação, afigura-se possível identificar 3 grupos distintos, que podem ter comportamentos diferenciados face à fecundidade e, conseqüentemente, ter influência sobre o número de nascimentos potenciais em Portugal:

- a) *não imigrantes/não emigrantes*⁵ – em que serão incluídos os indivíduos residentes em Portugal e nascidos em território nacional ou, quando tal não for possível, assumindo como *proxy* a nacionalidade portuguesa para esta categorização;
- b) *imigrantes* – em que serão incluídos os indivíduos residentes em Portugal e nascidos noutro país, ou, quando tal não for possível, assumindo como *proxy* a nacionalidade estrangeira para esta categorização;
- c) *emigrantes* – em que serão incluídos os indivíduos não residentes em Portugal, de nacionalidade portuguesa e/ou nascidos em Portugal.

⁵ Talvez o termo mais próximo seja o de “autóctone” porquanto se refere aos indivíduos naturais da terra onde habitam.

Ainda relativamente aos conceitos, e porque ao longo de todo o trabalho serão frequentemente utilizados, importará esclarecer a diferença subjacente à utilização dos termos “natalidade” e “fecundidade”.

Ainda que usados muitas vezes de forma indistinta ou em sobreposição, o termo “natalidade” é habitualmente empregue para falar do papel dos nascimentos na dinâmica demográfica, recorrendo-se ao termo “fecundidade” como uma forma mais restrita ou de análise mais pormenorizada (Estee *in* Siegel, 2004).

Ou seja, em análise demográfica, se o número de nascimentos permite uma análise evolutiva e comparativa, particularmente quando se utiliza indicadores como a taxa bruta de natalidade, indicador relevante para analisar a contribuição da natalidade para o crescimento da população, ou a comparação entre duas unidades geográficas distintas, mas que apresenta algumas limitações, porquanto referido à totalidade da população residente nessa mesma unidade geográfica, já uma análise mais pormenorizada exige que se tenha em conta informação também mais detalhada, que inclua variáveis que podem afetar o número de nascimentos, como seja a dimensão e composição etária da população feminina em idade fértil (habitualmente considerada no grupo etário dos 15 aos 49 anos de idade), recorrendo-se a indicadores como a taxa de fecundidade geral, as taxas de fecundidade específicas por idade ou o índice sintético de fecundidade.

Assim, será usado o termo natalidade quando reportado aos nascimentos e ao seu papel na dinâmica populacional e o termo fecundidade quando reportado à relação mais estrita dos nascimentos com a população feminina em idade fértil.

Depois desta incursão pelos termos e conceitos basilares nesta investigação, bem como identificados os 3 grandes grupos sobre os quais esta se desenvolverá, e, retomando a questão central, estabeleceram-se 3 objetivos, que a seguir se detalham.

(1) Identificação dos comportamentos, no que respeita à decisão de fecundidade, dos imigrantes comparativamente aos não imigrantes, em Portugal

Tendo por referência a investigação de Maciel (2012), segundo a qual variáveis caracterizadores dos indivíduos, tais como a perceção da saúde, a perceção de felicidade, o rendimento familiar, o facto de ter ou não parceiro, o nível educacional, a idade, o facto de ter crianças em casa, e, até mesmo, a perceção sobre os papéis de género, podem influenciar de forma significativa a intenção de vir a ter (mais) filhos num futuro próximo em Portugal (Maciel *et al*, 2012b), não esquecendo a importância de outras variáveis, como sejam fatores socioeconómicos ou as características individuais, como idade, situação conjugal, nível educacional ou condição perante o trabalho, podem assumir na intenção quer na decisão de ter (mais) filhos, podemos conjecturar que outras características individuais como sejam o país de nacionalidade, o país de naturalidade ou o país de residência, assim como a caracterização destas decorrente em imigrantes, não imigrantes e emigrantes, poderão também ter influência sobre a intenção de ter (mais) filhos.

Neste sentido, refira-se o estudo de Neyer (2011), relativo à sociedade italiana, onde o ligeiro aumento da fecundidade dos últimos anos poderá ser atribuído, em parte, à chegada de um número crescente de mulheres estrangeiras, sendo expectável a forte heterogeneidade no comportamento reprodutivo das mulheres estrangeiras, relacionada com o país de origem, já que diferentes países têm diferentes calendários reprodutivos, diferentes razões para a migração em que as mulheres que chegam por motivos de trabalho podem precisar de mais tempo para se adaptar e decidir ter filhos no país de acolhimento face à sua situação familiar e à idade antes da migração.

A situação em Portugal afigura-se muito semelhante.

A designada “nova vaga imigratória” do final do século XX e início do século XXI tem como particularidade a alteração dos fluxos imigratórios para Portugal oriundos principalmente dos países africanos de língua portuguesa (PALP), facilitados neste processo imigratório pelas redes sociais já

estabelecidas, para uma diversificação dos países de origem, de que se destacam, sobretudo, Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia, pelas diferenças relativas. E se, então, o principal motivo para a migração era a procura de trabalho, a decisão assentaria também numa lógica familiar, sobretudo quando neste percurso se incluem os dois cônjuges, a reunificação familiar assumia um peso relevante, especialmente no caso das mulheres (Ormond, Fonseca, & Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005).

Esta nova vaga imigratória produziu efeitos na dinâmica demográfica e o impacto na natalidade revela a heterogeneidade de comportamentos das diferentes comunidades estrangeiras residentes em Portugal, como já referido em Rosa *et al* (2004) num estudo sobre os comportamentos demográficos dos imigrantes onde foi dada particular relevância ao comportamento face à fecundidade vivos dos estrangeiros residentes em Portugal e se concluiu, não obstante as limitações imposta pelos dados disponíveis, que as comunidade de nacionalidade africana e asiática apresentavam índices sintéticos de fecundidade mais elevados que os relativos à população portuguesa, ainda que inferiores aos dos países de origem.

Posteriormente, Rebelo *et al* (2009) refere o caso dos imigrantes africanos e em particular dos Cabo-Verdianos em Portugal como uma comunidade estrangeiras já estabelecida em Portugal, em que a formação de família e a reunificação familiar serão ainda motores de fluxos de migração, sublinhando-se o “sincretismo que torna estes imigrantes detentores duma identidade étnica”, porquanto concentrados em comunidades que mantém a afirmação das próprias culturas “vivendo numa espécie de mundo à parte, construído à imagem e semelhança das suas terras de origem mas com os constrangimentos decorrentes do facto de estarem no mundo ocidental”. Ainda segundo estes autores, o aumento da percentagem de nados vivos em que pelo menos um dos pais era de nacionalidade estrangeira refletiam de forma evidente a crescente influência de cidadãos de nacionalidade estrangeira na natalidade em Portugal, destacando-se ainda a alteração do perfil das nacionalidades dos estrangeiros a residir em Portugal, com base na análise das principais nacionalidades das mães.

Atendendo ainda às conclusões de Baganha e Marques (2006), a “súbita e inesperada vaga migratória (imigrantes oriundos de países do Leste Europeu) veio alterar drástica e substancialmente a composição da imigração em Portugal”, sendo que estes imigrantes teriam características sociodemográficas particulares, com um perfil predominantemente, masculino, essencialmente em idades ativas, características de novos fluxos de imigração laboral, casados ou em união de facto, relacionado com a reunificação familiar, com níveis de educação superiores aos da população nacional ou com a população imigrante proveniente de países terceiros, denotando “fortes indícios de adaptação funcional”.

Será também de esperar comportamentos diferenciados face à fecundidade?

“Os estudos sobre o nível de fecundidade dos estrangeiros têm registado alguma heterogeneidade entre os padrões de fecundidade, com a fecundidade dos imigrantes africanos a ultrapassar a média nacional e a superar a fecundidade dos imigrantes brasileiros e europeus, por exemplo” (Oliveira, I. T., Peixoto, J., 2012).

Embora a intenção dos indivíduos em vir a ter (mais) filhos seja um processo contingente, porquanto se deve enquadrar dentro de um percurso de vida (Morgan & Rackim, 2010), sujeito a eventuais constrangimentos de diversas ordens ou natureza, e dependente da aquisição dos recursos e oportunidades necessários à sua concretização (Ajzen, 1991), podemos considerá-la, ainda assim, como um bom preditor da fecundidade (Bumpass, 1987; Rindfuss, Morgan & Swicegood, 1988; Thomson, 1997; Westoff & Ryder, 1977, *in* Schoen *et al.* 1999), nomeadamente tendo em conta a forte correlação encontrada entre a intenção de vir a ter (mais) filhos num determinado momento e a percentagem de indivíduos que vêm a ter efetivamente filhos nos anos imediatamente seguintes (Schoen *et al.* 1999), não esquecendo a importância de outras variáveis, como sejam fatores socioeconómicos ou as características individuais, como idade, situação conjugal, nível educacional, condição perante o trabalho, podem assumir na intenção quer na decisão de ter (mais) filhos.

Assim, e assente no objetivo (1), assumiu-se que:

(H1) Na sociedade portuguesa, as mulheres imigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as mulheres não imigrantes.

Tomando como grupo de referência os imigrantes por contraponto com os não imigrantes, depois de testada a hipótese (H1) e no pressuposto da sua validação, é indispensável perceber que outros fatores se conjugam como determinantes da decisão de fecundidade das mulheres imigrantes – ter ou não parceiro, ter ou não emprego, ter ou não educação superior, nacionalidade, sexo, idade; e de que forma diferentes características influenciam a probabilidade de ter intenção de vir a ter (mais) filhos, assumiu-se ainda que:

(H2) Na sociedade portuguesa, as mulheres imigrantes têm maior probabilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as não imigrantes, variando essa probabilidade em função da condição perante o trabalho, nível de instrução e idade .

(2) Identificação dos comportamentos, no que respeita à decisão de fecundidade, dos emigrantes portugueses comparativamente aos não emigrantes

Se indubitavelmente os fluxos imigratórios exercem influência na natalidade e fecundidade em Portugal, haverá também que contar com a influência dos fluxos emigratórios, já que, também estes tendem a ocorrer sobretudo em populações em idade ativa e, por consequência, em idade fértil no caso particular das mulheres.

No passado recente, a emigração portuguesa, mesmo nos anos em que a imigração atingiu níveis elevados recolhendo particular interesse quer da comunidade científica, quer dos *media*, ou dos decisores políticos, não podemos esquecer que a emigração continuou a ocorrer nos anos 90 e no decorrer dos últimos anos, num contexto que conjuga antigos e novos destinos, usando como suporte as redes sociais já existentes em países de destino mais tradicional, como sejam a Suíça, Luxemburgo ou França, a que se soma a facilitação da mobilidade internacional, a proximidade cultural (Angola) ou geográfica (Espanha) no desenhar de novos destinos. Para além de novos destinos, os perfis dos emigrantes portugueses também se alteraram sendo agora “mais jovens, mais mulheres, mais qualificados” (Malheiros, 2010).

Face à crescente dimensão dos fluxos emigratórios a que Portugal assiste nos últimos anos, e, como refere Malheiros (2010) “Atendendo aos cenários de evolução da economia portuguesa que têm sido traçados para os próximos anos, a emigração portuguesa não tenderá a reduzir-se sendo mesmo muito provável que se acentue no curto prazo”, importará perceber como estes poderão estar a afetar o número de nascimentos em Portugal, o que nos leva a colocar nova hipótese:

(H3) As mulheres portuguesas emigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as mulheres portuguesas não emigrantes.

Testando a nossa hipótese (H3) e no pressuposto da sua validação, afigura-se pertinente procurar quantificar o número de nascimentos que teriam ocorrido em Portugal, caso não tivessem ocorrido fluxos migratórios nos anos mais recentes, assumindo-se que:

(H4) Se nos anos mais recentes não tivessem emigrado mulheres residentes em Portugal o número de nascimentos em Portugal nestes anos seria maior, na medida em que as portuguesas emigrantes evidenciam uma fecundidade diferenciada relativamente às não emigrantes. A atual crise económica e financeira, promovendo a emigração penaliza duplamente o país.

(3) Apresentar previsões para as taxas de fecundidade específicas por idade para mulheres de nacionalidade portuguesa e estrangeira residentes em Portugal

Tal como já referido, ainda que a intenção dos indivíduos em vir a ter (mais) filhos seja um processo contingente, enquadrado em um percurso de vida, sujeito a eventuais constrangimentos de diversas ordens ou natureza, e dependente da aquisição dos recursos e oportunidades necessários à sua concretização, podemos considerá-la, ainda assim, como um bom preditor da fecundidade, dada a forte correlação encontrada entre a intenção de vir a ter (mais) filhos num determinado momento e a percentagem de indivíduos que vêm a ter efetivamente filhos nos anos imediatamente seguintes.

As intenções reprodutivas suscitaram interesse de investigação em meados dos anos 1950, sobretudo pela ideia subjacente de que as preferências dos indivíduos tem um valor preditivo do número de filhos que aqueles pessoas podem vir a ter, ainda que tendam a sobrestimar a fecundidade intencional, donde o interesse que tal pode ter para previsões de fecundidade, sobretudo para explicar de forma diferencial o comportamento face à fecundidade entre diferentes países ou diferentes subgrupos dentro das sociedades (Testa, 2012).

Assim, e após testados os pressupostos apresentados em (H4), afigura-se como pertinente testar se:

(H5) O comportamento de fecundidade em Portugal no futuro próximo é diferente nas mulheres portuguesas e estrangeiras, contribuindo ambos para o declínio da fecundidade em Portugal.

A verificação desta hipótese (H5) implicará a previsão de taxas de fecundidade específicas por idade para mulheres de nacionalidade portuguesa e de nacionalidade estrangeira, o que nos leva a assumir que:

(H6) Diferentes cenários possíveis de imigração e de emigração de mulheres em idade fértil traduzem-se em diferenças no número de nascimentos previsíveis num futuro próximo, com agravamento do envelhecimento da sociedade portuguesa.

2.3. Dados e métodos

Para além de uma análise da bibliografia existente sobre natalidade, fecundidade e migrações e a relação entre estas, o estudo passa pela (1) análise descritiva dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística relativamente a estatísticas de nados vivos, incluindo as seguintes variáveis: ano de nascimento, residência da mãe, nacionalidade da mãe, nacionalidade do pai, idade da mãe e ordem de nascimento; estimativas de população residente em Portugal, por sexo, idade e nacionalidade; e, de forma complementar, pelos dados disponíveis no portal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e realização de cálculos para obtenção de indicadores não disponíveis, com base nos dados disponibilizados, caracterizando a evolução da natalidade e da fecundidade no passado recente na sociedade portuguesa e efetuando comparações com os dados disponibilizados pelo EUROSTAT relativamente a indicadores de natalidade e fecundidade para o conjunto dos 27 países da União Europeia, assim como com os países designados como países do Sul da Europa, com a disponibilização de alguns indicadores pelo Istituto Nazionale di Statistica (a que se devem agradecimentos ao Instituto Nacional de Estatística de Itália, na pessoa do Dr. Marco Marsili); (2) análise descritiva da influência dos recentes fluxos migratórios na natalidade e fecundidade em Portugal; (3) ensaio sobre o resultado de uma hipotética “não emigração” de mulheres em idade fértil na natalidade e fecundidade; (4) modelização diferencial do comportamento em termos de intenção de fecundidade futura para mulheres imigrantes *versus* mulheres não imigrantes e para mulheres emigrantes *versus* das mulheres não emigrantes; e, (5) modelização diferencial de previsões de curto prazo de taxas de fecundidade específicas por idade para mulheres de nacionalidade portuguesa e de nacionalidade estrangeira, (6) simulação da aplicação dos resultados obtidos nestes modelos em diferentes cenários de evolução de fluxos migratórios.

3. Natalidade e fecundidade em Portugal: O passado recente (1980 a 2012)

3.1. Evolução e caracterização da natalidade

Inicia-se a análise da evolução e caracterização da natalidade em Portugal com a apresentação da evolução do número de nascimentos registados em Portugal desde 1900 e até 2012 (Figura 1).

Nas duas primeiras décadas do século XX, excluindo os valores observados em 1911 e 1912 (230,0 e 207,9 milhares, respetivamente), o número de nados vivos⁶ oscilou entre 165,2 milhares em 1900 e 195,2 milhares em 1915⁷.

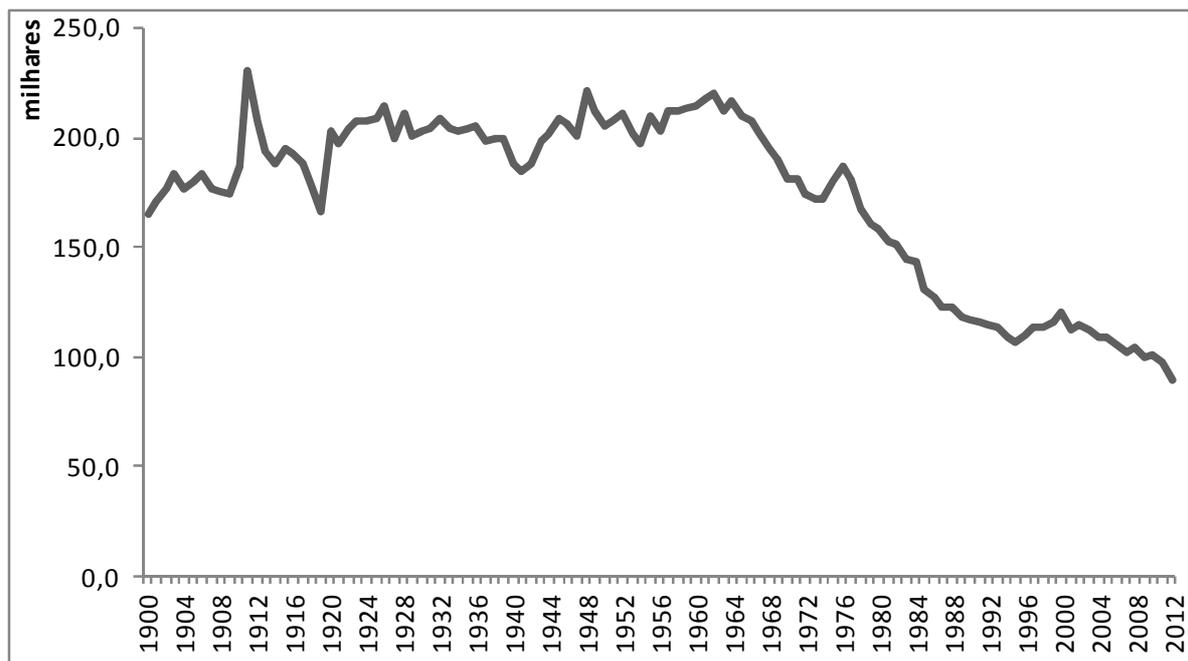
Ao declínio dos valores observado nos anos de 1916 a 1919 poderá associar-se a influência da Primeira Guerra Mundial. De 1921 até meados da década de sessenta, o número de nados vivos rondou os 200 milhares, com exceção dos anos coincidentes com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, em que se registaram valores inferiores, havendo depois uma recuperação, mas que não se assemelha ao fenómeno “*baby boom*” registado em países diretamente envolvidos no conflito e onde se registaram aumentos consideráveis da natalidade nos anos pós Segunda Guerra Mundial.

Em função da dimensão temporal focalizou-se a análise nos anos correspondentes às duas últimas décadas.

⁶ De acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde, “live birth refers to the complete expulsion or extraction from its mother of a product of conception, irrespective of the duration of the pregnancy, which, after such separation, breathes or shows any other evidence of life - e.g. beating of the heart, pulsation of the umbilical cord or definite movement of voluntary muscles - whether or not the umbilical cord has been cut or the placenta is attached. Each product of such a birth is considered live born”. O que traduzido se entende como “a expulsão ou extração completa, relativamente ao corpo materno e independentemente da duração da gravidez, do produto da fecundação que, após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contração efetiva de qualquer músculo sujeito à ação da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado, quer não, e quer a placenta esteja ou não retida (INE). No decorrer do texto, é a este conceito de nascimento com vida que se reporta, sempre que se mencionar nado vivo ou nascimento

⁷ É o decreto de lei de 18 de Fevereiro de 1911 que introduz em Portugal o cariz de obrigatoriedade da inscrição no registo civil, nomeadamente dos nascimentos, óbitos e casamentos. Com esta introdução da obrigatoriedade deve ser considerada a possibilidade de o “pico” observado em 1911 e 1912 estar inflacionado pela ocorrência de duplos registos, i.e., que os mesmos factos tenham sido transcritos dos registos paroquiais e em simultâneo objeto de registo civil.

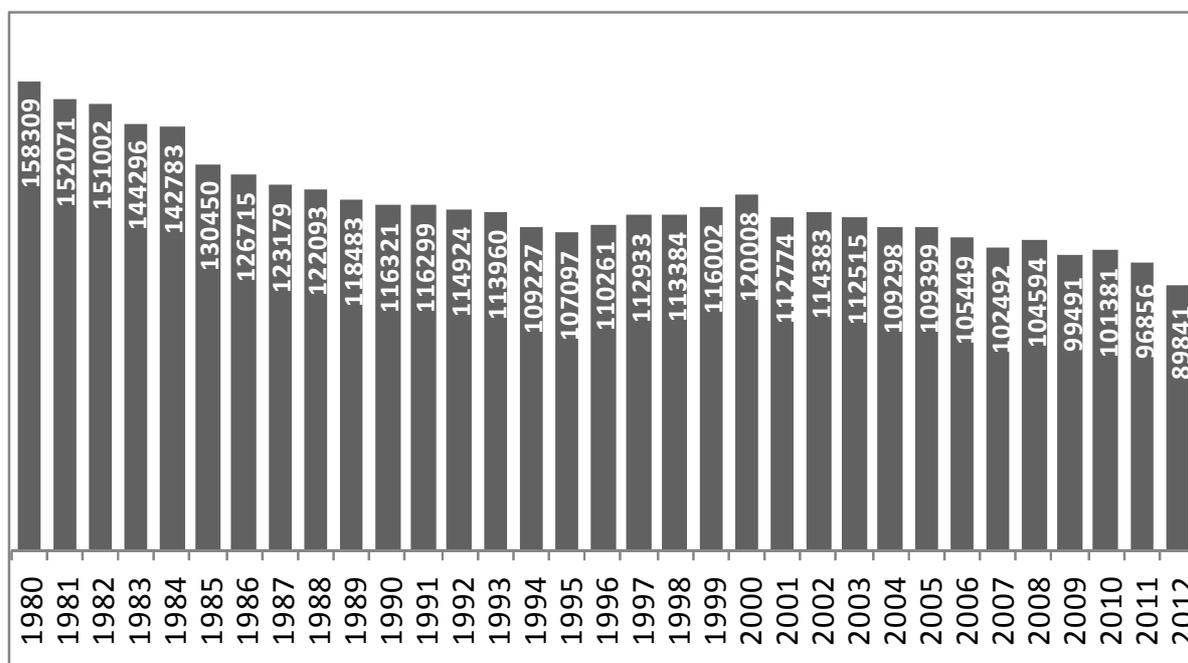
FIGURA 1 – NADOS VIVOS, PORTUGAL, 1900-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE (2013), Estatísticas Demográficas 2012

De 1980 a 2012, o número de nados vivos reduziu-se de 158,3 milhares em 1980 para 89,8 milhares em 2012, valor mais baixo desde que existem registos em Portugal (Figura 2).

FIGURA 2 – NADOS VIVOS, DE MÃES RESIDENTES EM PORTUGAL (Nº), PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE (2013), Estatísticas Demográficas 2012

A tendência de decréscimo apresenta uma inversão de 1996 até 2000, ano a partir do qual, ainda que com algumas oscilações, a tendência de declínio se mantém.

Em seguida, procedeu-se à análise da natalidade em Portugal no passado recente, através dos indicadores mais usuais, como a taxa bruta de natalidade, evolução do número de nascimentos em função da ordem de nascimento, proporção de nascimentos segundo a ordem de nascimento, no total de nascimentos, proporção de nascimentos segundo a filiação, no total de nascimentos, destacando no caso dos nados vivos fora do casamento os sem e com coabitação dos pais⁸, idade média ao nascimento do primeiro filho e de um filho, evolução do número de filhos de mães adolescentes⁹ e de mães em idade tardia¹⁰, assim como uma comparação de alguns destes indicadores a nível da UE27.

A taxa bruta de natalidade (TBN) é porventura a medida mais simples e comum de análise da natalidade, sendo habitualmente calculada para períodos anuais e para uma determinada unidade geográfica, por exemplo, o país.

Assim, a TBN_t – taxa bruta de natalidade no ano t , em Portugal - relaciona o número de nados vivos registados em Portugal (de mães aqui residentes) ocorridos no ano t – NV_t - e a população exposta ao risco desse mesmo ano, utilizando-se usualmente a população média como aproximação (Siegel, 2004) - PM_t – e expressa-se em número de nados vivos por mil habitantes, podendo a sua fórmula de cálculo escrever-se como:

$$TBN_t = \frac{NV_t}{PM_t} \times 1000 \quad (1)$$

⁸ Entende-se por coabitação a “situação de toda a pessoa que, independentemente do seu estado civil (legal), viva em situação idêntica à de casado...” (INE).

⁹ De acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde, são adolescentes os indivíduos com idades entre os 10 e os 19 anos completos (Adolescents – young people between the ages of 10 and 19 years), definição que será adotada no presente estudo relativamente às mães adolescentes onde serão consideradas as mulheres que tiveram filhos até aos 19 anos completos.

¹⁰ Entende-se por fecundidade tardia a fecundidade em mulheres com 35 ou mais anos completos (Almeida, 2002).

Sendo P_t a população no final do ano t e P_{t-1} a população no final do ano $t-1$, a população média pode ser calculada como:

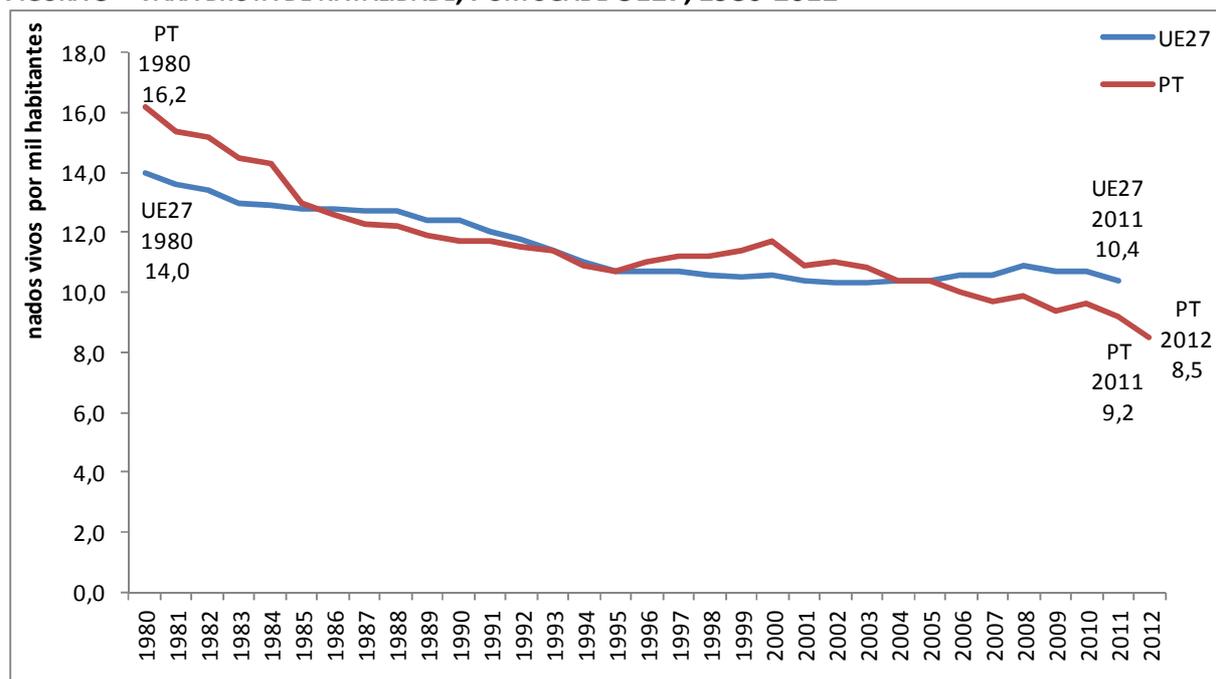
$$PM_t = \frac{P_t + P_{t-1}}{2} \quad (2)$$

A tendência generalizada de decréscimo do número de nados vivos tem resultado numa tendência de descida da TBN, particularmente acentuada nos anos mais recentes, considerando que, entre 1995 e 2000, a tendência poderia oferecer algum otimismo de recuperação que não se manteve, antes pelo contrário, nos anos posteriores.

Entre 1980 e 2012, esta reduziu-se de 16,2 nados vivos por mil habitantes para apenas 8,5 nados vivos por mil habitantes (Figura 3).

Embora a tendência de declínio seja extensível aos países da UE27, esta tem sido mais acentuada em Portugal, comparativamente com a média da UE27, que em 2011 (último ano disponível) era de 10,4 nados vivos por mil habitantes, valor superior ao de Portugal para o mesmo ano (9,2 nados vivos por mil habitantes).

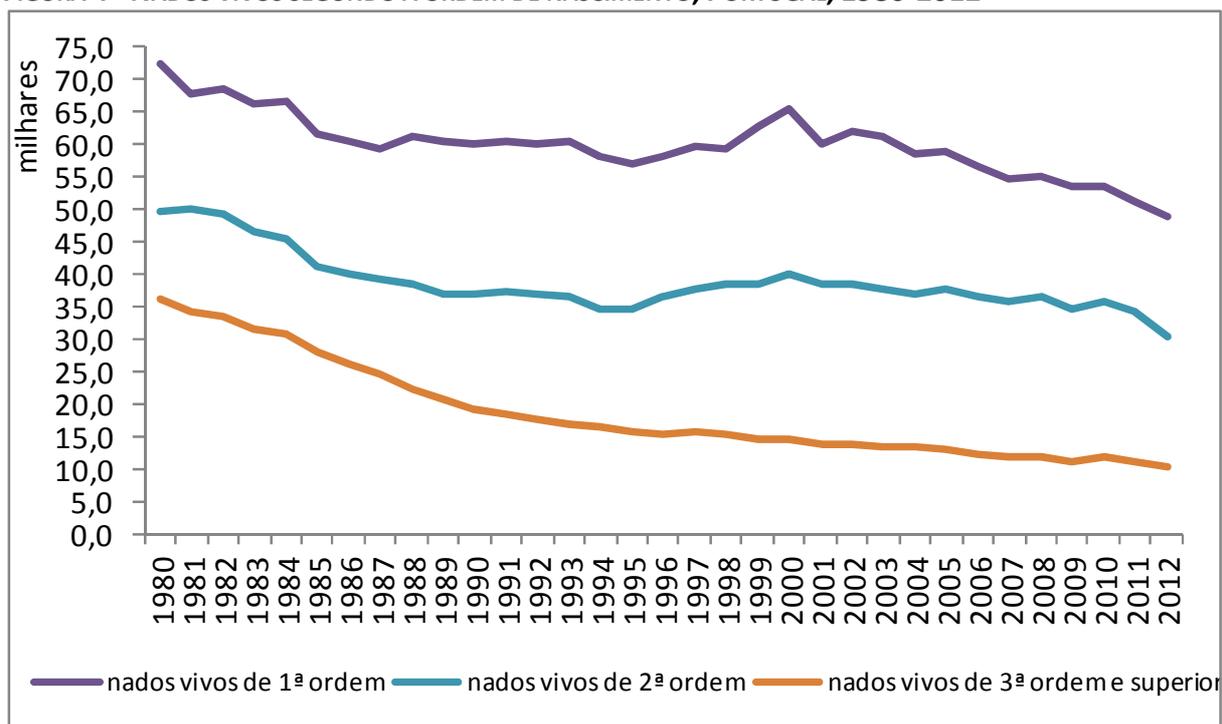
FIGURA 3 – TAXA BRUTA DE NATALIDADE, PORTUGAL E UE27, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE (2013), Estatísticas Demográficas 2012 e EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acedido em 18/04/2013

Se, entre 1980 e 2012, o número de nascimentos de crianças com vida de mães residentes em Portugal decresceu em cerca de 43%, ao analisar a evolução relativamente à ordem de nascimento verifica-se que este declínio é suportado essencialmente pelo decréscimo acentuado de nascimentos de terceira ordem ou superior (Figura 4) que se reduziu em cerca de 71% neste mesmo período. Já o número de nascimento de primeiros filhos sofreu um declínio de cerca de 33% e o de nascimentos de segundos filhos um declínio de cerca de 39%.

FIGURA 4 - NADOS VIVOS SEGUNDO A ORDEM DE NASCIMENTO, PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 18/04/2013

Mas, igualmente importante, é a evolução da proporção de primeiros, segundos e terceiros filhos, no total de nascimentos.

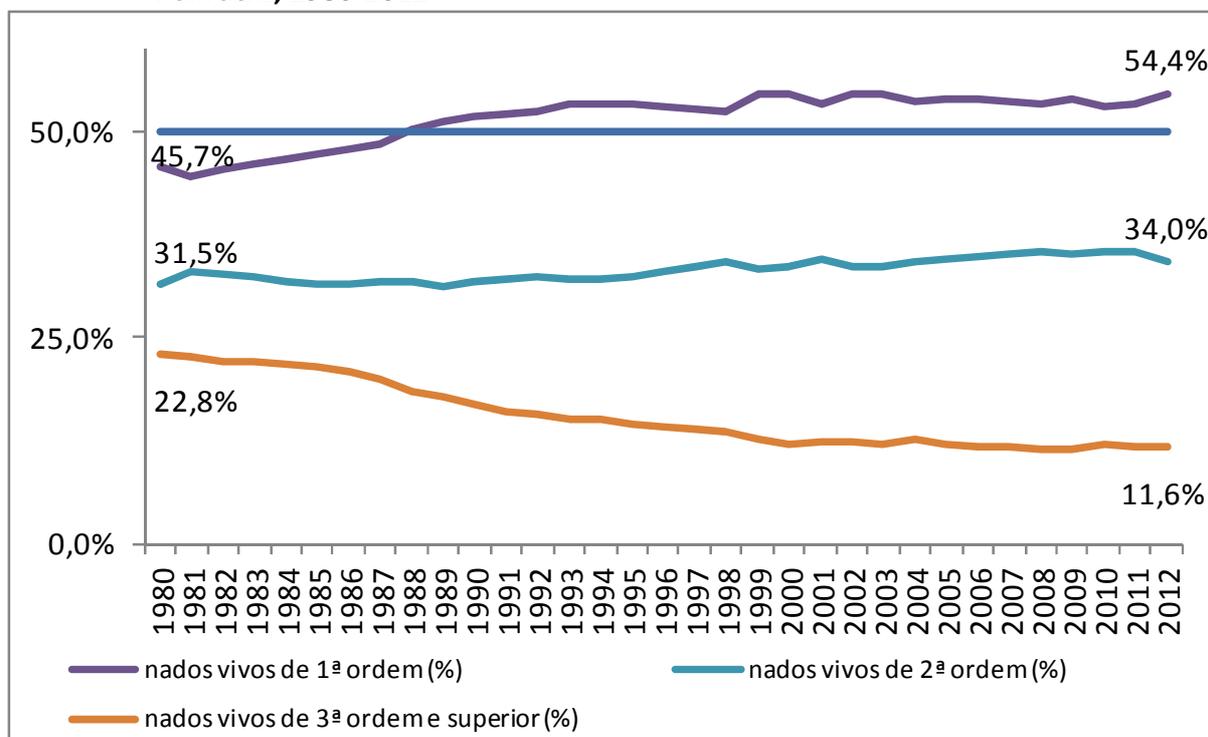
Em Portugal, desde 1988 a percentagem de nados vivos de primeira ordem, ou seja de primeiros filhos, ultrapassou os 50% (Figura 5).

Entre 1980 e 2012, a proporção de primeiros filhos no total de nados vivos de mães residentes em Portugal passou de 45,7% para 54,4%, um acréscimo de 8,7 pontos percentuais que representa uma taxa de crescimento de cerca de 19%.

A percentagem de segundos filhos passou de 31,5% para 34,0%, um acréscimo de 2,5 pontos percentuais que corresponde a uma taxa de crescimento de cerca de 8%, ou seja menos de metade do que aconteceu com os nados vivos de primeira ordem (ou primeiros filhos).

A percentagem de nados vivos de terceira ordem ou superior passou de 22,8% para 11,6%, um decréscimo de 11,2 pontos percentuais que representa uma taxa de crescimento negativa de cerca de -49%, ou seja, caiu para cerca de metade.

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS NADOS VIVOS SEGUNDO A ORDEM DE NASCIMENTO, PORTUGAL, 1980-2012



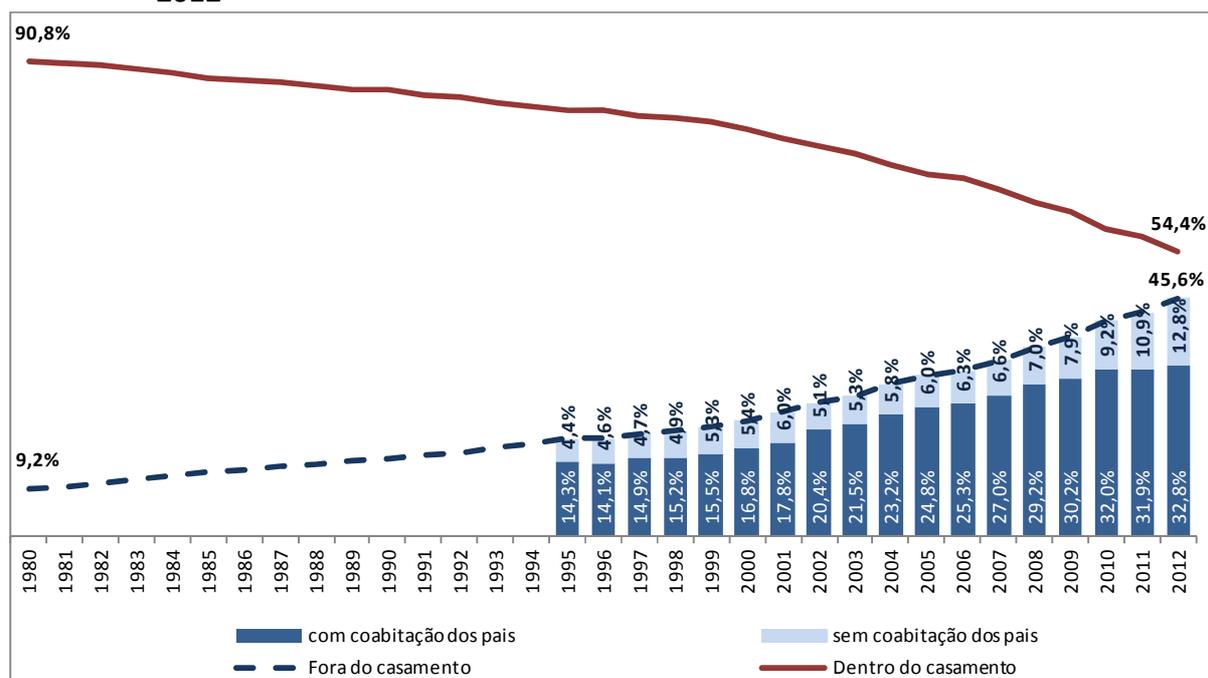
Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acessado em 18/04/2013

A comparação com outros países da UE27 não é tarefa fácil, já que os dados disponíveis no EUROSTAT relativos às ordens de nascimento reportam apenas até 2007, com diversas interrupções e não são facultadas para todos os países. Assim, neste item, não incluímos na análise a comparação com outros países da UE27.

No final do século, onde tantas alterações em termos da importância da instituição casamento e nas formas de conjugalidade, emergiram diferentes tipos de família, assistindo-se “ao que podemos entender enquanto modernização da vida familiar (Aboim e Wall, 2002), Portugal não foi alheio a todos estas transformações (Bandeira, 1996).

Relativamente à filiação, em Portugal o número de nados vivos registados fora do casamento, i.e., em que os pais não são legalmente casados, tem vindo a aumentar progressivamente: entre 1980 e 2012 a sua proporção no total de nados vivos passou de 9,2% para 45,6% (Figura 6). Estes podem referir-se a pais solteiros, divorciados, separados ou em união de facto.

FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS NADOS VIVOS SEGUNDO A FILIAÇÃO, PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 18/04/2013

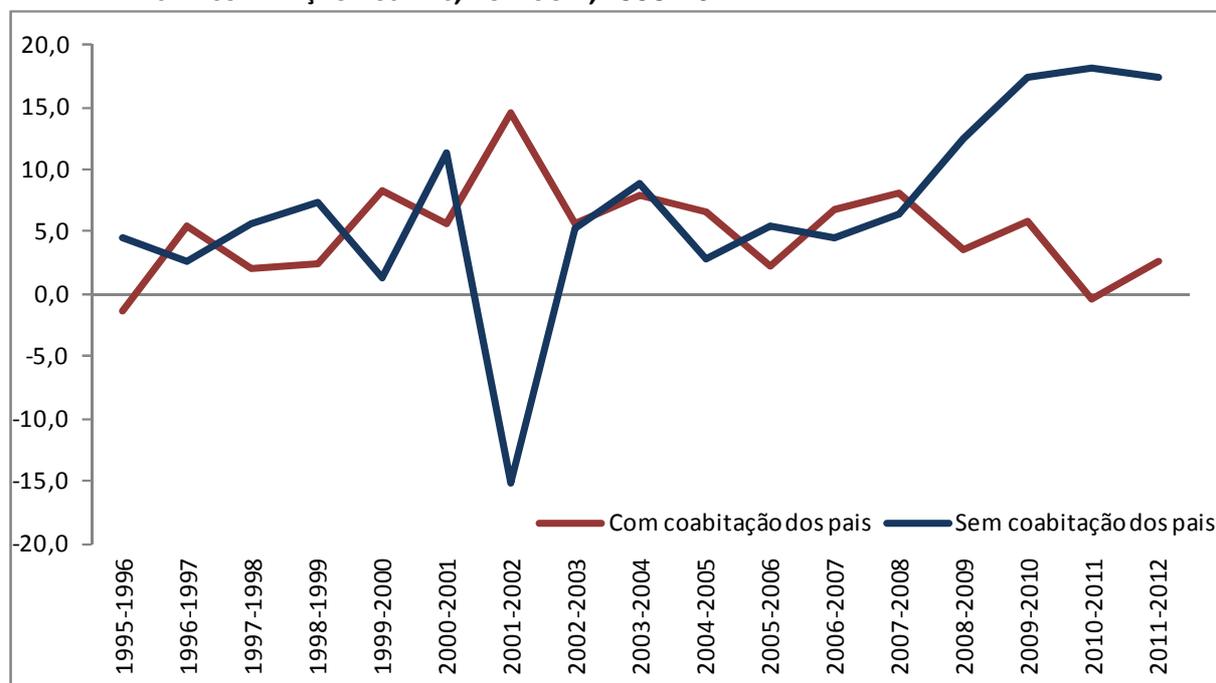
Somente a partir de 1995, em Portugal, o verbete estatístico de recolha de informação sobre os nados vivos passou a discriminar dentro dos nascimentos fora do casamento aqueles em que os pais viviam, ou não, em coabitação.

A leitura dos dados de 1995 a 2012, permite constatar que o acentuado acréscimo de nascimentos fora do casamento assenta, sobretudo, nos nascimentos em que os pais não são casados mas vivem em coabitação, apontando assim para uma intensificação de outras formas de família, em que o nascimento dos filhos dentro do casamento, com vínculo legal, parece ter perdido importância relativa.

Convém, contudo, referir que o peso relativo dos nados vivos nascidos fora do casamento mas em que os pais viviam em coabitação, face ao total de nados vivos, passou de 14,3% para 32,8% entre 1995 e 2012 – ou seja, em 18 anos mais do que duplicou. Contudo, a proporção de nados vivos de pais não casados e não vivendo em coabitação aumentou, entre 1995 e 2012, de 4,4% para 12,8%, ou seja, quase triplicou nestes 18 anos.

Sublinhe-se ainda que o ritmo de crescimento da proporção de nados vivos de pais não casados mas em coabitação foi muito semelhante ao ritmo de crescimento da proporção de nados vivos de pais não casados e não vivendo em coabitação até 2008, ano a partir do qual o ritmo de crescimento destes últimos foi bastante mais acentuado, destacando-se do ritmo de crescimento da proporção de nados vivos de pais não casados mas vivendo em coabitação, que apresenta inclusivamente uma tendência de declínio nestes mesmos anos, verificando-se o oposto relativamente aos nados vivos de pais não casados e não vivendo em coabitação (Figura 7).

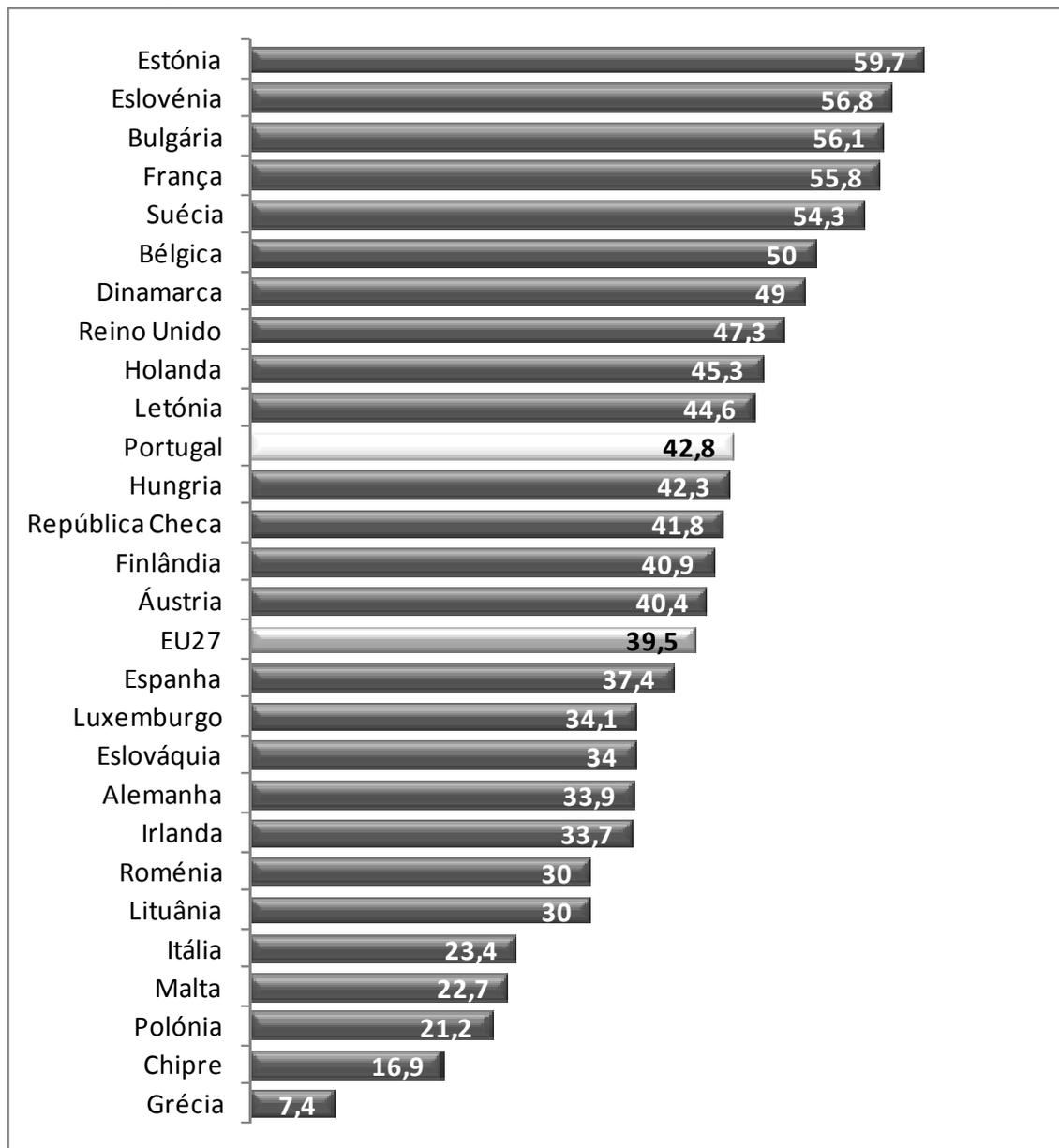
FIGURA 7 - TAXAS DE VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL DOS NADOS VIVOS FORA DO CASAMENTO, COM E SEM COABITAÇÃO DOS PAIS, PORTUGAL, 1995-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 18/04/2013

Em 2011, Portugal apresentava uma percentagem de nados vivos fora do casamento superior à média da UE27 – 42,8% e 39,5%, respetivamente (Figura 8).

FIGURA 8 – PERCENTAGEM DE NADOS VIVOS FORA DO CASAMENTO, ESTADOS MEMBROS DA UE27, 2011



Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acessado em 18/04/2013

Entre o conjunto de países do Sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), apenas Portugal apresentava uma percentagem acima da média europeia. Em Espanha a percentagem de nados vivos fora do casamento situava-se nos 37,4%, em Itália nos 23,4% e na Grécia apenas em 7,4%, valor mais reduzido de toda a UE27.

A tendência de aumento da percentagem de nados vivos fora do casamento é transversal a todos os países da UE27 (Quadro A1, em ANEXOS), ainda que em ritmos bastante diferenciados.

Por exemplo, no Chipre, apesar da percentagem mais baixa no conjunto de países da UE27 em 2011, o crescimento foi o mais acentuado entre 1980 e 2011; por outro lado, a Suécia que detinha um dos valores mais elevados em 2011 estava entre os países em que o ritmo de crescimento foi menor; Espanha, Itália e Grécia que tinham em 2011 valores inferiores aos de Portugal apresentaram um ritmo de crescimento entre 1980 e 2011 superior ao de Portugal.

A distribuição dos nascimentos em função da idade das mães constitui um outro indicador que nos permite caracterizar o calendário da natalidade segundo a idade das mães.

O aumento da importância relativa dos nascimentos de primeira ordem face ao total de nascimentos, nomeadamente face aos nascimentos de terceira ordem e superior, poderá ser entendido como uma das razões da redução do intervalo entre a idade média ao nascimento do primeiro filho e a idade média ao nascimento de um filho, em Portugal, já que, como referido anteriormente, desde finais da década de oitenta do século XX que o número de primeiros filhos passou a ser superior a metade do total de nados vivos, verificando-se simultaneamente uma progressiva redução da proporção de nados vivos de terceira ordem ou superior.

Por outro lado, o facto de termos em Portugal uma idade média ao nascimento do primeiro filho ligeiramente mais baixa que nos restantes países do Sul da Europa, conjugado com a elevada percentagem de nascimentos de primeira ordem, sustenta a diferença que encontramos na idade média ao nascimento de um filho.

Quadro 1 – Percentagem de nados vivos fora do casamento, Estados Membros da UE27, 1980-2011

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011		
União Europeia (27 países)														19,8	20,7	21,8	23,6	25,1	26,4	27,4	28,7	29,7	31,0		33,1	34,3	35,2	36,3	37,3	38,3	39,5		
Bélgica	4,1	4,5	5,2	5,7	6,3	7,1	7,9	9,1	10,7	11,3	11,6	12,6	13,6	14,6	15,8	17,3	21,0	23,2	25,5	28,0	30,2	32,5	34,7	36,9	39,4	40,9	43,2	44,6	45,5	46,0	50,0		
Bulgária	10,9	10,3	11,4	11,3	11,4	11,7	11,0	10,8	11,0	11,4	12,4	15,5	18,5	22,1	24,5	25,7	30,0	31,5	35,1	38,4	42,0	42,8	46,1	48,7	49,0	50,8	50,2	51,1	53,4	54,1	56,1		
República Checa	5,6	5,8	6,4	6,8	7,2	7,3	7,4	7,2	7,6	7,9	8,6	9,8	10,7	12,7	14,6	15,6	17,8	19,0	20,6	21,8	23,5	25,3	28,5	30,6	31,7	33,3	34,5	36,3	38,8	40,3	41,8		
Dinamarca	33,2	35,7	38,3	40,6	41,9	43,0	43,9	44,5	44,7	46,1	46,4	46,5	46,4	46,8	46,9	46,5	45,1	44,8	44,9	44,6	44,6	44,6	44,9	45,4	45,7	46,4	46,1	46,2	46,8	47,3	49,0		
Alemanha	11,9	12,8	14,3	15,4	16,0	16,2	16,1	15,7	15,7	15,5	15,3	15,1	14,9	14,8	15,4	16,1	18,0	20,0	22,1	23,4	25,0	26,1	27,0	27,9	29,2	30,0	30,8	32,1	32,7	33,3	33,9		
Estónia												25,3	27,2	31,2	34,0	38,2	41,0	44,2	51,6	52,5	54,2	54,5	56,2	56,3	57,8	58,0	58,5	58,2	57,8	59,0	59,2	59,1	59,7
Irlanda	5,9	6,2	7,2	7,9	8,0	8,5	9,7	10,9	11,9	12,8	14,6	16,9	18,0	19,9	20,8	22,3	26,8	28,7	31,1	31,5	31,3	31,2	31,2	31,9	31,8	32,7	32,8	33,4	33,4	33,8	33,7		
Grécia	1,5	1,6	1,5	1,6	1,7	1,8	1,8	2,1	2,1	2,1	2,2	2,4	2,6	2,8	2,9	3,0	3,5	3,8	3,9	4,0	4,3	4,4	4,8	5,1	5,1	5,3	5,8	5,9	6,6	7,3	7,4		
Espanha	3,9	4,4	5,1	5,2	6,8	8,0	8,0	8,3	9,1	9,4	9,6	10,0	10,5	10,8	10,8	11,1	13,1	14,5	16,3	17,7	19,7	21,7	23,4	25,1	26,5	28,4	30,2	33,2	34,5	35,5	37,4		
França (Metropolitana)	11,4	12,7	14,2	15,8	17,8	19,6	21,9	24,1	26,3	28,2	30,1	31,8	33,2	34,9	36,1	37,6	40,0	40,7	41,7	42,6	43,7	44,3	45,2	46,4	47,4	49,5	50,7	51,6	52,9	54,1	55,0		
Itália	4,3	4,4	4,7	4,9	5,1	5,4	5,6	5,8	5,8	6,1	6,5	6,7	6,7	7,4	7,8	8,1	7,0	8,7	9,2	9,7	9,9	10,9	13,0		15,2	16,2	17,7	18,9	19,8	21,5	23,4		
Chipre	0,6	0,5	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,7	0,8	1,1	0,8	1,0	1,4	1,6	2,1	2,2	2,3	2,5	3,5	3,5	3,3	4,4	5,6	8,7	8,9	11,7	15,2	16,9			
Letónia	12,5	12,9	13,2	13,5	14,3	14,4	15,0	15,5	15,5	15,9	16,9	18,4	19,6	23,0	26,4	29,9	34,8	37,1	39,1	40,3	42,1	43,1	44,2	45,3	44,6	43,4	43,0	43,1	43,5	44,1	44,6		
Lituânia	6,3	6,9	7,3	7,5	7,2	7,0	7,0	7,1	6,5	6,7	7,0	7,0	7,9	9,1	10,9	12,8	16,5	18,0	19,8	22,6	25,4	27,9	29,5	28,7	28,4	29,6	29,2	28,5	27,9	28,7	30,0		
Luxemburgo	6,0	7,1	6,2	8,1	8,2	8,7	10,2	11,0	12,1	11,6	12,8	12,2	12,7	12,9	12,8	13,1	16,8	17,5	18,6	21,9	22,3	23,2	25,0	26,1	27,2	28,8	29,2	30,2	32,1	34,0	34,1		
Hungria	7,1	7,4	7,7	8,3	8,8	9,2	9,5	10,4	11,9	12,4	13,1	14,2	15,6	17,6	19,4	20,7	25,0	26,6	28,0	29,0	30,3	31,4	32,3	34,0	35,0	35,6	37,5	39,5	40,8	40,8	42,3		
Malta	1,1	0,9	0,9	0,7	0,7	1,2	1,5	1,2	1,7	1,7	1,8	2,0	2,3	2,2	2,9	4,6	5,8	7,6	9,6	10,6	13,2	14,3	16,3	19,1	20,0	22,3	24,9	25,4	27,4	25,2	22,7		
Holanda	4,1	4,8	5,9	7,0	7,7	8,3	8,8	9,3	10,2	10,7	11,4	12,0	12,4	13,1	14,3	15,5	19,2	20,8	22,7	24,9	27,2	29,1	30,7	32,5	34,9	37,1	39,5	41,2	43,3	44,3	45,3		
Áustria	17,8	19,5	21,6	22,4	21,5	22,4	23,3	23,4	21,0	22,6	23,6	24,8	25,2	26,3	26,8	27,4	28,8	29,5	30,5	31,3	33,1	33,8	35,3	35,9	36,5	37,2	38,3	38,8	39,3	40,1	40,4		
Polónia	4,8					5,0						6,2	6,6	7,2	8,2	9,0	9,5	11,0	11,6	11,7	12,1	13,1	14,4	15,8	17,1	18,5	18,9	19,5	19,9	20,2	20,6	21,2	
Portugal	9,2	9,5	10,0	10,7	11,5	12,3	12,8	13,2	13,7	14,5	14,7	15,6	16,1	16,9	17,8	18,6	19,5	20,1	20,8	22,2	23,8	25,5	26,9	29,1	30,7	31,6	33,6	36,2	38,1	41,3	42,8		
Roménia														17,0	18,3	19,7	22,2	23,0	24,1	25,5	26,7	26,7	28,2	29,4	28,5	29,0	26,7	27,4	28,0	27,7	30,0		
Eslovénia	13,1	14,1	15,2	16,9	18,2	19,1	19,7	21,8	22,6	23,3	24,5	26,4	27,7	28,0	28,8	29,8	32,7	33,6	35,4	37,1	39,4	40,2	42,5	44,8	46,7	47,2	50,8	52,8	53,6	55,7	56,8		
Eslováquia	5,7	5,7	5,9	6,0	6,2	6,6	6,8	7,1	6,8	7,2	7,6	9,0	9,8	10,6	11,7	12,6	15,1	15,3	16,9	18,3	19,8	21,6	23,3	24,8	26,0	27,5	28,8	30,1	31,6	33,0	34,0		
Finlândia	13,1	13,3	13,6	14,0	15,1	16,4	18,0	19,2	20,6	22,9	25,2	27,4	28,9	30,3	31,3	33,1	36,5	37,2	38,7	39,2	39,5	39,9	40,0	40,8	40,4	40,5	40,6	40,7	40,9	41,1	40,9		
Suécia	39,7	41,2	42,0	43,7	44,6	46,4	48,4	49,9	50,9	51,8	47,0	48,2	49,5	50,4	51,6	53,0	54,1	54,7	55,3	55,3	55,5	56,0	56,0	55,4	55,4	55,5	54,8	54,7	54,4	54,2	54,3		
Reino Unido	11,5		14,1	15,4	17,0	18,9	21,0	22,9	25,2	26,6	27,9	29,8	30,8	31,8	32,0	33,5	36,8	37,6	38,8	39,5	40,1	40,6	41,5	42,3	42,9	43,7	44,4	45,4	46,3	46,9	47,3		

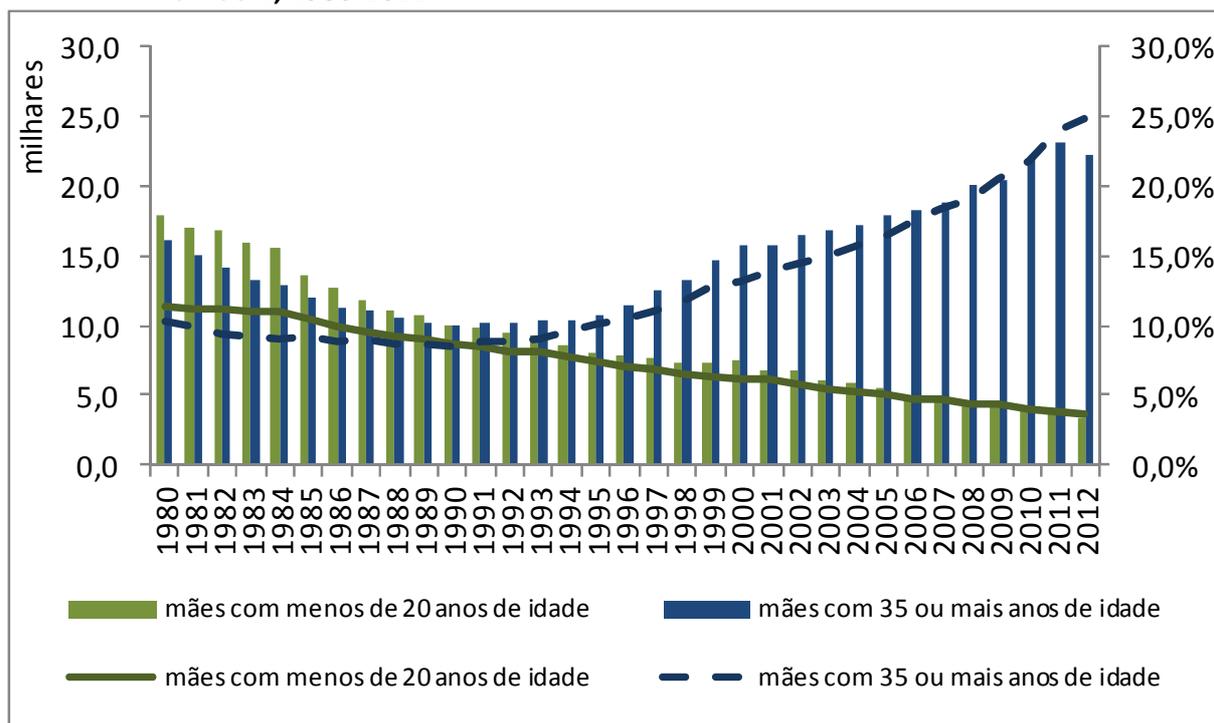
Fonte: Elaboração própria com base em INE, EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acessado em 18/04/2013

Nota: No caso da “França” apresentam-se os valores para a “França Metropolitana” (França com inclusão da ilha de Córsega) por apresentar uma série completa, sendo os valores quase idênticos aos de “França”.

Entre 1980 e 2012 torna-se evidente o adiamento dos nascimentos nas mulheres residentes em Portugal. Depois de um profundo declínio na idade média ao nascimento dos filhos após 25 de Abril de 1974, a recuperação é lenta e mais visível a partir da década de 80. O adiamento dos nascimentos é transversal a todos os países europeus e poderá ser considerado um dos fatores associado aos baixos níveis do índice sintético de fecundidade (Oliveira, 2008; Mendes, 2012; Sobotka, 2004).

Ainda naquele período, observou-se, em Portugal, uma tendência de decréscimo da maternidade precoce (convencionalmente considerada como a maternidade até aos 19 anos completos, ou de mães adolescentes) em simultâneo com um aumento da maternidade tardia (i.e., de mães com 35 ou mais anos de idade) (Figura 9).

FIGURA 9 – NADOS VIVOS DE MÃES RESIDENTES EM PORTUGAL COM MENOS DE 20 ANOS E DE MÃES COM 35 E MAIS ANOS DE IDADE (EM MILHARES E EM PERCENTAGEM DO TOTAL), PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acessado em 18/04/2013

Nota: As escalas utilizadas nos eixos verticais não são iguais.

Se o número de nados vivos se reduziu entre 1980 e 2012 em cerca de 43%, o número de nados vivos de mães com menos de 20 anos de idade (mães adolescentes) reduziu-se, no mesmo período, de

forma ainda mais acentuada: cerca de 82% (o número registado de nascimentos com vida de mães residentes em Portugal e com idades inferiores a 20 anos passou de 17 968 em 1980 para 3 301 em 2012). Esta linha tendencial é reforçada se analisarmos a evolução da percentagem de nados vivos de mães nestas idades no total de nados vivos que diminui de 11,3% em 1980 para apenas 3,7% em 2012 (o seu peso relativo diminui assim cerca de um terço).

Assim, em 1980 por cada 1000 nascimentos 113 eram de mães adolescentes e em 2012 apenas 37. Em contrapartida e no mesmo período temporal (de 1980 a 2012), verificou-se um acréscimo da maternidade tardia, ainda que em valores inferiores aos decréscimos observados na maternidade nas mães adolescentes.

De facto, no mesmo contexto de queda da natalidade, o número de nados vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos apresentou uma tendência inversa, tendo aumentado em cerca de 38% (o número registado de nascimentos de mães residentes em Portugal e com idades superiores a 34 anos passou de 16 183 em 1980 para 22 308 em 2012).

Em termos de peso relativo, a proporção de nados vivos de mães nestas idades aumentou entre 1980 e 2012 de 10,2% para 24,8% (mais do dobro) do total de nascimentos de mães residentes em Portugal.

Isto é, se em 1980 por cada 1000 nascimentos 102 eram de mães em idades tardias (com 35 anos completos ou mais), em 2012 já eram 248.

Em síntese, entre 1980 e 2012, observou-se uma redução do número de nascimentos e consequentemente da natalidade. Esta redução em simultâneo com o aumento da população residente em Portugal, traduziu-se no decréscimo da taxa bruta de natalidade, o que levou também a que Portugal apresente agora uma TBN inferior à média da UE27, o que não acontecia em 1980.

A redução do número de nascimentos resulta de um declínio de nascimentos em todas as ordens (nascimentos de 1ª, 2ª, 3ª ordem e superior). Todavia, no período em análise, a proporção de

primeiros filhos aumentou, tal como a proporção de segundos filhos, ainda que com um aumento menor, e, a proporção de nascimentos de terceira ordem ou superior diminuiu consideravelmente.

A queda da natalidade é acompanhada por transformações no comportamento em termos de casamento que se refletem (1) num significativo aumento do número de nascimentos fora do casamento, registando-se em 2012 um valor percentual superior ao da média da UE27 e superior aos dos países do Sul da Europa; embora esta tendência seja transversal a toda a Europa, os países com valores de partida mais baixos experienciaram uma aceleração no ritmo de crescimento dos nascimentos fora do casamento, mantendo os países pioneiros desta tendência (como sejam, por exemplo, os países Nórdicos) um crescimento moderado; (2) no adiamento na idade das mulheres em que ocorrem os nascimentos, diminuição do número de nascimentos de mães adolescentes e comportamento oposto nos nascimentos em mães com idades superiores a 34 anos completos ou mais, considerada como fecundidade tardia.

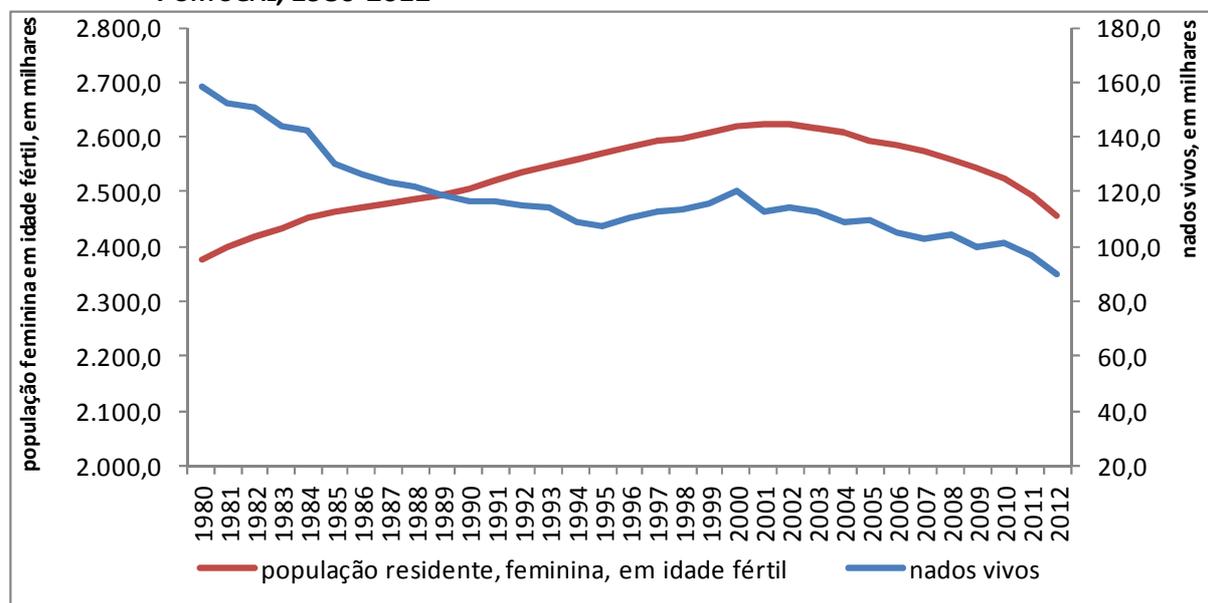
Importará então analisar a evolução da fecundidade no mesmo período, relacionando os nascimentos ocorridos com a população feminina em idade fértil.

3.2. Evolução e caracterização da fecundidade

Num contexto de tendência de decréscimo da natalidade em Portugal, para além das alterações na estrutura etária das populações femininas em idade fértil, tradicionalmente considerada como o intervalo entre os 15 e os 49 anos completos, que possam ter influenciado aquele declínio mas que só por si não chegam para justificar o declínio da natalidade, verificou-se uma alteração nos padrões de fecundidade das mulheres residentes em Portugal.

De facto, se o número de nados vivos apresenta uma tendência de declínio entre 1980 e 2012 (apesar de uma ligeira recuperação no final dos anos 90 do século XX), as estimativas de população residente em Portugal apontam para uma redução do número de mulheres em idade fértil desde o início do corrente século (Figura 10).

FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL E DO NÚMERO DE NADOS VIVOS, PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

Nota: Para melhor visualização as escalas utilizadas nos eixos verticais não são iguais.

Assim, procedeu-se à análise da fecundidade em Portugal no passado recente, através de indicadores como a taxa de fecundidade geral, as taxas de fecundidade específicas por idade e o índice sintético

de fecundidade, quer para o total de nascimentos quer para os nascimentos de primeira ordem, efetuando comparações com os países da UE27.

Não obstante a simplicidade de cálculo e a sua relevância como indicador da contribuição da natalidade para o crescimento da população, numa perspetiva analítica a TBN apresenta algumas limitações, nomeadamente porque influenciada pelo efeito da estrutura populacional, e, também, porque sabendo que a natalidade pode ser influenciada por diferentes fatores, como sejam, a composição da população por sexos e idades ou os fluxos migratórios, os seus reflexos não são devidamente caracterizados por este indicador (Siegel, 2004; Nazareth, 2004).

A taxa de fecundidade geral (TFG), sendo uma medida simples e que requer pouca informação detalhada, permite uma análise limitada à população em risco de “dar à luz”, ou seja, a população feminina em idade fértil, habitualmente considerada dos 15 aos 49 anos completos, recorrendo-se à média anual, apresentando assim um nível de análise que permite isolar parte do efeito da estrutura populacional, excluindo os homens e as mulheres fora do intervalo fértil. Considerando o número de nados vivos ocorridos no ano t (NV_t) e a população média feminina dos 15 aos 49 anos de idade ($PMF_{15-49,t}$), a taxa de fecundidade geral, habitualmente expressa por número de nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil, no ano t (TFG_t) é dada pela fórmula:

$$TFG_t = \frac{NV_t}{PMF_{15-49,t}} \times 1000 \quad (3)$$

As taxas de fecundidade específicas por idades ($f_{i,t}$), idade a idade ou por grupos etários, permitem uma análise mais rigorosa ao nível do comportamento face à fecundidade, controlando totalmente o efeito da estrutura populacional. A sua representação gráfica que, habitualmente, se denomina como curva de fecundidade, quando analisada em diferentes períodos oferece uma perspetiva das tendências e das diferenças nos padrões de fecundidade, quer quanto à área sob a curva, quer quanto às idades em que as mães têm os filhos (posicionamento das curvas).

Considerando o número de nados vivos de mães da idade i ocorridos no ano t – $NV_{i,t}$ – e a população média feminina na idade i no ano t – $PMF_{i,t}$ – as taxas de fecundidade específicas por idade, expressas em número de nados vivos de mulheres de uma determinada idade, habitualmente expressas por 1000 mulheres dessa idade, no ano t ($f_{i,t}$) são dadas pela fórmula:

$$f_{i,t} = \frac{NV_{i,t}}{PMF_{i,t}} \quad (4)$$

A mesma fórmula pode ser aplicada no cálculo das taxas de fecundidade específicas por grupos etários.

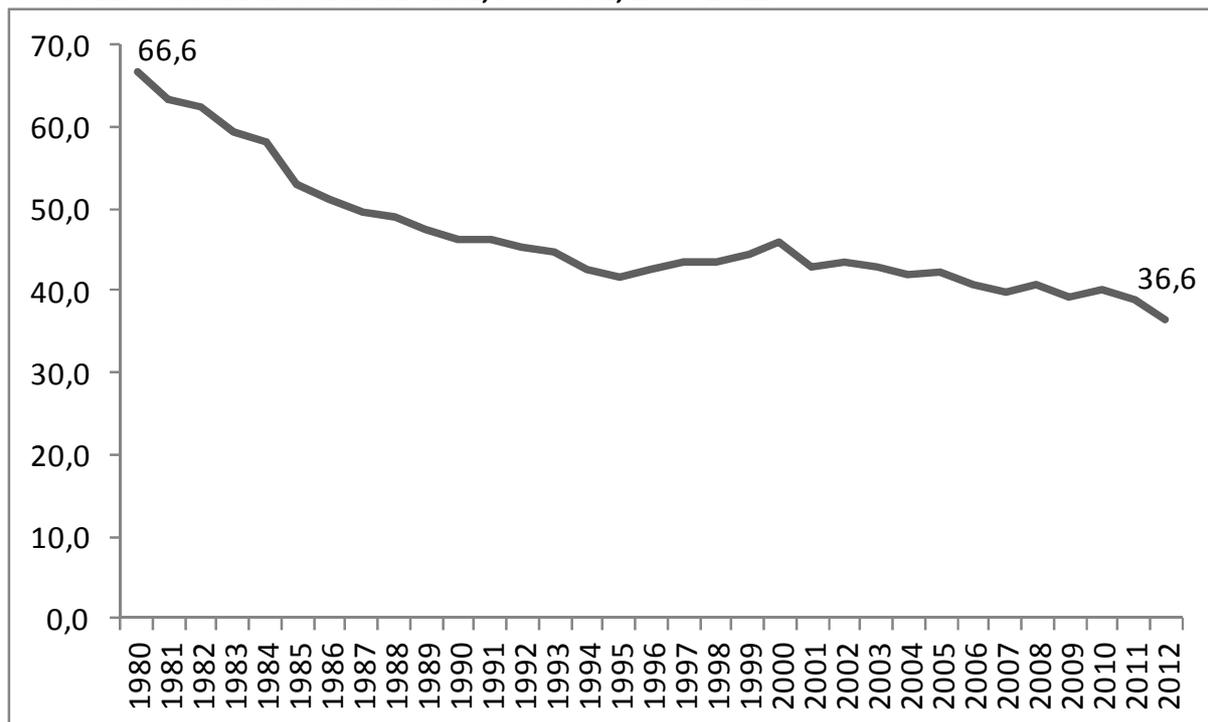
Calculado com base nas taxas de fecundidade, o índice sintético de fecundidade (ISF), porquanto se constitui como uma medida ajustada que tem em conta a população feminina em idade fecunda, revela-se como um dos indicadores de síntese mais pertinentes de análise. Indicador calculado em transversal, representa o número médio de crianças que terão nascido vivas por mulher em idade fértil, admitindo que as mulheres de uma determinada idade se encontrarão sujeita às taxas de fecundidade das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 50 anos exatos observadas nesse determinado momento, habitualmente um ano, o índice sintético de fecundidade¹¹ num determinado ano t – ISF_t – obtém-se pela aplicação da fórmula:

$$ISF_t = \sum_{i=15}^{i=49} f_{i,t} \quad (5)$$

A taxa de fecundidade geral apresenta uma tendência muito semelhante à taxa bruta de natalidade, tendo diminuído de cerca de 67 para cerca de 37 nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil entre 1980 e 2012 (Figura 11), o que representa uma diminuição de cerca de -45%.

¹¹ Indicador diferente da descendência média, não analisada neste trabalho, cujo cálculo decorre da soma das taxas de fecundidade multiplicadas pela amplitude do intervalo de classe (Nazareth, 2004).

FIGURA 11 – TAXA DE FECUNDIDADE GERAL, PORTUGAL, 1980-2012



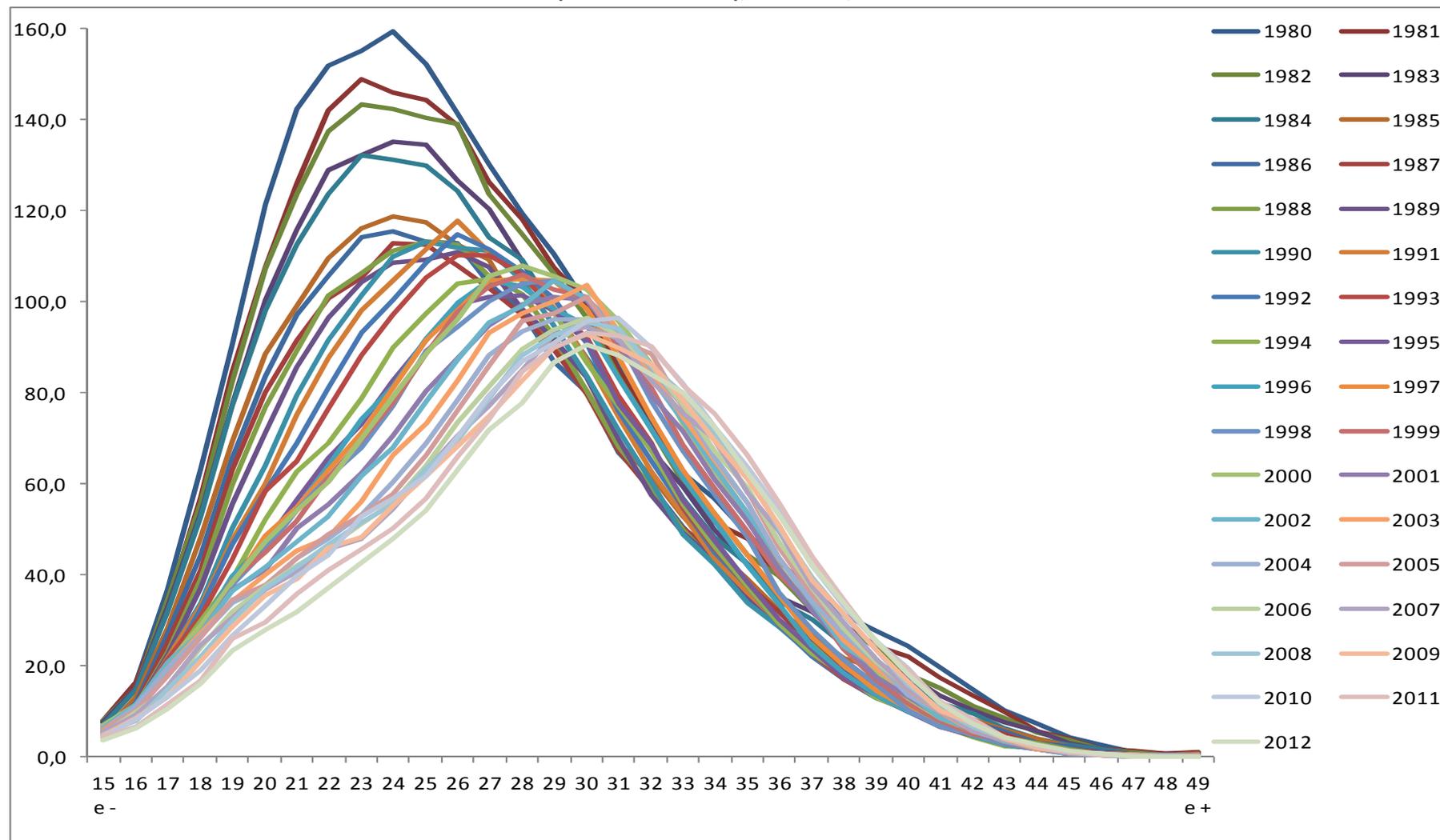
Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

Contudo, uma análise em função das idades da fecundidade, possibilita a identificação de padrões distintos de evolução.

Designemos por “*H*”, a idade em que a fecundidade atinge seu o nível máximo.

A partir da representação gráfica das taxas de fecundidade específicas por idades (Figura 12), das mulheres residentes em Portugal, é possível observar duas tendências principais entre 1980 e 2012: a redução da área sob as curvas; e, a deslocação de *H* para idades mais elevadas - tendências que traduzem, simultaneamente, o declínio e o adiamento da fecundidade.

FIGURA 12 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

Nota: Uma vez que se registaram nados vivos em mães com idades inferiores a 15 anos, bem como superiores a 49 anos, foram agrupados os valores extremos nas classes “15 e -” (idade da mãe igual ou inferior a 15 anos) e “49 e +” (idade da mãe igual ou superior a 49 anos), usando no cálculo a população média de 15 e de 49 anos de idade, respetivamente.

Entre 1980 e 1990 assiste-se a uma redução generalizada das taxas de fecundidade específicas por idades, particularmente acentuada entre 1980 e 1985, mantendo-se H nos 24 anos (Figura 13).

Entre 1985 e 1990 observa-se novo declínio, menos acentuado, nomeadamente nas idades inferiores aos 25 anos, idade para a qual se desloca H , assistindo-se a uma recuperação nas idades, grosso modo, entre os 27 e os 31 anos de idade.

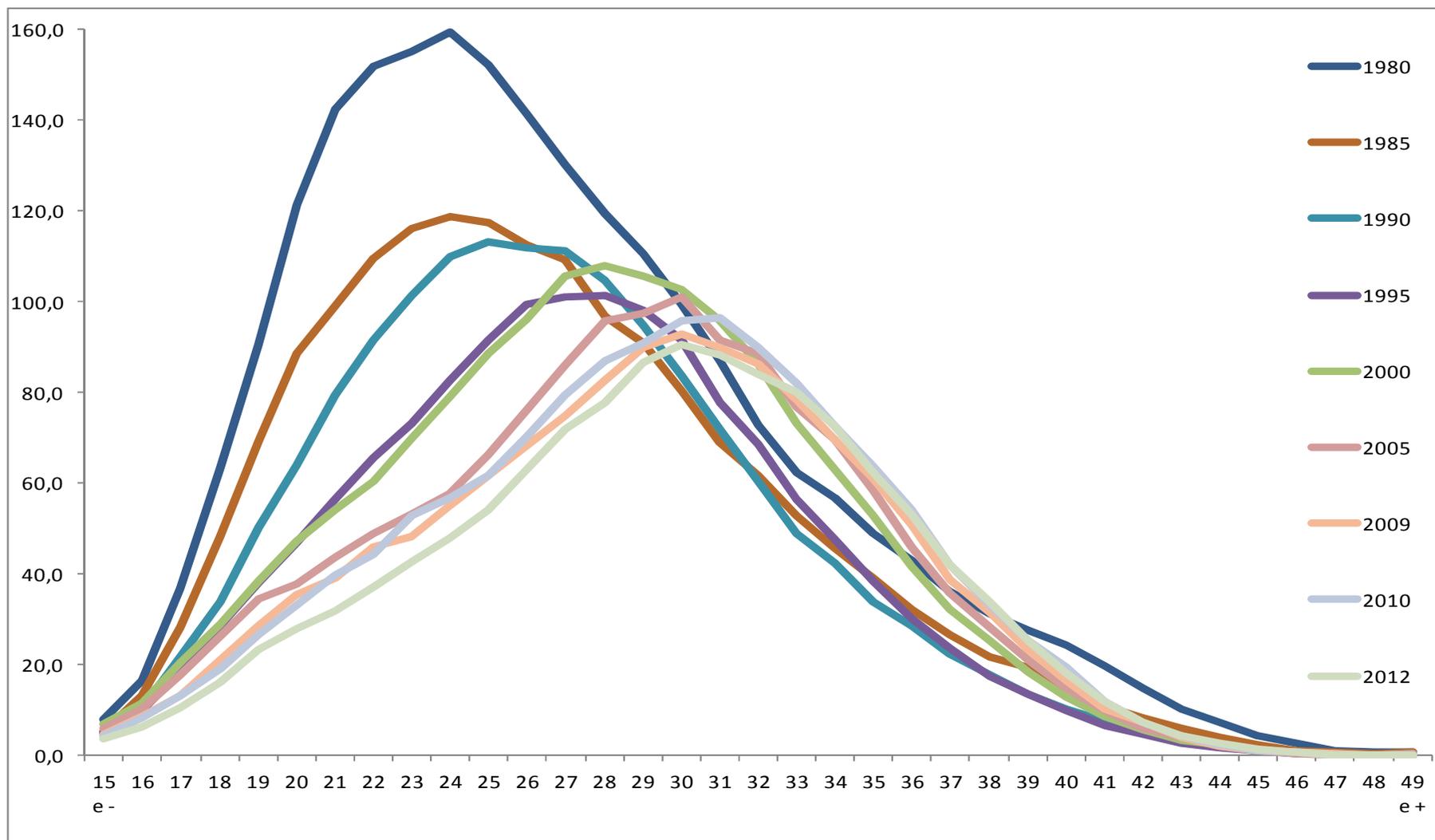
O decréscimo das taxas de fecundidade mantém-se entre 1990 e 1995, deslocando-se H , agora de forma mais acentuada (na década precedente aumenta 1 ano, neste quinquénio aumenta 3 anos), para os 28 anos de idade. Neste quinquénio mantém-se o aumento do valor das taxas de fecundidade nas idades acima de H , indiciando uma recuperação da fecundidade em idades mais elevadas, pese embora esta recuperação não seja suficiente para recuperar os níveis de fecundidade geral de anos anteriores e em idades mais jovens.

Entre 1995 e 2000, H mantém-se nos 28 anos e acentua-se a tendência de recuperação da fecundidade em idades mais elevadas (logo desde os 27 anos), mas, desta feita, não havendo perdas significativas nas idades mais jovens, consegue-se um aumento da fecundidade, ainda que não para níveis de anos anteriores.

Entre 2000 e 2005 a fecundidade volta a baixar, resultado do decréscimo das taxas de fecundidade nas idades abaixo de H , que entretanto aumenta neste quinquénio para os 30 anos (mais 2 anos comparativamente a 2000), mantendo-se relativamente estáveis as taxas de fecundidade em idades mais elevadas.

Entre 2005 e 2010 H desloca-se para os 31 anos de idade, regista-se um ligeiro aumento do valor das taxas de fecundidade nas idades acima de H mas não o suficiente para recuperar os decréscimos nas outras idades, voltando, assim, a diminuir o nível de fecundidade.

FIGURA 13 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), PORTUGAL, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2011 E 2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

Assim, no primeiro quinquénio da década de 80 do século XX assiste-se a um forte declínio de todos os níveis de fecundidade, nos anos posteriores o que se destaca é um contínuo adiamento da fecundidade, com H a deslocar-se para idades cada vez mais tardias e com fortes declínios nas idades abaixo de H .

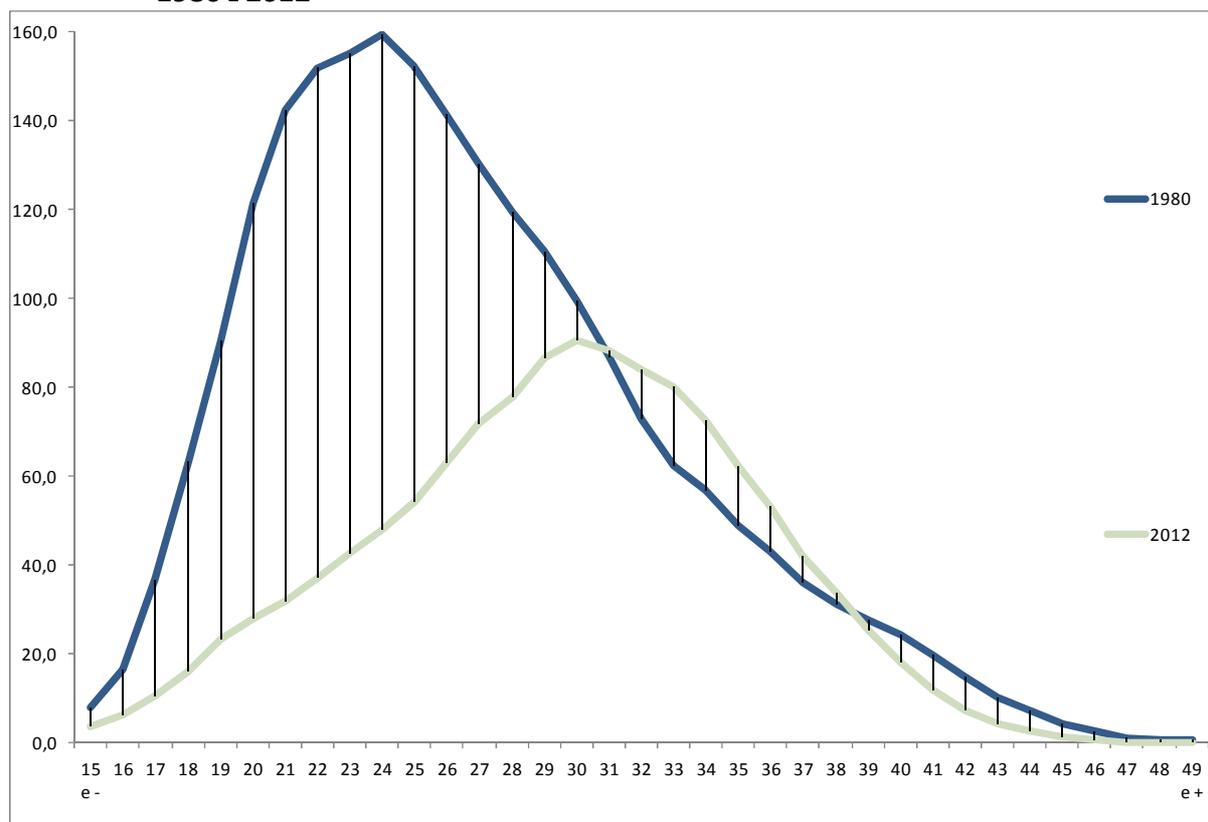
Se entre 1995 e 2000 a recuperação nas idades acima de H permite uma recuperação do nível da fecundidade, tal não se repete nos anos posteriores, pelo menos com a mesma intensidade.

Entre 2010 e 2012 o nível da fecundidade desce novamente, para o nível mais baixo já observado em Portugal.

O decréscimo do número de nados vivos não é apenas resultado de menos mulheres em idades fecundas, traduzindo já reflexos dos novos fluxos emigratórios, mas também da diminuição dos níveis de fecundidade em praticamente todas as idades, mais acentuadamente nas idades dos 20 aos 32 anos de idade.

Em síntese, entre 1980 e 2012, observou-se um declínio acentuado nas taxas de fecundidade até aos 30 anos e acima dos 38 anos de idade, a par com um ligeiro aumento entre os 31 e os 38 anos, aumento este que não consegue compensar as perdas, já referidas, nas idades mais jovens; a idade em que a taxa específica de fecundidade por idade atinge o máximo aumentou, neste período de 1980 a 2012, dos 24 para os 30 anos (Figura 14).

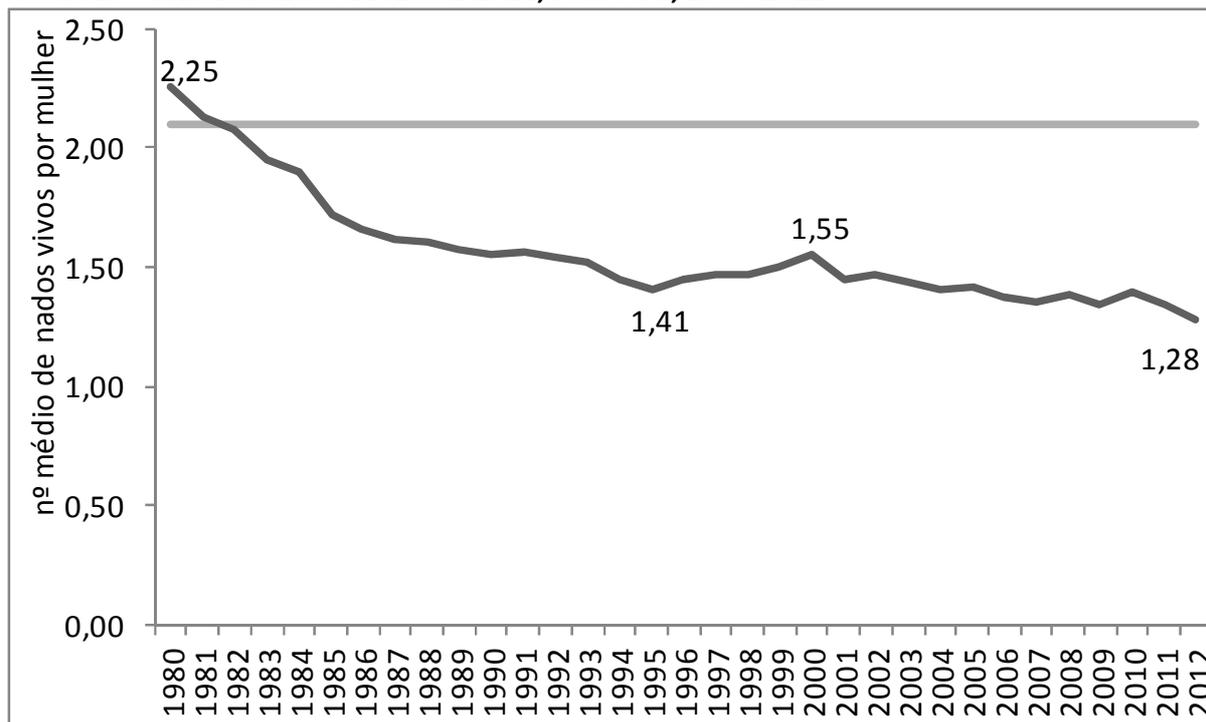
FIGURA 14 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), PORTUGAL, 1980 E 2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

Os resultados revelam, assim, que as mulheres residentes em Portugal têm, presentemente, menos filhos e mais tarde na vida.

Esta alteração no comportamento revelado pelas taxas específicas de fecundidade por idade reflete-se nos valores do indicador conjuntural, o índice sintético de fecundidade (Figura 15).

FIGURA 15 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, PORTUGAL, 1980-2012

Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

Desde o início da década de oitenta que se observam valores inferiores a 2,1 crianças por mulher¹², tendo atingido em 2007 e 2009 um valor particularmente reduzido (1,33 e 1,32, respetivamente), verificando uma ligeira recuperação até 2011 (1,35), para atingir em 2012 o nível mais reduzido já observado em Portugal (1,28)¹³.

Em 2011 (último ano com dados disponíveis no portal do EUROSTAT para permitir a comparação), Portugal, para além de apresentar um valor de ISF menor do que o observado para a UE27 (1,35 e 1,57, respetivamente para Portugal e UE27), encontra-se entre os países em que este indicador é dos mais reduzidos, acompanhado, entre outros, por países como a Espanha (1,36), a Itália (1,40) e a Grécia (1,42) (Figura 16). Não obstante não termos informação para todos os países da UE27 em 1980, não deixa de ser pertinente verificar que Portugal, neste ano, ainda apresentava valores de ISF

¹² Desde 1983 que a substituição de gerações não é assegurada em Portugal.

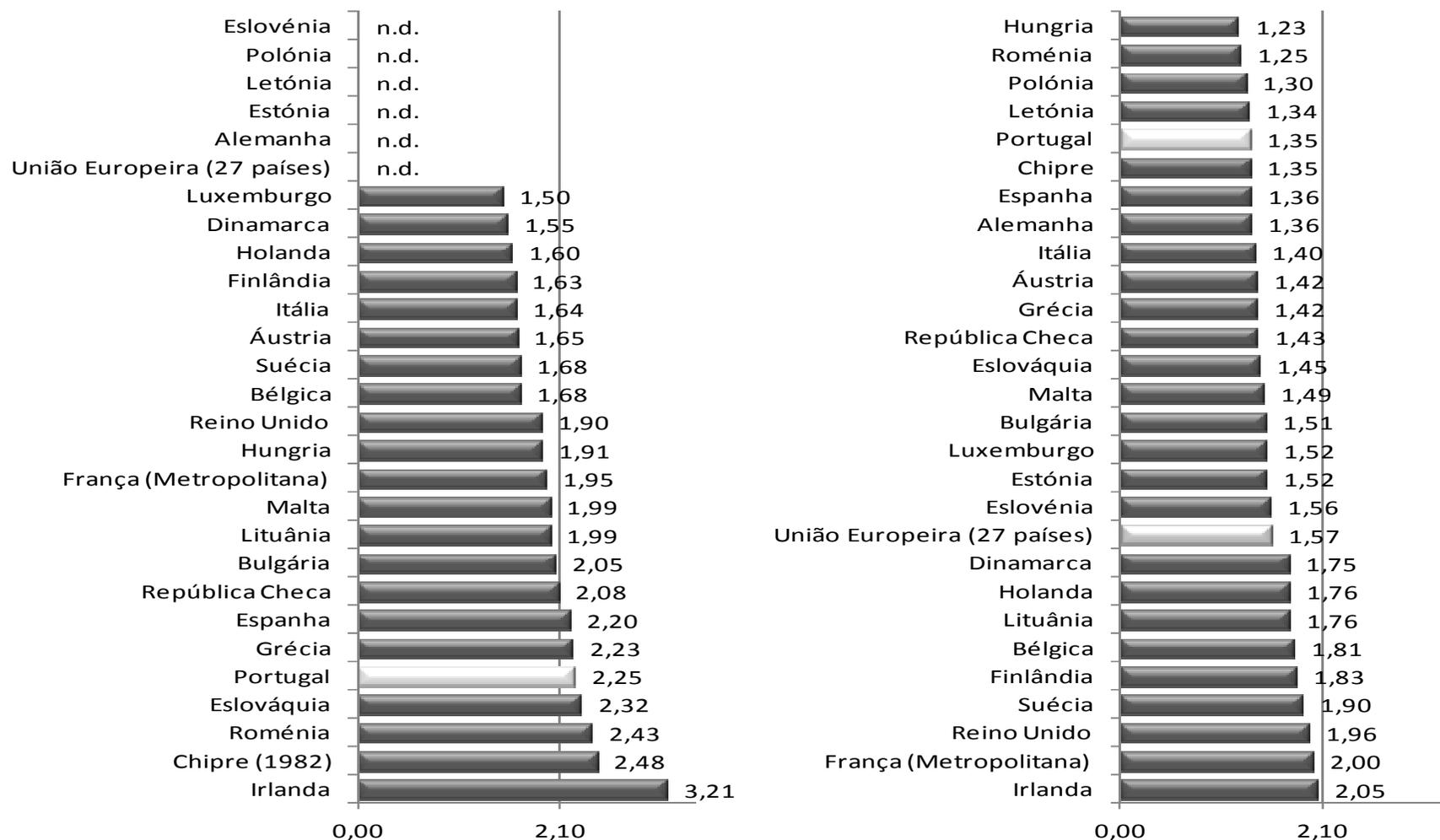
¹³ O valor de 2,1 é considerado como sendo o valor que permitiria assegurar a substituição de gerações, pelo que é muitas vezes designado como nível de substituição de gerações. Assumindo que não há fluxos migratórios e que as taxas de mortalidade permanecem inalteradas, a taxa de fecundidade total de 2,1 filhos por mulher geraria estabilidade populacional uma vez que asseguraria a substituição de ambos os progenitores, garantindo a sobrevivência dos filhos até à idade de constituição de família e de ter filhos.

acima de 2,1 crianças por mulher, tal como a Grécia (2,23) e a Espanha (2,20), sendo que a Itália já apresentava um valor de apenas 1,64. No extremo oposto, para além da Itália, encontravam-se países como a Bélgica (1,68), Suécia (1,68), Áustria (1,65), Finlândia (1,63), Holanda (1,60), Dinamarca (1,55) ou o Luxemburgo (1,50).

Entre 1980 e 2011, as maiores descidas do ISF verificaram-se em países do sul da Europa como Grécia, Espanha e Portugal, para além da Eslováquia, Roménia, Malta, Bulgária e República Checa. Itália também regista declínio mas menos acentuado, desde logo porque parte de um valor mais baixo. Irlanda, sendo um dos países que maior decréscimo registou mantém-se, em 2011, como o país com ISF mais elevado entre todos os 27 Estados Membros e muito próximo do valor 2,1 crianças por mulher. Em contraponto ao declínio, países como Suécia, Finlândia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Reino Unido, França (neste caso França Metropolitana) e Luxemburgo registaram aumentos entre 1980 e 2011. Não deixa de ser também curioso registar que a maioria destes países eram países com baixos níveis de fecundidade em 1980.

As alterações entre 1980 e 2011 levaram a alterações na ordenação dos países segundo o valor do ISF.

FIGURA 16 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, UE27 E ESTADOS MEMBROS, 1980 E 2011



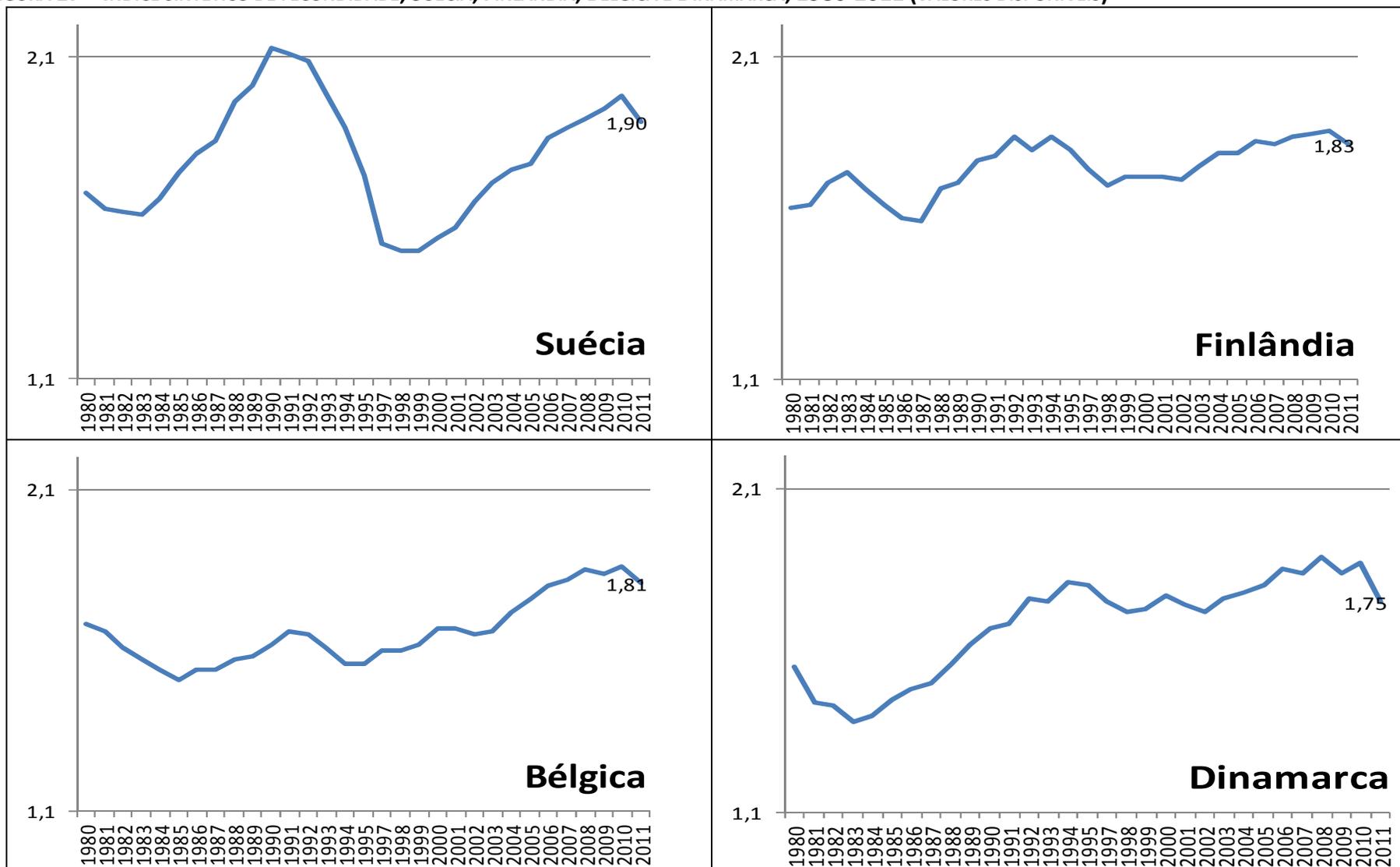
Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acessado em 18/04/2013

Notas: (1) Nos casos em que não havia informação disponível para 1980, considerou-se o primeiro ano disponível se próximo, o que acontece com Chipre; (2) No caso da “França” apresentam-se os valores para a “França Metropolitana” (parte da França na Europa que inclui a ilha de Córsega) por apresentar uma série completa sendo os valores quase idênticos aos de “França”.

Em 2011, países como Irlanda, França, Reino Unido, Suécia, Finlândia, Bélgica, Lituânia, Holanda e Dinamarca, apresentavam valores do ISF que oscilavam entre os 2,05 (Irlanda) e as 1,75 (Dinamarca). No extremo oposto encontram-se agora Portugal (1,35) que passou a figurar entre os países com menores níveis de fecundidade, Itália (1,40), Alemanha (1,36), Espanha (1,36), Chipre (1,35), Letónia (1,34), Polónia (1,30), Roménia (1,25) e Hungria (1,23).

Se os precursores da tendência de declínio da fecundidade foram países como a Dinamarca, Finlândia ou Suécia, a que se lhe juntaram outros países do norte da Europa (Bijak, J., 2005), aliás como mostram os valores de 1980 (Bélgica, Suécia, Áustria, Finlândia, Holanda, Dinamarca e Luxemburgo apresentavam valores entre 1,68 e 1,50), é também na maioria destes países que se regista uma franca recuperação dos níveis da fecundidade, em alguns casos para valores abaixo mas próximos de 2,1 crianças por mulher (2011: Suécia 1,90; Finlândia 1,83; Bélgica 1,81; Holanda 1,76; Dinamarca 1,75). Contudo, os tempos e os ritmos das alterações não são uniformes (Figura 17) ((Frejka, Sobotka, Hoem, & Toulemon, 2008; Mendes e Rebelo, 2007).

FIGURA 17 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, SUÉCIA, FINLÂNDIA, BÉLGICA E DINAMARCA, 1980-2011 (VALORES DISPONÍVEIS)



Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acessado em 18/04/2013

A Suécia, ainda na década de 80 do século XX, recupera de 1,61 em 1983 para 2,13 em 1990, ano após o qual inicia uma tendência de declínio acentuado e contínuo até finais do século, atingindo 1,50 em 1998 e 1999. Na viragem do século inicia uma tendência de recuperação, acentuada e contínua até 2010 em que atinge 1,98 crianças por mulher, não obstante o decréscimo para 1,90 crianças por mulher em 2011 é, neste ano, um dos países com nível de fecundidade mais elevado.

A Finlândia embora apresente um padrão semelhante ao da Suécia não regista declínios nem recuperações tão acentuados. Um primeiro momento de declínio acontece após 1983 (1,74), atingindo 1,59 crianças por mulher em 1987, o valor mais reduzido nesta janela temporal, ano após o qual inicia uma tendência de recuperação até 1992/1994, anos em que o valor se centra em 1,85 crianças por mulher. Entre 1994 e 1998 regista nova descida até 1,70 crianças por mulher e posteriormente uma nova recuperação até 2010, ano em que atinge 1,87 crianças por mulher. Apesar do decréscimo para 1,83 crianças por mulher em 2011 é também, neste ano, um dos países com nível de fecundidade mais elevado.

A Bélgica atinge o valor mais baixo em 1985 e inicia posteriormente uma recuperação que, apesar de não ser ininterruptamente continuada, leva a que em 2011 seja um dos países da UE27 com um ISF de 1,81 crianças por mulher.

A Dinamarca inicia uma reversão da tendência de declínio ainda nos anos 80, depois de ter atingido o valor mais baixo deste período (1,4), atingindo em 2008 o valor de 1,9 crianças por mulher, pese embora novos declínios posteriores, sendo que em 2011 o valor rondou 1,8 crianças por mulher.

Já nos países do sul da Europa (Grécia, Espanha, Portugal e Itália) a dinâmica de declínio da fecundidade é completamente distinta (Figura 18). Com exceção da Itália, todos eles iniciam a década de 80 do século passado com valores ainda acima de 2,1 crianças por mulher, apresentando declínios até meados dos anos 90 do século XX, altura em que aparentemente se inicia uma recuperação dos níveis de fecundidade.

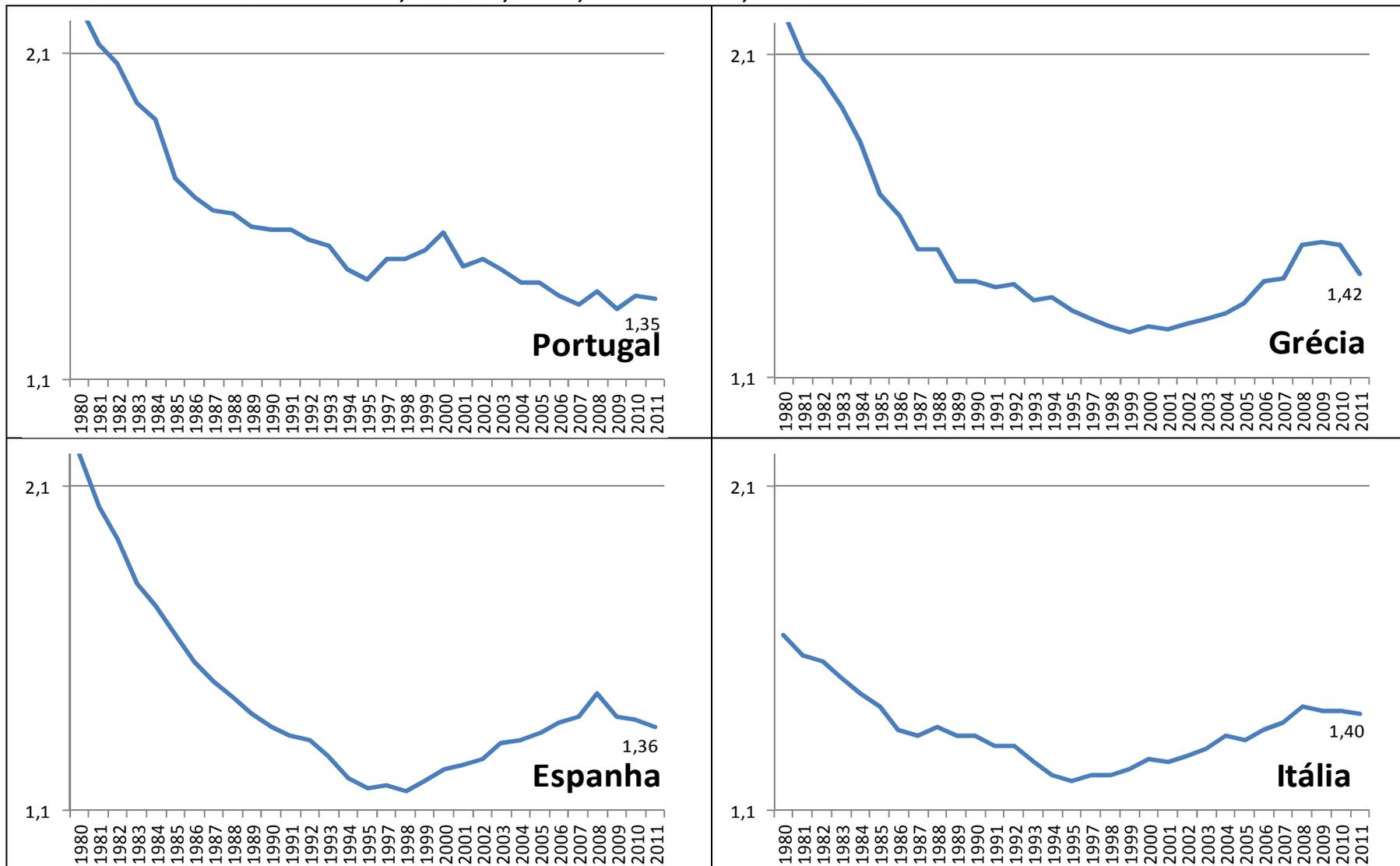
Contudo, em Portugal esta linha tendencial só se mantém até ao final do século, iniciando uma nova trajetória de descida, ainda que não de forma uniforme. Embora os dados do Eurostat ainda não incluam valores para 2012, podemos já afirmar que o declínio se manteve e acentuou até nos últimos anos, sendo que, em 2012, o ISF em Portugal se situou em 1,28 crianças por mulher, valor mais baixo já observado em Portugal e que coloca o país entre os países de “lowest-low fertility”¹⁴ (Kohler, Billari, & Ortega, 2002; Kohler, H.P., Billari, F. C., & Ortega, J. A., 2006).

Grécia, Espanha e Itália iniciam a recuperação mais tarde, mas também de forma mais continuada. Grécia aumenta de 1,24 para 1,52 entre 1999 e 2009. Espanha aumenta de 1,16 para 1,46 entre 1998 e 2008. Itália aumenta de 1,19 para 1,42 entre 1995 e 2008.

Após 2008, de um modo geral, todos eles apresentam novas descidas, o que pode ser um reflexo da crise económica e financeira que atinge de forma mais ou menos generalizada toda a Europa, já que mesmo os países com níveis mais elevados também registam declínios (Sobotka, Skirbekk, & Philipov, 2011; Goldstein, Karaman Örsal, Kreyenfeld, & Jasilioniene, 2013)

¹⁴ ISF inferior a 1,3 crianças por mulher.

FIGURA 18 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, PORTUGAL, GRÉCIA, ESPANHA E ITÁLIA, 1980-2011



Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/porta/page/porta/statistics/search_database, acedido em 18/04/2013

Quadro 2 – Índice sintético de fecundidade, UE27 e Estados Membros, 1980-2011

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
União Europeia (27 países)																						1,46	1,47	1,50	1,51	1,54	1,56	1,60	1,59	1,60	1,57
Bélgica	1,68	1,66	1,61	1,57	1,54	1,51	1,54	1,54	1,57	1,58	1,62	1,66	1,65	1,61	1,56	1,56	1,60	1,60	1,62	1,67	1,67	1,65	1,66	1,72	1,76	1,80	1,82	1,85	1,84	1,86	1,81
Bulgária	2,05	2,00	2,01	2,01	2,01	1,97	2,02	1,96	1,97	1,90	1,82	1,66	1,55	1,46	1,37	1,23	1,09	1,11	1,23	1,26	1,21	1,21	1,23	1,29	1,32	1,38	1,42	1,48	1,57	1,49	1,51
República Checa	2,08	2,00	2,00	1,97	1,97	1,95	1,92	1,91	1,94	1,87	1,90	1,86	1,71	1,67	1,44	1,28	1,17	1,16	1,13	1,14	1,14	1,17	1,18	1,23	1,28	1,33	1,44	1,50	1,49	1,49	1,43
Dinamarca	1,55	1,44	1,43	1,38	1,40	1,45	1,48	1,50	1,56	1,62	1,67	1,68	1,76	1,75	1,81	1,80	1,75	1,72	1,73	1,77	1,74	1,72	1,76	1,78	1,80	1,85	1,84	1,89	1,84	1,87	1,8
Alemanha																				1,38	1,35	1,34	1,34	1,36	1,34	1,33	1,37	1,38	1,36	1,39	1,36
Estónia										2,22	2,05	1,80	1,71	1,49	1,42	1,38	1,32	1,28	1,32	1,38	1,34	1,37	1,37	1,47	1,50	1,55	1,63	1,65	1,62	1,63	1,52
Irlanda	3,21	3,05	2,94	2,74	2,58	2,48	2,44	2,32	2,17	2,08	2,11	2,08	1,99	1,90	1,85	1,84	1,93	1,94	1,90	1,89	1,94	1,97	1,96	1,93	1,86	1,92	2,01	2,10	2,10	2,07	2,05
Grécia	2,23	2,09	2,03	1,94	1,83	1,67	1,60	1,50	1,50	1,40	1,40	1,38	1,39	1,34	1,35	1,31	1,28	1,26	1,24	1,26	1,25	1,27	1,28	1,30	1,33	1,40	1,41	1,51	1,52	1,51	1,42
Espanha	2,20	2,04	1,94	1,80	1,73	1,64	1,56	1,50	1,45	1,40	1,36	1,33	1,32	1,27	1,20	1,17	1,18	1,16	1,19	1,23	1,24	1,26	1,31	1,32	1,34	1,37	1,39	1,46	1,39	1,38	1,36
França (Metropolitana)	1,95	1,95	1,91	1,78	1,80	1,81	1,83	1,80	1,81	1,79	1,78	1,77	1,73	1,66	1,66	1,71	1,73	1,76	1,79	1,87	1,88	1,86	1,87	1,90	1,92	1,98	1,96	1,99	1,99	2,02	2,00
Itália	1,64	1,58	1,56	1,51	1,46	1,42	1,35	1,33	1,36	1,33	1,33	1,30	1,30	1,25	1,21	1,19	1,21	1,21	1,23	1,26	1,25	1,27	1,29	1,33	1,32	1,35	1,37	1,42	1,41	1,41	1,40
Chipre			2,48	2,50	2,52	2,43	2,46	2,38	2,49	2,36	2,41	2,32	2,48	2,24	2,17	2,03	1,86	1,76	1,67	1,64	1,57	1,49	1,50	1,49	1,42	1,45	1,39	1,46	1,51	1,44	1,35
Letónia																						1,23	1,29	1,24	1,31	1,35	1,41	1,44	1,31	1,17	1,34
Lituânia	1,99	1,98	1,97	2,10	2,07	2,08	2,12	2,11	2,02	1,98	2,03	2,01	1,97	1,74	1,57	1,55	1,47	1,46	1,46	1,39	1,30	1,24	1,26	1,26	1,27	1,31	1,35	1,47	1,55	1,55	1,76
Luxemburgo	1,50	1,55	1,49	1,43	1,42	1,38	1,43	1,40	1,51	1,52	1,60	1,60	1,64	1,70	1,72	1,70	1,71	1,68	1,74	1,76	1,66	1,63	1,62	1,66	1,63	1,65	1,61	1,61	1,59	1,63	1,52
Hungria	1,91	1,88	1,80	1,75	1,75	1,85	1,84	1,82	1,81	1,82	1,87	1,87	1,77	1,68	1,64	1,57	1,37	1,32	1,28	1,32	1,31	1,30	1,27	1,28	1,31	1,34	1,32	1,35	1,32	1,25	1,23
Malta	1,99	1,87			1,95	1,95	1,93	1,97	2,06	2,10	2,04	2,04	2,11	2,00	1,88	1,81	1,98	1,88	1,77	1,70	1,48	1,45	1,48	1,40	1,38	1,39	1,37	1,44	1,43	1,38	1,49
Holanda	1,60	1,56	1,50	1,47	1,49	1,51	1,55	1,56	1,55	1,55	1,62	1,61	1,59	1,57	1,57	1,53	1,56	1,63	1,65	1,72	1,71	1,73	1,75	1,72	1,71	1,72	1,72	1,77	1,79	1,79	1,76
Áustria	1,65	1,67	1,66	1,56	1,52	1,47	1,45	1,43	1,45	1,45	1,46	1,51	1,51	1,50	1,47	1,42	1,39	1,37	1,34	1,36	1,33	1,39	1,38	1,42	1,41	1,41	1,38	1,41	1,39	1,44	1,42
Polónia										2,06	2,07	1,95	1,87	1,81	1,62	1,51	1,44	1,37	1,37	1,31	1,25	1,22	1,23	1,24	1,27	1,31	1,39	1,40	1,38	1,30	
Portugal	2,25	2,13	2,07	1,95	1,90	1,72	1,66	1,62	1,61	1,57	1,56	1,56	1,53	1,51	1,44	1,41	1,47	1,47	1,50	1,55	1,45	1,47	1,44	1,40	1,40	1,36	1,33	1,37	1,32	1,36	1,35
Roménia	2,43	2,36	2,17	2,06	2,26	2,31	2,39	2,38	2,30	2,22	1,83	1,59	1,51	1,43	1,40	1,33	1,32	1,32	1,30	1,31	1,27	1,25	1,27	1,29	1,32	1,32	1,30	1,35	1,38	1,33	1,25
Eslovénia			1,93	1,81	1,74	1,71	1,67	1,65	1,63	1,52	1,46	1,42	1,33	1,33	1,32	1,29	1,25	1,23	1,21	1,26	1,21	1,21	1,20	1,25	1,26	1,31	1,38	1,53	1,53	1,57	1,56
Eslováquia	2,32	2,29	2,28	2,28	2,26	2,26	2,20	2,14	2,13	2,07	2,09	2,05	1,93	1,87	1,67	1,52	1,43	1,37	1,33	1,30	1,20	1,19	1,20	1,24	1,25	1,24	1,25	1,32	1,41	1,40	1,45
Finlândia	1,63	1,64	1,71	1,74	1,69	1,64	1,60	1,59	1,69	1,71	1,78	1,79	1,85	1,81	1,85	1,81	1,75	1,70	1,73	1,73	1,73	1,72	1,76	1,80	1,80	1,84	1,83	1,85	1,86	1,87	1,83
Suécia	1,68	1,63	1,62	1,61	1,66	1,74	1,80	1,84	1,96	2,01	2,13	2,11	2,09	1,99	1,88	1,73	1,52	1,50	1,50	1,54	1,57	1,65	1,71	1,75	1,77	1,85	1,88	1,91	1,94	1,98	1,90
Reino Unido	1,90	1,82	1,78	1,77	1,77	1,79	1,78	1,81	1,82	1,79	1,83	1,82	1,79	1,76	1,74	1,71	1,72	1,71	1,68	1,64	1,63	1,64	1,71	1,77	1,78	1,84	1,90	1,96	1,94	1,98	1,96

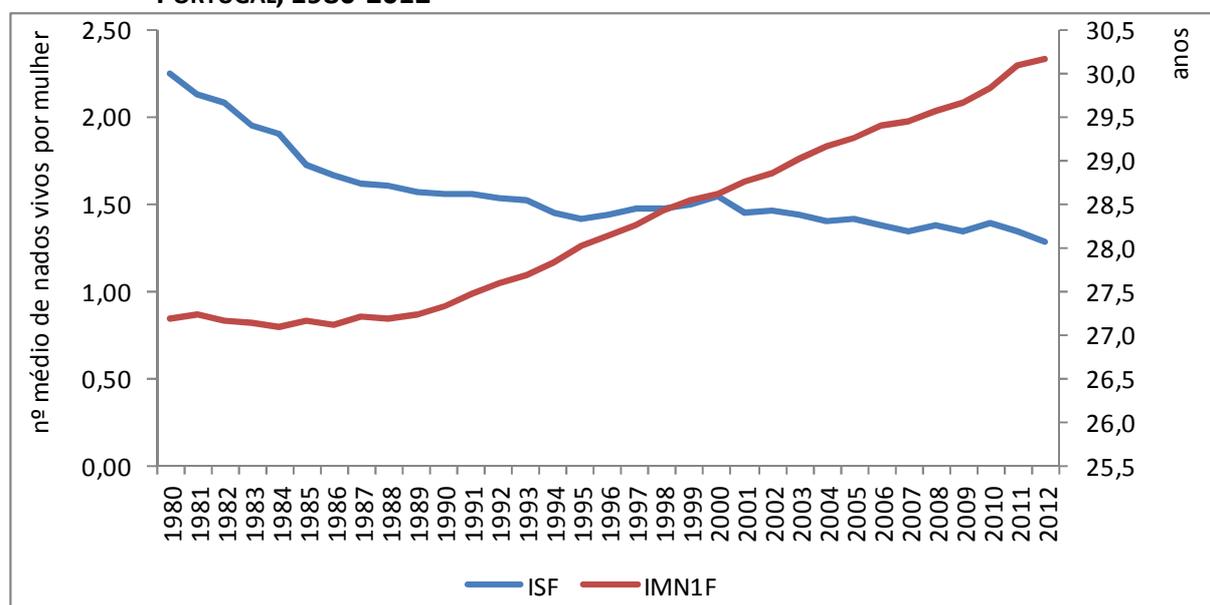
Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acessado em 18/04/2013

Nota: No caso da “França” apresentam-se os valores para a “França Metropolitana” (França com inclusão da ilha de Córsega) por apresentar uma série completa, sendo os valores quase idênticos aos de “França”.

As alterações verificadas no comportamento face à fecundidade, analisadas aqui tendo por base as taxas de fecundidade têm, obviamente, repercussões tanto no declínio da fecundidade, medida através do ISF, como no cálculo da IMF, comprovando o adiamento da fecundidade das mulheres na sociedade portuguesa.

No período de 1980 a 2012 observou-se o adiamento da idade média das mulheres ao nascimento dos filhos (Figura 19).

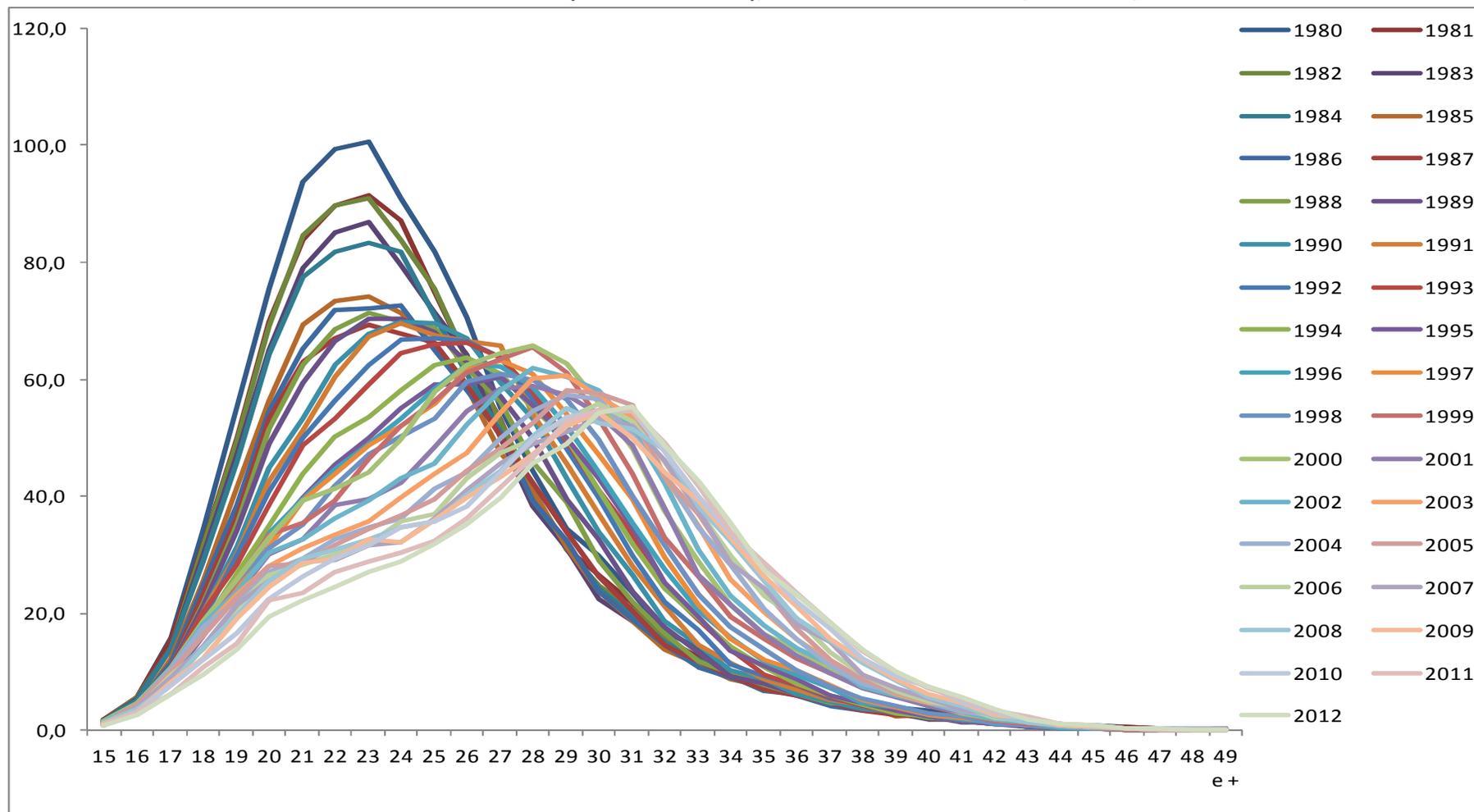
FIGURA 19 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE E IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DE UM FILHO, PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

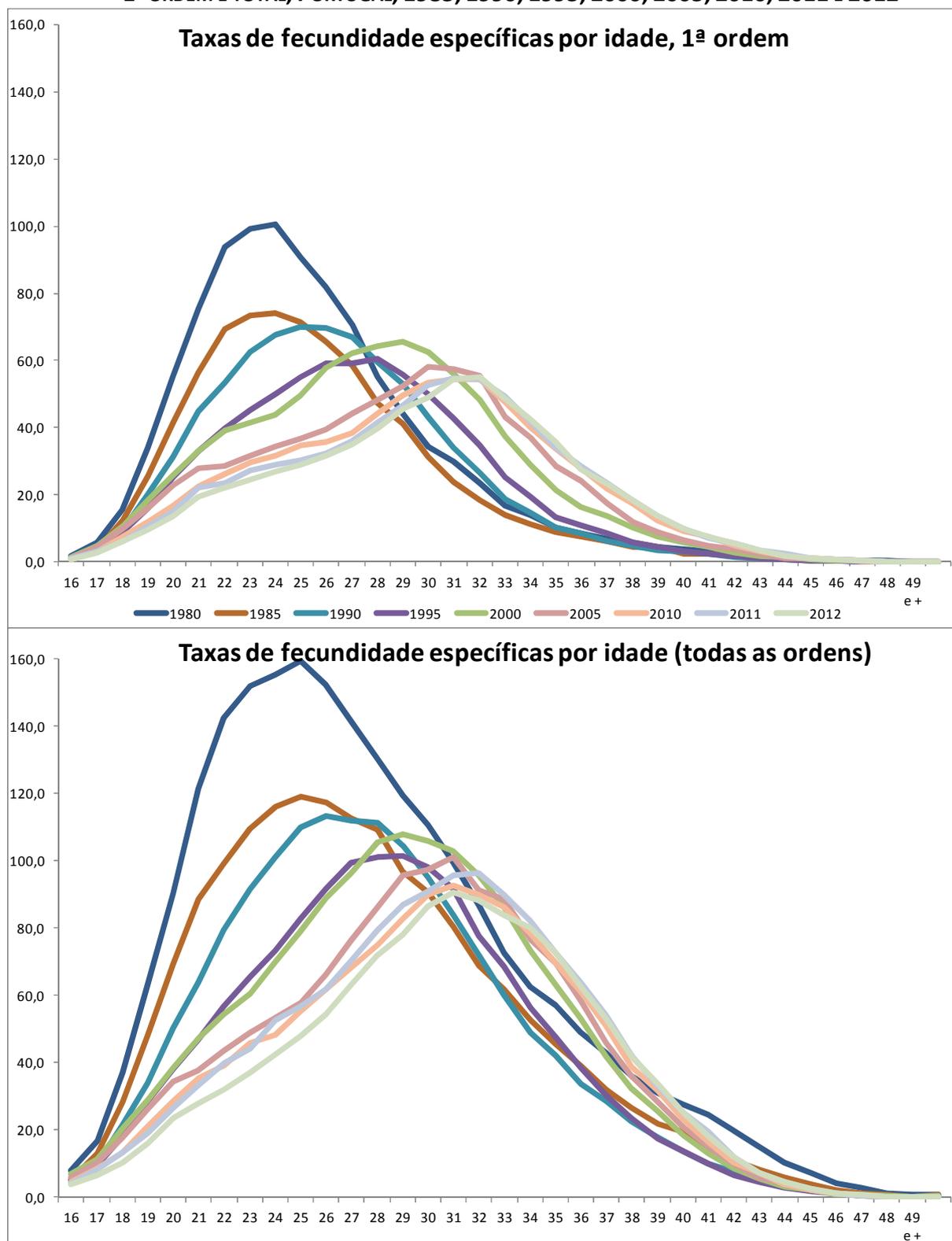
Se se considerar apenas os nascimentos de primeira ordem, verifica-se que as taxas de fecundidade específicas por idade para os nascimentos de primeira ordem têm vindo a decrescer (Figura 20), tal como acontecia com as taxas de fecundidade específicas por idade para todas as ordens (Figura 21).

FIGURA 20 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), NASCIMENTOS DE 1º ORDEM, PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

FIGURA 21 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), NASCIMENTOS DE 1ª ORDEM E TOTAL, PORTUGAL, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2011 E 2012



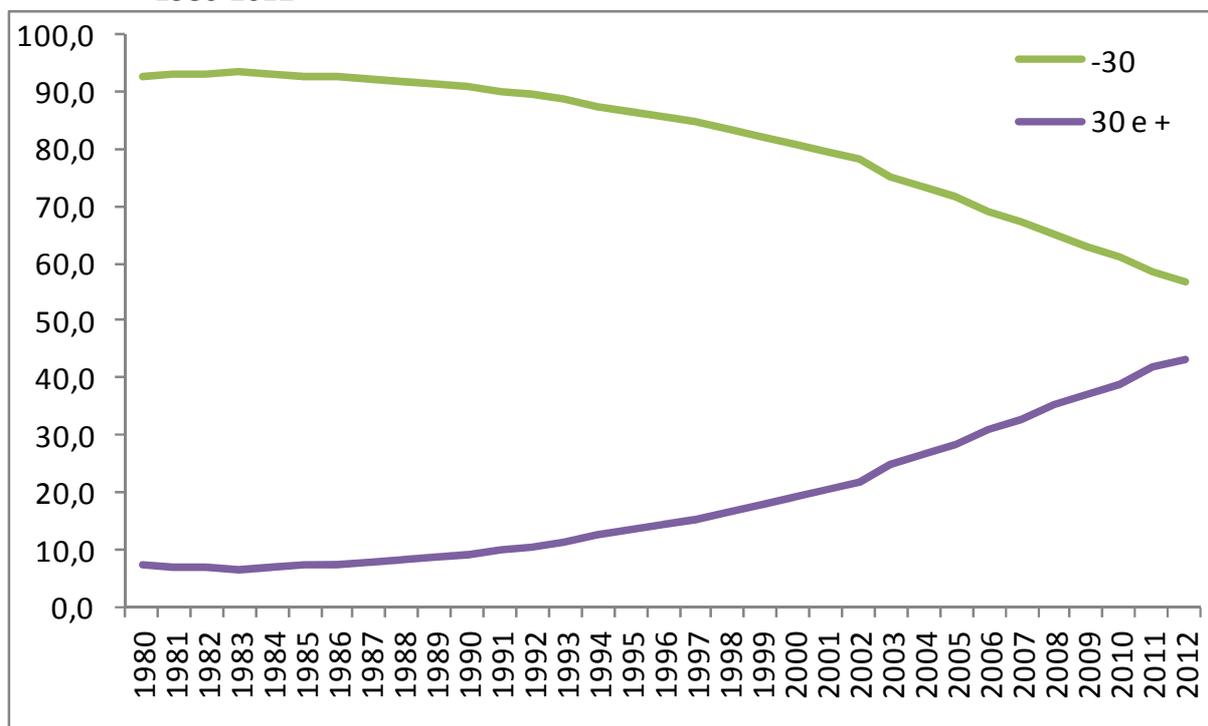
Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

De registar que o adiamento na entrada da fecundidade das mulheres residentes em Portugal é mais acentuado do que o observado para a fecundidade global, revelador do adiamento da fecundidade, principalmente numa situação em que a maioria das mulheres têm apenas 1 filho.

Estas alterações acompanham as que têm vindo a decorrer na sociedade portuguesa, com o adiamento do casamento, a adoção racional de métodos contraceptivos dentro e fora do casamento por forma a ajustar o número de filhos aos que se desejam ou que se considera ainda ter possibilidade de vir a ter.

Num contexto de declínio da natalidade, o número de nados vivos de 1ª ordem em mulheres com 30 ou mais anos de idade quase quadruplicou entre 1980 e 2012; em termos de peso relativo, quase sextuplicou (Figura 22).

FIGURA 22 – PERCENTAGEM DE NADOS VIVOS DE PRIMEIRA ORDEM, DE MÃES RESIDENTES EM PORTUGAL, COM MENOS DE 30 ANOS E COM 30 OU MAIS ANOS DE IDADE, PORTUGAL, 1980-2012



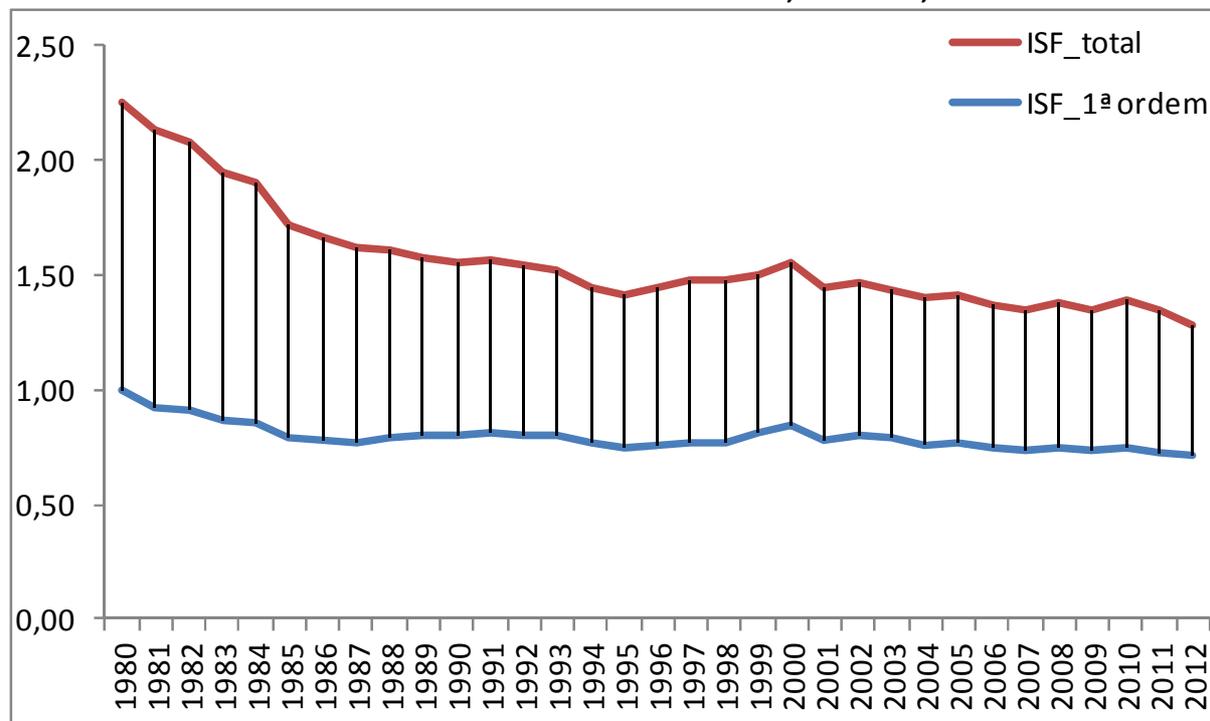
Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

Calculado com base nestas taxas de fecundidade, o índice sintético de fecundidade de 1ª ordem (ISF1), representando o número médio de crianças nascidas vivas, sendo primeiros nascimentos por mulher em idade fértil, sujeita às taxas de fecundidade específicas por idade para os nascimentos de primeira ordem ($f1_{i,t}$), observadas num determinado momento t, habitualmente um ano, pode ser obtido pela aplicação da fórmula (6).

$$ISF1_t = \sum_{i=15}^{i=49} f1_{i,t} \quad (6)$$

Em Portugal e no período de 1980 a 2012, o ISF1 apresenta uma redução menos acentuada do que o ISF (Figura 23), indiciando a importância do declínio dos nascimentos de segunda ordem ou superior no declínio acentuado do ISF.

FIGURA 23 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE TOTAL E DE 1ª ORDEM, PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acedido em 30/06/2013

Usando as taxas de fecundidade específicas por idade, calcularam-se as idades médias ao nascimento de um filho ($IMN1F_t$) e do primeiro filho ($IMN1^oF_t$), no ano t .

Esta metodologia de cálculo, baseado nas taxas e não nos eventos (*rate based*), tem a vantagem de eliminar os efeitos de alterações nas estruturas etárias da população feminina em idade fértil (Siegel, 2004).

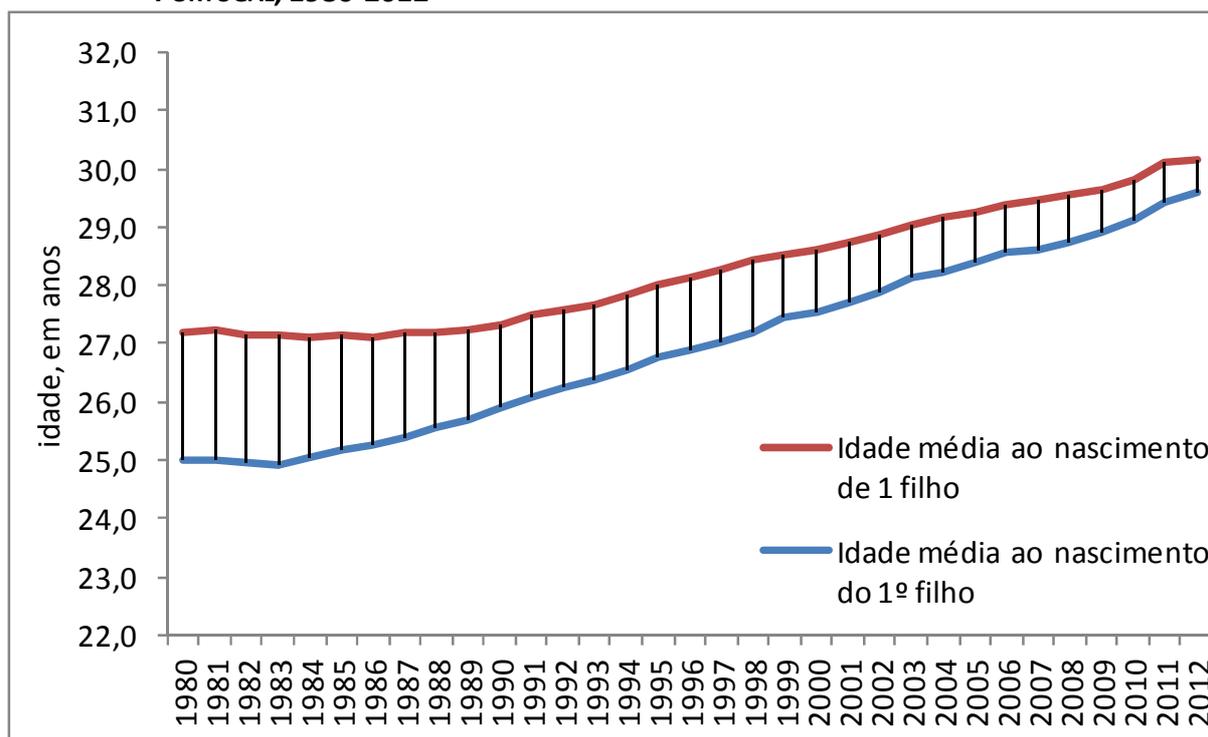
Sendo $f_{i,t}$ as taxas de fecundidade específicas por idade ao nascimento de um filho (qualquer que seja a ordem de nascimento) no ano t , e $f_{1,i,t}$ as taxas de fecundidade específicas por idade ao nascimento do primeiro filho no ano t , as idades médias ao nascimento de um filho (IMN) e do primeiro filho (IMN_{1^o}) são calculadas, respetivamente, pela aplicação das fórmulas (7) e (8):

$$IMN_t = \frac{\left(\sum_{i=15}^{i=49} (f_{i,t} \times (i + 0,5)) \right)}{\sum_{i=15}^{i=49} (f_{i,t})} \quad (7)$$

$$IMN_{1^o f_t} = \frac{\left(\sum_{i=15}^{i=49} (f_{1,i,t} \times (i + 0,5)) \right)}{\sum_{i=15}^{i=49} (f_{1,i,t})} \quad (8)$$

Entre 1980 e 2012, a idade média ao nascimento de um filho passou de 27,2 para 30,2 anos; tendência idêntica à que se verificou na idade média ao nascimento do primeiro filho que passou de 25,0 anos em 1980 para 29,5 anos em 2012 (Figura 24).

FIGURA 24 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO E DO PRIMEIRO FILHO, PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acessado em 30/06/2013

Em síntese, entre 1980 e 2012, a idade média das mulheres ao nascimento de um filho aumentaram 3 anos enquanto que a idade média ao nascimento do primeiro filho aumentou 4,5 anos (Quadro 3), para além da redução do intervalo entre a idade média ao nascimento do primeiro filho e a idade média ao nascimento de um filho de 2,2 para apenas 0,7 anos (cerca de 9 meses). Ou seja, as mulheres na sociedade portuguesa têm os filhos mais tarde, e, cada vez mais, têm apenas um filho.

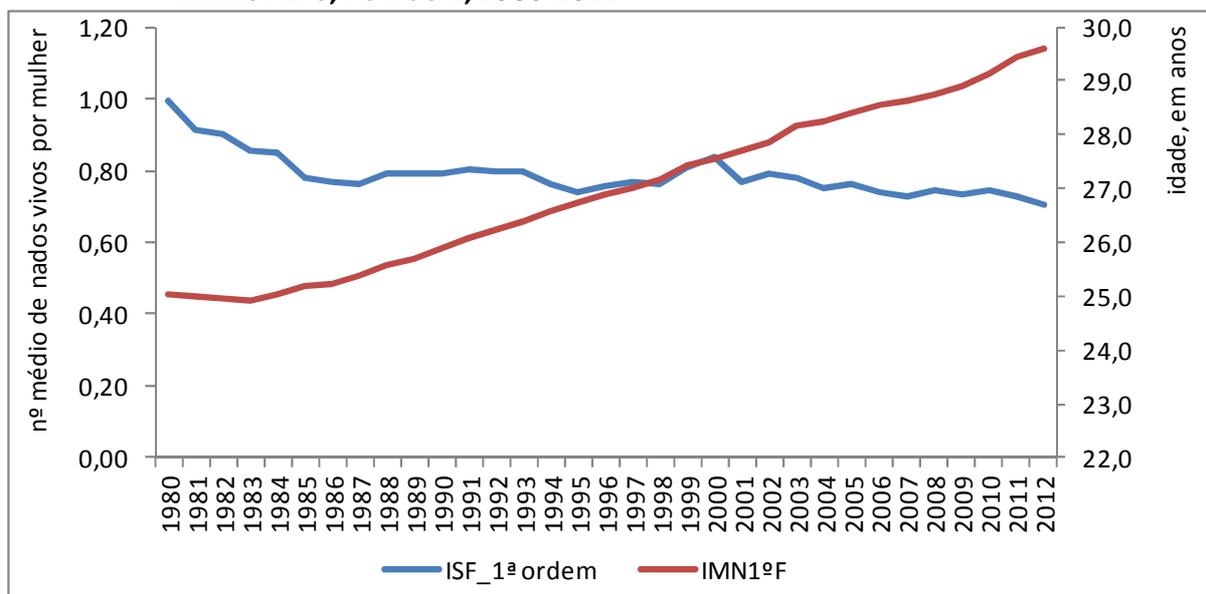
Quadro 3 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO E DO PRIMEIRO FILHO, PORTUGAL, 1980 e 2012

	1980	2012	
IMF	27,2	30,2	3,0
IMF1	25,0	29,5	4,5
	2,2	0,7	

A este adiamento não será estranha a alteração nos padrões de formação familiar que tem ocorrido na sociedade portuguesa (Almeida *et al*, 1998), assim como as alterações nos padrões de

fecundidade (Mendes, 2012; Sobotka & Toulemon, 2008), com o índice sintético de fecundidade dos primeiros nascimentos a declinar em simultâneo com o aumento da idade média ao nascimento do primeiro filho (Figura 25).

FIGURA 25 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE DE 1ª ORDEM E IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO, PORTUGAL, 1980-2012



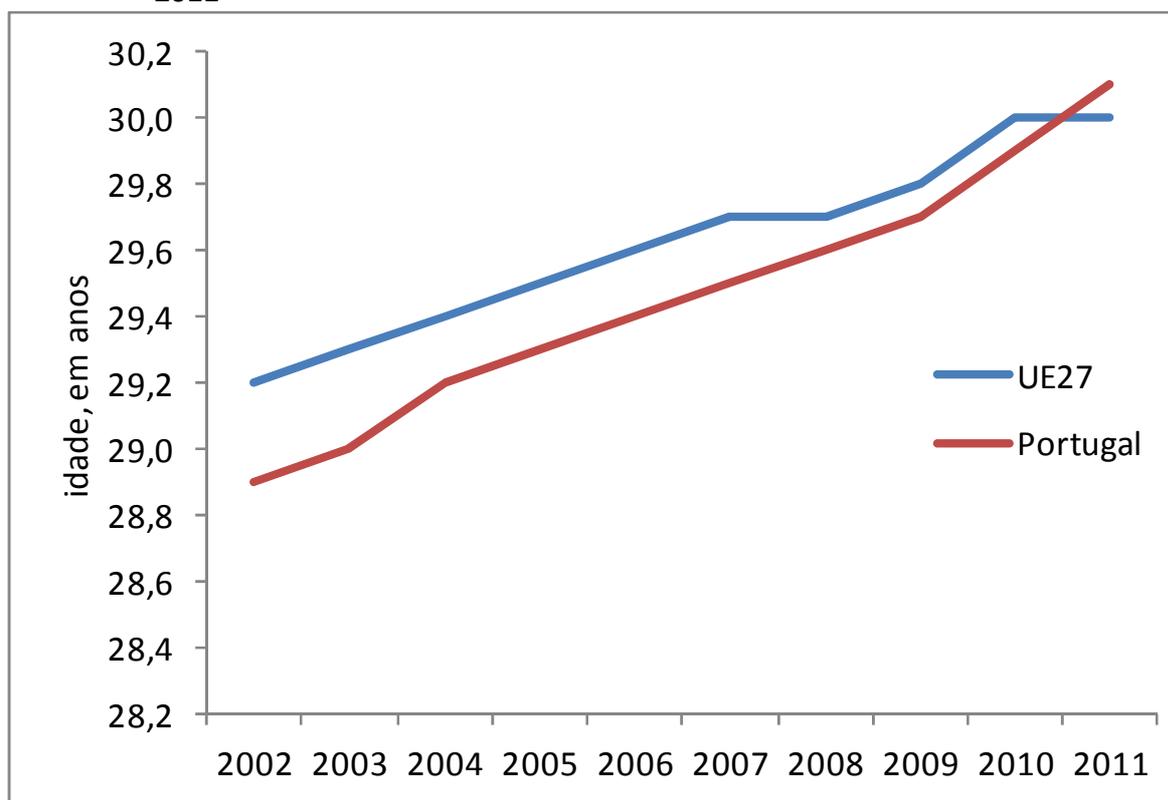
Fonte: Elaboração própria com base em, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acessado em 30/06/2013

Nota: As escalas utilizadas nos eixos verticais não são iguais.

Este adiamento ocorre também em outros países. A comparação com a média da UE27 só é possível para os anos de 2002 a 2011 em virtude da falta de informação disponível (Quadro 3). Contudo, neste período, os valores anuais da idade média ao nascimento de um filho em Portugal têm vindo a aproximar-se da média da UE27, sendo que, em 2011, se apresenta superior, denotando um aumento mais acelerado (Figura 26).

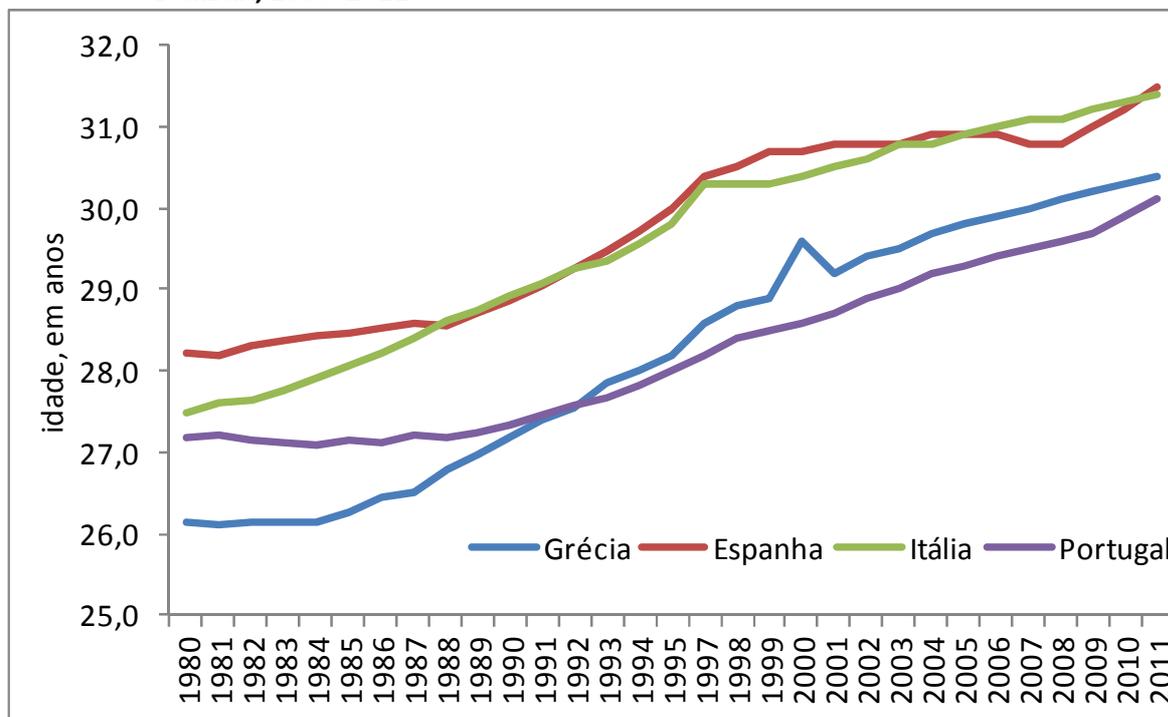
Comparativamente com os restantes países do Sul da Europa, Portugal apresenta em 2011 valores inferiores a qualquer um deles (figura 27). Neste grupo de países, Itália e Espanha têm os valores mais elevados, durante todo o período de 1980 a 2011. A tendência de adiamento é comum a todos eles, com a Grécia a apresentar uma tendência de crescimento mais acelerada, mesmo comparando com Portugal, tendo iniciado o período com valores abaixo dos de Portugal, mas, invertendo-se esta situação desde 1993.

FIGURA 26 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO, PORTUGAL E UE27, 2002-2011



Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT,
http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acessado em 18/04/2013

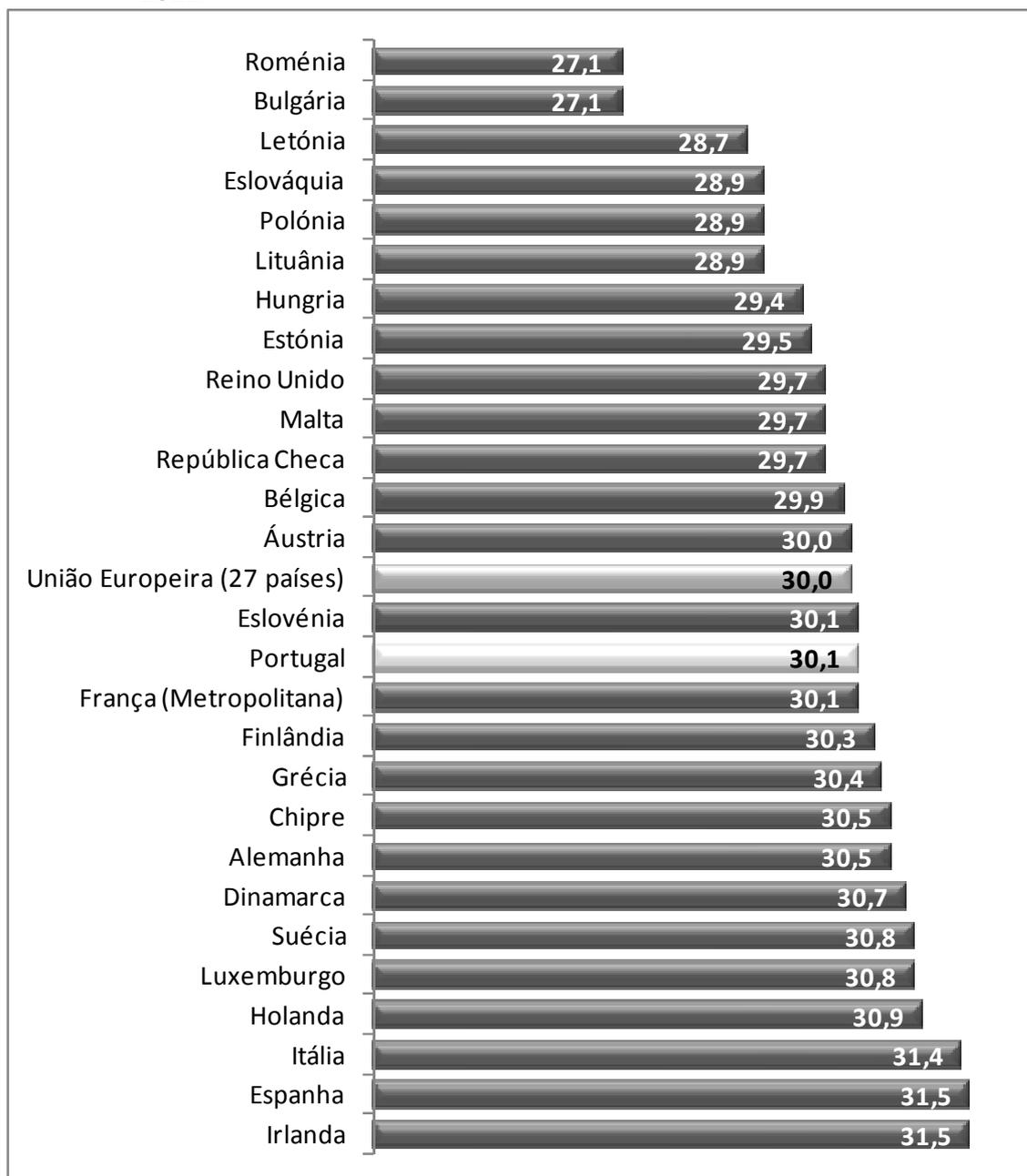
FIGURA 27 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO, PORTUGAL, ESPANHA, ITÁLIA E GRÉCIA, 1980-2011



Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT,
http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acessado em 18/04/2013

As idades médias ao nascimento de um filho são mais baixas nos países do Leste Europeu comparativamente com os restantes países (Figura 28), situação que mantém a possibilidade de recuperação da fecundidade (Mendes, 2012; Goldstein, Karaman Örsal, Kreyenfeld, & Jasilioniene, 2013; Sobotka, 2004).

FIGURA 28 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DE UM FILHO, UE27 E ESTADOS MEMBROS, 2011



Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acedido em 18/04/2013

No extremo oposto, com os valores mais elevados, encontram-se Irlanda, Espanha e Itália.

Como já referido, Portugal, Espanha, Itália e Grécia, apresentavam em 2011 valores acima da média da UE27.

Tal como para a idade média ao nascimento de um filho, também relativamente à idade média ao nascimento do primeiro filho, só foi possível encontrar dados no portal do EUROSTAT reportados aos anos de 2002 a 2011, mas não para todos os países, pelo que também não existe disponível a idade média ao nascimento do primeiro filho para o conjunto dos Estados Membros da UE27 (Quadros 4 e 5).

Em face do interesse no comportamento deste indicador no conjunto dos países do Sul da Europa, procurou obter-se informação relativamente a uma série mais longa.

No respeitante aos dados para Portugal, calculou-se a série 1980 a 2012 (só se incluiu até 2011 por razões de comparabilidade), com base nas taxas específicas de fecundidade por idade ao primeiro filho. Relativamente aos dados para Espanha, foi retirada informação do portal do INE de Espanha, mantendo-se a metodologia.

Referente aos dados para Itália, o Istituto Nazionale di Statistica (Itália), facultou informação com uma série longa, de acordo com a metodologia de cálculo já indicada (*rate based*). Não tendo sido possível a obtenção de dados para a Grécia, utilizaram-se os disponíveis no portal do EUROSTAT e que apenas reportam os anos de 2002 a 2011.

Em face dos valores disponíveis (Figura 29), Portugal apresenta valores de idade média ao nascimento do primeiro filho mais baixos no grupo dos países do Sul da Europa a par com a Grécia (para os anos em que existe informação disponível, i.e., 2002 a 2011). Espanha e Itália apresentam valores mais elevados e percursos semelhantes, ainda que com tempos distintos.

Quadro 4 – Idades médias da mulher ao nascimento de um filho, UE27 e Estados Membros, 1980-2011

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011		
União Europeia (27 países)																						29,2	29,3	29,4	29,5	29,6	29,7	29,7	29,8	30,0	30,0		
Bélgica	26,6	26,7	26,8	26,9	27,0	27,2	27,3	27,5	27,6	27,8	27,9	28,0	28,1	28,2	28,3	28,5	28,6	28,7	28,8	28,8	28,9	29,0	29,6	29,2	29,3	29,4	29,5	29,6	29,6	29,8	29,9		
Bulgária	23,9	23,9	23,8	23,9	23,9	23,9	24,0	24,0	24,0	23,9	23,9	23,7	23,7	23,8	24,0	24,1	24,4	24,5	24,7	25,0	25,1	25,3	25,5	25,7	26,0	26,1	26,4	26,5	26,6	27,0	27,1		
República Checa	25,0	24,9	24,7	24,5	24,5	24,7	24,8	24,7	24,7	24,8	24,8	24,7	24,8	25,0	25,4	25,8	26,4	26,6	26,9	27,2	27,5	27,8	28,1	28,3	28,6	28,9	29,1	29,3	29,4	29,6	29,7		
Dinamarca	26,8	26,9	27,1	27,3	27,5	27,8	27,9	28,1	28,2	28,4	28,5	28,6	28,8	28,9	29,1	29,2	29,4	29,5	29,6	29,7	29,7	29,9	30,1	30,2	30,2	30,3	30,4	30,4	30,5	30,6	30,7		
Alemanha																						28,8	28,9	29,0	29,2	29,4	29,5	29,7	29,9	30,1	30,2	30,4	30,5
Estónia										25,7	25,6	25,3	25,3	25,3	25,4	25,5	26,1	26,3	26,5	27,0	27,2	27,5	27,7	27,9	28,2	28,4	28,5	28,8	29,1	29,3	29,5		
Irlanda	29,7	29,7	29,8	29,8	29,8	29,9	29,9	29,9	29,9	29,9	29,9	29,9	30,0	30,1	30,1	30,2	30,3	30,3	30,3	30,4	30,5	30,6	30,8	30,9	31,2	31,2	31,2	31,2	31,2	31,2	31,5		
Grécia	26,1	26,1	26,1	26,1	26,2	26,3	26,5	26,5	26,8	27,0	27,2	27,4	27,6	27,9	28,0	28,2	28,6	28,8	28,9	29,6	29,2	29,4	29,5	29,7	29,8	29,9	30,0	30,1	30,2	30,3	30,4		
Espanha	28,2	28,2	28,3	28,4	28,4	28,5	28,5	28,6	28,6	28,7	28,9	29,0	29,3	29,5	29,7	30,0	30,4	30,5	30,7	30,7	30,8	30,8	30,8	30,9	30,9	30,9	30,9	30,8	31,0	31,2	31,5		
França (Metropolitana)	26,8	27,0	27,1	27,1	27,3	27,5	27,7	27,9	28,0	28,2	28,3	28,4	28,6	28,7	28,8	29,0	29,2	29,3	29,4	29,4	29,4	29,5	29,6	29,6	29,7	29,8	29,9	29,9	29,9	30,0	30,1		
Itália	27,5	27,6	27,6	27,8	27,9	28,1	28,2	28,4	28,6	28,8	28,9	29,1	29,3	29,4	29,6	29,8	30,3	30,3	30,3	30,4	30,5	30,6	30,8	30,8	30,9	31,0	31,1	31,1	31,2	31,3	31,4		
Chipre			26,7	26,8	26,7	27,0	27,0	26,9	27,0	27,1	27,2	27,2	27,4	27,7	27,8	28,1	28,3	28,3	28,6	28,7	28,9	29,1	29,3	29,2	29,6	29,9	30,1	30,2	30,3	30,4	30,5		
Letónia																						27,1	27,2	27,4	27,7	27,8	27,9	28,1	28,4	28,7	28,7		
Lituânia	26,7	27,1	27,2	27,2	27,1	26,8	26,9	26,8	26,2	25,9	25,9	25,7	25,6	25,7	25,5	25,6	26,0	26,3	26,5	26,6	26,9	26,9	27,1	27,4	27,6	27,7	27,9	28,2	28,6	28,9	28,9		
Luxemburgo	27,5	27,5	27,5	27,7	27,9	27,9	28,1	28,3	28,3	28,3	28,4	28,4	28,6	28,5	28,7	28,9	29,2	29,3	29,3	29,3	29,3	29,5	29,6	29,7	29,8	30,0	30,2	30,5	30,7	30,8	30,8		
Hungria	24,7	24,7	24,7	24,8	24,8	25,0	25,2	25,3	25,4	25,5	25,6	25,7	25,8	26,0	26,2	26,3	26,6	26,8	27,0	27,3	27,6	27,8	28,0	28,2	28,4	28,7	28,8	28,9	29,1	29,3	29,4		
Malta	28,9	28,8		28,6	28,8	28,8	28,8	28,8	29,0	28,9	28,9	28,8	28,8	28,8	28,9	29,0	28,6	27,9	28,8	27,9	27,6	28,7	28,8	27,8	27,9	29,0	29,1	29,2	29,2	29,4	29,7		
Holanda	27,7	27,8	28,0	28,1	28,2	28,4	28,6	28,8	29,0	29,2	29,3	29,5	29,7	29,8	29,9	30,0	30,2	30,3	30,3	30,3	30,4	30,4	30,4	30,5	30,6	30,6	30,6	30,7	30,7	30,8	30,9		
Austria	26,3	26,3	26,3	26,5	26,6	26,7	26,8	26,9	27,0	27,1	27,2	27,2	27,3	27,3	27,5	27,7	27,9	28,0	28,2	28,2	28,4	28,6	28,8	28,8	28,8	29,0	29,2	29,4	29,5	29,7	29,8	30,0	
Polónia											26,2	26,3	26,4	26,6	26,8	26,9	27,1	27,2	27,3	27,3	27,6	27,7	27,9	28,0	28,2	28,3	28,4	28,5	28,6	28,8	28,9		
Portugal	27,2	27,2	27,2	27,1	27,1	27,2	27,1	27,2	27,2	27,2	27,3	27,5	27,6	27,7	27,8	28,0	28,2	28,4	28,5	28,6	28,7	28,9	29,0	29,2	29,3	29,4	29,5	29,6	29,7	29,9	30,1		
Roménia	25,3	25,2	24,9	24,8	25,0	25,2	25,6	25,8	25,8	26,2	25,5	25,0	24,8	24,7	24,9	25,0	25,3	25,4	25,5	25,7	25,9	26,1	26,2	26,4	26,7	26,8	26,9	26,9	26,9	27,1	27,1		
Eslovénia			25,5	25,4	25,4	25,5	25,5	25,5	25,6	25,8	25,9	26,1	26,2	26,6	26,8	27,1	27,5	27,8	28,0	28,2	28,5	28,8	28,9	29,2	29,4	29,6	29,8	29,9	30,0	30,1	30,1		
Eslováquia	25,4	25,4	25,3	25,3	25,2	25,1	25,1	25,1	25,1	25,1	25,0	25,1	25,3	25,5	25,6	26,0	26,2	26,4	26,6	26,8	27,0	27,3	27,4	27,7	27,9	28,1	28,3	28,5	28,6	28,9			
Finlândia	27,7	27,9	27,9	28,2	28,3	28,4	28,5	28,7	28,7	28,8	28,9	28,9	28,9	29,0	29,1	29,3	29,4	29,5	29,6	29,6	29,6	29,7	29,8	29,9	29,9	30,0	30,0	30,1	30,1	30,2	30,3		
Suécia	27,6	27,7	27,9	28,0	28,3	28,4	28,4	28,5	28,5	28,6	28,6	28,7	28,8	29,0	29,1	29,2	29,5	29,7	29,8	29,9	30,0	30,1	30,3	30,4	30,5	30,6	30,6	30,6	30,7	30,7	30,8		
Reino Unido	26,9	27,1	27,1	27,2	27,3	27,3	27,4	27,4	27,5	27,6	27,7	27,7	27,9	28,0	28,1	28,2	28,3	28,4	28,4	28,5	28,6	28,7	28,9	29,0	29,1	29,2	29,3	29,3	29,4	29,6	29,7		

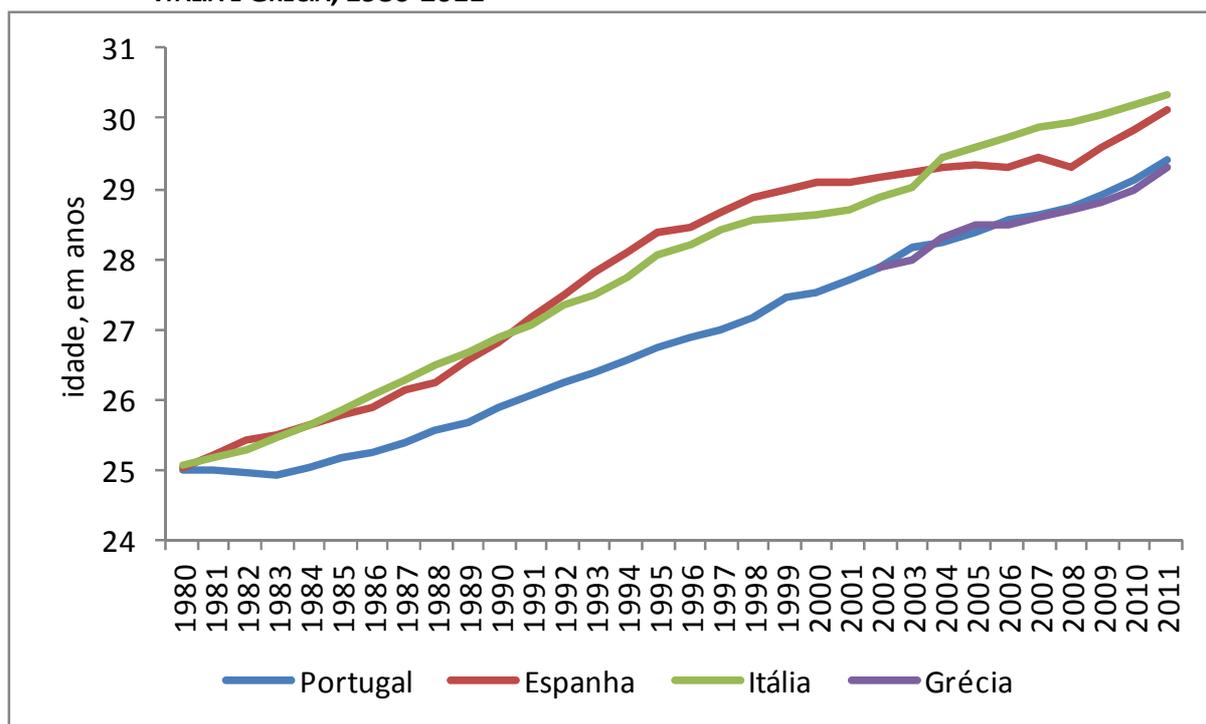
Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acedido em 18/04/2013

Quadro 5 – Idades médias da mulher ao nascimento do primeiro filho, Estados Membros da UE27, 2002-2011

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
União Europeia (27 países)										
Bélgica	27,2	27,8	27,5	27,6	27,7	27,8	27,8	28,1		
Bulgária	23,9	24,2	24,3	24,6	24,9	25	25	25,1	25,6	25,7
República Checa	25,6	25,9	26,3	26,6	26,9	27,1	27,3	27,4	27,6	27,8
Dinamarca	28,1	28,3	28,4	28,4						
Alemanha								28,7	28,9	29
Estónia	24,6	24,8	25	25,2	25,4	25,4	25,8	26,1	26,3	26,4
Irlanda	28		28,5	28,6	28,6	28,7	28,7	28,7	28,9	29,3
Grécia	27,9	28	28,3	28,5	28,5	28,6	28,7	28,8	29	29,3
Espanha	29,2	29,3	29,4	29,4	29,4	29,4	29,3	29,6	29,8	30,1
França (Metropolitana)	28,1	28,3	28,4	28,5	28,6					
Itália										
Chipre	26,7	26,9	27,2	27,5	27,9	28,2	28,3	28,4	28,5	28,5
Letónia	24,4	24,6	24,7	24,9	25	25,2	25,3	25,6	26	25,9
Lituânia	24,3	24,5	24,8	24,9	25,2	25,4	25,8	26,1	26,6	26,6
Luxemburgo	28,8	28,7	28,7	29,1	28,5	28,9	29,2	29,3	29,5	29,4
Hungria	25,6	25,9	26,3	26,6	26,9	27,1	27,2	27,4	27,7	27,7
Malta						26,9	27,2	27,1	27,4	28
Holanda	28,7	28,8	28,9	29	29	29	29,1	29,2	29,2	29,3
Áustria	26,8	26,9	27	27,3	27,5	27,7	27,8	28	28,2	28,5
Polónia	25	25,2	25,5	25,7	25,9	26	26	26,2	26,4	26,6
Portugal	26,8	27,1	27,2	27,3	27,5	27,6	27,7	27,9	28,1	28,4
Roménia	24,1	24,2	24,5	24,8	25,1	25,1	25,2	25,2	25,5	25,5
Eslovénia	27,2	27,3	27,5	27,7	27,9	28,1	28,2	28,2	28,4	28,4
Eslováquia	24,7	25	25,3	25,7	25,9	26,2	26,4	26,7	27	27,4
Finlândia	27,6	27,8	27,8	27,9	28	28,1	28,2	28,2	28,3	28,4
Suécia	28,3	28,5	28,6	28,7	28,8	28,8	28,8	28,9	28,9	29
Reino Unido	29,3		29,7	29,9	30	30,2	30,2	30,4	30,6	

Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acedido em 18/04/2013

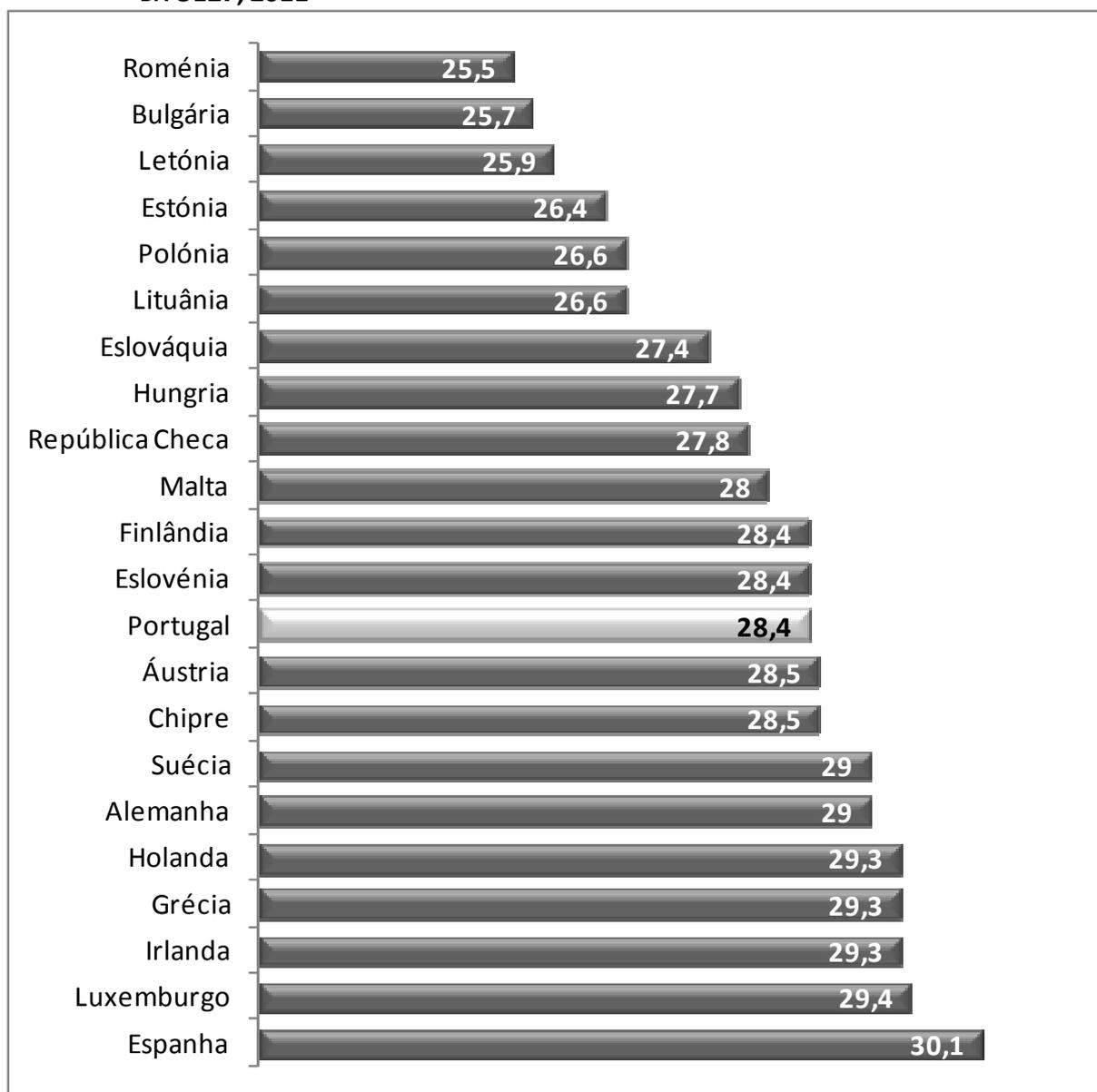
FIGURA 29 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO, PORTUGAL, ESPANHA, ITÁLIA E GRÉCIA, 1980-2011



Fonte: Elaboração própria com base em INE, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, acessado em 30/06/2013; Instituto Nacional de Estadística (Espanha), <http://www.ine.es>, acessado em 28/05/2013; Istituto Nazionale di Statistica (Itália), informação cedida a pedido; EUROSTAT, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acessado em 18/04/2013.

Em 2011, os valores mais baixos de idade média ao nascimento do primeiro filho encontravam-se, grosso modo, nos países de Leste Europeu, como Bulgária, Roménia, Estónia, Polónia e Lituânia. Por oposição, os mais elevados encontravam-se em países como Reino Unido, Espanha, Luxemburgo, Holanda, Grécia, Irlanda e Suécia (Figura 30).

FIGURA 30 – IDADES MÉDIAS DA MULHER AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO, ESTADOS MEMBROS DA UE27, 2011



Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT,
http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acessado em 18/04/2013

Em síntese, verificou-se um elevado declínio da fecundidade no período analisado, avaliado através da diferença em -45% entre as taxas de fecundidade geral inicial e final (1980 e 2012), e, através da diferença em -39% entre o índice sintético de fecundidade inicial e final (1980 e 2012, sendo que, no início da década de 80, o nível de fecundidade em Portugal ainda permitia assegurar a substituição das gerações, passando para a situação atual em que o valor era apenas de 1,28 crianças por mulher

em idade fértil), o que significa que a distribuição das mulheres em idade fértil é mais favorável no período mais recente e que 6% da diferença evidenciada no primeiro indicador é da responsabilidade do efeito da estrutura.

Para além da redução do número de filhos, verificou-se o aumento da idade, das mulheres, em que a fecundidade atinge o seu nível máximo.

Considerando este valor como um indicador do comportamento das mulheres na sociedade portuguesa face à fecundidade, numa análise em transversal, uma deslocação na direção de valores superiores indicia um adiamento (e vice-versa, uma antecipação) dos nascimentos dos filhos.

Esta nova abordagem permite identificar a diversidade e os momentos de transição de comportamentos de fecundidade da sociedade portuguesa, entre 1980 e 2012.

Na verdade, no período entre 1990 e 1995, verifica-se o aumento da idade em que a fecundidade atinge o seu nível máximo em 3 anos. Neste quinquénio evidencia-se o início de uma recuperação da fecundidade em idades mais tardias. Entre 1995 e 2000, verifica-se ainda uma recuperação naquelas idades e o declínio nas idades mais jovens atenua-se, subindo apenas ligeiramente a idade média ao nascimento dos filhos, para os 28 anos. Entre 2000 e 2005, a idade média volta a subir 2 anos, atingindo agora os 30 anos, a fecundidade diminui, devido ao declínio nas idades mais jovens, mantendo-se nas idades mais tardias. Entre 2005 e 2010, volta a aumentar a idade média, em 1 ano (31 anos). Nos anos mais recentes – 2010 a 2012 – a fecundidade volta a diminuir, mas agora temos também menos mulheres em idade fértil, verificando-se um ligeiro aumento nas idades altas e decréscimo nas baixas.

Em resumo, a fecundidade no primeiro quinquénio de 80 diminui com IMF relativamente baixos, assistindo-se em todo o período ao adiamento da idade máxima dos 24 para os 30 anos. A recuperação é apenas visível entre 1995 e 2000.

Esta evolução integra-se no contexto europeu. Em 2011, último ano em que é possível a comparação, a fecundidade em Portugal é mais baixa do que na UE27 (1,35 e 1,57, respetivamente), também acompanhado por países como a Espanha, a Itália e a Grécia.

O adiamento é mais acelerado em Portugal, ainda que Espanha e Itália tenham valores mais elevados.

Entre os países que neste momento mais sofrem com a recessão económica, a idade em que a fecundidade atinge o seu máximo é relativamente elevada e continua a aumentar, donde se pode concluir que o adiamento ainda não terminou.

A agravar a situação portuguesa, Portugal apresenta valores de IMN1^a filho mais baixo de toda a Europa de sul, a par com Grécia no final do período em análise, o que implica uma maior dificuldade potencial de recuperação dos nascimentos em virtude das idades mais elevadas das mães. Este efeito pode vir a contribuir para um agravamento do declínio da fecundidade em Portugal no futuro próximo.

4. Influência(s) das atuais oscilações dos fluxos migratórios na natalidade e fecundidade em Portugal

O objeto do presente estudo é, tão somente, a avaliação da influência dos fluxos migratórios na natalidade e fecundidade em Portugal, numa perspetiva de análise demográfica, fundamentalmente prospetiva.

Não abrange a população no seu conjunto, nem outras áreas de influência das migrações, quer sobre a demografia quer sobre a sociedade portuguesa. Áreas que apenas são integradas na análise na medida em que os seus efeitos possam afetar a natalidade e a fecundidade.

Todavia, qualquer análise prospetiva necessita de ser sustentada numa sólida análise retrospectiva e numa cuidada avaliação da situação atual.

Em conformidade com este propósito, inicia-se o estudo da influência dos fluxos migratórios na fecundidade através de uma análise descritiva, que inclui a evolução das componentes de crescimento demográfico; evolução das componentes do crescimento migratório, através da análise dos fluxos migratórios, i.e., da variação dos comportamentos de imigração e de emigração na sociedade portuguesa; a influência dos fluxos migratórios (imigração e emigração) na natalidade e fecundidade em Portugal.

4.1. Dados e métodos

Tendo em atenção as limitações relativas à insuficiência de dados, à fiabilidade e coerência das fontes, selecionou-se para esta secção do estudo os que se consideraram mais reveladores das transformações do comportamento da natalidade e da fecundidade na sociedade portuguesa nos últimos anos.

Os dados em que assentará esta análise reportam-se a:

- Componentes do crescimento demográfico: Saldo natural e saldo migratório; sendo que o saldo natural (9) se obtém diretamente a partir das estatísticas vitais oficiais (nados vivos (NV) e óbitos (Ob)); e, o saldo migratório pode ser obtido indiretamente pela equação de concordância (10), pela diferença (11) entre a variação populacional (VP) e o saldo natural (SN):

$$SN_t = NV_t - Ob_t \quad (9)$$

$$VP_t = SN_t + SM_t \quad (10)$$

$$\text{ou, } SM_t = VP_t - SN_t \quad (11)$$

- Detalhe das componentes do saldo migratório (12): Imigrantes (I) e emigrantes (E) (Fonte: INE); a informação para a análise da evolução destas componentes baseou-se nos dados disponibilizados pelo INE. Para os períodos entre dois censos de população consecutivos, o saldo migratório intercensitário é calculado por recurso à aplicação da equação de concordância, i.e., por diferença entre o crescimento total da população e o que decorre do saldo natural, para esse período. Este saldo migratório é anualizado recorrendo a fontes indiretas como o Inquérito ao Emprego (IE) e o Inquérito aos Movimentos Migratórios de

Saída (IMMS). Nos anos pós censitários o INE estima os saldos migratórios com base na informação decorrente do IE (para a imigração) e do IMMS (para a emigração).

$$SM_t = I_t - E_t \quad (12)$$

- Nados vivos, de mães residentes em Portugal, por nacionalidade da mãe e do pai¹⁵, idade da mãe e ordem de nascimento, entre 1995 e 2012 (Fonte: INE);
- Estimativas de população residente em Portugal, por sexo, idade e nacionalidade (portuguesa, estrangeira), para os anos de 2008 a 2012 (Fonte: INE);
- População de nacionalidade estrangeira residente em Portugal, por sexo e idade, para o anos de 2007 (Fonte: SEF).

Em termos metodológicos, para além da análise descritiva dos dados disponíveis, distinguindo entre a nacionalidade dos pais (portuguesa e estrangeira) e o país de nacionalidade, serão também calculadas, para posterior avaliação da evolução da influência da imigração, (1) as taxas de fecundidade específicas por idade, separadamente para mulheres de nacionalidade portuguesa e de nacionalidade estrangeira; (2) as idades médias ao nascimento de um filho e do primeiro filho, igualmente separadas entre mulheres de nacionalidade portuguesa e de nacionalidade estrangeira; (3) caracterizou-se o padrão de fecundidade das mulheres de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal, em função da variação do número e proporção de nascimentos segundo a ordem. Em virtude da dificuldade em avaliar o impacto de emigração, desenvolveu-se uma metodologia de estimação com base numa adaptação do método da “cohort-survival” (Siegel, 2004). Várias adaptações deste método têm sido desenvolvidas e aplicadas, inclusivamente no contexto das migrações, não se tendo encontrado contudo referências ao desenvolvimento deste procedimento para estimação da influência das migrações (Rogers & Castro, 1981). Na sequência da aplicação

¹⁵ O INE disponibiliza informação estatística relevante para a caracterização dos nados vivos, onde se inclui a variável país de nacionalidade dos pais (pai e mãe) desde 1995, e, a partir de 2010, passou também a recolher a variável país de naturalidade dos pais, embora esta ainda não se encontre disponível para o utilizador.

desta metodologia, (4) estimou-se o número de nados vivos em 2011 e 2012 que teriam ocorrido em Portugal se ao contingente de mulheres em idade fértil residente em Portugal fosse "reposto" o número acumulado de mulheres, nestas idades, que terão saído de Portugal em 2011 e 2012, caso se mantivessem as mesmas taxas de fecundidade observadas.

4.2. Resultados

A estabilização ou até mesmo declínio populacional e o envelhecimento demográfico são as principais tendências demográficas recentes da UE27, padrões demográficos característicos das sociedades mais desenvolvidas, sendo que Portugal não é exceção.

O declínio da fecundidade e o aumento da longevidade contribuem para saldos naturais reduzidos ou mesmo negativos, pelo que os fluxos migratórios assumem um papel de relevo na dinâmica populacional, tendo assumido dimensões consideráveis nas últimas décadas os fluxos de imigração para os países da Europa, especialmente para a UE27 e incluindo Portugal (Sobotka, Skirbekk, & Philipov, 2011). Tal deveu-se a uma conjugação de fatores, que passam pelo aumento generalizado da mobilidade e maior facilidade de deslocações internacionais, pelas dificuldades económicas verificadas em muitos países pós-comunistas após o colapso do socialismo, ou ainda por conflitos violentos ou instabilidade política (Sobotka, 2008b), para além da instabilidade ou dificuldades económicas em vários outros países.

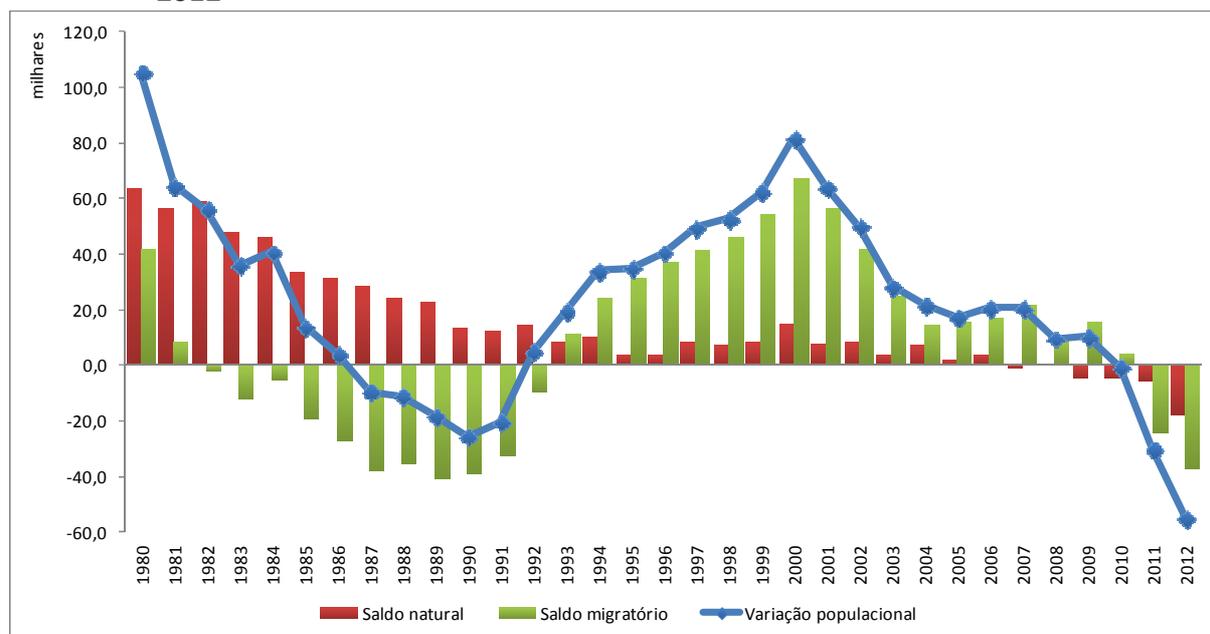
A evolução demográfica recente em Portugal é igualmente caracterizada pelo decréscimo na dimensão da população a par com um continuado e acentuado envelhecimento demográfico.

O decréscimo das taxas de crescimento da população, que se calcula terem mesmo atingido valores negativos nos anos mais recentes, em resultado quer do declínio das taxas de crescimento migratório, que se estima terem retomado valores negativos em 2010 e 2011, quer do declínio das taxas de crescimento natural (Figura 31). Desde 2007 que o saldo natural tem sido negativo, com exceção de 2008, em que foi positivo mas praticamente nulo, tendo-se agravado particularmente em 2012, sobretudo devido à queda do número de nascimentos, que em 2012 não chegou aos 90 mil, um decréscimo de mais de 7% relativamente ao ano anterior e o mais acentuado neste percurso de declínio em terreno já negativo.

Não obstante a recente, ou “renovada”, tendência para migrações líquidas negativas¹⁶, durante os anos 90 Portugal experienciou um aumento dos fluxos de imigração, mantendo valores relativamente elevados nos primeiros anos do novo século, fluxos que influenciaram a dinâmica demográfica no seu todo, e, de forma inequívoca, com efeito sobre natalidade, algo particularmente relevante num contexto de declínio populacional.

Face a saldos naturais anuais cada vez mais diminutos ou mesmo de valor negativo, como se verificou em 2007 e de 2009 a 2012 (ano em que o saldo natural foi negativo em cerca de quase 18 milhares de pessoas), a variação populacional anual, nos últimos anos, tem dependido fortemente da variação dos saldos migratórios anuais.

FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO, PORTUGAL, 1980-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE

Se no início da década de 80 do século XX, se verificaram, simultaneamente, saldos naturais e migratórios ambos positivos e de valores consideráveis, sustentando acréscimos populacionais de relevo, estes rapidamente entraram em declínio.

¹⁶ De acordo com as estimativas do INE, em 2008 embora o saldo migratório total fosse positivo (9 361) já se estimava negativo para os homens (- 3 902); em 2009 idem (-57); e 2010 (-7 517). Em 2011 e 2012 o saldo migratório total terá sido negativo: -24 331 e -37352, respetivamente; sendo negativo para ambos os sexos.

Num primeiro momento devido ao impacto de saldos migratórios, que se tornaram negativos desde 1982, ainda que compensados em termos de variação populacional por saldos naturais elevados e de valor absoluto superior ao dos saldos migratórios. Este declínio acentuou-se e, num segundo momento, apresenta valores negativos, traduzindo decréscimos populacionais a partir de 1987, agora por influência, sobretudo, da redução dos saldos naturais. Este decréscimo populacional mantém-se até 1991, iniciando-se então tenuemente uma trajetória de crescimento, sendo que, em 1992, o saldo natural permite compensar as perdas populacionais decorrentes de um saldo migratório ainda negativo, verificando-se assim um acréscimo populacional já neste ano. A partir de 1992, o saldo natural mantém-se reduzido, com algumas oscilações até 2006, mas o acréscimo populacional acentua-se, fundamentalmente, por influência dos saldos migratórios anuais, atingindo um “pico” em 2000, ano em coincide com o “pico” dos saldos migratórios positivos. A partir de 2000 inicia-se uma trajetória descendente na variação do efetivo populacional que atinge, novamente, valores negativos nos anos posteriores a 2009, decorrentes da combinação de saldos naturais de valor negativo e de saldos migratórios ténues, como se estimou para 2009, ou mesmo negativos, como se estimou para 2011 e 2012.

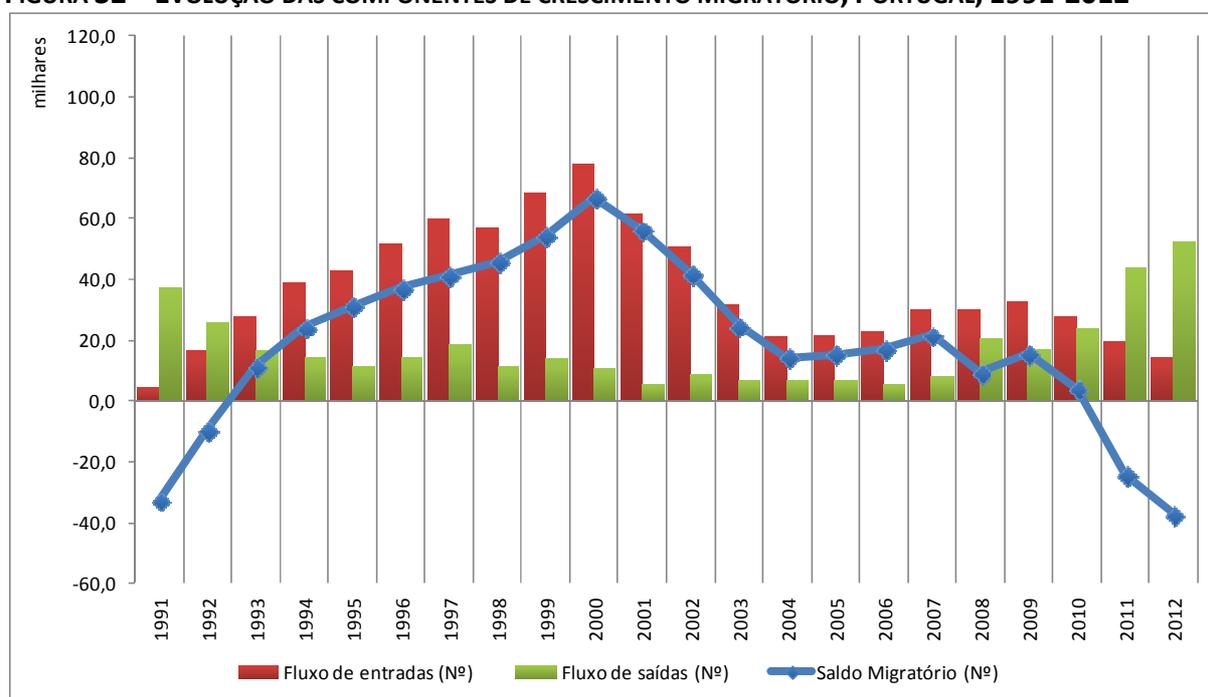
A evolução dos saldos migratórios nos últimos 33 anos é bem um reflexo da imprevisibilidade das tendências migratórias e conseqüente volatilidade das migrações e dificuldade de projeção desta componente de crescimento demográfico (Peixoto, 2009), sendo as migrações influenciadas pelas alterações conjunturais, nomeadamente pelas circunstâncias socioeconómicas das populações de origem e da perceção por parte dos migrantes do que esperam encontrar nos países de destino (Bijak, Kupiszewski, & Kicinger, 2004; Sobotka, Skirbekk, & Philipov, 2011; Peixoto, 2004), assim como pelas redes sociais de apoio à integração social, cultural e económica dos imigrantes da população recém-chegada que podem constituir um incentivo a novos fluxos migratórios (Gilberta Rocha *et al*, 2009).

Os consideráveis fluxos de imigrantes (permanentes) que se estima terem ocorrido nos anos do final do século XX e início do século XXI, implicaram alterações na dimensão e estrutura da população

residente em Portugal. Tendo em conta o tradicional perfil etário das populações migrantes, concentrado sobretudo nas idades ativas (Haug, Compton, & Courbage, 2002; Peixoto, 2009), estes fluxos terão implicado alterações nos fenómenos demográficos vitais, particularmente ao nível da natalidade, já que na mortalidade, face ao perfil etário das populações migrantes, o impacto poderá ser diminuto (Magalhães e Peixoto, 2008).

Nos últimos 22 anos (de 1991 a 2013), de acordo com os dados disponíveis, podemos constatar a volatilidade associada ao comportamento migratório em Portugal (Figura 32).

FIGURA 32 – EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO, PORTUGAL, 1991-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE, <http://www.ine.pt> (destaque de 17/05/2013)

A imigração apresenta uma tendência de crescimento de 1991 a 2000, apresentando posteriormente uma tendência de declínio (ainda que com algumas oscilações de 2007 a 2010).

A emigração segue um caminho oposto. A conjugação de ambas converge para o ressurgimento de saldos migratórios negativos em 2011 e 2012.

Importará reter que a emigração nunca desapareceu, mesmo nos anos de saldos migratórios positivos mais elevados, reemergindo com valores cada vez mais elevados desde 2008. Esta nova

“vaga” de emigração, trará igualmente implicações, não apenas na dimensão e estrutura da população residente, mas, uma vez mais, sobre os eventos vitais, nomeadamente, sobre o número de nascimentos em cada ano civil.

Num contexto de declínio da natalidade e da fecundidade e de um continuado envelhecimento demográfico, uma leitura mais atenta das implicações dos fenómenos migratórios na estrutura e dimensão das populações, mas sobretudo nos eventos vitais, e particularmente nos nados vivos, afigura-se como pertinentes.

Contudo, a avaliação da influência dos fluxos migratórios na natalidade enfrenta algumas limitações, algumas já mencionadas anteriormente e relacionadas com a disponibilidade e coerência dos dados, a que acresce a dificuldade de avaliação dos impactos da emigração sobre a natalidade.

4.2.1. A imigração e a natalidade e fecundidade em Portugal

1995-2012

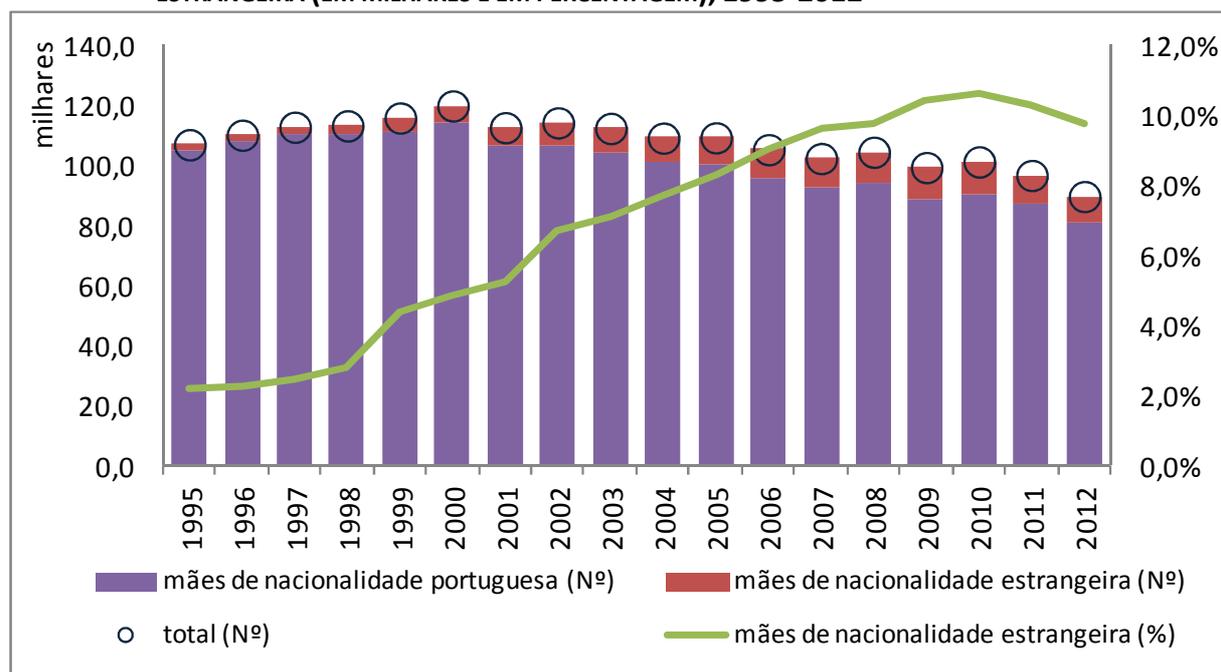
A análise passa a centrar-se nos anos mais recentes que correspondem, na generalidade, às segunda e terceira fases de crescimento demográfico em Portugal (atrás mencionadas) a partir da década de 80, em função do contributo das migrações. Acresce ainda a disponibilidade da informação estar limitada aos anos de 1995 e seguintes.

Entre 1995 (ano em que o verbete de recolha de informação estatística referente ao nado vivo passou a incluir informação sobre a nacionalidade dos pais) e 2012, num contexto de redução do número de nascimentos em Portugal, particularmente após 2000, registou-se uma importante contribuição de nados vivos filhos de mães de nacionalidade estrangeira.

Esta contribuição adquire maior significado entre 1995 e 2010 (2 367 nados vivos em 1995 e 10 786 em 2010), ano a partir do qual se regista um decréscimo: 10 003, em 2010; 8 761 em 2011; e, em 2012).

Relativamente ao número de nados vivos de mães residentes em Portugal e de nacionalidade estrangeira, pode destacar-se um primeiro aumento mais acentuado entre 1998 e 2000, em seguida entre 2001 e 2002, e, depois de um continuado acréscimo, um declínio a partir de 2010 (Figura 33).

FIGURA 33 – NADOS VIVOS DE MÃES RESIDENTES EM PORTUGAL, TOTAL E DE MÃES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA (EM MILHARES E EM PORCENTAGEM), 1995-2012



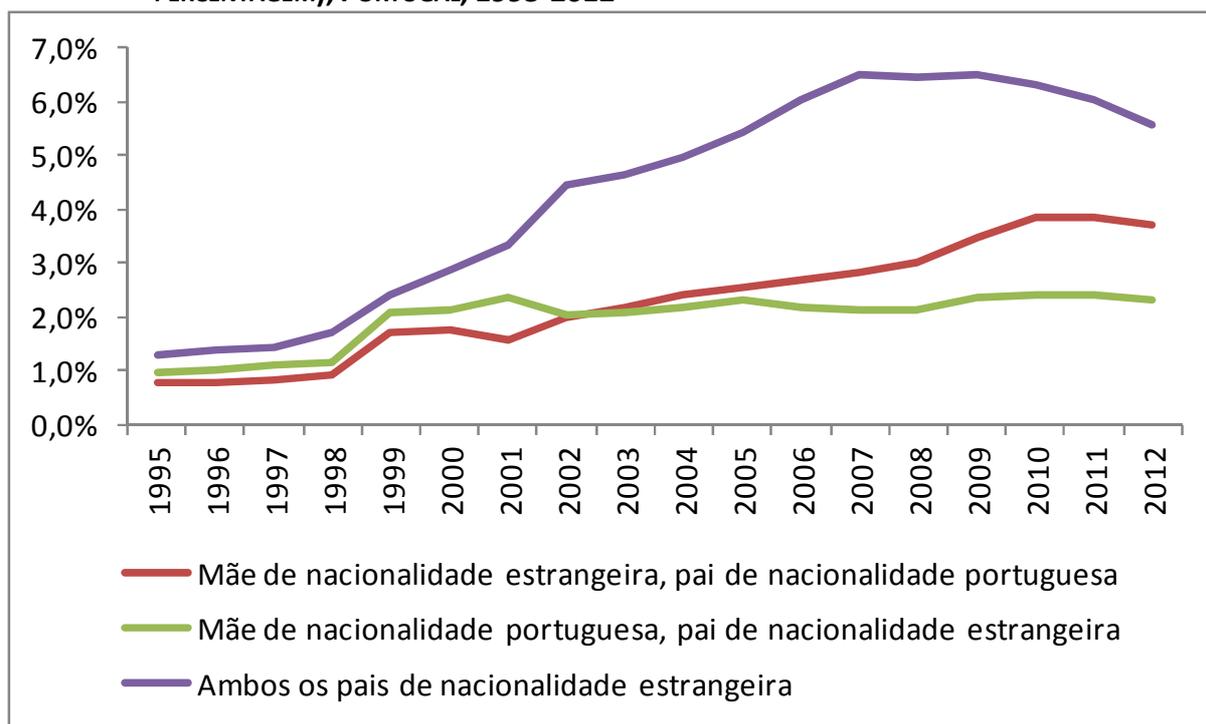
Fonte: Elaboração própria com base em INE

A sua proporção no número total de nados vivos apresenta um aumento continuado entre 1995 e 2010 (passando de 2,2% para 10,6% em 2010), ano a partir do qual se observa um declínio (10,3 % em 2011 e 9,8% em 2012).

Mas, para além da contribuição das mulheres, também é relevante a importância que os homens residentes em Portugal e de nacionalidade estrangeira podem assumir em termos de natalidade.

No entanto, se o número de observações em que se ignora a nacionalidade das mães é diminuta, o mesmo não sucede com o número de observações em que a nacionalidade do pai é ignorada. Ainda assim, é possível verificar, mesmo nos anos em que já se assistia à queda da natalidade em Portugal, um aumento da percentagem de nados vivos em que ambos os pais são de nacionalidade estrangeira (Figura 34).

FIGURA 34 – NADOS VIVOS SEGUNDO COMBINAÇÕES DE NACIONALIDADE DOS PAIS (EM PERCENTAGEM), PORTUGAL, 1995-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE (2013), Estatísticas Demográficas 2012

Na verdade, entre 1995 e 2007 a percentagem não parou de aumentar, passando de 1,3% para 6,5% (quase quintuplicando), entre 2007 e 2009 a percentagem quase não se altera, mas decrescendo continuamente nos anos seguintes, atingindo os 5,6% em 2012 (note-se contudo que esta percentagem ainda mais do quadruplica a de 1995).

O mesmo tipo de tendência é observável na percentagem de nascimentos vivos em que um dos pais é de nacionalidade portuguesa e outro de nacionalidade estrangeira, que aumentou de 1,7% em 1995 para 6,0% em 2012 (nestes, a situação mais comum, depois de 2003, é aquela em que um o pai tem nacionalidade portuguesa e a mãe nacionalidade estrangeira).

Em todas as tendências observadas, é visível o crescimento particularmente após 1998 e, de um modo geral, até 2010, sendo observável uma redução que pode ser um reflexo: (1) da diminuição do volume dos fluxos de imigração, (2) do aumento do número de estrangeiros que deixam Portugal, retornando, ou não, aos seus países de origem, (3) do aumento do número de aquisições de

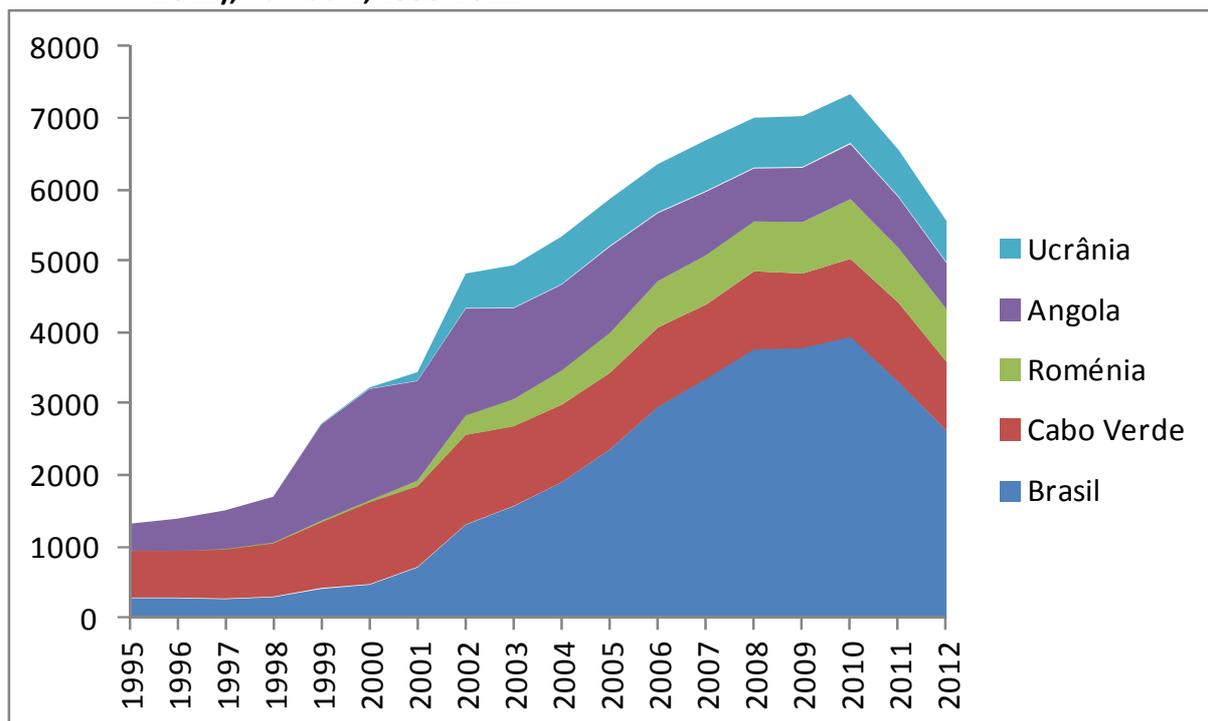
nacionalidade Portuguesa, fatores que determinam a redução da população estrangeira residente em Portugal e que se refletem na natalidade.

O aumento dos fluxos de emigração também pode condicionar o declínio do número de nascimentos em que pelo menos um dos pais é de nacionalidade portuguesa.

A par do aumento do número de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira, verifica-se também uma considerável mudança nos países de nacionalidade das mães, relativamente à proporção da sua contribuição para a natalidade em Portugal.

Uma análise da evolução apenas das cinco principais nacionalidades, em 2012, alerta-nos para outras particularidades, sobretudo já no início do novo século, em que, para além da crescente influência dos nascimentos de mães brasileiras, emergem a Roménia e a Ucrânia (Figura 35).

FIGURA 35 – NADOS VIVOS, SEGUNDO A NACIONALIDADE DA MÃE (5 PRINCIPAIS NACIONALIDADES EM 2012), PORTUGAL, 1995-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE

Em 1995 os cinco países de nacionalidade das mães estrangeiras mais representativos (no total de nascimentos vivos de mães de nacionalidade estrangeira) eram Cabo Verde (28,1%), Angola (15,9%), Guiné-

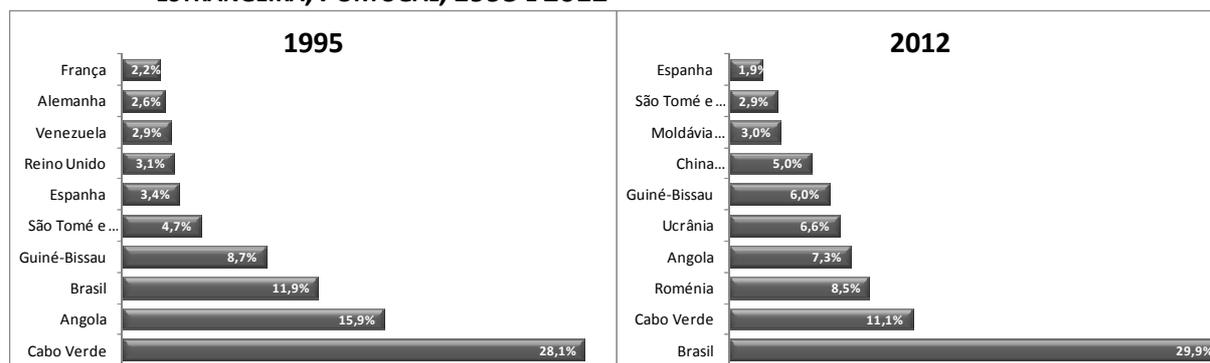
Bissau (8,7%) e São Tomé e Príncipe (4,7%) – ex-colónias portuguesas, com comunidades significativas estabelecidas em Portugal – além do Brasil (11,9%). A proporção de mães de nacionalidade de países africanos de língua portuguesa (PALP), ex-colónias portuguesas em que se inclui Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, representava 59% do total de nascimentos de mães de nacionalidade estrangeira. Ao adicionar a proporção de mães com nacionalidade brasileira (sendo o Brasil outro país do idioma Português), o valor aumenta para 70%.

Em 2012 o cenário sofreu algumas alterações, na medida em que os cinco países de nacionalidade das mães estrangeiras mais representativos passaram a ser Brasil (29,9%), que passou do terceiro lugar na ordenação em 1995 para primeiro em 2012, Cabo Verde (11,1%), que passou do primeiro lugar na ordenação de 1995 para segundo em 2012 (não obstante o aumento do número de nascimentos de 665 em 1995 para 970 em 2012), Roménia (8,5%), como um dos países emergentes em termos de nacionalidade das mães estrangeiras, Angola (7,3%), que passou do segundo lugar na ordenação de 1995 para primeiro em 2012, e, Ucrânia (6,6. %), outro dos países emergentes nesta questão.

Em 2012, a proporção de mães com nacionalidade de um dos países dos PALP diminuiu para 28% (pese embora o número absoluto ter aumentado de 1 393 para 2 450 nados vivos entre 1995 e 2012, na realidade diminuiu em todas as nacionalidades a partir de 2010). Adicionando as mães brasileiras, a proporção ascende a 58%, descida, face a 1995, que não traduz uma queda nos números absolutos. Também neste caso, o número de nados vivos com mães de nacionalidade brasileira ou de um dos países dos PALP aumentou de 1 674, em 1995, para 5 070, em 2012 (depois de ter atingido um máximo de 6 423 em 2010).

Com a emergência de novas nacionalidades nos recentes fluxos imigratórios, assumiram uma proporção importante nesta classificação, transformando-a, países como a Roménia, a Ucrânia, a China ou a Moldávia (Figura 36).

FIGURA 36 – PRINCIPAIS PAÍSES DE NACIONALIDADE (TOP 10) DAS MÃES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 1995 E 2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE

Países de origem distintos, em particular com localizações geográficas tão dispares, caracterizados por modelos culturais tão diferentes, com contextos socioeconómicos tão diversos (Machado, F. L., Azevedo, J., 2009), também o comportamento destes indivíduos face à fecundidade não será homogéneo.

As diferenças na idade média ao nascimento entre mães nacionais e estrangeiras, podem constituir um bom indicador da variabilidade daqueles comportamentos.

Não existe informação disponível, nomeadamente, uma série longa e harmonizada, desde 1995, sobre efetivos populacionais femininos em idade fértil por nacionalidade (portuguesa e estrangeira) que permita o cálculo das idades médias ao nascimento de um filho e do primeiro filho por nacionalidade da mãe (distinguindo entre nacionalidade portuguesa e estrangeira) assentes nas taxas específicas de fecundidade por idade.

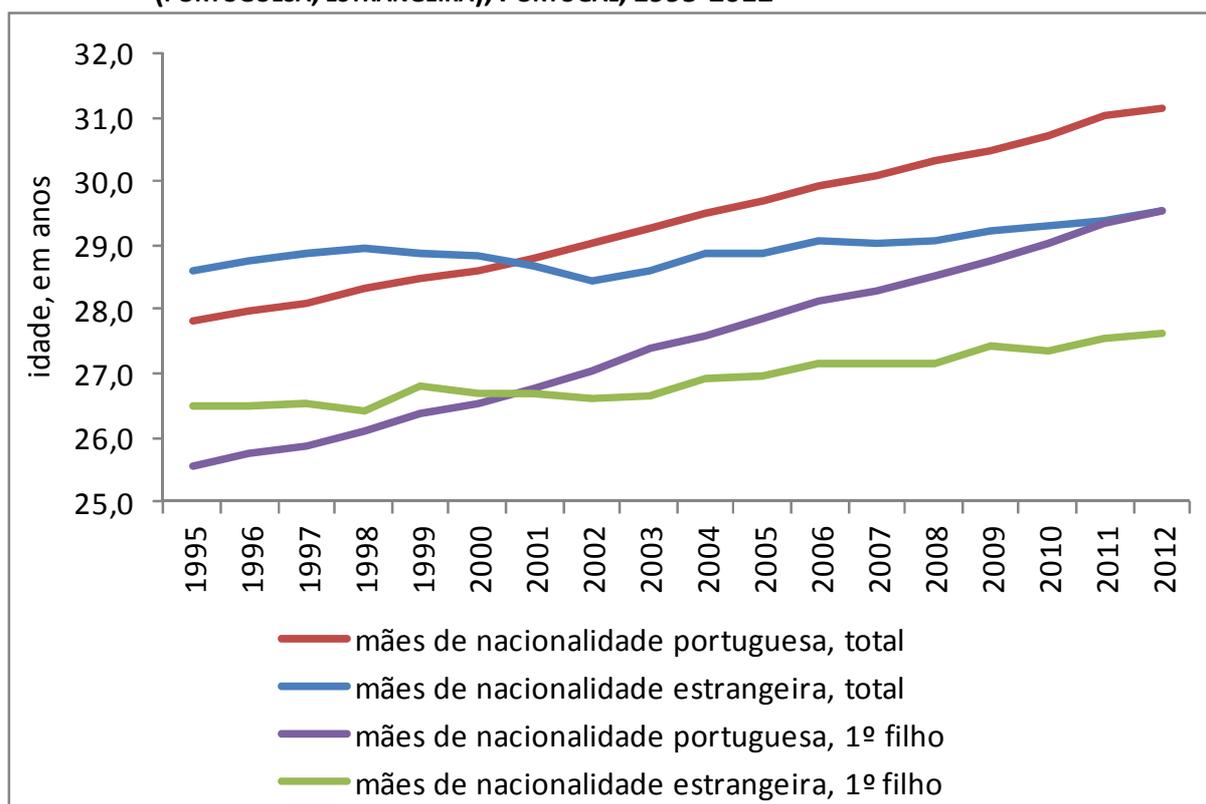
Os valores apresentados e analisados resultam do cálculo baseado na contagem dos eventos por idades das mães (*event based*), para o que se utilizaram as fórmulas (13) e (14):

$$IMN_t = \frac{\left(\sum_{i=15}^{i=49} (NV_{i,t} \times (i + 0,5)) \right)}{\sum_{i=15}^{i=49} N_{i,t}} \quad (13)$$

$$IMN_{1^{\circ}_t} = \frac{\left(\sum_{i=15}^{i=49} (NV_{1^{\circ}_{i,t}} \times (i + 0,5)) \right)}{\sum_{i=15}^{i=49} N_{1^{\circ}_{i,t}}} \quad (14)$$

Para além da diferença entre as mulheres de nacionalidade portuguesa e estrangeira (Figura 37), verifica-se ainda uma mudança na tendência na idade média ao nascimento de mães estrangeiras posterior a 2001, consequência dos padrões de fecundidade dos mais recentes fluxos de mulheres imigrantes, da composição em termos de país de nacionalidade da população migrante feminina e da sua variabilidade cultural.

FIGURA 37 – IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DE UM FILHO, SEGUNDO A NACIONALIDADE DA MÃE (PORTUGUESA, ESTRANGEIRA), PORTUGAL, 1995-2012



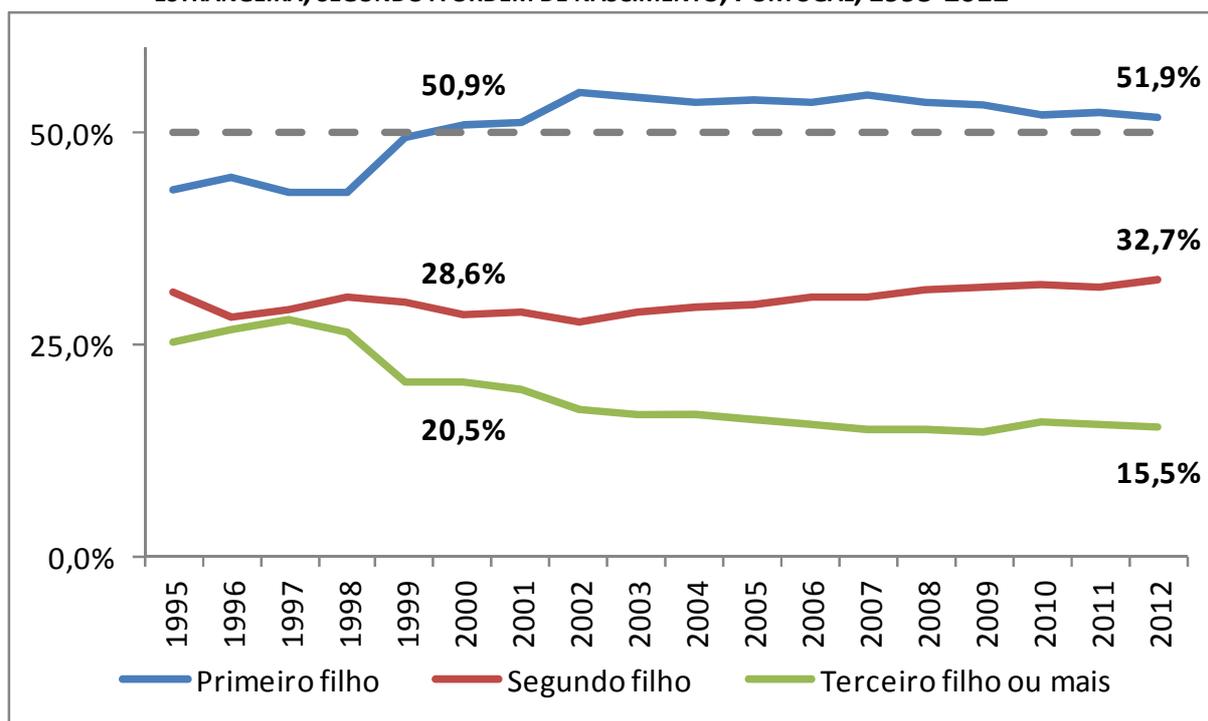
Fonte: Elaboração própria com base em INE

O mesmo acontece na evolução da idade média ao nascimento do primeiro filho. De notar ainda que, em 2012, a idade média ao nascimento do primeiro filho nas mulheres de nacionalidade portuguesa era idêntica à idade média ao nascimento de um filho nas mulheres de nacionalidade estrangeira.

As mulheres de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal têm em média os seus filhos mais cedo do que as mulheres de nacionalidade portuguesa. Para além do que, as mulheres de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal têm mais filhos do que as mulheres de nacionalidade portuguesa, a julgar pela maior percentagem de nados vivos de segunda ordem e superior (Figuras 38 e 39).

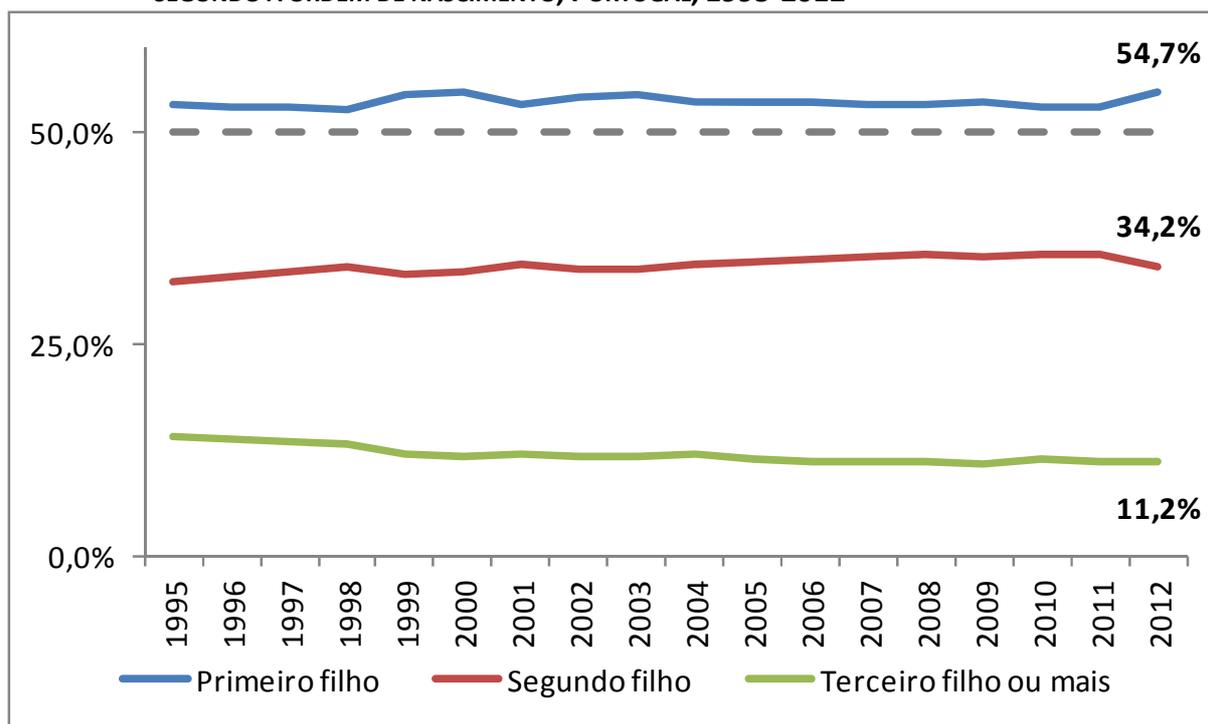
Para além da alteração nas idades médias ao nascimento, é também notória a alteração de padrões de fecundidade após 2000, no que se refere à distribuição em função da ordem de nascimento.

FIGURA 38 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS NADOS VIVOS DE MÃES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, SEGUNDO A ORDEM DE NASCIMENTO, PORTUGAL, 1995-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE

FIGURA 39 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS NADOS VIVOS DE MÃES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA, SEGUNDO A ORDEM DE NASCIMENTO, PORTUGAL, 1995-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE

Comparativamente, e em 2012, dos nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal cerca de 52% eram primeiros filhos, percentagem que nas mães de nacionalidade portuguesa se eleva para cerca de 55%; cerca de 33% eram segundos filhos, percentagem que nas mães de nacionalidade portuguesa aumenta para cerca de 34%; aproximadamente 16% eram nascimentos de terceira ordem ou superior, percentagem que nas mães de nacionalidade portuguesa desce para apenas cerca de 11%.

A análise do impacto nas taxas de fecundidade, por comparação entre as taxas de fecundidade específicas por idades das mulheres de nacionalidade estrangeira e portuguesa, de forma comparável, só é possível nos anos de 2008 a 2012 (anos em que o INE disponibiliza uma série harmonizada de estimativas de população por sexo, idade e nacionalidade portuguesa e estrangeira.

Para o cálculo da população média feminina em idade fértil de 2008, fez-se uma estimativa para o final do ano de 2007, com base nos dados do SEF sobre população estrangeira residente em Portugal, com um qualquer estatuto legal de residência, nesse mesmo ano.

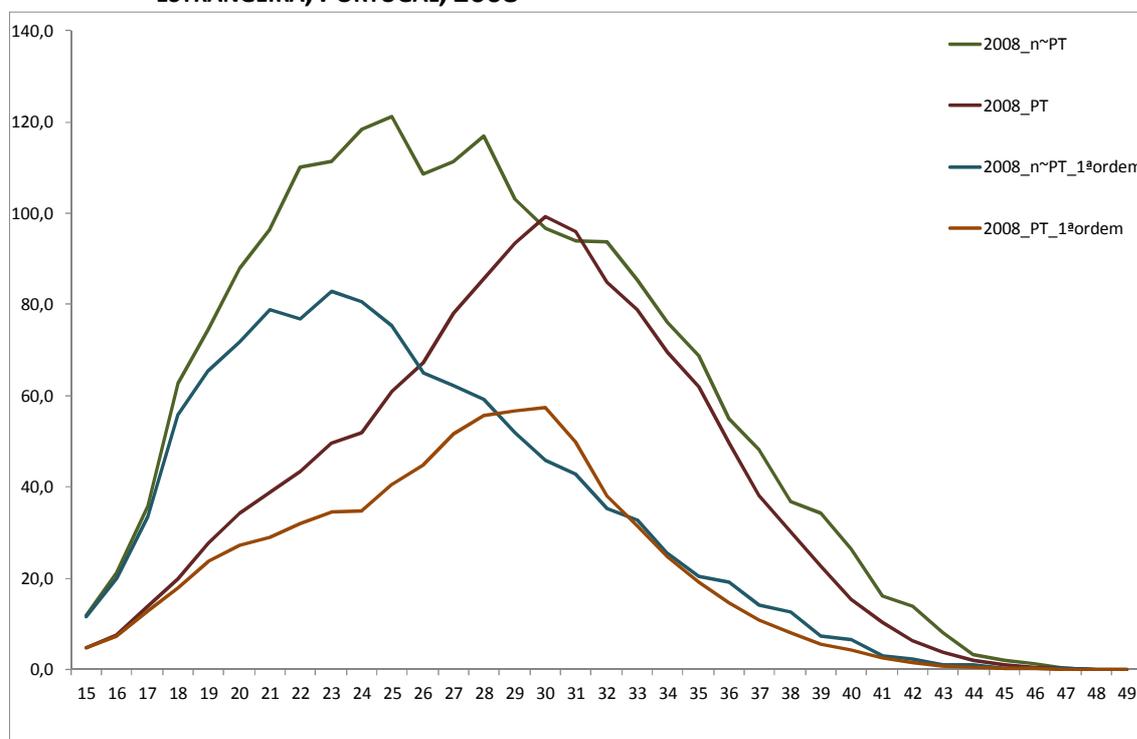
De 2008 a 2012, contata-se, de acordo com as taxas específicas de fecundidade por idades, para o total de nascimentos e para os nascimentos de primeira ordem, por nacionalidade das mulheres (portuguesa e estrangeira), que as mulheres de nacionalidade estrangeira têm, em média, mais filhos e mais cedo do que as mulheres de nacionalidade portuguesa (Figuras 40 a 44), denotando padrões de fecundidade distintos das mulheres portuguesas, sobretudo nas idades abaixo dos 30 anos.

Esta constatação é muito pertinente na medida em que evidencia um maior adiamento por parte das mulheres de nacionalidade portuguesa.

O modelo de fecundidade das mulheres de nacionalidade estrangeira permite que as idades médias ao nascimento de um filho, e do primeiro filho, não sejam ainda mais elevadas.

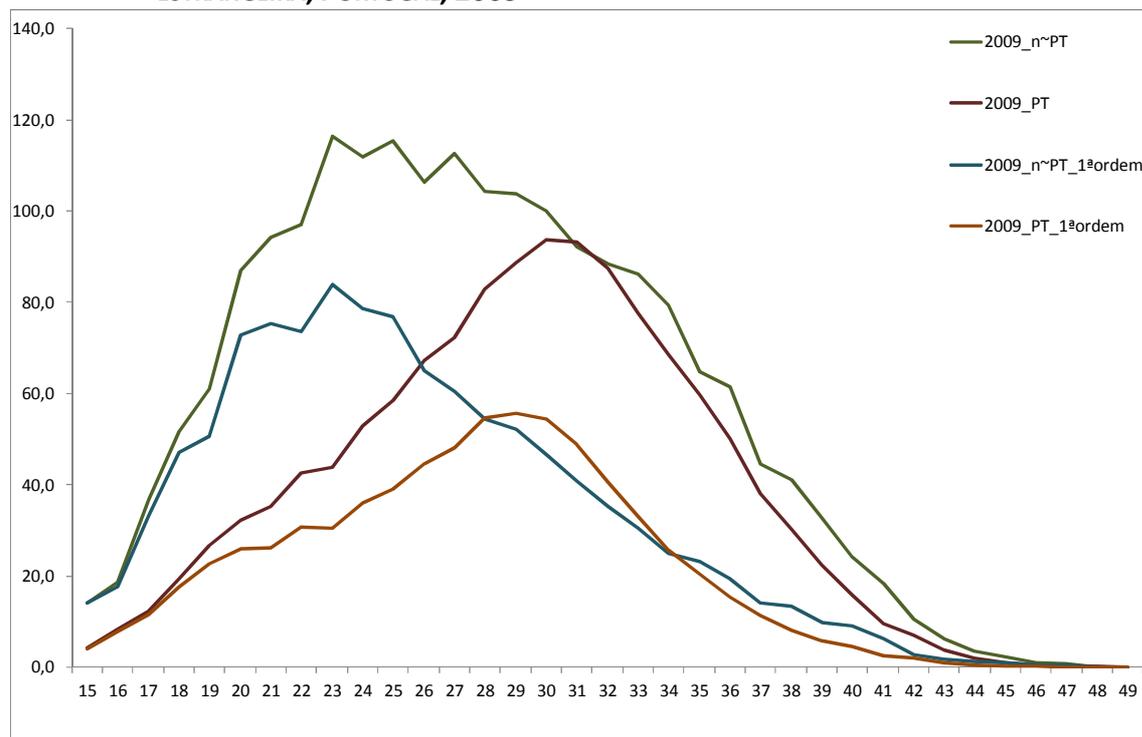
As figuras acima referidas representam as curvas de fecundidade das duas subpopulações, para os anos de 2008 a 2012, ano a ano. A representação gráfica distingue ainda a fecundidade considerando todas as ordens de nascimento e apenas os nascimentos de primeira ordem.

FIGURA 40 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), TOTAL E DE 1ª ORDEM, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2008



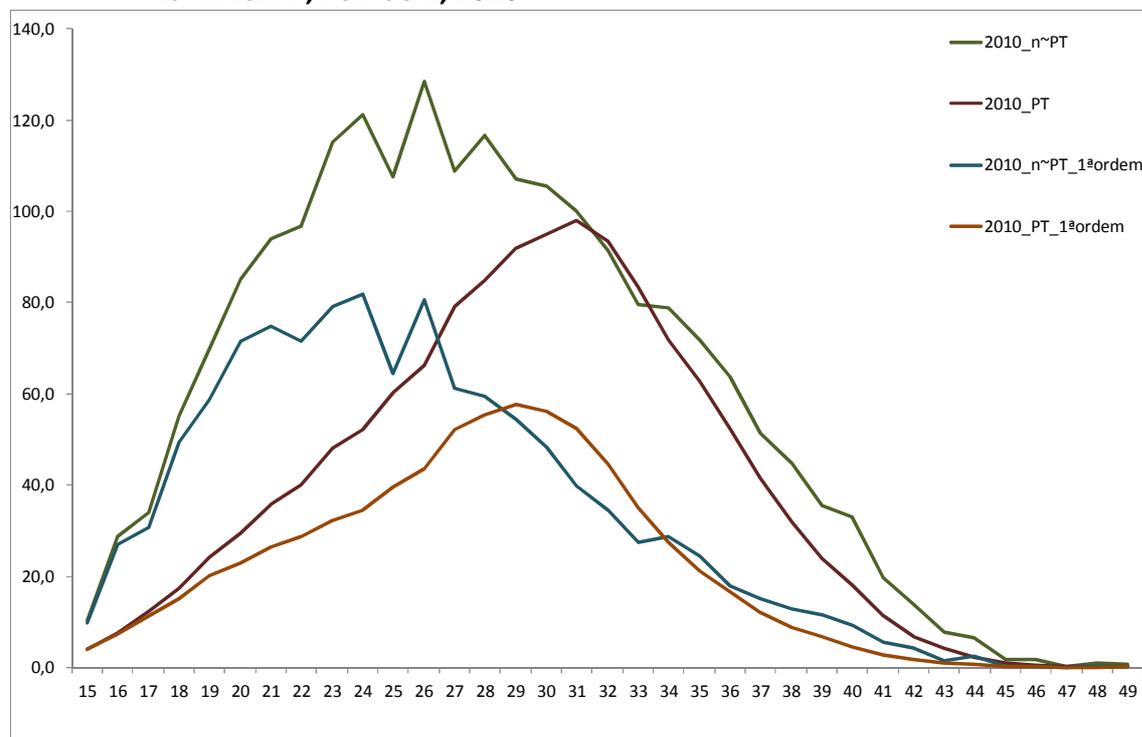
Fonte: Elaboração própria com base em INE e SEF

FIGURA 41 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), TOTAL E DE 1ª ORDEM, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2009



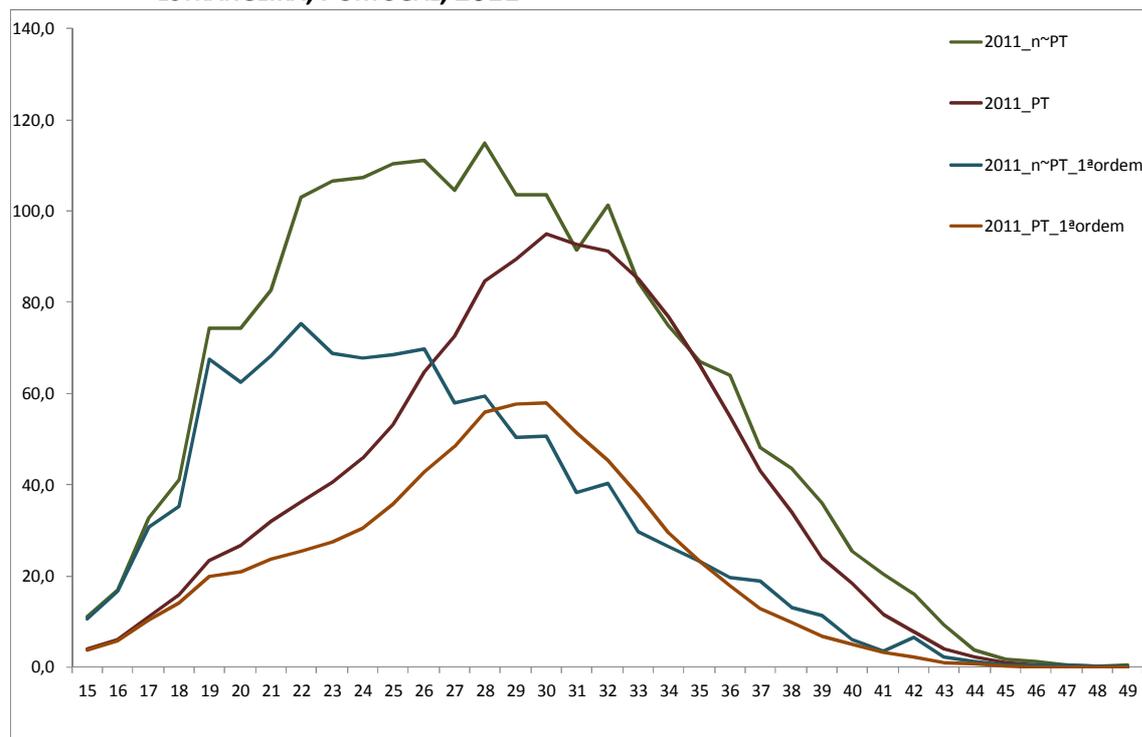
Fonte: Elaboração própria com base em INE e SEF

FIGURA 42 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), TOTAL E DE 1ª ORDEM, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2010



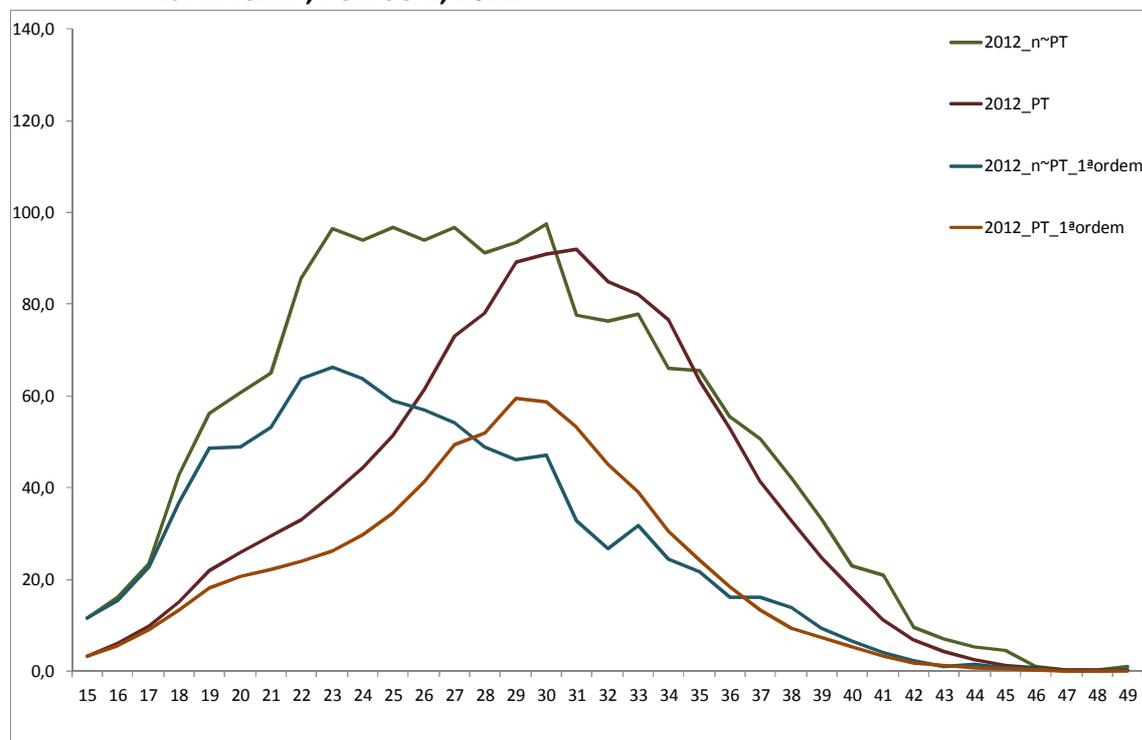
Fonte: Elaboração própria com base em INE e SEF

FIGURA 43 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), TOTAL E DE 1ª ORDEM, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2011



Fonte: Elaboração própria com base em INE e SEF

FIGURA 44 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES (POR MIL MULHERES), TOTAL E DE 1ª ORDEM, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2012



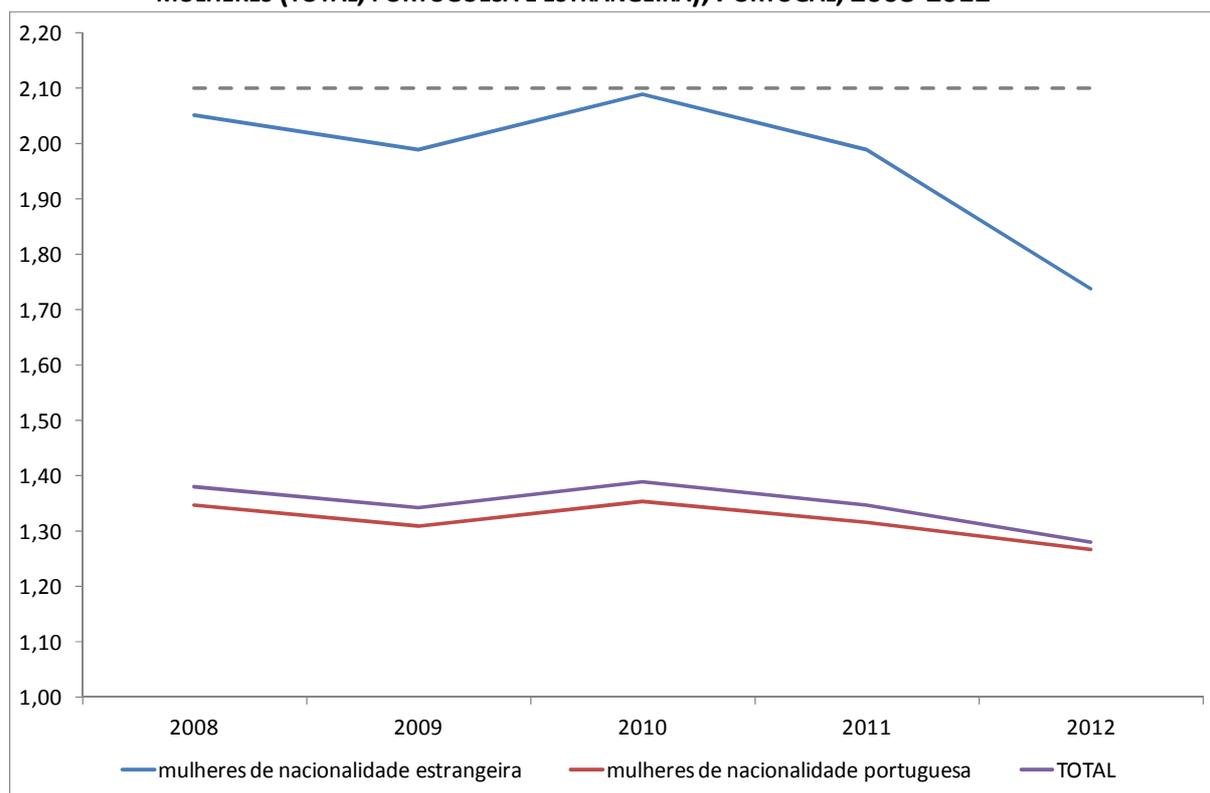
Fonte: Elaboração própria com base em INE e SEF

Os comportamentos de fecundidade são similares de ano para ano, quer em termos de idade média, quer na variância das taxas de fecundidade específicas por idade. Todavia, deixam bem visíveis não apenas a precocidade da fecundidade como a adoção de estratégias de contraceção próprias, no caso das mulheres de nacionalidade estrangeira.

Na análise dos índices sintéticos de fecundidade calculados para os dois subgrupos de mulheres é evidente a redução registada a partir de 2010 no número de filhos tidos por mulher.

Considerando o período mais afetado pela recessão económica, não deixa de ser pertinente sublinhar que, desde 2008, que as mulheres estrangeiras, tal como as portuguesas, vêm tendo menos filhos (Figura 45).

FIGURA 45 – ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, TOTAL E DE 1ª ORDEM POR NACIONALIDADE DAS MULHERES (TOTAL, PORTUGUESA E ESTRANGEIRA), PORTUGAL, 2008-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE e SEF

De 2010 a 2012 o declínio é mais acentuado, em ambas as séries. Nota-se, inclusivamente, uma aproximação dos valores registados pelas mulheres de nacionalidade estrangeira e portuguesa nos últimos 2 anos.

Sem o contributo das mulheres estrangeiras, a fecundidade em Portugal seria ainda mais reduzida.

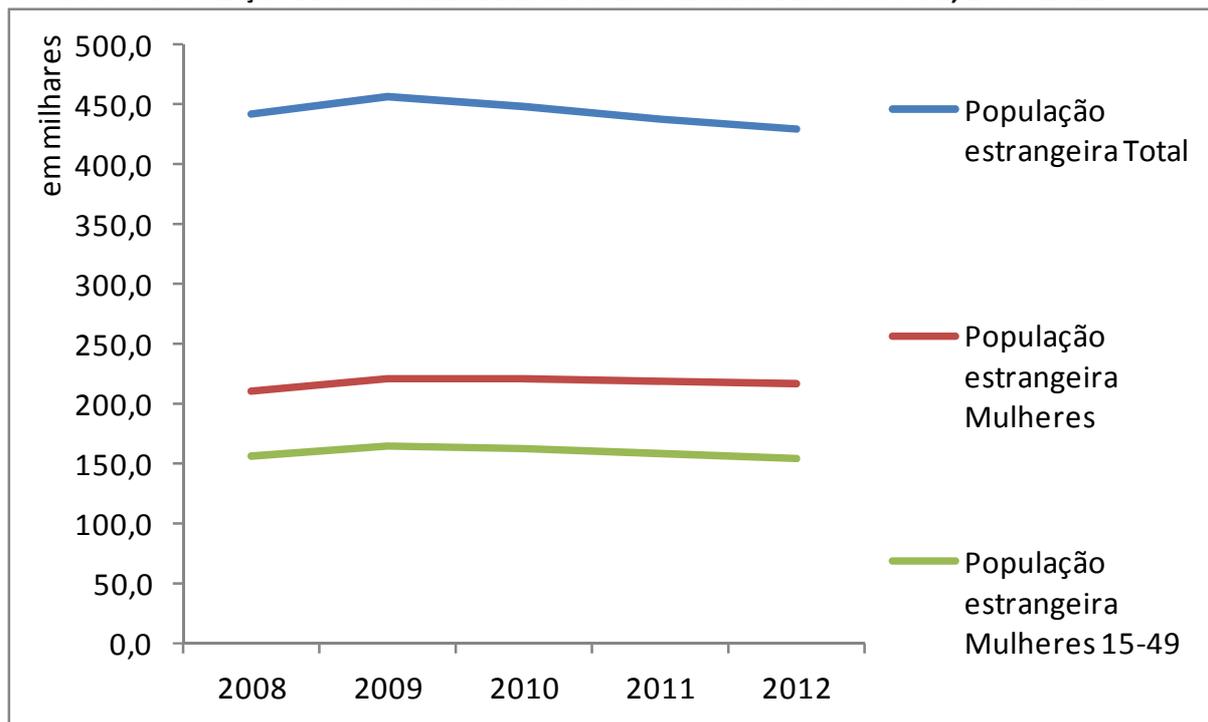
No entanto, por um lado, pode-se questionar o impacto do crescente número de pedidos e atribuições de nacionalidade portuguesa nas estimativas de população feminina residente em Portugal e em idade fértil, que apontam para um decréscimo do contingente, e, por consequência para invisibilidade nos nascimentos de crianças de mães “imigrantes”. Por outro lado, se considerarmos as mães de nacionalidade estrangeira, também não deixa de ser pertinente questionar-se se não se terá já o reflexo na natalidade do recente recrudescimento do fenómeno de retorno, no caso das mulheres de nacionalidade estrangeira.

A análise da evolução da população de nacionalidade estrangeira residente¹⁷ em Portugal apresenta dificuldades relativas à obtenção de uma série longa, que possa assegurar a comparabilidade. Contudo, interessará sobretudo pesquisar sobre os números mais recentes que possibilitem um melhor entendimento do que poderá estar a influenciar a redução do número e da importância relativa dos nascimentos vivos de mães de nacionalidade estrangeira depois de 2010.

De facto, entre 2008 e 2012, o número de cidadãos de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal ter-se-á reduzido, tendência acompanhada pela redução do número total de mulheres e de mulheres em idade fértil de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal (Figura 46).

¹⁷ Face à disponibilidade de informação, referimo-nos à população de nacionalidade estrangeira residente forma legal em Portugal.

FIGURA 46 – POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL, 2008-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE

Tendo em conta que a inflexão parece ocorrer em 2009, centraremos a nossa atenção no período de 2009 a 2012.

Neste período, o número de mulheres em idade fértil de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal reduziu-se em quase 10 milhares, traduzindo-se numa redução de cerca de -6,0%, variação que é bastante menor que a observada no número de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira no mesmo período (-15,4%), sendo de assinalar que o declínio do número nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira apenas decresce após 2010.

O retorno da população feminina de nacionalidade estrangeira (por eventual regresso aos países de origem ou procura de outro país para residir), é mais provável nas idades ativas e, concomitantemente, nas idades férteis, podendo configurar-se como um dos fatores que estará na origem da diminuição do contingente feminino em idade fértil de nacionalidade estrangeira, mas um outro fator deverá ser tido em conta, sobretudo em face da discrepância assinalada: a alteração da nacionalidade, pela aquisição de nacionalidade portuguesa.

De facto, o número de aquisições de nacionalidade portuguesa acentuou-se nos últimos anos. Entre 2008 e 2011 terão passado de cidadãs de nacionalidade estrangeira a cidadãs de nacionalidade portuguesa cerca de 43 mil mulheres, das quais cerca de 33 mil teriam idades entre os 15 e os 49 anos de idade (vide Quadro A1 em Anexos).

Mas tão importante quanto aquela diminuição é a constatação de um declínio da fecundidade da própria população de mulheres de nacionalidade estrangeira.

No entanto, mesmo em 2012, continua-se a poder considerar aquele subgrupo da população residente em Portugal como um conjunto de mulheres que têm, em média, mais filhos, mais cedo, e que utilizam um maior número de anos da sua vida fértil.

4.2.2. A emigração e a natalidade em Portugal – 2011 e 2012 ou “os anos pós-crise”

Se os fluxos imigratórios tiveram e ainda terão impacto na natalidade e fecundidade em Portugal, nomeadamente nas últimas 2 décadas, não podemos esquecer a influência exercida sobre estas componentes pelos fluxos emigratórios, uma vez que também os fluxos emigratórios tendem a ocorrer sobretudo em populações em idade ativa e, por consequência, em idade fértil.

Como atrás se referiu, estima-se que Portugal tenha retornado a um cenário de migrações líquidas negativas, nomeadamente em 2011 e 2012, motivadas quer por uma tendência de declínio nos fluxos imigratórios nos anos mais recentes, quer por um aumento dos fluxos emigratórios, cada vez mais elevados desde 2008, resultando a conjugação de ambas estas tendências no ressurgimento daqueles saldos migratórios negativos em 2011 e 2012.

Esta nova “vaga” de emigração, trará igualmente implicações, não apenas na dimensão e estrutura da população residente, mas, uma vez mais, sobre os eventos vitais e, especificamente, sobre o número de nascimentos.

Relembremos que devem ser considerados como “emigrantes” todos os indivíduos que empreendem a ação de saída do território nacional por um período igual ou superior a três meses, independentemente do seu país de nacionalidade ou de naturalidade.

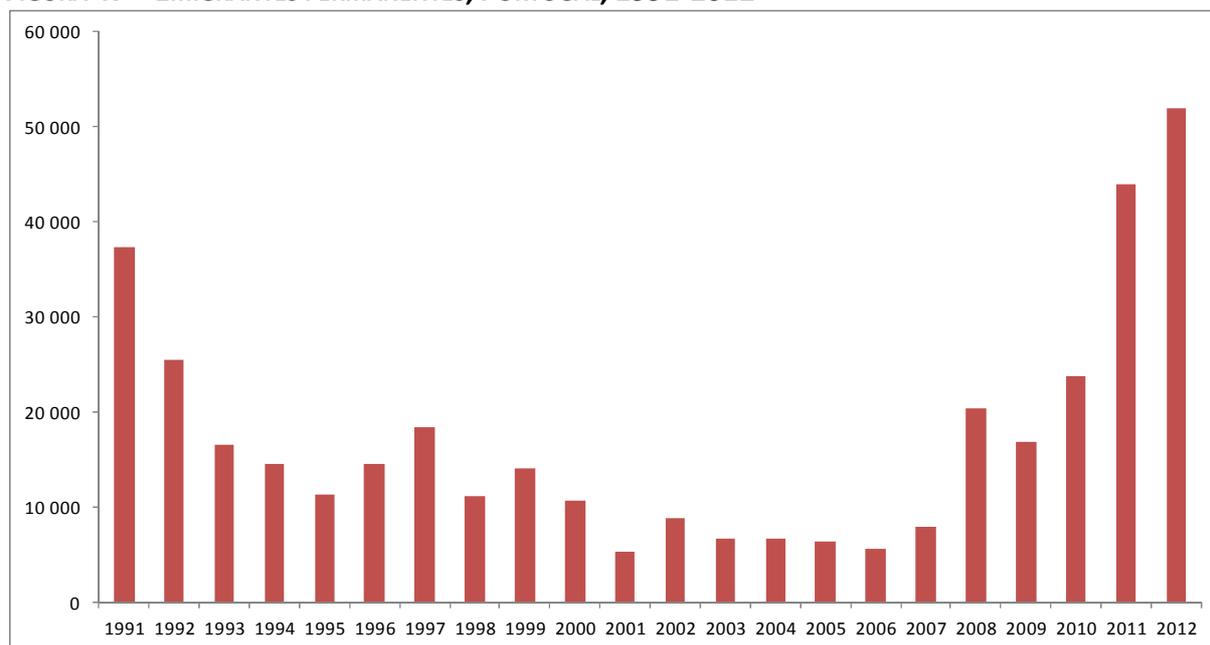
O impacto direto nos efetivos populacionais dependerá de serem “emigrantes temporários” – deixam o país por um período igual ou superior a três meses mas inferior a um ano; ou “emigrantes permanentes”¹⁸ – deixam de residir no país com a intenção de residir noutro país por um período

¹⁸ A designação de emigrantes permanentes (adaptada dos conceitos existentes no INE) não traduz a sua permanência no estrangeiro como definitiva, mas antes distingue os que efetivamente devem deixar de ser considerados como efetivos populacionais residentes em Portugal.

igual ou superior a um ano – sendo que apenas neste caso deixam de ser contabilizados nos efetivos populacionais residentes em Portugal.

Sendo assim, e tomando por base as estimativas do INE, verifica-se que os valores da emigração, designada como permanente, terá aumentado de forma considerável desde 2008, verificando-se atualmente valores superiores aos estimados para os anos iniciais da década de 90 do século XX, como terá acontecido em 2011 e 2012 (Figura 47).

FIGURA 47 – EMIGRANTES PERMANENTES, PORTUGAL, 1991-2012



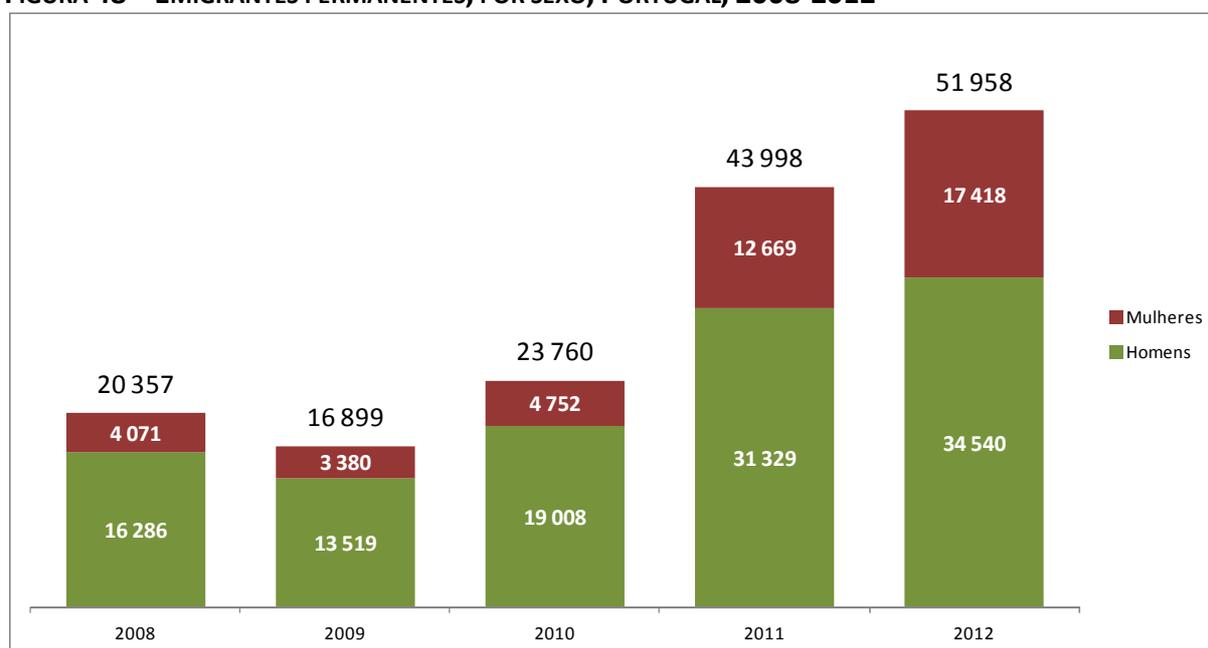
Fonte: Elaboração própria com base em INE

O INE disponibiliza estimativas de emigrantes (INE, 2005) permanentes por sexo para os anos de 2008 e seguintes, anos que nos interessam particularmente por poderem refletir os efeitos da crise económica e do aumento das taxas de desemprego em Portugal, mas também pelos impactos que tais volumes de emigração possam ter sobre a natalidade e fecundidade em Portugal.

A percentagem de homens emigrantes é maior do que a de mulheres. Contudo, desde 2008 e até 2012 a proporção de mulheres tem vindo a crescer, passando de apenas 20% em 2008 para 34% em 2012 (Figura 48).

No entanto, em termos de variação, se a emigração permanente no seu total cresceu 155% entre 2008 e 2012, este crescimento foi muito superior nas mulheres (328%) comparativamente com o dos homens (112%). O aumento é particularmente significativo de 2010 para 2011 – 85% para o total, 65% no caso dos homens e 167% no caso das mulheres, i.e., em termos globais quase duplica, mas no caso particular das mulheres mais do que duplica. Embora menos significativo o aumento de 2011 para 2012, mantém-se superior nas mulheres, estimando-se um valor que atinge quase 35 milhares de mulheres que emigraram no ano 2012.

FIGURA 48 – EMIGRANTES PERMANENTES, POR SEXO, PORTUGAL, 2008-2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE,
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006050&contexto=bd&selTab=tab2
 acedido em 29/08/2013

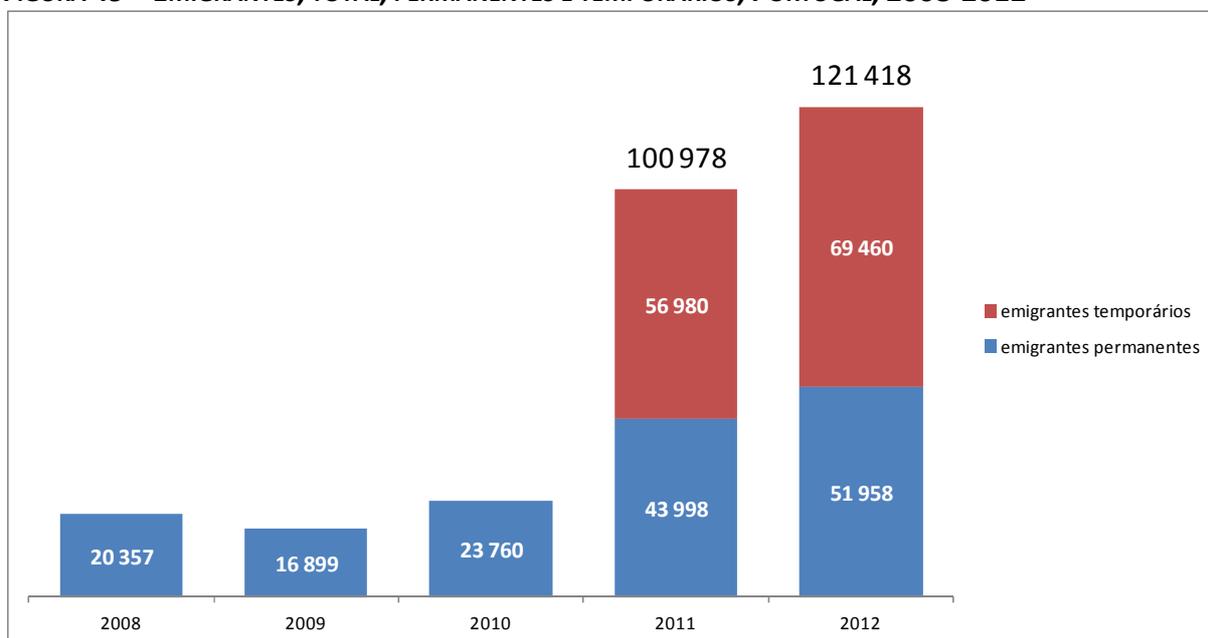
Não obstante os efeitos imediatos na dimensão da população residente em Portugal dos volumes de emigração permanente, este aumento de saídas terá seguramente efeitos na natalidade no nosso país. Por um lado, a saída de mulheres, muito provavelmente em idades férteis, contribuirá diretamente para o declínio observado da natalidade em Portugal. Por outro lado, a saída de homens terá também efeitos sobre a mesma, uma vez que o planeamento dos filhos poderá vir a ser, no mínimo, adiada.

Mas, para além dos emigrantes permanentes, também tem vindo a aumentar o número de emigrantes temporários, pese embora só existirem dados disponíveis sobre estes últimos para 2011 e 2012.

Em 2011 e 2012, o valor de emigrantes temporários (56 980 e 69 460, respetivamente) é superior ao de emigrantes permanentes (43 998 e 51 958, respetivamente).

Assim, a emigração no seu conjunto terá atingido valores que ultrapassam os 100 milhares de emigrantes em 2011 e os 120 milhares em 2012.

FIGURA 49 – EMIGRANTES, TOTAL, PERMANENTES E TEMPORÁRIOS, PORTUGAL, 2008-2012



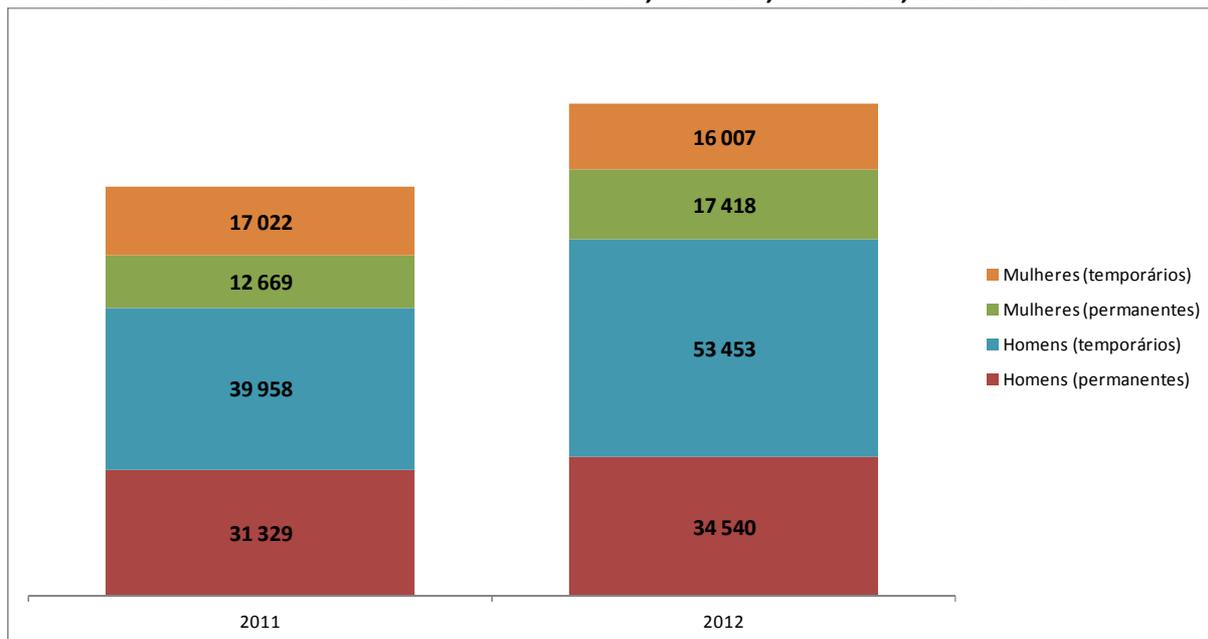
Fonte: Elaboração própria com base em INE,

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006050&contexto=bd&selTab=tab2
acedido em 29/08/2013

Dos cerca de 101 mil (somando temporários e permanentes) estimados para 2011, cerca de 30 mil eram mulheres, e, dos cerca de 121 mil (somando temporários e permanentes) estimados para 2012, mais de cerca de 33 mil eram mulheres (Figura 50).

Mesmo considerando a possibilidade de regresso dos emigrantes temporários, os projetos de fecundidade serão decerto afetados para sempre ou pelo menos adiados.

FIGURA 50 – EMIGRANTES PERMANENTES E TEMPORÁRIOS, POR SEXO, PORTUGAL, 2011 E 2012



Fonte: Elaboração própria com base em INE,

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006050&contexto=bd&selTab=tab2
 acedido em 29/08/2013

Um dos efeitos sobre as trajetórias matrimoniais e as decisões de fecundidade deste súbito aumento da emigração portuguesa poderá ver-se refletido na recente evolução do número de nados vivos registados fora do casamento.

Se a proporção de nados vivos de pais não casados e não vivendo em coabitação aumentou, entre 1995 e 2012, de 4,4% para 12,8%, ou seja, quase triplicou a sua importância relativa face ao total de nascimentos neste período, é curioso registar que entre 2007 e 2012 a mesma proporção duplicou.

Mesmo em termos absolutos e num contexto de queda da natalidade, sublinhe-se que o número de nados vivos diminuiu cerca de 14% enquanto que o número de nados vivos de pais não casados e não vivendo em coabitação aumentou, no mesmo período, 57%, sendo em 2010 e 2011 que se verificou um maior aumento neste número (20% de 2009 para 2010, e 13% de 2010 para 2011).

Não será ainda desprovido de sentido podermos relacionar o aumento dos nascimentos de pais não casados e não vivendo em coabitação com o aumento da emigração masculina, seja ela permanente ou temporária. De facto, como referido por vários autores, de que aponto os estudos desenvolvidos

por Andreia Maciel por envolverem a população portuguesa, ter ou não parceiro exerce influência sobre a intenção de vir a ter (mais) filhos num futuro próximo (Maciel *et al*, 2012b).

Se em relação aos impactos da imigração na natalidade e fecundidade, ainda que com as limitações referidas, é possível efetuar uma análise sobre os dados disponíveis, tal é virtualmente impossível no que à emigração diz respeito.

Ainda assim, é possível calcular os efeitos sobre a natalidade, “reintegrando” na população os efetivos femininos que emigraram em cada ano, depois de estimada uma estrutura etária desta população, e aplicando as taxas de fecundidade específicas por grupos etários estimadas para cada ano.

Mesmo reconhecendo que os resultados serão apenas uma estimativa, se reintegrássemos as mulheres emigrantes de novo na população, como se não tivessem deixado de residir no país, depois de 2008 (inclusive), o número de nados vivos teria aumentando, mesmo que ligeiramente (Quadro 6). Assumindo a hipótese de que a fecundidade seria similar às das mulheres residentes em Portugal ter-se-iam registado mais 1710 nascimentos, apenas no ano de 2012.

Quadro 6 - Estimativa de nados vivos do contingente estimado acumulado de mulheres emigrantes, 2011 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Nados vivos de mães residentes em Portugal	104 594	99 491	101 381	96 856	89 841
Mulheres emigrantes (permanentes)	4 071	3 380	4 752	12 669	17 418
Mulheres emigrantes (permanentes) acumulado	4 071	7 451	12 203	24 872	42 290
Mulheres emigrantes (permanentes), em idade fértil (estimativa acumulada com base dados INE)	3 352	6 137	10 047	17 363	37 268
Estimativa de nados vivos do contingente estimado acumulado de mulheres emigrantes	199	350	590	792	1 710

Fonte: Elaboração própria com base em INE

Para além da estimativa do número de nascimentos de 2008 a 2012 tendo por base o acumulado de efetivos de mulheres emigrantes permanentes poderia ainda procurar estimar-se o número de nascimentos das mulheres emigrantes temporárias, o que levaria a uma duplicação destes valores.

O efeito sobre a fecundidade, no caso de retirarmos da população as mulheres emigrantes temporárias, resultaria num aumento das taxas de fecundidade e, por consequência, o ISF que passaria a valores próximos de 1,38 e 1,32 (2011 e 2012, respetivamente), em vez dos 1,35 e 1,28 atualmente estimados pelo INE.

4.2.3. Conclusões

Relativamente à evolução das componentes de crescimento demográfico, podem identificar-se 3 fases:

- Entre 1982 e 1992 – Saldos naturais francamente positivos, com tendência de declínio ao longo deste período, e, saldos migratórios negativos, sobretudo na década de 80 e com tendência a tornarem-se menos negativos no final deste período;
- Entre 1992 e 2008/2009 – Saldos naturais ténues, mas positivos até 2007 (volta a positivo em 2009, após uma ligeira recuperação do valor negativo em 2008), e, saldos migratórios francamente positivos, que vão diminuindo a partir de 2000, e em particular a partir de 2003
- De 2010 a 2012 – Tanto os saldos naturais como migratórios são negativos e que se agravam

Estas 3 fases são caracterizadas por períodos de crescimento populacional distintos em função da compensação conseguida, ou não, entre os valores absolutos dos dois tipos de saldo: No segundo quinquénio da década de 80, a população total chega mesmo a apresentar um declínio, regista o seu maior crescimento positivo na segunda fase, em particular, na segunda metade da década de 90, e, na terceira fase Portugal volta a entrar em declínio demográfico.

A análise dos fluxos migratórios permite observar que se a década de 90 é a década de crescimento da imigração, os anos mais recentes parecem ser de aumento da emigração. A crise económica e financeira, a partir de 2008, sentida de forma mais acentuada em Portugal a partir do início da assistência internacional (2010) traz como consequência o aumento da emigração, afetando o equilíbrio instável entre os dois saldos na sociedade portuguesa.

Relativamente à contribuição dos imigrantes para a natalidade, em função da nacionalidade dos pais, sublinham-se algumas conclusões:

- A proporção de nados vivos de mães residentes em Portugal e de nacionalidade estrangeira no total de nados vivos aumenta continuamente entre 1995 e 2010, de 2,2% para 10,6%, o que significa um aumento de cerca de 380%, diminuindo posteriormente e ligeiramente até aos 9,8% em 2012;
- A percentagem de nados vivos em que ambos os pais são de nacionalidade estrangeira aumenta de 1995 até 2007, de 1,3% para 6,5%, mantém-se constante até 2009, e diminui a partir dessa data, atingindo 5,6% em 2012;
- A proporção de nados vivos em que um dos pais é de nacionalidade portuguesa e outro de nacionalidade estrangeira aumentou claramente entre 1995 e 2010, de 1,7% para 6,0%, todavia as evoluções são distintas no caso de pai ou mãe de nacionalidade estrangeira; no primeiro caso o valor não sobe muito acima dos 2,0%, mantendo-se com pequenas oscilações nos últimos anos (desde 2000); no segundo caso, o aumento é muito significativo até 2002, volta a aumentar até 2007, e declina a partir de 2009.

Relativamente à contribuição dos imigrantes para a natalidade, em função dos países de nacionalidade das mães, sublinhe-se:

- Em 1995 destaca-se a grande importância dos PALP, em particular das ex-colónias que representavam 59% do total de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira, com o Brasil a proporção elevava-se para os 70%;
- Em 2012, Brasil (cerca de 30%) ocupa o primeiro lugar, secundado por Cabo Verde (cerca de 11%). A Roménia (8,5%) e a Ucrânia (6,6%) ocupam lugar de destaque. Apesar de em valor absoluto se registar um aumento de nados vivos de mães de nacionalidade de alguns PALP, em conjunto com as mães brasileiras representavam apenas 58% do total;

- Todos os países atingiram um máximo em 2010, tendo diminuído o número de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira desde então e a par com o declínio da natalidade em Portugal.

Relativamente à ordem de nascimento, as mulheres de nacionalidade estrangeira têm um maior número de filhos de segunda ordem e superior e têm esses filhos mais cedo do que as portuguesas. Verificou-se também uma alteração nos padrões de fecundidade das mães de nacionalidade estrangeira, segundo a ordem de nascimento, após 2000.

Da leitura das curvas de fecundidade total e de fecundidade relativa apenas ao nascimento do primeiro filho, pode identificar-se uma diferença substancial de comportamento entre as mulheres de nacionalidade estrangeira e de nacionalidade portuguesa: as mulheres de nacionalidade estrangeira têm, em média, mais filhos e mais cedo do que as portuguesas, em particular nas idades abaixo do 30 anos, o que é especialmente relevante em termos da dinâmica populacional futura.

Focando o período pós crise (2009 a 2012), constata-se que a redução do número de mulheres em idade fértil de nacionalidade estrangeira atinge os 6%, enquanto que a diminuição do número de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira se reduziu em mais de 15%, o que pode configurar uma situação de declínio na fecundidade da população imigrante.

Relativamente à emigração, caracterizaram-se os anos mais recentes, tendo em consideração os emigrantes segundo o sexo, a distribuição entre emigração temporária e permanente, e estimou-se o impacto das saídas de mulheres no número de nascimentos.

Da análise efetuada destacou-se: Valores superiores aos do início da década de 90 em 2011 e 2012; maior proporção de homens; somando emigrantes temporários e permanentes

contabilizaram-se 100 000 indivíduos em 2011 e 120 000 em 2012, nestes dois anos cerca de 63 000 mulheres emigraram; estimando o impacto destas saídas no número de nascimentos conclui-se que de 2008 a 2012 ter-se-iam, eventualmente, registado mais 3 600 nascimentos, metade dos quais no último ano (trata-se de uma estimativa por defeito, porque não contabiliza o número de nascimentos perdidos pela saída de homens) e o índice sintético de fecundidade não teria baixado para valores inferiores a 1,3 crianças por mulher.

5. A influência dos fluxos migratórios na fecundidade – O contexto sociodemográfico na intenção de ter filhos

A análise demográfica anterior é totalmente esclarecedora relativamente ao contributo dos fluxos migratórios quer para a natalidade, quer para a fecundidade em Portugal, com particular incidência para o passado recente.

Para além confirmação da importância já conhecida do efeito das migrações no número de nascimentos anuais e nos indicadores de fecundidade calculados em transversal, identificou-se ainda o impacto em separado da imigração e da emigração, tal como, no caso específico da imigração, as variações em função do sexo e estrutura etária, nacionalidade e ordem de nascimento.

Todavia, os padrões de comportamento no que respeita à fecundidade são condicionados por outros fatores que os dados que temos disponíveis não permitem avaliar. A identificação daqueles padrões é fundamental, para além de compreender melhor o passado, diagnosticar a situação atual e prever o comportamento futuro.

Neste capítulo, seguindo uma abordagem quantitativa, pretende-se avançar no conhecimento daqueles fatores que explicam e que determinam o comportamento futuro da fecundidade em Portugal, no que quer à participação dos imigrantes, quer à saída de residentes em idade ativa jovem, diz respeito. A literatura refere, entre outros, diferenças no nível de instrução que condicionam diferentes comportamentos face ao emprego e alteram o rendimento quer individual, quer do agregado; as estratégias matrimoniais, constituindo o viver ou não com um cônjuge ou companheiro um determinante na decisão de fecundidade para algumas culturas mais familiaristas, com particular relevância para a reunificação familiar no caso dos migrantes; a religião que origina diferentes comportamentos face à utilização de contraceção eficaz; a nacionalidade e a naturalidade, para além do sexo e da própria estrutura etária.

Também devido à corrente imigratória, Portugal tornou-se um espaço de comportamentos contrastantes face à fecundidade, e se tomarmos como grupo de referência a população portuguesa que não migrou (que constitui a maioria na sociedade portuguesa), os fatores de ordem social e cultural são determinantes para a compreensão e previsão daquelas diferenças. Vários estudos realizados, nomeadamente de cariz qualitativo, mostram a relevância de fatores, como a classe social, a etnia, a língua, a religião, a sociabilidade, os padrões matrimoniais (entre outros, Machado 2002).

No entanto, o desenvolvimento do estudo confronta-se, uma vez mais, com falta de informação sobre os comportamentos de imigrantes e emigrantes, nesta questão específica. Assim, utilizaram-se dados de inquéritos realizados a nível europeu, elaborados com objetivos diversos, mas em que a recolha nos permite dispor de informação pertinente para o estudo, após uma cuidada seleção das variáveis de interesse.

Em termos prospetivos interessa, sobretudo, perceber qual o comportamento futuro e, neste estudo em particular, prever o comportamento de fecundidade dos residentes em Portugal, de nacionalidade portuguesa e estrangeira, num futuro muito próximo. Como indicador desse comportamento considera-se a intenção de vir a ter filhos nos próximos anos e, num quadro de fluxos imigratórios com um contributo significativo nas últimas décadas, destaca-se a primeira hipótese assumida em que se pressupõe que:

(H1) Na sociedade portuguesa, as mulheres imigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as mulheres não imigrantes.

Desde os anos 80 do século XX que se assiste ao persistente declínio da fecundidade entre os países do Sul da Europa (Maciel *et al.* 2012a). A manutenção da fecundidade em patamares tão reduzidos como os que se têm observado traz consequências ao nível da evolução demográfica, seja pela diminuição da natalidade, com um menor contributo desta componente para o crescimento

demográfico mais imediato, seja pela diminuição do número de mulheres que virão mais tarde a entrar na idade fértil com novas implicações no natalidade no futuro.

Entre 2003 e 2008, poderá ter ocorrido a inversão desta tendência (Goldstein, J. R., Sobotka, T., Jasilioniene, A., 2009), mas a atual crise económica poderá empurrar novamente a fecundidade para o declínio (Kreyenfeld, Andersson, & Pailhé, 2012), já que a incerteza económica a ela associada pode ser entendida não apenas como um fator de risco individual (Mills & Blossfeld, 2003; Blossfeld *et al*, 2005; Blossfeld & Hofmeister 2006 *in* Kreyenfeld, Andersson, & Pailhé, 2012) mas também como um fator de risco mais global (Sobotka, Skirbekk, & Philipov, 2011).

Com alguma similaridade com Portugal, o declínio nas últimas décadas do Índice Sintético de Fecundidade na Itália tem sido particularmente forte, sendo o ligeiro aumento registrado nos últimos anos atribuído, em parte, à chegada de um número crescente de mulheres estrangeiras (Neyer, 2011), pelo que estudos recentes se têm debruçado sobre a importância do comportamento da fecundidade das mulheres estrangeiras.

Em Portugal, desde 2001 que o ISF se mantém abaixo de 1,50, apresentando uma tendência de declínio e tendo atingido o valor mais baixo de sempre em 2012 – 1,28 crianças por mulher em idade fértil (abaixo do limiar de 1,3).

Nas últimas décadas, o nosso país experienciou elevados níveis de imigração. A evolução da proporção de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira, face ao total de nascimentos, e num contexto de queda da natalidade em Portugal, de 2,2% em 1995 para 10,6% em 2010, 10,3 % em 2011 e 9,8% em 2012, reflete a relevância dos fluxos imigratórios na natalidade.

Os fluxos migratórios, sejam eles de emigração ou de imigração têm impactos na natalidade e fecundidade, sobretudo porque o perfil etário das populações migrantes é, por tradição, mais concentrado nas idades ativas, logo também, no caso das mulheres, em idade fértil, sendo curioso registar que o recente decréscimo da fecundidade em Portugal, nomeadamente nos anos posteriores a 2008 (pós-crise), é simultâneo com o acréscimo da emigração.

Considerou-se que a intenção dos indivíduos de vir a ter (mais) filhos possa ser um bom preditor da fecundidade futura próxima (Bumpass, 1987; Rindfuss, Morgan & Swicegood, 1988; Thomson, 1997; Westoff & Ryder, 1977, *in* Schoen *et al.* 1999), não esquecendo a importância de outras variáveis, como sejam fatores económicos ou as características individuais, na intenção de vir a ter (mais) filhos num futuro próximo em Portugal (Maciel, A. *et al.*, 2012c). Encarando como variáveis responsáveis por comportamentos diferenciados face à intenção e à fecundidade, o país de nacionalidade, de naturalidade e de residência dos indivíduos, procurou-se saber se existem diferenças significativas na intenção de vir a ter (mais) filhos entre indivíduos nascidos no estrangeiro e residentes em Portugal (aqui considerados como imigrantes) e indivíduos nascidos e residentes em Portugal (não imigrantes), bem como entre indivíduos nascidos em Portugal ou com nacionalidade portuguesa e residentes no estrangeiro (aqui considerados emigrantes) e os indivíduos nascidos em Portugal ou com nacionalidade portuguesa e residentes no território nacional (não emigrantes). Tomou-se ainda em consideração características individuais, tais como o sexo, a idade, o nível de escolaridade, o residir (ou não) com um parceiro e o ter (ou não) um trabalho remunerado.

5.1. Dados e métodos

Os dados utilizados na análise reportam-se aos resultados da quinta vaga do *European Social Survey* que decorreu em 2010 (ESS_ ronda 5) e abrangeu 28 países, incluindo Portugal.

A população-alvo do inquérito respeita a pessoas com 15 ou mais anos de idade, residentes em agregados domésticos privados, independentemente da sua naturalidade, nacionalidade ou situação legal. Em termos globais (incluindo as possíveis subpopulações-alvo), inclui 662 variáveis e os resultados podem ser ponderados por país.

Para o modelo de análise do comportamento dos imigrantes quanto à intenção de vir a ter filhos no curto prazo, foram selecionados todos os respondentes residentes em Portugal. A amostra, depois de excluídos todos os casos em que a variável de interesse apresentava “não respostas” (inicialmente composta por 2 150 indivíduos), incluiu as respostas de 708 indivíduos de ambos os sexos, das quais: 42,2% eram do sexo masculino e 57,8% do sexo feminino; 24,2% tinham entre 15 e 24 anos de idade, 24,9% entre 25 e 33 anos de idade, 25,4% entre 34 e 40 anos de idade e 25,6% entre 41 e 46 anos de idade; 92,1% tinham nacionalidade portuguesa e 7,9% tinham nacionalidade estrangeira; 87,3% tinham nascido em Portugal e 12,7% não tinham nascido em Portugal (imigrantes), 48,4% tinham parceiro (cônjuge/companheiro/a) e 51,6% não tinham parceiro; 82,3% não tinham completado um nível de ensino superior e 17,7% tinham completado um nível de ensino superior; 37,3% não tinham tido trabalho remunerado nos últimos 7 dias e 62,7% tinham tido um trabalho remunerado nos últimos 7 dias (Quadro 7).

Quadro 7 – Distribuição dos respondentes por sexo, grupo etário, nacionalidade, parceiro, nível de escolaridade e emprego, segundo a intenção de vir a ter filhos nos próximos 3 anos

		Intenção de vir a ter filhos nos próximos três anos			
		Não	Sim	Total	
		Nº	Nº	Nº	%
Sexo	Masculino	72	227	299	42,2
	Feminino	85	324	409	57,8
Grupo etário	15-24	27	144	171	24,2
	25-33	71	105	176	24,9
	34-40	46	134	180	25,4
	41-46	13	168	181	25,6
Nacionalidade portuguesa	Sim	139	513	652	92,1
	Não	18	38	56	7,9
Naturalidade portuguesa	Sim	130	488	618	87,3
	Não	27	63	90	12,7
Parceiro (Vive com cônjuge/parceiro(a))	Sim	96	247	343	48,4
	Não	61	304	365	51,6
Nível de escolaridade superior (Nível educacional mais elevado completo é ensino superior)	Não	117	466	583	82,3
	Sim	40	85	125	17,7
Trabalho remunerado (nos últimos 7 dias)	Não	43	221	264	37,3
	Sim	114	330	444	62,7

Fonte: Elaboração própria com base em ESS_ronda 5 (2010)

Para o modelo de análise do comportamento dos emigrantes portugueses em relação à intenção de vir a ter (mais filhos) nos próximos 3 anos, foram utilizados dados para todos os países que aderiram à 5ª vaga do inquérito¹⁹ (incluindo Portugal) e foram selecionados todos os indivíduos de nacionalidade ou de naturalidade portuguesa, residentes ou não no nosso país. Neste caso, a amostra era constituída por 599 pessoas (Quadro 8), das quais: 43,1% eram do sexo masculino e 56,9% do sexo feminino; 25,5% tinham entre 15 e 24 anos de idade, 23,0% entre 25 e 33 anos de idade, 26,0% entre 34 e 40 anos de idade e 25,4% entre 41 e 46 anos de idade; 48,6% tinham parceiro e 51,4% não tinham parceiro; 82,5% não tinham completado um nível de ensino superior e

¹⁹ Esta vaga do ESS foi realizada, ao longo do ano de 2010, em 28 países europeus: Alemanha, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Lituânia, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Ucrânia.

17,5% tinham completado um nível de ensino superior; 36,9% não tinham tido trabalho remunerado nos últimos 7 dias e 63,1% tinham tido um trabalho remunerado nos últimos 7 dias; sendo particularmente importante referir que 95,8% tinham nacionalidade portuguesa ou tinham nascido em Portugal e residiam em Portugal (não emigrantes) e apenas 4,2% tinham nacionalidade portuguesa ou tinham nascido em Portugal mas não residiam em Portugal (emigrantes), reportando-se estes a apenas 25 observações.

Quadro 8 – Distribuição dos respondentes por sexo, grupo etário, ser ou não emigrante, parceiro, nível de escolaridade, emprego, segundo a intenção de vir a ter filhos nos próximos 3 anos

		Intenção de vir a ter filhos nos próximos três anos			
		Não	Sim	Total	
		Nº	Nº	Nº	%
Sexo	Masculino	212	46	258	43,1
	Feminino	291	50	341	56,9
Grupo etário	15-24	136	17	153	25,5
	25-33	95	43	138	23,0
	34-40	127	29	156	26,0
	41-46	145	7	152	25,4
Ser emigrante	Sim	16	9	25	4,2
	Não	487	87	574	95,8
Parceiro (Vive com cônjuge/parceiro(a))	Sim	232	59	291	48,6
	Não	271	37	308	51,4
Nível de escolaridade superior (Nível educacional mais elevado completo é ensino superior)	Não	427	67	494	82,5
	Sim	76	29	105	17,5
Trabalho remunerado (nos últimos 7 dias)	Não	202	19	221	36,9
	Sim	301	77	378	63,1

Fonte: Elaboração própria com base em ESS_ronda 5 (2010)

Sendo a questão/variável de interesse saber se existiam diferenças significativas na intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos entre (1) imigrantes e não imigrantes e (2) emigrantes e não emigrantes, contando com a importância que diferentes variáveis podem ter nesta intenção, ajustou-se a cada conjunto de dados um modelo de regressão logística.

A regressão logística é um método de predição para variáveis categóricas, adequado para modelar a probabilidade de um evento ocorrer como função de outras variáveis. É um modelo linear generalizado que usa como função de ligação a função *logit*.

A medida de associação calculada a partir do modelo logístico é o *odds ratio* ou rácio de verosimilhança, obtida através da comparação de indivíduos que difiram apenas na característica de interesse e que mantenham os valores das outras variáveis constantes.

Os *odds ratio*, ou *rácios de verosimilhança*, podem ser definidos como a razão entre a possibilidade de um evento ocorrer em um grupo e a possibilidade de ocorrer em outro grupo, sendo que a possibilidade é a probabilidade de ocorrência deste evento dividida (p) pela probabilidade da não ocorrência do mesmo evento ($1-p$).

Um *odds ratio* igual a 1 indica que a condição ou evento em estudo tem igual possibilidade de ocorrer nos dois grupos. Um *odds ratio* maior do que 1 indica que a condição ou evento tem maior possibilidade de ocorrer no primeiro grupo, menor do que 1 indica que a possibilidade é menor no primeiro grupo do que no segundo.

A razão subjacente à seleção das variáveis para o estudo prendeu-se com, por um lado, a possibilidade de análises baseadas nas respostas à questão sobre a intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos, sendo esta considerada como um forte preditor da fecundidade futura próxima e, por outro lado, com a possibilidade de comparar a intenção de ter filhos entre nascidos em Portugal e não nascidos em Portugal, ajustando para um conjunto de outras variáveis sociodemográficas. A escolha destas variáveis teve por base a vasta literatura existente sobre quais as variáveis que influenciam a intenção por parte dos casais.

Considerou-se os que não tinham nascido em Portugal (logo, que em algum momento do seu percurso de vida teriam imigrado para Portugal, independentemente da sua nacionalidade, da nacionalidade e/ou naturalidade dos pais e da idade de entrada em Portugal) como imigrantes; e, os que tinham nascido em Portugal (independentemente da sua nacionalidade, da nacionalidade e/ou naturalidade dos pais e da idade de entrada em Portugal) como não imigrantes.

Assim, num primeiro momento, validaram-se as hipóteses inicialmente elaboradas, H1: *Na sociedade portuguesa, as mulheres imigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as mulheres não imigrantes* e (H2): *Na sociedade portuguesa, as mulheres imigrantes têm maior probabilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as não imigrantes, variando essa probabilidade em função da condição perante o trabalho, nível de instrução e idade.*

O primeiro modelo construído teve por objetivo comparar a intenção de ter filhos entre os imigrantes e não imigrantes, tendo em atenção um conjunto de outras características sociodemográficas. Para tal, ajustou-se um modelo de regressão logística, considerando-se como (1) variável dependente: a “Intenção de vir a ter um filho nos próximos três anos”²⁰, com as categorias: 0: “Não” e 1: “Sim”; e, como (2) variáveis independentes (comuns para ambos os modelos de imigrantes e de emigrantes): “Sexo”, com as categorias: 1: “Masculino” e 2: “Feminino”; “Grupo etário”²¹, com as categorias : 15-24 anos, 25-33 anos, 34-40 anos e 41-46 anos; “Parceiro”, com as categorias: 1: “Sim” (Vive com cônjuge\companheiro(a)) e 2: “Não” (Não vive com

²⁰ A questão sobre a intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos foi aplicada a todos os respondentes com idades compreendidas entre os 15 e os 45 anos de idade, à data da entrevista. Nos casos em que a inquirida, ou a companheira do respondente, estivesse grávida era assinalada a opção 4. Obtiveram-se 709 respostas válidas. As categorias iniciais de resposta eram: 1: “De certeza que não”; 2: “Talvez não”; 3: “Talvez sim”; 4: “De certeza que sim”; 7: “Recusa”; 8: “Não sabe”.

Foi criada uma variável derivada com duas categorias – 0: “Não” (sem intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos), que incluiu as categorias anteriores “1” e “2”; e, 1: “Sim” (com intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos), que incluiu as categorias anteriores “3” e “4”. Excluíram-se as respostas 7 e 8, consideradas como *missing values* (os valores das variáveis especificados como *missing values* são excluídos do tratamento estatístico dos dados).

²¹ Sendo esta uma variável contínua e tendo em conta que para ser analisada com o modelo logit deve assumir um comportamento linear foi agrupada/classificada, por recurso à divisão por quartis, solução comum nestes casos, em 4 grupos etários. Estes grupos etários são igualmente de grande significado, em termos das idades de maior e menor concentração da fecundidade.

cônjuge\companheiro(a)"); "Trabalho remunerado", com as categorias de resposta²²: 0: "Não" e 1: "Sim"; "Nível de escolaridade superior", com as categorias²³: 1: "Não" (não completou nível de ensino superior) e 2: "Sim" (completou nível de ensino superior); "Nacionalidade portuguesa", com as categorias²⁴: 1: "Sim" e 2: "Não".

Num segundo momento, foi validada a hipótese (H3): *As mulheres portuguesas emigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as mulheres portuguesas não emigrantes.*

Um outro modelo foi ajustado com o objetivo de avaliar a intenção de ter filhos entre emigrantes e não emigrantes, tendo em atenção o mesmo leque de características sociodemográficas. Assim, foi ajustado um segundo modelo de regressão logística, considerando-se como (1) variável dependente: a "Intenção de vir a ter um filho nos próximos três anos", com as categorias: 0: "Não" e 1: "Sim"; e, como (2) variáveis independentes as já elencadas no primeiro modelo (comuns para ambos os

²² Na resposta à questão "Só para confirmar, nos últimos 7 dias realizou algum trabalho remunerado?" admitiam-se as respostas 7: "Recusa" e 8: "Não sabe", que foram especificados como *missing values*.

²³ A resposta à questão "Qual o grau de escolaridade mais elevado que completou?" admitia como categorias de resposta: 1 - Nenhum; 2 - Ensino Básico 1 (até à 4ª classe, instrução primária (3º ou 4º ano)); 3 - Ensino Básico 2 (preparatório\5º e 6º anos \ 5ª ou 6ª classe, 1º ciclo dos liceus ou do ensino técnico comercial ou industrial); 4 - Cursos de educação e formação de tipo 1. Atribuição de "Diploma de qualificação profissional de nível 1"; 5 - Ensino Básico 3 (certificado de conclusão de um dos seguintes graus de escolaridade: 9º ano; 5º ano dos liceus; escola comercial \ industrial; 2º ciclo dos liceus ou do ensino técnico comercial ou industrial); 6 - Cursos de educação e formação de tipo 2. Atribuição de "Diploma de qualificação profissional de nível 2"; 7 - Cursos de educação e formação de tipo 3 e 4. Atribuição de "Diploma de qualificação profissional de nível 2"; 8 - Ensino Secundário - cursos científico-humanísticos (certificado de conclusão de um dos seguintes graus de escolaridade: 12º ano; 7º ano dos liceus; propedêutico; serviço cívico); 9 - Ensino secundário - cursos tecnológicos, cursos artísticos especializados (artes visuais e audiovisuais, dança, música), cursos profissionais. Cursos de educação e formação de tipo 5, 6 e 7. Atribuição de "Diploma de Qualificação Profissional de Nível 3"; 10 - Cursos de especialização tecnológica. Atribuição de "Diploma de Especialização Tecnológica"; 11 - Ensino superior politécnico: bacharelato de 3 anos (magistério primário, serviço social, regente agrícola); Antigos cursos médios; 12 - Ensino superior politécnico: licenciaturas de 3-4 anos curriculares; licenciatura complemento de formação; 13 - Ensino superior universitário: licenciaturas de 3-4 anos curriculares; licenciatura bietápica de 4 anos; 14 - Pós-graduação: especialização pós-licenciatura sem atribuição de grau académico, MBA; 15 - Ensino superior universitário: licenciatura com mais de 4 anos curriculares; licenciatura bietápica de 5 anos; 16 - Mestrado (inclui Mestrado Integrado); e, 17 - Doutoramento. Nesta variável encontramos uma resposta não válida, pelo que as observações válidas que incluam todas as nossas variáveis de interesse não incluirão esta observação, sendo consideradas 708 observações. Foi criada uma variável derivada, agrupando as categorias anteriores em duas categorias: 1: "Não", para que não tinha completado o nível de ensino superior", por reagrupamento das categorias de 1 a 10; 2: "Sim", para que tinha completado um nível de ensino superior", por reagrupamento das categorias que iam de 11 a 17.

²⁴ Na resposta à questão sobre se o país de nascimento era (ou não) Portugal admitiam-se as respostas 7: "Recusa" e 8: "Não sabe", que foram especificados como *missing values*.

modelos de imigrantes e de emigrantes), incluindo uma variável adicional, a variável “Emigrante”, com as categorias: 1: “Sim” e 2: “Não”.

Em ambos os casos, para ajustar o modelo, seguiu-se a metodologia recomendada em Hosmer e Lemeshow (2000):

- (1) Para o modelo inicial foram selecionadas todas as variáveis que se revelaram significativas na análise univariada (valor $p < 0,20$);
- (2) A partir deste modelo foram eliminadas sucessivamente, e por ordem decrescente dos valores p de Wald, todas as variáveis não significativas (valor $p > 0,10$);
- (3) Verificou-se se alguma das variáveis que não foram incluídas no modelo inicial se mostra agora significativa em presença das que estão no modelo, caso em que são adicionadas ao modelo;
- (4) Ajustamento de categorias de variáveis e verificação, para as variáveis contínuas, do pressuposto da linearidade com o *logit*;
- (5) Foram testadas, via teste de razão de verossimilhanças, as interações entre variáveis que faziam sentido no contexto do estudo (valor $p = 0,05$);
- (6) Análise de resíduos para pesquisa de observações influentes e valores atípicos;
- (7) Verificação da bondade do ajustamento pelo teste de Hosmer e Lemeshow e determinação da capacidade discriminativa do modelo pela AUC da curva ROC;
- (8) Validação do modelo por *bootstrap*.

A análise estatística foi realizada no programa R project, versão 2.15.3, recorrendo aos pacotes rms, Epi, EpiR e ggplot2.

5.2. Resultados

5.2.1. Imigrantes *versus* não imigrantes

Na análise univariada a variável sexo não se revelou estatisticamente significativa (valor $p = 0,300$) na intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos, pelo que não foi incluída no modelo inicial multivariado.

Relativamente à variável “nacionalidade portuguesa”, esta também não foi incluída no modelo devido à colinearidade com a variável “naturalidade portuguesa” (sendo que esta apresenta um valor p menor, tendo por isso sido escolhida).

Na análise multivariada, permaneceram no modelo somente as covariáveis que em conjunto se revelaram significativas.

Testaram-se cada uma das covariáveis relativamente às demais, para verificar se havia possíveis interações entre elas. As interações que se mostraram significativas não tinham interpretabilidade no contexto em estudo, pelo que se optou por um modelo sem interações (Quadro 9).

Quadro 9 – Coeficientes, desvio padrão e valores p do modelo logístico binomial

Variáveis	valor do coeficiente	desvio padrão do coeficiente	valor p
Grupo etário [25,33] (Grupo etário [15,24] como categoria de referência)	0,67	0,29	0,022*
Grupo etário [34,40] (Grupo etário [15,24] como categoria de referência)	-0,20	0,32	0,532
Grupo etário [41,46] (Grupo etário [15,24] como categoria de referência)	-1,70	0,40	<0,001***
Ter naturalidade não portuguesa (Ter naturalidade portuguesa como categoria de referência)	0,78	0,28	0,005**
Ter parceiro (Não ter parceiro como categoria de referência)	0,85	0,22	<0,001***
Ter trabalho remunerado (Não ter trabalho remunerado como categoria de referência)	0,47	0,23	0,020*
Ter nível de escolaridade superior (Não ter nível de escolaridade superior como categoria de referência)	0,56	0,24	0,041*
(Constante)	-2,09	0,24	<0,001***

Fonte: Elaboração própria

Quando em conjunto com as restantes covariáveis, apenas o grupo etário dos 34 a 40 anos deixou de ser significativa, todas as outras mantiveram significância estatística, confirmando-se a importância da idade, do nível de escolaridade, do emprego, da conjugalidade e de ser (ou não) imigrante, na intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos.

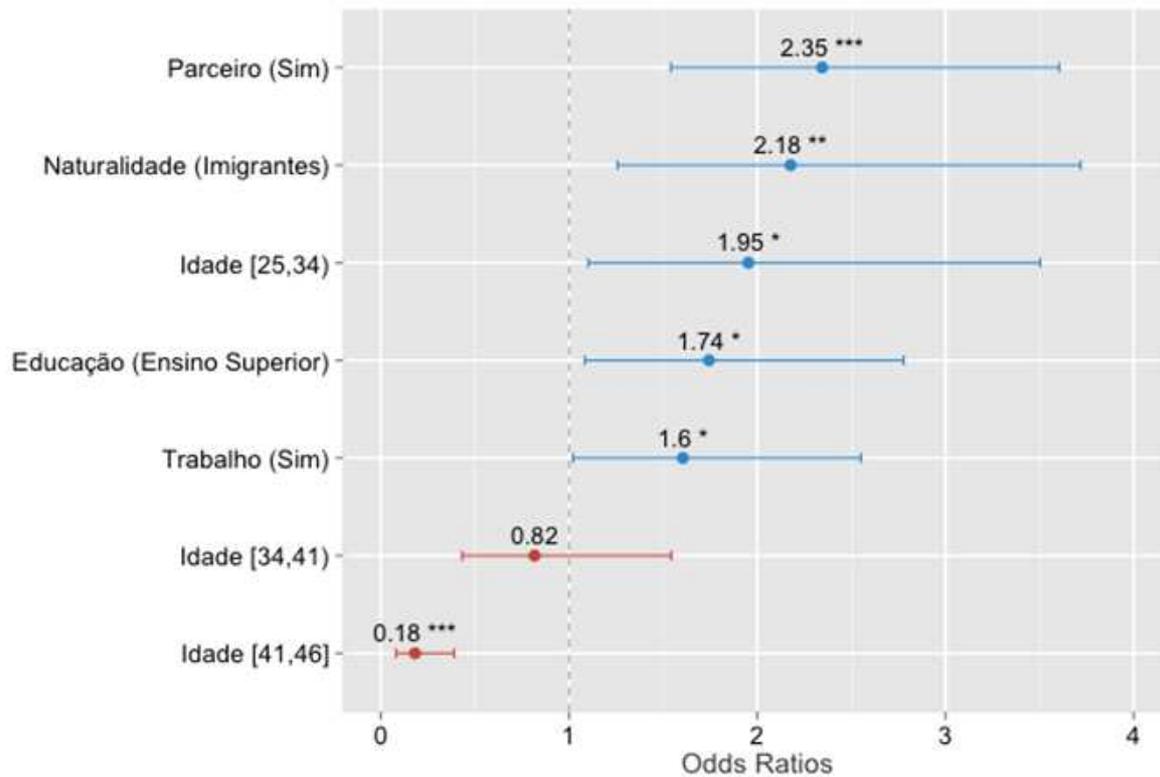
A partir dos resultados obtidos para as razões de verosimilhança ou *odds ratio* (Figura 51), por ordem de importância dos valores superiores a 1 e estatisticamente significativos, e admitindo como constantes as restantes covariáveis, pode concluir-se que, a possibilidade de ter intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos é:

- 2,4 vezes maior nos indivíduos com parceiro do que nos indivíduos sem parceiro (IC95% =]1,5; 3,6[);
- 2,2 vezes maior nos indivíduos não nascidos em Portugal (imigrantes) do que nos indivíduos nascidos em Portugal (IC95% =]1,3; 3,7[);
- 2,0 vezes maior nos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 33 anos do que nos indivíduos do grupo etário 15-24 anos (IC95% =]1,1; 3,5[);

d) 1,7 vezes maior nos indivíduos com ensino superior do que nos indivíduos que não possuem aquele grau de ensino (variável significativa a 10% IC95% =]1,1; 2,7[);

e) 1,6 vezes maior nos indivíduos com trabalho do que nos indivíduos sem trabalho (IC95% =]1,0; 2,5[).

FIGURA 51 – ODDS RATIO E RESPECTIVOS INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95%



Fonte: Elaboração própria

Finalmente, com base nos *odds ratio*, procurou-se estimar a probabilidade de ter intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos para perfis estabelecidos com combinações das variáveis idade, naturalidade, parceiro, trabalho e nível de escolaridade (Quadro 10).

Apenas se reportaram os perfis que têm uma probabilidade estimada não inferior a 25%, tendo sido eliminados os perfis com probabilidade estimada maior que 25%, mas com menos de 3 observações na amostra e/ou que não continham pessoas com intenção.

Quadro 10 – Probabilidades estimadas (principais resultados) de ter intenção de ter filhos nos próximos 3 anos, por grupos de combinação das variáveis idade, naturalidade, parceiro, trabalho e nível de escolaridade

Idade	Naturalidade portuguesa	Parceiro	Trabalho remunerado	Nível de escolaridade superior	Nº Pessoas no perfil	Nº Pessoas com intenção	Probabilidade estimada	IC95%
[25,33]	(Não)	(Sim)	(Sim)	(Não)	3	2	0,67	(0,51; 0,79)
[25,33]	(Sim)	(Sim)	(Sim)	(Sim)	18	14	0,61	(0,49; 0,73)
[25,33]	(Não)	(Sim)	(Não)	(Não)	8	5	0,55	(0,39; 0,71)
[25,33]	(Sim)	(Sim)	(Não)	(Sim)	4	1	0,5	(0,34; 0,65)
[25,33]	(Sim)	(Sim)	(Sim)	(Não)	44	21	0,48	(0,38; 0,58)
[25,33]	(Não)	(Não)	(Sim)	(Não)	6	1	0,46	(0,31; 0,61)
[34,40]	(Não)	(Sim)	(Sim)	(Não)	11	3	0,45	(0,31; 0,60)
[15,24]	(Sim)	(Sim)	(Sim)	(Sim)	3	2	0,45	(0,28; 0,63)
[25,33]	(Sim)	(Não)	(Sim)	(Sim)	13	5	0,4	(0,28; 0,53)
[34,40]	(Sim)	(Sim)	(Sim)	(Sim)	19	7	0,4	(0,28; 0,53)
[25,33]	(Sim)	(Sim)	(Não)	(Não)	11	6	0,36	(0,25; 0,49)
[15,24]	(Sim)	(Sim)	(Sim)	(Não)	7	2	0,32	(0,20; 0,46)
[25,33]	(Sim)	(Não)	(Sim)	(Não)	42	13	0,28	(0,20; 0,38)
[34,40]	(Sim)	(Sim)	(Sim)	(Não)	65	16	0,28	(0,20; 0,36)
[34,40]	(Não)	(Não)	(Sim)	(Não)	7	4	0,26	(0,16; 0,40)

Fonte: Elaboração própria

Os principais resultados, revelam que:

- a) A maior probabilidade de ter intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos se encontra entre os indivíduos não nascidos em Portugal (imigrantes), com idades entre os 25 e os 33 anos de idade, com parceiro (cônjuge ou companheiro/a), com trabalho e sem ensino superior, sendo que a probabilidade é de **0,67**.

Comparativamente, os indivíduos com as mesmas características mas nascidos em Portugal (não imigrantes) apresentam uma probabilidade de apenas **0,48**.

- b) Para os indivíduos com idades entre os 25 e os 33 anos de idade, com parceiro (cônjuge ou companheiro), **mas** sem trabalho e sem ensino superior, as probabilidades descem em ambos os grupos, assumindo os valores **0,55** para os não nascidos em Portugal (imigrantes) e **0,36** para os nascidos em Portugal (não imigrantes). Para além da emergência da importância que a variável ter emprego parece assumir na probabilidade de ter intenção de vir a ter

(mais) filhos nos próximos 3 anos – as probabilidades são menores do que nos grupos anteriores, sendo que apenas se altera a condição perante o trabalho.

- c) Para os indivíduos com idades entre os 25 e os 33 anos de idade, **mas sem parceiro** (cônjuge ou companheiro), empregados e sem Ensino Superior, encontramos uma nova descida nas probabilidades em ambos os grupos, assumindo os valores de **0,46** para não nascidos em Portugal (imigrantes) e **0,28** para os nascidos em Portugal (não imigrantes). Estes resultados fazem notar a importância que a variável ter parceiro assume na probabilidade de ter intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos – as probabilidades são menores do que nos grupos anteriores, sendo que neste perfil os indivíduos não têm parceiro, fator que assume assim, claramente, um papel ainda de grande relevância, contudo com menor importância do que o ter um emprego.
- d) Para os indivíduos com idades entre os 34 e os 41 anos de idade, com parceiro (cônjuge ou companheiro), empregados e sem Ensino Superior, os valores das probabilidades de ter intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos são de **0,45** para os não nascidos em Portugal (imigrantes) e **0,28** para os nascidos em Portugal (não imigrantes). Estes resultados fazem notar a importância que a variável idade assume na probabilidade de ter intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos – as probabilidades são menores do que no primeiro grupo analisado em que a única diferença se encontra no grupo etário (25 a 33 anos de idade, com probabilidades de 0,67 e 0,48, respetivamente para imigrantes e não imigrantes).

Em síntese, conclui-se que na sociedade portuguesa, em 2010, os imigrantes evidenciam uma maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que os não imigrantes. Além disso, a maior probabilidade verifica-se naqueles imigrantes que com idades entre os 25 e os 33 anos, vivem em

união (com um cônjuge ou companheiro), trabalham e possuem como nível mais elevado de instrução o ensino secundário.

Os resultados do modelo permitem validar as duas primeiras hipóteses formuladas (H1 e H2) e concluir ainda pela importância de três dimensões identificadas como mais relevantes no processo de tomada de decisão de fecundidade entre os imigrantes: (1) a idade; (2) a situação conjugal (estratégias matrimoniais, em geral, e de reunificação familiar, em particular) e (3) a condição perante o trabalho.

5.2.2. Emigrantes *versus* não emigrantes

Relativamente ao segundo modelo, o seu principal objetivo da sua construção foi validar a H3: *As mulheres portuguesas emigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as mulheres portuguesas não emigrantes.*

No sentido de validar esta hipótese, considerou-se a mesma variável dependente usada no modelo anterior (“Intenção de vir a ter um filho nos próximos três anos”) e às variáveis explicativas listadas anteriormente acrescentou-se a variável “ ser ou não emigrante”.

Na análise univariada as variáveis sexo, grupo etário e ter ou não parceiro não se revelaram estatisticamente significativas na intenção de vir a ter (mais) filhos no futuro próximo, pelo que não foram incluídas no modelo.

Na análise multivariada, permaneceram no modelo somente as covariáveis que em conjunto se revelaram significativas.

Testaram-se cada uma das covariáveis relativamente às demais, para verificar se havia possíveis interações entre elas.

As interações que se mostraram significativas não tinham interpretabilidade no contexto em estudo, pelo que se optou por um modelo sem interações (Quadro 11).

Quando, em conjunto com as restantes covariáveis, todas as variáveis incluídas no modelo mantiveram significância estatística, confirmou-se a importância do nível de escolaridade, do emprego, de ser (ou não) emigrante, na intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos.

Quadro 11 – Coeficientes, desvio padrão e valores p do modelo logístico binomial

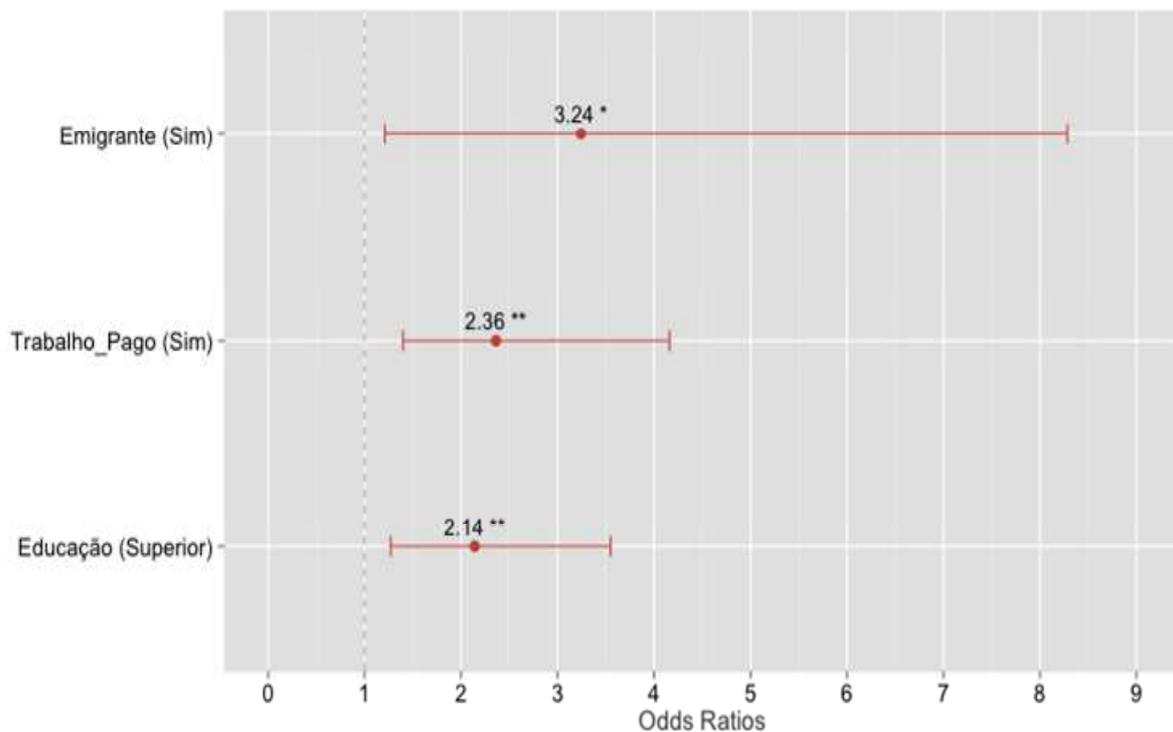
Variáveis	valor do coeficiente	desvio padrão do coeficiente	valor p
Ter nível de escolaridade superior (Não ter nível de escolaridade superior como categoria de referência)	0,76	0,26	0,004**
Ter trabalho remunerado (Não ter trabalho remunerado como categoria de referência)	0,86	0,28	0,002**
Ser emigrante (não ser emigrante como categoria de referência)	1,48	0,48	0,015*
(Constante)	-3,65	0,56	<0,001***

Fonte: Elaboração própria

A partir dos resultados obtidos para as razões de verosimilhança ou *odds ratio* (Figura 52), por ordem de importância dos valores superiores a 1 e estatisticamente significativos, e admitindo como constantes as restantes covariáveis, pode concluir-se que, a possibilidade de ter intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos é:

- a) 3,2 vezes maior nos emigrantes (indivíduos de nacionalidade portuguesa ou nascidos em Portugal e residentes no estrangeiro) do que nos não emigrantes (indivíduos de nacionalidade portuguesa ou nascidos em Portugal e aqui residentes) (IC95% =]1,2; 8,3[);
- b) 2,4 vezes maior nos indivíduos com trabalho do que nos indivíduos sem trabalho (IC95% =]1,4; 4,2[);
- c) 2,1 vezes maior nos indivíduos com ensino superior do que nos indivíduos que não têm ensino superior (variável significativa a 10% IC95% =]1,3; 3,5[).

FIGURA 52 - ODDS RATIO E RESPECTIVOS INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95%



Fonte: Elaboração própria

Os resultados do modelo permitem concluir que, de entre as variáveis que explicam a diferença na intenção de ter filhos nos próximos 3 anos, em Portugal, se distingue o facto de residir fora do país, logo ser português emigrante.

Na verdade os emigrantes mostram mais do triplo das possibilidades de ter intenção do que os não emigrantes.

Para além da situação de emigrante, também a questão de ter ou não um trabalho remunerado e o facto de possuir uma educação superior contribuem positivamente para reforçar a possibilidade de intenção.

5.3. Conclusões

De acordo com os resultados obtidos pela aplicação dos modelos, separadamente para imigrantes e emigrantes, considerando como imigrantes os indivíduos residentes em Portugal e nascidos no estrangeiro, como não imigrantes os indivíduos residentes e nascidos em Portugal, como emigrantes os indivíduos nascidos em Portugal ou de nacionalidade portuguesa e residentes no estrangeiro, e, como não emigrantes os indivíduos residentes em Portugal, aqui nascidos ou de nacionalidade portuguesa, verifica-se que:

- a) Os imigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de ter (mais) filhos nos próximos 3 anos do que os não imigrantes;
 - i. Não se revelando o sexo como uma variável significativa no modelo analisado, poderemos dizer que as mulheres imigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de ter (mais) filhos nos próximos 3 anos do que as não imigrantes
- b) Os imigrantes apresentam maior probabilidade de ter intenção de ter (mais) filhos nos próximos 3 anos do que os não imigrantes, mesmo quando se comparam diferentes perfis;
 - i. Do mesmo modo, poderemos dizer que as mulheres imigrantes têm maior probabilidade de ter intenção de ter (mais) filhos nos próximos 3 anos do que as não imigrantes
- c) Os emigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de ter (mais) filhos nos próximos 3 anos do que os não emigrantes
 - i. Não se revelando o sexo como uma variável significativa no modelo analisado, poderemos dizer que as mulheres emigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de ter (mais) filhos nos próximos 3 anos do que as não emigrantes

Não descurando a importância que outras variáveis possam ter sobre a intenção de ter (mais) filhos nos próximos 3 anos, destacando-se como significativas o ter ou não parceiro, ter ou não um emprego, assim como ter ou não educação superior, sublinha-se o efeito negativo que menores níveis de imigração ou maiores níveis de emigração poderão vir a ter sobre a fecundidade em Portugal nos próximos anos.

Os resultados mostram ainda que aquele efeito é duplamente negativo: por um lado, reduz o número de mulheres em idade fértil, por outro, são precisamente essas as mulheres que evidenciam maior intenção de vir a ter filhos no futuro próximo.

De referir ainda que o comportamento destes dois conjuntos populacionais poderá vir a ser determinante na previsão do número de futuros nascimentos no país.

6. Fecundidade e migrações – Um modelo de previsão da fecundidade por nacionalidade (Portuguesa e estrangeira) das mulheres residentes em Portugal

6.1. Dados e métodos

O desenvolvimento deste capítulo pretende validar a hipótese H5: *O comportamento de fecundidade em Portugal no futuro próximo é diferente nas mulheres portuguesas e estrangeiras, contribuindo ambos para o declínio da fecundidade em Portugal* e H6: *Diferentes cenários possíveis de imigração e de emigração de mulheres em idade fértil traduzem-se em diferenças no número de nascimentos previsíveis num futuro próximo, com agravamento do envelhecimento da sociedade portuguesa.*

Os dados utilizados nesta análise reportam-se a: (1) nados vivos, nascidos em Portugal, de mães residentes em Portugal, por nacionalidade das mães, de 2008 a 2012 (fonte: INE); (b) estimativas de população média residente em Portugal, por sexo, idade e nacionalidade, de 2008 a 2012 (fonte: INE e cálculos próprios para a estimativa de população média de 2008, não possível a partir dos dados do INE e para o que se recorreu aos dados do INE e do SEF para estimar aquela população).

A partir destes dados de base, foram calculadas taxas de fecundidade específicas por idade, para mulheres em idade fértil, residentes em Portugal, por nacionalidade (portuguesa vs estrangeira).

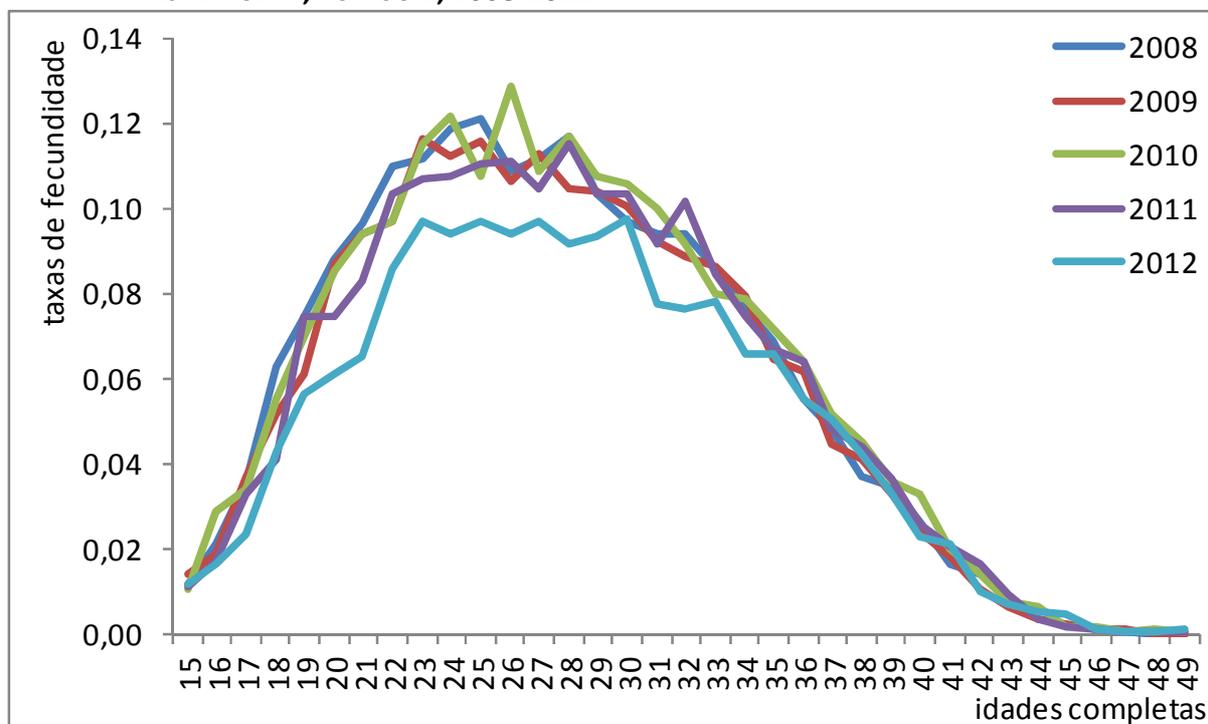
Considerando o número de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira, da idade i , ocorridos no ano t – $NV_{i,t}^{est}$ – e a população média, feminina, de nacionalidade estrangeira, na idade i , no ano t – $PMF_{i,t}^{est}$ – as taxas de fecundidade específicas por idade – $f_{i,t}^{est}$, expressas (neste caso) em número de nados vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira, em uma determinada idade i , no ano t , são dadas pela fórmula (16).

$$f_{i,t}^{est} = \frac{NV_{i,t}^{est}}{PMF_{i,t}^{est}} \quad (16)$$

Representaram-se graficamente as curvas de fecundidade assim obtidas, para os anos de 2008 a 2012 (Figura 53).

A análise das curvas confirma as conclusões anteriormente expressas.

FIGURA 53 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES, EM MULHERES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, PORTUGAL, 2008-2012



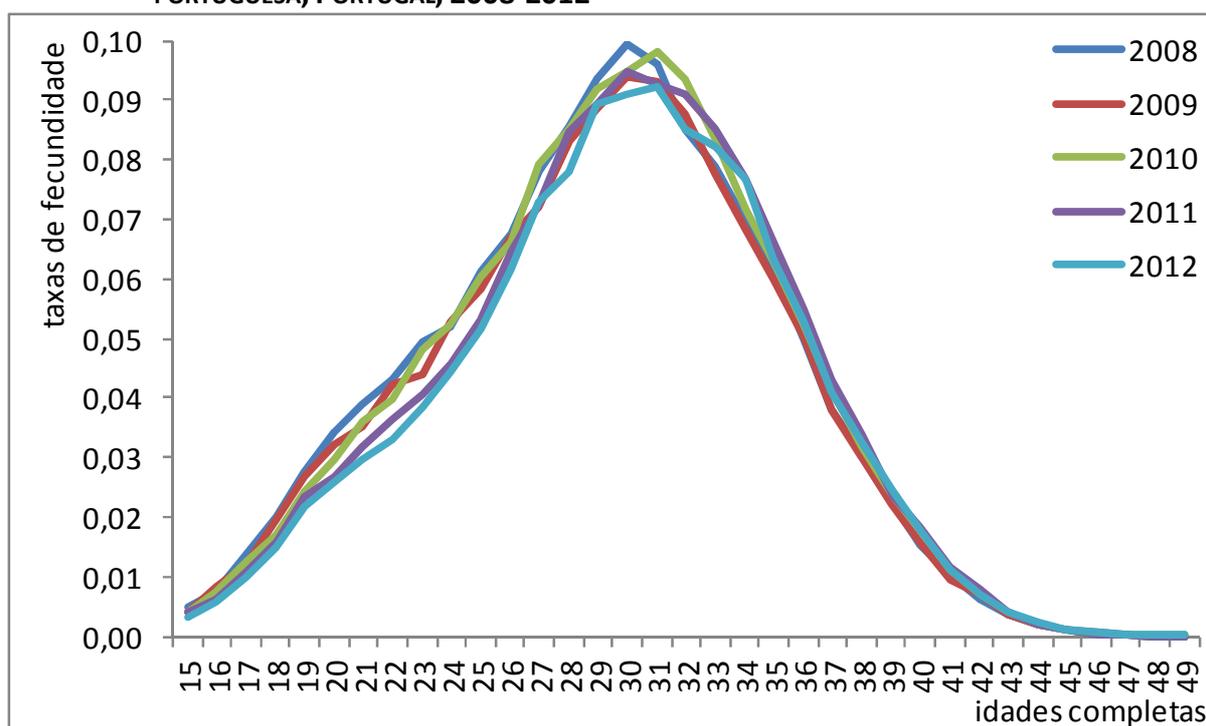
Fonte: Elaboração própria com base em INE e SEF

Considerando o número de nados vivos de mães de nacionalidade portuguesa, da idade i , ocorridos no ano t – $NV_{i,t}^{Pt}$ – e a população média, feminina, de nacionalidade portuguesa, na idade i , no ano t – $PMF_{i,t}^{Pt}$ – as taxas de fecundidade específicas por idade – $f_{i,t}^{Pt}$, expressas (neste caso) em número de nados vivos de mulheres de nacionalidade portuguesa, em uma determinada idade i , no ano t , são dadas pela fórmula (11).

$$f_{i,t}^{Pt} = \frac{NV_{i,t}^{Pt}}{PMF_{i,t}^{Pt}} \quad (11)$$

A Figura 54, mostra a representação gráfica dessas taxas de fecundidade específicas por idade.

FIGURA 54 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES, EM MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA, PORTUGAL, 2008-2012



Fonte: Elaboração própria

Na realidade, os comportamentos de fecundidade ilustrados através das curvas de fecundidade em ambas as subpopulações são claramente distintas.

A questão de interesse centrou-se em saber se existiam diferenças nas taxas de fecundidade específicas por idade para os anos 2013, 2014 e 2015, possibilitando o cálculo posterior do número de nados vivos expectáveis nos próximos anos para as mulheres portuguesas e estrangeiras (considerando como não imigrantes as mulheres de nacionalidade portuguesa e como imigrantes as mulheres de nacionalidade estrangeira), em idade fértil.

Devido às grandes flutuações, em simultâneo com valores muito reduzidos, encontradas nas idades acima dos 45 anos, não se consideram estas no modelo, incluindo apenas as taxas observadas entre os 15 aos 45 anos completos.

Ajustaram-se modelos aditivos generalizados (GAM) aos dados (taxas de fecundidade específicas por idade), separadamente para mulheres de nacionalidade estrangeira e de nacionalidade portuguesa.

Os modelos aditivos generalizados (GAM) foram propostos por Hastie e Tibshirani (1986) e são uma extensão dos modelos lineares generalizados, combinados com modelos aditivos (Wood, 2006). Nestes modelos, o efeito das variáveis predictoras x_i na variável resposta y depende linearmente de funções $f_i(x_i)$ não paramétricas, a serem estimadas através de curvas de alisamento (suavização), apresentando um desempenho mais flexível que os modelos puramente paramétricos. Na sua forma mais simples, os modelo GAM podem escrever-se como:

$$y = \beta_0 + \sum_{i=1}^{i=p} f_i(x_i) + \varepsilon \quad (17)$$

Existem vários alisadores, tais como: médias móveis, *loess* ou *splines*. Um *spline* é uma curva definida matematicamente por dois ou mais pontos de controle, sendo que aqueles que se encontram na curva são chamados de nós. Funcionam assim como uma regressão polinomial por troços, ou intervalos, *i.e.*, dividindo o intervalo de variação de x em vários intervalos e ajustando a cada um deles um polinómio de grau m . Será este o alisador utilizado no modelo. A variável idade será assim “partida” em secções, a que se ajustam polinómios.

Esta partição também se adequa numa perspetiva de análise sociodemográfica, ma medida em que os comportamentos de fecundidade são distintos ao longo do intervalo fértil, *i.e.*, variam em função da idade.

Em ambos os casos – taxas de fecundidade específicas por idade das mulheres de nacionalidade estrangeira e nas mulheres de nacionalidade portuguesa – fez-se uma previsão para 2012, com base nos dados de 2008 a 2011, comparando-se com os valores observados para 2012, tendo-se obtido

valores muito próximos aos observados para esse ano, o que permitiu implicitamente validar o modelo.

Finalmente, executaram-se simulações usando os resultados obtidos nos modelos atrás descritos em diferentes cenários de imigração e de emigração.

6.2. Resultados

6.2.1. Mulheres residentes em Portugal e de nacionalidade estrangeira

Os resultados obtidos com a aplicação do modelo às mulheres de nacionalidade estrangeira, com dados de 2008 a 2011, revelaram um bom ajustamento do modelo, com um comportamento bastante aceitável para 2012 (com um $R^2 = 99,3\%$). Se os valores p fossem baixos poderia ser necessário aumentar o número de nós (k), o que não se revelou necessário.

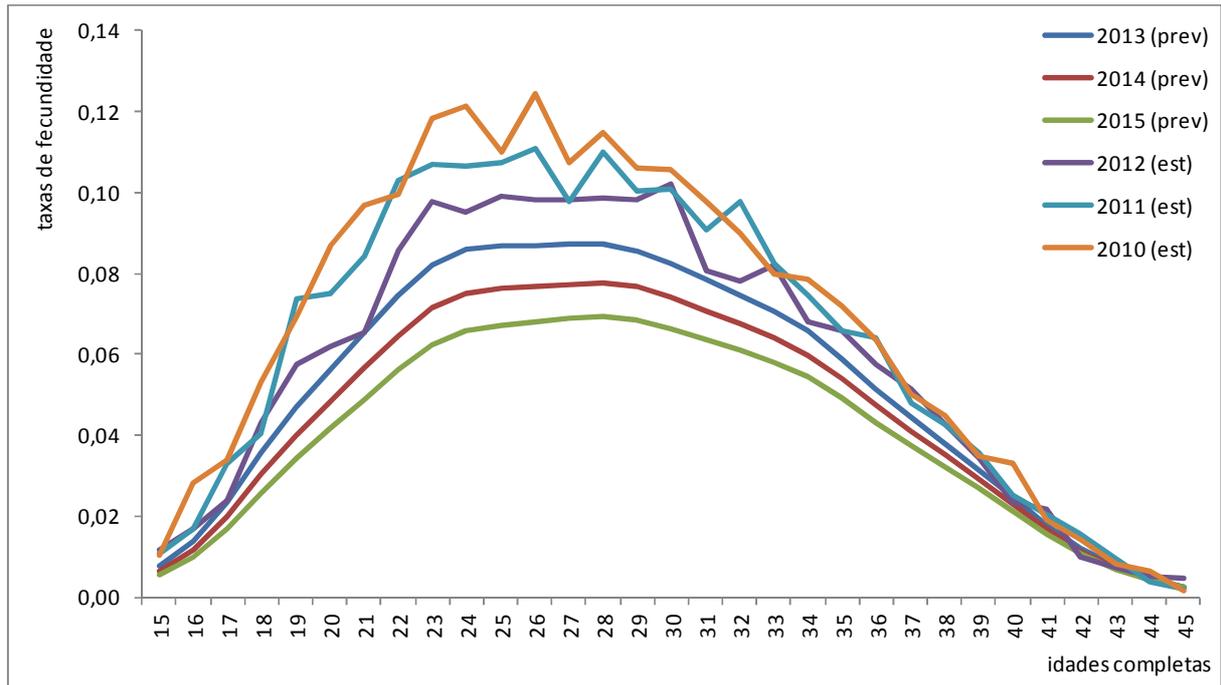
Assim, replicou-se o modelo, incluindo agora os dados para o ano 2012, tendo-se obtido os resultados apresentados no Quadro 12, representando-se as taxas de fecundidade específicas por idade na Figura 55.

Quadro 12 – Modelo com dados de 2008 a 2012 das taxas de fecundidade específicas por idade das mulheres de nacionalidade estrangeira

	k'	edf	k-index	p-value
s(ano)	4,00	3,68	1,27	1,00
s(idade)	11,00	10,64	1,16	0,98
te(ano,idade)	11,00	2,13	1,24	1,00

Fonte: Elaboração própria

FIGURA 55 – ESTIMATIVAS 2010-2012 E PREVISÕES 2013-2015 DAS TAXAS DE FECUNDIDADE ESPECÍFICAS POR IDADES, MULHERES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA



Fonte: Elaboração própria

6.2.2. Mulheres residentes em Portugal e de nacionalidade portuguesa

Os resultados obtidos com a aplicação do modelo às mulheres de nacionalidade portuguesa, com dados de 2008 a 2011, revelaram um bom ajustamento do modelo com um comportamento bastante aceitável para 2012 (com um $R^2 = 99,9\%$). Tal como anteriormente referido, se os valores p fossem baixos poderia ser necessário aumentar k , o que não se revelou necessário.

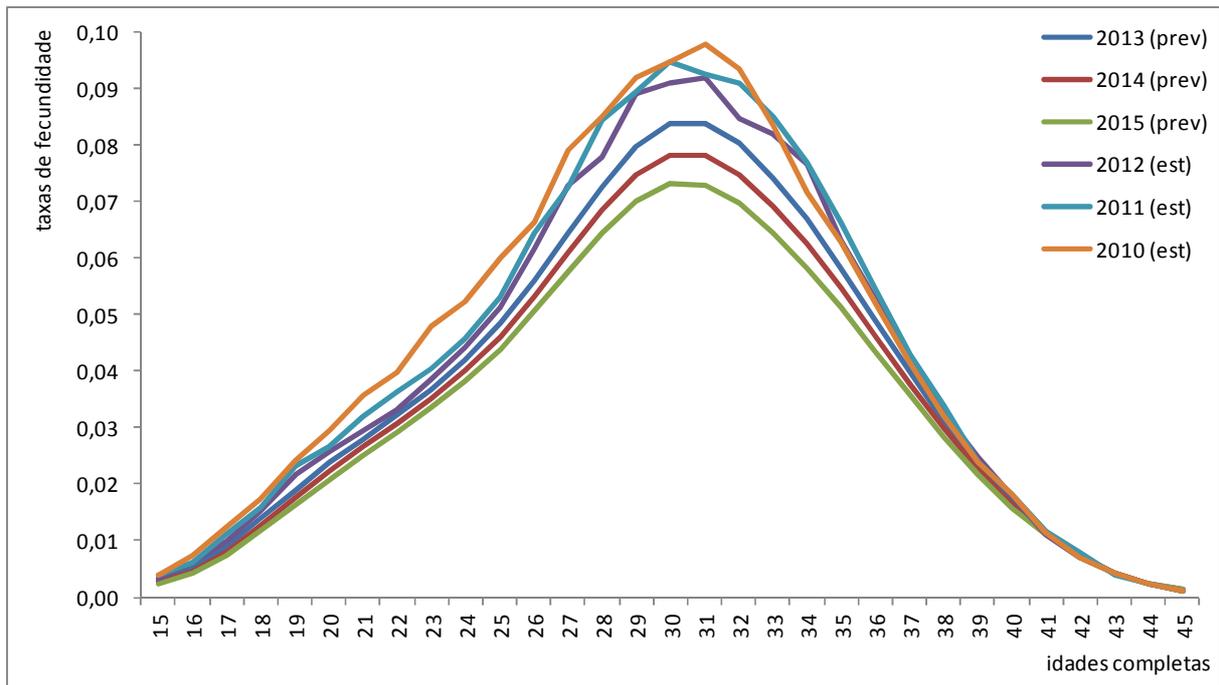
Assim, replicou-se o modelo, incluindo agora os dados para o ano 2012, tendo-se obtido os resultados apresentados no Quadro 13, representando-se, igualmente, as taxas de fecundidade específicas por idade na Figura 56.

Quadro 13 – Modelo com dados de 2008 a 2012 das taxas de fecundidade específicas por idade das mulheres de nacionalidade portuguesa

	k'	edf	k-index	p-value
s(ano)	4,00	4,00	1,15	0,98
s(idade)	10,00	9,98	1,03	0,62
te(ano,idade)	18,00	11,28	1,08	0,89

Fonte: Elaboração própria

FIGURA 56 – ESTIMATIVAS 2010-2012 E PREVISÕES 2013-2015 DAS TAXAS DE FECUNDIDADE ESPECÍFICAS POR IDADES, MULHERES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA



Fonte: Elaboração própria

6.2.3. Cenários de migrações e impactos no número de nascimentos potenciais num futuro próximo

6.2.3.1. O impacto da entrada em Portugal de imigrantes estrangeiros

Tendo-se concluído, anteriormente, que as mulheres imigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos nos próximos 3 anos do que as não imigrantes, indicador que se considerou como um bom preditor do comportamento futuro, e tendo-se obtido taxas de fecundidade distintas para as mulheres estrangeiras residentes em Portugal, estimou-se o número adicional e potencial de nascimentos que ocorreria num futuro próximo: (1) admitindo diferentes cenários de imigrantes em 2012; (2) considerando apenas as entradas de imigrantes de nacionalidade estrangeira e não as que possam ocorrer por retorno de portugueses; (3) aplicaram-se as taxas de fecundidade obtidas no modelo de previsão para mulheres de nacionalidade estrangeira, a estes contingentes de mulheres imigrantes dos 15 aos 45 anos completos, admitidos em diferentes cenários.

Para a estrutura por sexos e idade, admitiu-se como plausível a estrutura mais recente da imigração de nacionalidade estrangeira, disponibilizada pelo INE.

Assim, supondo que em 2012, e apenas nesse ano, entrassem em Portugal 5 000 estrangeiros (cenário 1), valor próximo do estimado pelo INE para aquele ano (em que cerca de 2/3 da imigração se reporta a retorno de portugueses), poderíamos esperar que cerca de 2 600 fossem mulheres, e, destas, quase 2 000 estariam no intervalo etário dos 15 aos 45 anos de idade (limite etário imposto pelos resultados do modelo). Submetendo estas mulheres às probabilidades de sobrevivência, teríamos em 2013, 2014 e 2015, valores ainda próximos das 2 000 mulheres com idades entre os 15

e os 45 anos de idade. Aplicando a este contingente de mulheres, em cada ano (2013, 2014 e 2015) as taxas de fecundidade específicas por idades obtidas no modelo de previsão para as mulheres de nacionalidade estrangeira, poderíamos esperar mais 127 nascimentos em 2013, 114 em 2014 e 102 em 2015. Ou seja, um valor de entrada de cerca de 2 000 mulheres imigrantes, de nacionalidade estrangeira, dos 15 aos 45 anos completos, apenas em 2012, contribuiria com cerca de 340 nascimentos nos próximos 3 anos (Quadro 14).

Quadro 14 – Simulação de potenciais nascimentos em 2013, 2014 e 2015, cenário 1

Cenário 1	2012	2013	2014	2015
imigrantes	5000			
imigrantes femininos	2632			
imigrantes femininos dos 15 aos 45 anos completos	1970	1977	1978	1975
nados vivos		127	114	102
				343

Fonte: Elaboração própria

Executando o mesmo exercício, mas admitindo, um cenário mais otimista, em que a quase totalidade de entradas em Portugal se ficasse a dever à entrada de imigrantes de nacionalidade estrangeira, a possibilidade de entrada de 15 000 indivíduos de nacionalidade estrangeira (cenário 2), a contribuição para o número de nascimentos elevar-se-ia para 382 nascimentos em 2013, 343 em 2014 e 306 em 2015. Assim, um valor de entrada de cerca de 6 000 mulheres imigrantes, de nacionalidade estrangeira, dos 15 aos 45 anos completos, apenas em 2012, contribuiria com mais de 1000 nascimentos nos próximos 3 anos (Quadro 15).

Quadro 15 – Simulação de potenciais nascimentos em 2013, 2014 e 2015, cenário 2

Cenário 2	2012	2013	2014	2015
imigrantes	15000			
imigrantes femininos	7895			
imigrantes femininos dos 15 aos 45 anos completos	5910	5932	5935	5924
nados vivos		382	343	306
				1031

Fonte: Elaboração própria

6.2.3.2. O impacto da saída de Portugal de emigrantes portugueses

Do mesmo modo, tendo-se concluído, anteriormente, que as mulheres emigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos nos próximos 3 anos do que as não emigrantes, indicador que se considerou como um bom preditor do comportamento futuro, referindo-se a dados de um inquérito realizado em 2010, e tendo-se obtido taxas de fecundidade distintas para as mulheres portuguesas residentes em Portugal, estimou-se o número adicional e potencial de nascimentos que ocorreria num futuro próximo: (1) admitindo diferentes cenários de emigrantes em 2012; (2) considerando apenas as saídas de emigrantes de nacionalidade portuguesa; (3) aplicaram-se as taxas de fecundidade obtidas no modelo de previsão para mulheres de nacionalidade portuguesa, a estes contingentes de mulheres imigrantes dos 15 aos 45 anos completos, admitido em diferentes cenários.

Para a estrutura por sexos e idade, admitiu-se como plausível a estrutura mais recente da emigração, disponibilizada pelo INE.

Assim, supondo que em 2012, e apenas nesse ano, saíssem de Portugal 50 000 portugueses (cenário 3), valor próximo do estimado pelo INE para os emigrantes permanentes naquele ano, poderíamos esperar que cerca de 16 700 poderiam ser mulheres, e, destas, quase 14 500 estariam no intervalo etário dos 15 aos 45 anos completos. Submetendo estas mulheres às probabilidades de sobrevivência, teríamos em 2013, 2014 e 2015 valores ainda próximos das 14 500 mulheres com idades entre os 15 e os 45 anos de idade. Aplicando a este contingente de mulheres, em cada ano (2013, 2014 e 2015) as taxas de fecundidade específicas por idades obtidas no modelo de previsão, poderíamos que estas mulheres viessem a ter 717 nados vivos em 2013, 712 em 2014 e 698 em 2015 (Quadro 16).

Quadro 16 – Simulação de potenciais nascimentos em 2013, 2014 e 2015, cenário 3

Cenário 3	2012	2013	2014	2015
emigrantes	50000			
emigrantes femininos	16762			
emigrantes femininos dos 15 aos 45 anos completos	14484	14465	14469	14495
nados vivos		717	712	698
				2127

Fonte: Elaboração própria

Executando o mesmo exercício, mas admitindo, num cenário mais otimista, em que o número de emigrantes se reduzisse para cerca de metade, i.e., supondo que tivessem saído de Portugal apenas 25 000 emigrantes (cenário 4), poderíamos esperar uma diferença de 359 nascimentos em 2013, 356 em 2014 e 349 em 2015, ou seja, cerca de 1000 nascimentos nos próximos 3 anos (Quadro 17).

Quadro 17 – Simulação de potenciais nascimentos em 2013, 2014 e 2015, cenário 4

Cenário 4	2012	2013	2014	2015
emigrantes	25000			
emigrantes femininos	8381			
emigrantes femininos dos 15 aos 45 anos completos	7242	7232	7235	7248
nados vivos		359	356	349
				1064

Fonte: Elaboração própria

Em síntese, estes resultados revelam a importância quer da imigração que da emigração no número de nascimentos em Portugal nos próximos 3 anos. De salientar que a imigração tem um maior efeito sobre a natalidade do que a emigração, uma vez que a comparação entre o cenário 2 e o cenário 4 mostra que, de acordo com o modelo de previsão para a sociedade portuguesa, nos próximos 3 anos, cerca de 1 000 nascimentos podem ser ganhos pela entrada de 15 000 imigrantes ou perdidos pela saída de 25 000 imigrantes. Tendo ambos os modelos de previsão sido validados com base nos dados observados de 2012, pode-se esperar um acentuar do declínio da fecundidade das mulheres na sociedade portuguesa, quer sejam de nacionalidade portuguesa ou estrangeira, residentes em Portugal. Esta alteração do comportamento terá necessariamente como consequência o agravamento do envelhecimento e declínio demográfico.

6.3. Conclusões

De acordo com os resultados estimados para os anos de 2008 a 2012 e pelas previsões obtidas pela aplicação do modelo GAM para os anos de 2013 a 2015, separadamente para mulheres de nacionalidade estrangeira (consideradas como imigrantes) e para mulheres de nacionalidade portuguesa (consideradas como não imigrantes), verifica-se a continuação da tendência de declínio das taxas de fecundidade (já observada nas estimativas), tanto nas mulheres imigrantes como não imigrantes.

Contudo, as mulheres imigrantes apresentam taxas de fecundidade mais elevadas do que mulheres não imigrantes, tanto no passado recente (estimativas) como nas previsões, em praticamente todas as idades, com exceção das idades 30 a 34, pelo que a contribuição das mulheres estrangeiras para o índice sintético de fecundidade é da maior relevância, seja nos valores estimados, seja nos valores previstos, como se observa pelo número potencial de nascimentos que se ganharia ou se perderá em função de diferentes cenários de imigração e de emigração.

Validaram-se assim as hipóteses H5: *O comportamento de fecundidade em Portugal no futuro próximo é diferente nas mulheres portuguesas e estrangeiras, contribuindo ambos para o declínio da fecundidade em Portugal* e H6: *Diferentes cenários possíveis de imigração e de emigração de mulheres em idade fértil traduzem-se em diferenças no número de nascimentos previsíveis num futuro próximo, com agravamento do envelhecimento da sociedade portuguesa, uma vez que contribuem ambos os fluxos – imigração e emigração – para o declínio da fecundidade em Portugal.*

7. Discussão e principais conclusões

Com o continuado declínio da natalidade e da fecundidade, a dinâmica populacional recente em Portugal encontra-se fortemente relacionada com o papel desempenhado pelos fluxos migratórios, quer pelo seu efeito direto nos volumes e estrutura etária da população residente, quer pelo efeito que exercem sobre a natalidade e fecundidade. Das recentes tendências demográficas em Portugal destaca-se o declínio das taxas de crescimento da população, que atingiram valores negativos nos últimos anos, juntamente com um contínuo envelhecimento demográfico. Tendências para as quais se conjugam, a par com a redução dos saldos migratórios que se estima terem assumido novamente valores negativos em 2011 (resultado de um declínio dos fluxos imigratórios e, sobretudo, de um forte incremento dos fluxos emigratórios), o aumento da longevidade, e a diminuição da fecundidade.

Pese embora este regresso a saldos migratórios negativos, durante a década de 90 e anos iniciais do século XXI, Portugal experienciou consideráveis fluxos de imigração que influenciaram a dinâmica demográfica de forma direta e indireta, nomeadamente, porque excederam em muito o volume dos fluxos emigratórios. Traduziram-se em saldos migratórios positivos e conseqüentemente em contributos líquidos para o crescimento populacional a par com alguma atenuação do envelhecimento demográfico, ainda que não rejuvenescimento, resultado da dimensão e composição etária daqueles fluxos. Contribuíram, de forma não negligenciável, para o número de nados vivos, dada a sua estrutura etária mais jovem e, muito provavelmente, padrões de fecundidade distintos dos encontrados na população de acolhimento.

A evolução da proporção de nados vivos de mulheres “imigrantes”, face ao total de nascimentos, num contexto de queda da natalidade em Portugal, é reveladora da relevância dos fluxos imigratórios neste âmbito.

Utilizando como *proxy* a nacionalidade da mãe, informação que passou a ser recolhida, em Portugal, no verbete estatístico de nados vivos, desde 1995, verifica-se que a percentagem de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira aumentou de 2,2% em 1995 para 10,6% em 2010, registando-se um declínio para 10,3 % em 2011 e 9,8% em 2012. Esta proporção assume valores mais elevados do que a proporção de mulheres estrangeiras na população total, uma vez que as mulheres migrantes tendem a apresentar uma estrutura etária jovem (Peixoto, 2009). As mulheres imigrantes exibem padrões de fecundidade mais elevada, comparativamente com as mulheres portuguesas, refletindo-se de forma clara a contribuição das mulheres estrangeiras para a natalidade em Portugal, pese embora o relativamente pequeno diferencial no ISF, o que está de acordo com o argumentado por Sobotka (2008b). Este autor refere que a imigração contribui substancialmente para o total de nascimentos em toda a Europa mas o efeito no ISF permanece relativamente pequeno, entre 0,05 e 0,01 em termos absolutos, conclusões semelhantes às encontradas por Mendes (2010). Também Lanzieri (2013) refere que a fecundidade das imigrantes baixou em vários países da Europa, não obstante poder contribuir para um aumento do ISF, mesmo que ligeiro, nos países de baixa fecundidade.

Das mulheres residentes em Portugal, verifica-se que as de nacionalidade estrangeira têm, em média, mais filhos e mais cedo do que as de nacionalidade portuguesa. Adicionalmente e tendo por base a análise dos dados disponíveis de 2008 a 2012 (período limitado pela disponibilidade de informação sobre estimativas de população por sexo, idade e nacionalidade, mas que se adequa também ao período “pós-crise económica” que se pretende estudar de forma mais detalhada), procedeu-se ao cálculo do ISF decomposto para nacionais e estrangeiras. Procurando-se assim uma análise do impacto da imigração nos níveis globais de fecundidade, pese embora o interesse de uma análise diferenciada por principais nacionalidades, face à heterogeneidade entre os diferentes grupos de migrantes de determinados países ou regiões. Tal nível de desagregação coloca algumas dificuldades em face da limitação de dados, do mesmo modo que uma análise da evolução dos comportamentos das mulheres imigrantes em face do tempo de permanência e de pertencerem a

uma primeira ou segunda geração de imigrantes, não é possível pelo mesmo motivo indicado. Da análise dos comportamentos da fecundidade entre nacionais e estrangeiras resultaram curvas de fecundidade distintas, sobretudo nas idades abaixo dos 30 anos.

Será ainda necessário sublinhar que os fluxos migratórios internacionais assumem dois sentidos – entradas e saídas – ambas com influência nos volumes e estruturas populacionais, na natalidade e nos padrões de fecundidade.

Poderá dizer-se que “existem razões estruturais que levam a que Portugal seja, simultaneamente, um país de emigração e um país de imigração... a existência de situações “mistas” poderá prolongar-se por muito tempo... Tal sucederá, com maior probabilidade, se existir maior pressão para a emigração, decorrente de uma deterioração das condições de vida em Portugal, e um menor fluxo de entradas” como referia João Peixoto (2004), sendo de momento bem perceptível uma crescente vaga de emigração, fenómeno que influencia também de forma inequívoca, apesar de maior dificuldade de análise, a natalidade e fecundidade em Portugal.

Inserido no primeiro objetivo, analisou-se se existiam diferenças significativas na intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos entre imigrantes e não imigrantes, delineando-se como hipóteses H1: *Na sociedade portuguesa, as mulheres imigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as mulheres não imigrantes;* e H2: *Na sociedade portuguesa, as mulheres imigrantes têm maior probabilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as não imigrantes, variando essa probabilidade em função da condição perante o trabalho, nível de instrução e idade.*

Com este objetivo, utilizaram-se os dados do ESS_5ª vaga, considerando-se que a intenção dos indivíduos em vir a ter (mais) filhos como um bom preditor da fecundidade próxima futura, tendo-se ajustado um modelo de regressão logística, incluindo neste modelo variáveis explicativas como o país de nacionalidade, o país de naturalidade, além de outras características individuais como o sexo,

idade, nível de instrução, situação conjugal (ter ou não ter parceiro), e condição perante o trabalho (ter ou não ter trabalho/emprego).

Validou-se a hipótese H1, concluindo-se também que contribuíam positivamente para a intenção de vir a ter filhos nos próximos anos as variáveis idade: ter entre 34 e 40 anos, em relação a ter entre 15 e 24 anos (0,67); ter um trabalho (0,85); ter parceiro (0,78); e, ter ensino superior (0,47). E, negativamente as variáveis idade: ter entre 25 e 33 anos, comparativamente com ter entre 15 e 24 anos (-2,09); ter naturalidade portuguesa (-1,70).

De assinalar que a possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos nos próximos anos é 2,4 vezes maior nas mulheres com parceiro (revelando-se a importância da família nas decisões de fecundidade); 2,2 vezes superior nas mulheres imigrantes (não nascidas em Portugal); 2,0 vezes superior no grupo etário dos 25 aos 33 anos comparativamente como o grupo etário dos 15 aos 24 anos; 1,7 vezes superior nas mulheres com ensino superior; e, 1,6 vezes superior nas mulheres com trabalho.

Validou-se também a hipótese H2: *Na sociedade portuguesa, as mulheres imigrantes têm maior probabilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as não imigrantes, variando essa probabilidade em função da condição perante o trabalho, nível de instrução e idade.*

Identificou-se o perfil de quem tem maior probabilidade de ter intenção de vir a ter filhos (67%): indivíduos não nascidos em Portugal (imigrantes), com idades entre os 25 e os 33 anos, com parceiro (importância da reunificação familiar nos fluxos imigratórios), com trabalho, e, sem educação superior (contrariamente ao que acontece na população portuguesa em geral). O perfil com a segunda maior probabilidade (61%) reporta-se a indivíduos nascidos em Portugal (não imigrantes), com idades entre os 25 e os 33 anos, com parceiro, com trabalho, e, com educação superior, distinguindo-se assim claramente do anterior.

Mantendo a idade constante (25-33), mas no caso de ter parceiro, não ter trabalho remunerado e sem nível de instrução superior, os imigrantes têm maior probabilidade do que os não imigrantes (55% e 36%, respetivamente).

Mantendo a idade, sem parceiro, com trabalho e sem nível de instrução superior, os imigrantes têm maior probabilidade do que os não imigrantes (46% e 28%, respetivamente).

Para os indivíduos mais velhos (34-41 anos), com parceiro, com trabalho e sem ensino superior, a probabilidade é menor nos imigrantes (45% e 28%, respetivamente).

Poderá assim concluir-se que, na sociedade portuguesa, em 2010, os imigrantes evidenciam uma maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que os não imigrantes e a maior probabilidade respeita ao subgrupo dos imigrantes, com idades entre os 25 e os 33 anos, com parceiro, com trabalho e sem instrução superior.

Estes resultados permitem validar as hipóteses H1 e H2 do estudo e concluir ainda pela importância de três dimensões: idade, situação conjugal (estratégias matrimoniais em geral e de reunificação familiar em particular) e condição perante o trabalho (ter ou não emprego).

Simultaneamente, estes resultados suportam as conclusões de Adsera e Ferrer (2011), segundo os quais os imigrantes com ensino superior tendem a comportar-se como os nativos do país de acolhimento. Refere ainda que os imigrantes, independentemente do país de origem, apresentam fecundidade mais elevada quando imigram em idades mais jovens, em particular, nos últimos anos da adolescência.

Vão também no mesmo sentido do argumentado por Bélanger e Gilbert (2003) que os imigrantes de origem de países com fecundidade mais elevada parecem reter por algum tempo o comportamento de fecundidade observado no país de origem.

Não obstante a manutenção dos fluxos emigratórios durante o período do passado recente, em que os fluxos imigratórios assumiram maior expressão, e do seu recente aumento que, a par com o declínio da imigração, originou a ocorrência de saldos migratórios negativos em 2011 e 2012, o nosso conhecimento sobre o impacto da emigração internacional, seja ela temporária ou de longo prazo, sobre a fecundidade é ainda muito limitado.

Acresce que, de acordo com a informação disponível, a emigração temporária feminina ainda que mais reduzida do que a masculina, tem aumentado.

Ainda que o cálculo do ISF tenha em conta o decréscimo da população feminina em idade fértil decorrente da emigração permanente feminina, este indicador *de per si* não permite a análise nem do impacto da emigração masculina, nem da emigração temporária.

Acresce que os padrões de fecundidade se relacionam com outros padrões de comportamento demográfico, como a formação familiar, pelo que a emigração masculina, seja ela temporária ou permanente terá também repercussões na redução da natalidade. Este poderá ser um dos motivos que suporta o, também, recente aumento dos nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais.

Assim e inserido no segundo objetivo, analisou-se se existiam diferenças significativas na intenção de vir a ter (mais) filhos nos próximos 3 anos entre emigrantes e não emigrantes, como delineado na hipótese H3: *As mulheres portuguesas emigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos do que as mulheres portuguesas não emigrantes.* No pressuposto da validação de H3 delineou-se ainda uma outra hipótese H4: *Se nos anos mais recentes não tivessem emigrado mulheres residentes em Portugal o número de nascimentos em Portugal nestes anos seria maior, na medida em que as portuguesas emigrantes evidenciam uma fecundidade diferenciada relativamente às não emigrantes. A atual crise económica e financeira, promovendo a emigração penaliza duplamente o país.*

Com este objetivo, utilizaram-se, tal como no modelo anterior, os dados do ESS_5ª ronda, considerando-se que a intenção dos indivíduos em vir a ter (mais) filhos como um bom preditor da fecundidade próxima futura, tendo-se ajustado um modelo de regressão logística, incluindo neste modelo variáveis explicativas como o país de nacionalidade, o país de naturalidade, país de residência, além de outras características individuais como o sexo, idade, nível de instrução, situação conjugal (ter ou não ter parceiro), e condição perante o trabalho (ter ou não ter trabalho/emprego).

Validou-se a hipótese H3, concluiu-se também que contribuíam positivamente para a intenção de vir a ter filhos nos próximos anos: ser emigrante; ter trabalho remunerado e ter nível de ensino superior.

De assinalar que a possibilidade de ter intenção de vir a ter filhos nos próximos anos é 3,2 vezes maior nas mulheres emigrantes (portuguesas residentes no estrangeiro); 2,4 vezes superior nas mulheres com trabalho; em 2,1 vezes superior nas mulheres com ensino superior.

Face aos resultados, conclui-se que o crescimento populacional é negativa e duplamente afetado pela emigração.

O impacto da emigração na natalidade e fecundidade parece evidente. Se reintroduzirmos na população o acumulado de efetivos de mulheres emigrantes permanentes de 2008 a 2012 e estimarmos o número de nascimentos, submetidas às mesmas taxas de fecundidade específicas por idades verificadas para o conjunto das mulheres na sociedade portuguesa, confirma-se H4 com a confirmação do potencial aumento de nascimentos que ocorreria nesta situação. Pese embora este aumento acarrete alterações na natalidade, o efeito sobre a fecundidade seria nulo porquanto considerámos os mesmos padrões idade a idade.

O efeito da emigração feminina temporária será distinto, já que a decisão de ter filhos poderá, mesmo considerando que estas mulheres tenham intenção de regressar a Portugal, estar a ser

adiada, pelo que o número de nados vivos estará a ser, também, afetado por esta parcela de emigrantes.

Se retirarmos da população as mulheres emigrantes temporárias, tal traduz-se num efetivo aumento das taxas de fecundidade e, por consequência, do ISF, que passaria a valores próximos de 1,38 e 1,32 (2011 e 2012, respetivamente), em vez dos 1,35 e 1,28 estimados. Assim, poderá afirmar-se que a emigração temporária estará a produzir efeitos sobre a fecundidade, não sendo despiciente relacionar o decréscimo da fecundidade em Portugal, nos anos posteriores a 2008, com o simultâneo acréscimo da emigração, sobretudo da emigração temporária de mulheres. Resultados que permitiram concluir pela validação de H4.

Estes resultados encontram-se na mesma linha de argumentação de autores como Ebanks *et al* (1975) sobre o impacto negativo da emigração na fecundidade e de Bradatan (2005) que alega que elevadas taxas de emigração geram disrupções nos padrões de fecundidade, para além de introduzirem um viés nas medidas de fecundidade por se considerar no denominador pessoas que de facto já não residem no país.

A atual crise económica terá produzido e continuará a produzir efeitos na redução da dimensão dos fluxos imigratórios e simultâneo aumento da dimensão dos fluxos emigratórios, para além dos efeitos sobre outros comportamentos demográficos e, nomeadamente, sobre os padrões de fecundidade.

Num contexto de declínio da natalidade e da fecundidade em simultâneo com o decréscimo dos fluxos imigratórios e acréscimo dos volumes emigratórios, torna-se pertinente perceber o que podemos esperar para a natalidade e fecundidade num futuro próximo, donde, inseridas num terceiro objetivo se delinearão as hipóteses H5: *O comportamento de fecundidade em Portugal no futuro próximo é diferente nas mulheres portuguesas e estrangeiras, contribuindo ambos para o declínio da fecundidade em Portugal* e H6: *Diferentes cenários possíveis de imigração e de emigração*

de mulheres em idade fértil traduzem-se em diferenças no número de nascimentos previsíveis num futuro próximo, com agravamento do envelhecimento da sociedade portuguesa.

Tendo em conta que as mulheres imigrantes têm maiores possibilidades e probabilidades de ter intenção de ter (mais) filhos nos próximos 3 anos do que as não imigrantes, e, por outro lado, as mulheres emigrantes têm maior possibilidade de ter intenção de ter (mais) filhos nos próximos 3 anos do que as não emigrantes, será de esperar a continuação da queda da natalidade nos próximos anos, tendo em conta a forte previsibilidade de menores volumes de imigração e maiores volumes de emigração feminina, assim como de emigração masculina, que mesmo com carácter temporário influencia de forma inequívoca a natalidade.

Assim, aplicaram-se às taxas de fecundidade específicas por idades, separadamente para mulheres portuguesas (consideradas como não imigrantes) e estrangeiras (consideradas como imigrantes), para os anos de 2008 a 2012, modelos GAM para a previsão das mesmas taxas de fecundidade para os anos de 2013 a 2015.

Verificou-se a continuação da tendência de declínio das taxas de fecundidade (já observada nas estimativas), tanto nas mulheres imigrantes como não imigrantes. Contudo, as previsões, que refletem o comportamento passado, apontam para que as mulheres imigrantes apresentem taxas de fecundidade mais elevadas do que mulheres não imigrantes, pelo que a contribuição das mulheres estrangeiras para o índice sintético de fecundidade é da maior relevância, seja nos valores estimados, seja nos valores previstos. Os resultados permitiram assim a validação da hipótese H5, revelando-se pertinente a análise de forma separada do comportamento de fecundidade entre mulheres imigrantes e não imigrantes.

O impacto na dimensão e estrutura da população residente em Portugal nos próximos anos dependerá em muito dos volumes de imigração e de emigração que se considerem, nomeadamente os fluxos de população feminina em idade fértil. Estas conclusões assentam na validação da hipótese

H6, nomeadamente pelos resultados obtidos com a aplicação das taxas de fecundidade previstas pelos modelos, em diferentes cenários de imigração e de emigração.

Lutz e Scherbov (2003) ao analisarem o contributo das migrações no contexto de baixa fecundidade na Europa, até 2030, concluem que a combinação de fecundidade elevada com níveis de imigração baixos, resultam num crescimento populacional mais elevado do que a combinação contrária. No entanto, o nosso estudo vem mostrar que, nas projeções demográficas, para além das migrações consideradas como um todo é absolutamente fundamental ter em conta a influência dos diferentes padrões de fecundidade da população migrante.

A influência da crise económica, em particular o aumento da taxa de desemprego, afeta particularmente os comportamentos de fecundidade da sociedade portuguesa. Em ambos os modelos de regressão relativamente à intenção de vir a ter filhos, o ter ou não emprego destaca-se como uma variável de influência naquela intenção, independentemente do sexo.

Em síntese, Portugal precisa de imigrantes, em idade ativa jovem, em contextos que facilitem a reunificação familiar e as estratégias de formação da família, revelando-se necessárias alterações nas políticas de emprego que possibilitem igualmente a inversão da tendência de crescimento dos fluxos emigratórios, de modo a promover a intenção de ter filhos em Portugal.

8. Referências Bibliográficas

- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa: Impr. de Ciências Sociais.
- Aboim, S., Wall, K. (2002), "Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos", *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 163, pp. 475-506.
- Adsera, A., Ferrer, A. (2011). "Age at migration, language and fertility patterns among migrants to Canada, IZA, Discussion paper, nº 5552
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211. doi:10.1016/0749-5978(91)90020-T
- Almeida, A. N. *et al.* (1998), "Relações Familiares: mudança e diversidade", in J. M. L. Viegas e A. Firmino da Costa, *Portugal – Que Modernidade*, Oeiras, Celta, p. 45-78.
- Almeida, A. N., André, I. M., Lalanda, P., (2002). "Mulheres: fecundidade, contracepção e saúde reprodutiva (II) — uma tipologia", *Análise Social*, vol. XXXVII (163), 2002, pp. 371-409.
- Baganha, M. I., Marques, J. C. (2006). *Imigrantes de Leste em Portugal*. Revista de Estudos Demográficos - 2.º Semestre de 2005, INE, I.P., pp. 31 - 45 .
- Bandeira, M. L. (1996), "Teorias da população e modernidade : o caso português", *Análise Social*, vol. XXXV, nº 135, pp. 7-43.
- Bandeira, M. L., Ribeiro, C. S., Silva, J. A. e, & Pimenta, C. (2004). *Demografia: objecto, teorias e métodos*. Lisboa: Escolar Editora.
- Becker, G. S., & Murphy, K. M. (2000). *Social economics: market behavior in a social environment*. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press.
- Bélanger, A., Gilbert, S. (2003). "The fertility of Immigrant Women and the Canadian-Born Daughters". Report on the Demographic Situation in Canada 2002, 91-209.
- Berninger, I., Weiß, B., & Wagner, M. (2011). On the links between employment, partnership quality, and the desire to have a first child: The case of West Germany. *Demographic Research*, 24, 579–610. doi:10.4054/DemRes.2011.24.24.
- Bijak, J., International Organization for Migration, Central European Forum for Migration Research, Instytut Statystyki i Demografii (Szkoła Główna Handlowa w Warszawie), & Konferencja "Perspektywy demograficzne Europy". (2005). *Fertility and mortality scenarios for 27 European countries, 2002-2052*. Warszawa: Srodkowoeuropejskie Forum Badan Migracyjnych.
- Bijak, J., Kupiszewski, M., & Kicinger, A. (2004). *International migration scenarios for 27 European countries, 2002-2052*. Warsaw: Central European Forum for Migration Research.
- Billari, F. C., Kohler, H.P. (2002). *Patterns of Lowest-Low Fertility in Europe*. Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock, Germany, Working Paper PAPER WP 2002-040.

- Bloom, D. E., & Sousa-Poza, A. (2010). Introduction to Special Issue of the European Journal of Population: "Economic Consequences of Low Fertility in Europe". *European Journal of Population / Revue européenne de Démographie*, 26(2), 127–139. doi:10.1007/s10680-010-9209-7
- Blossfeld., H-P., Klijzing, E., Mills, M., & Kurz, K. (2005). Globalization, uncertainty and youth in society.
- Bradatan, C. (2005). "Does migration reduce fertility? Evidence from a very low country". Paper presented at PAA2005
- Bumpass, L. L. (1987). The Risk of an Unwanted Birth: The Changing Context of Contraceptive Sterilization in the U.S. *Population Studies*, 41(3), 347–363. doi:10.1080/0032472031000142946
- Caselli, G., Vallin, J., & Wunsch, G. (2006). *Demography: Analysis and Synthesis* (Vol. 1). Amsterdam [u.a.]: Elsevier.
- Coelho, E.; Magalhães, M. G. & Bravo, J.M. (2013). *Dinâmica e Estrutura da População Humana: Medidas e Modelos Matemáticos*. Em "MATEMÁTICA DO PLANETA TERRA" editado por Fernando Pestana da Costa, João Teixeira Pinto e Jorge Buescu, IST Press. ISBN: 978-989-8481-26-9
- Coleman, D. (2006). Immigration and Ethnic Change in Low-Fertility Countries: A Third Demographic Transition. *Population and Development Review*, 32(3), 401–446. doi:10.1111/j.1728-4457.2006.00131.x
- De Beer, J. (2011). A new relational method for smoothing and projecting age-specific fertility rates: TOPALS. *Demographic Research*, 24, 409–454. doi:10.4054/DemRes.2011.24.18
- De Rose, A., Racioppi, F., & Zanatta, A. L. (2008). Italy: Delayed adaptation of social institutions to changes in family behaviour. *Demographic Research*, 19, 665–704. doi:10.4054/DemRes.2008.19.19
- Demeny, P. (2003). Population Policy Dilemmas in Europe at the Dawn of the Twenty-First Century. *Population and Development Review*, 29(1), 1–28. doi:10.1111/j.1728-4457.2003.00001.x
- Demography Report 2010: older, more numerous and diverse Europeans: commission staff working document. (2011). Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- DeWaard, J., & Raymer, J. (2012). The temporal dynamics of international migration in Europe: Recent trends. *Demographic Research*, 26, 543–592. doi:10.4054/DemRes.2012.26.21
- Ebanks, G., George, P., Nobbe, C. (1975). Emigration and fertility decline: The case of Barbados. *Demography*, 12, nº 3
- Europäische Kommission. Generaldirektion Beschäftigung, S. A. und C. R. (E 1). (2007). *Europe's demographic future: facts and figures on challenges and opportunities*. Luxembourg: Office for Official Publ. of the Europ. Communities.
- Frejka, T. (2008). Overview Chapter 5: Determinants of family formation and childbearing during the societal transition in Central and Eastern Europe. *Demographic Research*, 19, 139–170. doi:10.4054/DemRes.2008.19.7
- Frejka, T., & Sobotka, T. (2008). Overview Chapter 1: Fertility in Europe. *Demographic Research*, 19, 15–46. doi:10.4054/DemRes.2008.19.3

- Frejka, T., Sobotka, T., Hoem, J. M., & Toulemon, L. (2008). Summary and general conclusions: Childbearing Trends and Policies in Europe. *Demographic Research*, 19, 5–14. doi:10.4054/DemRes.2008.19.2
- Goldstein, J. R. (2007). Simpler Probabilistic Population Forecasts: Making Scenarios Work. *International Statistical Review*, 72(1), 93–106. doi:10.1111/j.1751-5823.2004.tb00226.x
- Goldstein, J. R., Sobotka, T., Jasilioniene, A. (2009). The End of ‘Lowest-Low’ Fertility? Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock, Germany, Working Paper PAPER WP 2009-029.
- Goldstein, J., Karaman Örsal, D. D., Kreyenfeld, M., & Jasilioniene, A. (2013). Fertility Reactions to the “Great Recession” in Europe: Recent Evidence from Order-Specific Data. *Demographic Research*, 29, 85–104. doi:10.4054/DemRes.2013.29.4
- Guisan, A., T. C. Edwards, Jr., and T. Hastie. (2002). “Generalized linear and generalized additive models in studies of species distributions: setting the scene”. *Ecological Modelling*, 57, 89-100.
- Hastie, T., Tibshirani, R. (1986). Generalized additive models. *Statistical Science*, Vol. 1, Nº 3, 297-318
- Haug, W., Compton, P. A., & Courbage, Y. (2002). *Les caractéristiques démographiques des populations immigrées*. Strasbourg: Conseil de l’Europe.
- Haupt, A., Kane, T. T., & Population Reference Bureau. (1998). *The Population Reference Bureau’s population handbook*. Washington, DC: Population Reference Bureau.
- Hoem, J. M. (2008). Overview Chapter 8: The impact of public policies on European fertility. *Demographic Research*, 19, 249–260. doi:10.4054/DemRes.2008.19.10
- Hosmer, D. W., & Lemeshow, S. (2000). *Applied logistic regression*. New York: Wiley.
- Hyndman, R. J., & Shahid Ullah, M. (2007). Robust forecasting of mortality and fertility rates: A functional data approach. *Computational Statistics & Data Analysis*, 51(10), 4942–4956. doi:10.1016/j.csda.2006.07.028
- INE (2005). Estimativas Anuais de Emigração – Documento metodológico, <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1080>
- INE, I.P. (2013). *Estatísticas Demográficas - 2011*, Lisboa - Portugal
- International Organization for Migration. (2010). *World migration report 2010: the future of migration: building capacities for change*. Geneva: International Organization for Migration.
- Kohler, H.P., Billari, F. C., & Ortega, J. A. (2002). The Emergence of Lowest-Low Fertility in Europe During the 1990s. *Population and Development Review*, 28(4), 641–680. doi:10.1111/j.1728-4457.2002.00641.x
- Kohler, H.P., Billari, F. C., & Ortega, J. A. (2006). Low Fertility in Europe: Causes, Implications and Policy Options. In F. R. Harris (Ed.), *The Baby Bust: Who will do the Work? Who Will Pay the Taxes?* Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 48-109.
- Kravdal, Ø. (2010). Demographers interest in fertility trends and determinants in developed countries: Is it warranted? *Demographic Research*, 22, 663–690. doi:10.4054/DemRes.2010.22.22

- Kreyenfeld, M., Andersson, G., & Pailhé, A. (2012). Economic Uncertainty and Family Dynamics in Europe: *Demographic Research*, 27, 835–852. doi:10.4054/DemRes.2012.27.28
- Lanzieri, G. (2013). "Towards a «baby recession» in Europe? Differential fertility trends during the economic crisis". *Statistics in focus*, 13, EUROSTAT
- Lee, R., & Mason, A. (2009). Fertility, Human Capital, and Economic Growth over the Demographic Transition. *European Journal of Population / Revue européenne de Démographie*, 26(2), 159–182. doi:10.1007/s10680-009-9186-x
- Lutz, W., Scherbov, D. (2003). Can Immigration compensate Europe's Low Fertility?. *European Demographic Research Papers*, nº1, VID
- Machado, F. L. (2002). *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora
- Machado, F. L., Azevedo, J. (2009). "A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas", *Migrações*, nº 4, Lisboa, ACIDI, pp. 7-31
- Maciel, A., Mendes, M. F., Infante, P. (2012a). " Alguns contributos para a caracterização da baixa fecundidade em Portugal", *in XIX Jornadas de Classificação e Análise de Dados, JOCLAD 2012*, 28-31 Março, Tomar.
- Maciel, A., Mendes, M. F., Infante, P. (2012b). "Breve caracterização dos indivíduos sem filhos em Portugal", *in Livro de Resumos do IV Congresso Português de Demografia*. Associação Portuguesa de Demografia (APD). Évora. ISBN 978-989- 97935-1-4
- Maciel, A., Mendes, M. F., Infante, P. (2012c). "Manutenção de uma baixa fecundidade versus alteração da dimensão ideal da família no Sul da Europa", *in Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. Associação Portuguesa de Sociologia. ISBN: 978-989-97981-0-6
- Maciel, A., Mendes, M. F., Infante, P. (2012d). "Um perfil de quem tenciona ter filhos em Portugal - evidência a partir dos dados do Eurobarómetro 2006", *in Livro de Resumos do IV Congresso Português de Demografia*. Associação Portuguesa de Demografia. Associação Portuguesa de Demografia (APD). Évora. ISBN 978-989-97935-1-4
- Maciel, A., Mendes, M. F., Infante, P., Magalhães, M. (2012). Planning to have a child in the next future – the analysis of fertility intentions in Iberian Countries. *Book of Abstracts of European Social Survey International Conference*, Cyprus, Novembro de 2012. ISBN 978-9963-9835-4-4
- Magalhães, G., Peixoto, J. (2008) "O impacto de diferentes cenários migratórios no envelhecimento demográfico em Portugal, 2009-2060" *in Notas e Documentos nº2*, *Revista de Estudos Demográficos nº44*, INE, Lisboa
- Malheiros, Jorge (2010). "Portugal 2010: o regresso do País de emigração?". *Notas e Reflexões, JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 2, N.º 1, Primavera 2011. Consultado [online] em 16/09/2013, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_not3.
- McDonald, P. (2013). Societal foundations for explaining fertility: Gender equity. *Demographic Research*, 28, 981–994. doi:10.4054/DemRes.2013.28.34

- Mendes, M. F. (2012). "Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política", in Conferência Nascer em Portugal, Roteiros do Futuro, Impr. Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, pp. 91-110.
- Mendes, M. F., I. T. Oliveira, (2008). "A intensidade da Fecundidade e o Efeito de Tempo", in III Congresso Português de Demografia, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 29-30 de Setembro e 01 de Outubro, organizado pela Associação Portuguesa de Demografia; Lisboa.
- Mendes, M., J. Rebelo, (2007). "Planning to have a child: a socially conditioned decision? – Evidence from the European Social Survey (Round 2) for Spain and Portugal", in Proceedings Electrónicos do VIII Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, Menorca.
- Mendes, M., Magalhães, M., Malta, J., (2010). "Fertility of national and foreign citizens, in Portugal, 1995-2008 – a comparative study", European Population Conference 2010, Vienna, Austria.
- Mendes, M., Tomé, L. (2010). "Does policy measures influence significantly present fertility decisions in the Iberian Peninsula?" in IX Congress of Association of Historical Demography (ADEH), University of Azores – Azores, Portugal, June 2012.
- Mendes, Maria F., (1992) "Análise sociodemográfica do declínio da fecundidade da população portuguesa na década de 90", Universidade de Évora, policopiado.
- Mills, M., Blossfeld, H.P. (2003). 'Globalization, Uncertainty and Changes in Early Life Course' Zeitschrift für Erziehungswissenschaften 6: 188-218
- Morgan, S. P., Rackin, H. (2010). "The correspondence Between Fertility Intentions and Behavior in the United States". *Popul Dev Rev.*; 36(1): 91–118. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2857728/pdf/nihms185257.pdf>
- Mussino, E., & Strozza, S. (2012). The fertility of immigrants after arrival: The Italian case. *Demographic Research*, 26, 99–130. doi:10.4054/DemRes.2012.26.4
- Nazareth, J. M. (2004). Demografia: a ciência da população. Lisboa: Presença.
- Neyer, G. (2011). Should governments in Europe be more aggressive in pushing for gender equality to raise fertility? The second "NO". *Demographic Research*, 24, 225–250. doi:10.4054/DemRes.2011.24.10
- Neyer, G., & Andersson, G. (2004). Contemporary Research on European Fertility: Introduction. *Demographic Research, Special 3*, 1–14. doi:10.4054/DemRes.2004.S3.1
- O'Neill, B. C., Balk, D., Brickman, M., & Ezra, M. (2001). A Guide to Global Population Projections. *Demographic Research*, 4, 203–288. doi:10.4054/DemRes.2001.4.8
- Oliveira, I. T. (2008). "Fecundidade das populações e das gerações em Portugal, 1960-2005" in *Análise Social*, vol. XLIII (1.º), 2008, 29-53
- Oliveira, I. T., Peixoto, J. (2012) "Envelhecimento da população imigrante: o caso português", in MACHADO, Fernando Luís (org.), *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Envelhecimento Ativo*, Abril 2012, n.º 10, Lisboa: ACIDI, pp. 45-81.

- Ormond, M., Fonseca, M. L., & Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. (2005). Reunificação familiar e imigração em Portugal. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Peixoto, J. (2004). "As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas " in SOCIUS Working Papers, nº 11, 2004.
- Peixoto, J. (2009), "A demografia da população imigrante em Portugal", in Lages, M. F. e Matos, A. T. (coord.), Portugal: Percursos de Interculturalidade (vol. II), Lisboa: ACIDI e CEPCEP, pp. 7-47.
- Rebello, J., Mendes, M. F., Rego, C., Magalhães, G. (2009). Imigrantes cabo-verdianos em Portugal: integração e sua percepção em relação aos portugueses. 15º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional e 1º Congresso de Ciência Regional de Cabo Verde, Cabo Verde, Julho de 2009
- Rindfuss, R. R., Morgan, S. P., & Swicegood, G. (1988). First births in America: Changes in the tempo of parenthood. Berkeley: University of California Press.
- Rocha, G. P. N. (Coord.), Medeiros, O. H. R., Ferreira, E. (2009). "Perfis e Trajectórias dos Imigrantes nos Açores", Governo Regional dos Açores, http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/FDF17F9D-5D21-4F5A-A1A1-03B8C4774658/396374/LvrEstudoImigrantes_final.pdf
- Rogers A., L. J. Castro (1981), Model schedules in multistate demographic analysis: The case of migration, WP-81-22, IIASA, Luxemburgo.
- Rosa, M. J. V., Seabra, H. e Santos, T. (2004), Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa. O Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
- Rowland, D. T. (2003). Demographic Methods and Concepts. OUP Oxford.
- Sanderson, W. C., Scherbov, S., O'Neill, B. C., Lutz, W. (2004). Conditional Probabilistic Population Forecasting. *International Statistical Review*, 72, 2
- Schoen, R., Astone, N. M., Kim, Y. J., Nathanson, C. A., Fields, J. M. (1999). Do Fertility Intentions Affect Fertility Behavior?. *Journal of Marriage and Family*, Vol. 61, No. 3, 790-799.
- Siegel, J. S., & Swanson. (2004). The Methods and materials of demography. Amsterdam; Boston: Elsevier/Academic Press.
- Sobotka, T. (2004). Is Lowest-Low Fertility in Europe Explained by the Postponement of Childbearing? *Population and Development Review*, 30(2), 195–220. doi:10.1111/j.1728-4457.2004.010_1.x
- Sobotka, T. (2008a). Overview Chapter 6: The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*, 19, 171–224. doi:10.4054/DemRes.2008.19.8
- Sobotka, T. (2008b). Overview Chapter 7: The rising importance of migrants for childbearing in Europe. *Demographic Research*, 19, 225–248. doi:10.4054/DemRes.2008.19.9
- Sobotka, T., & Toulemon, L. (2008). Overview Chapter 4: Changing family and partnership behaviour. *Demographic Research*, 19, 85–138. doi:10.4054/DemRes.2008.19.6
- Sobotka, T., Skirbekk, V., & Philipov, D. (2011). Economic Recession and Fertility in the Developed World. *Population and Development Review*, 37(2), 267–306. doi:10.1111/j.1728-4457.2011.00411.x

Stillwell, J. C. H., & Clarke, M. (2011). *Population dynamics and projection methods*. Dordrecht; New York: Springer. Retrieved from <http://site.ebrary.com/id/10448289>

Testa, M. R. (2012). The socio-economic determinants of childbearing intentions: a macro-micro analysis. European Population Conference (EPC 2012), Sweden, Junho de 2012

Thomson, E. (1997). Couple childbearing desires, intentions, and births. *Demography*, 34, 343-354.

Tomé, L., Mendes, M. (2012). "The tempo and quantum effect on the European fertility", in IV Portuguese Congress of Demography, "Rethinking Demography Today: constraints and strategies", University of Évora, Évora – Portugal.

Tomé, L., Ribeiro, F. (2013), "The recent demographic change and the future of Portugal – a perspective from 1960 - 2030", in *Soziale Ungleichheit und demografischer Wandel*, German Association of Demography, Berlin – Germany.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision, Highlights and Advance Tables*. Working Paper No. ESA/P/WP.220.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2013). *World Population Prospects: The 2012 Revision, Highlights and Advance Tables*. Working Paper No. ESA/P/WP.228.

Van Dalen, H. P., & Henkens, K. (2011). Who fears and who welcomes population decline? *Demographic Research*, 25, 437–464. doi:10.4054/DemRes.2011.25.13

Westoff, C. F., & Ryder, N. B. (1977). The predictive validity of reproductive intentions. *Demography*, 14, 431-453.

Wilson, T., & Rees, P. (2005). Recent developments in population projection methodology: a review. *Population, Space and Place*, 11(5), 337–360. doi:10.1002/psp.389

Wood, S. N. (2006). *Generalized additive models: an introduction with R*. Boca Raton, FL: Chapman & Hall/CRC. . ISBN 1-58488-474-6

Zeng, Y. (2009). *Demography*. Oxford: EOLSS.

Zuur, A., Ieno, E.N., Walker, N., Saveliev, A.A., Smith, G.M (2009). *Mixed effects models and extensions in ecology with R*. New York; London: Springer. ISBN 978-0-387-87458-6

9. Anexos

Quadro A1 – Aquisições de nacionalidade, Portugal, 1998-2011

	Total	Mulheres	Mulheres 15-49 anos
1998	519	n.d.	n.d.
1999	1 228	n.d.	n.d.
2000	1 625	n.d.	n.d.
2001	2 217	n.d.	n.d.
2002	2 704	n.d.	n.d.
2003	2 435	n.d.	n.d.
2004	2 855	n.d.	n.d.
2005	2 981	n.d.	n.d.
2006	4 447	n.d.	n.d.
2007	n.d.	n.d.	n.d.
2008	22 408	9 914	7 216
2009	24 182	10 505	8 313
2010	21 750	10 314	7 911
2011	23 238	11 829	9 139

Fonte: Elaboração própria com base em EUROSTAT,

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database, acedido em 31/05/2013

Quadro A2 - Distribuição percentual da população residente em Portugal, por nacionalidade e naturalidade, Censo 2011

		Naturalidade (portuguesa, estrangeira)		Total	
		estrangeira	Portuguesa		
Nacionalidade (portuguesa, estrangeira)	estrangeira	Nº	366463	28586	395049
		% relativa nacionalidade	92,8	7,2	100,0
		% relativa naturalidade	42,0	,3	3,7
		% relativa total	3,5	,3	3,7
	Portuguesa	Nº	505352	9661777	10167129
		% relativa nacionalidade	5,0	95,0	100,0
		% relativa naturalidade	58,0	99,7	96,3
	% relativa total	4,8	91,5	96,3	
	Total	Nº	871815	9690363	10562178
% relativa nacionalidade		8,3	91,7	100,0	
% relativa naturalidade		100,0	100,0	100,0	
% relativa total		8,3	91,7	100,0	

Fonte: Elaboração própria com base em INE